AMM
Jornal Oficial dos Municípios

Associação Mato-grossense dos Municípios - Ano V - Nº 1068 - Segunda - Feira 04 de Outubro de 2010

PODER EXECUTIVO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Apiacás

AVISO DE ABERTURA DE LICITAÇÃO
PROCESSO LICITATÓRIO N° 059/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº 040/2010

A Prefeitura Municipal de Apiacás, Estado de Mato Grosso, comunica aos

interessados que será aberta licitação na modalidade **Pregão Presencial**

040/2010 no dia **18/10/2010 às 08:00 horas**

(Horário de Mato Grosso). Este pregão será regido pelo

Decreto Municipal nº. 0156/2008, Lei Federal 10.520/2002, com aplicação

subsidiária da Lei nº. 8.666/93, suas alterações e demais disposições Legais aplicáveis.

OBJETO: SERVIÇOS GRÁFICOS

O Edital contendo as instruções estará à disposição dos interessados na sala de licitações da Prefeitura Municipal de Apiacás - MT

Informações pelo telefone (66) 3593-1344- RAMAL –225.

Sebastião Silva Trindade
Prefeito Municipal

JORNAL OFICIAL DOS MUNICIPIOS

GERÊNCIA DE COMUNICAÇÃO DA AMM

De acordo com as instruções normativas do Jornal Oficial dos Municípios de 04 de maio de 2006, os documentos deverão ser encaminhados à Gerência de Comunicação até as 12 horas do dia anterior a publicação, digitalizados em CD ou enviadas para o e-mail: jornaloficial@amm.org.br

Atendimento Externo:
De segunda à sexta-feira – Das 8 às 12 horas
Das 13h30 às 17h30 horas

Distribuição: Via Correio

Equipe Jornal Oficial
Noides Cenio Da Silva - Editoração Eletrônica/Controle de Planilhas
Silvio Luiz Gomes da Silva - Editoração Eletrônica
Patricia de Oliveira Moreira - Atendimento
Asuir Nunes da Silva - Impressão
Gerência de Comunicação da AMM: Malu Sousa
Telefones: (65) 2123-1270/1228

EXTRATO DE CONTRATO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.
CONTRATADO – DYMAK MÁQUINAS RODOVIÁRIAS LTDA
CONTRATO N° - 188/2010
VALOR GLOBAL- R$ 7.273,80 (sete mil duzentos e setenta e três reais e oitenta centavos).
OBJETO – PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS NA REVISÃO MECANICA DOS EQUIPAMENTOS KOMATSU
PRAZO VIGENCIA – 30/09/2010 ATÉ 30/11/2010

EXTRATO DE TERMOADITIVO

CONTRATANTE-PREFEITURA MUNICIPAL DE APIACÁS.
CONTRATADO – Romatre Construtora Ltda
OBJETO – 7º ADITIVO DE PRAZO -
OBRA DE CONSTRUÇÃO DO VIVEIRO MUNICIPAL
PRAZO VIGENCIA – 30/09/2010 ATÉ 31/12/2010

PORTARIA Nº 504/2010

O PREFEITO MUNICIPAL DE APIACÁS-MT, no uso das atribuições que lhe confere o art. 93, VIII, da Lei Orgânica do Município e o artigo 186 da Lei Complementar Municipal nº 010/2008.

Considerando o disposto no artigo 191 da Lei Complementar nº 010/2008.

Considerando a denúncia feita por um munícipe, em desfavor de um funcionário público efetivo, por ter em tese, na data de 15/09/2010, entregue uma carteira a funcionário público, acabou por posteriormente notar falta de objetos internos da referida carteira.

Considerando que o ato teria sido praticado por servidor público efetivo desta municipalidade.

Considerando que a suposta conduta é incompatível com a moralidade administrativa, e fere, os dispositivos da Lei Complementar Municipal nº 010/2008 nos artigos 159, II e IX e 170, III.

RESOLVE

Artigo 1º. Determinar a abertura de Sindicância para apurar as irregularidades noticiadas na denúncia.

Artigo 2º. A apuração dos fatos de que trata o artigo 1º, desta Portaria, ficará sob a responsabilidade da Comissão Permanente de Sindicância e Processo Administrativo, constituída pelo Decreto nº 444/2009.

Artigo 3º. A referida Comissão terá o prazo de 30 (trinta) dias para a conclusão dos trabalhos, prorrogável por igual período, se necessário.

Artigo 4º. Os trabalhos da Comissão serão realizados nas dependências do Paço Municipal.

Artigo 5º. Esta Portaria entre em vigor na data de sua publicação.

Apiacás-MT., 04 de outubro de 2.010.

SEBASTIÃO DA SILVA TRINDADE
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Araguaiana

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Ago 2010 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	7.621.000,00	7.624.465,89	1.955.295,00	25,65	6.032.112,52	79,12	1.592.353,37
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	7.192.207,77	7.195.673,66	1.148.449,50	15,96	4.478.952,73	62,25	2.716.720,93
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	501.206,61	501.206,61	68.062,87	13,58	225.445,96	44,98	275.760,65
1.1.1.0.00.00 - Impostos	487.792,32	487.792,32	67.619,77	13,86	219.719,87	45,04	268.072,45
1.1.2.0.00.00 - Taxas	13.414,29	13.414,29	443,10	3,30	5.726,09	42,69	7.688,20
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	33.696,18	33.696,18	3.995,01	11,86	16.850,90	50,01	16.845,28
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	33.696,18	33.696,18	3.995,01	11,86	16.850,90	50,01	16.845,28
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	19.254,96	19.254,96	2.837,05	14,73	18.752,62	97,39	502,34
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	19.254,96	19.254,96	2.837,05	14,73	18.752,62	97,39	502,34
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	151.400,00	151.400,00	18.414,31	12,16	47.897,79	31,64	103.502,21
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	6.426.420,18	6.429.886,07	1.047.610,26	16,29	4.120.423,79	64,08	2.309.462,28
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	6.330.420,18	6.333.886,07	1.034.670,63	16,34	4.055.725,64	64,03	2.278.160,43
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	96.000,00	96.000,00	12.939,63	13,48	64.698,15	67,39	31.301,85
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	60.229,84	60.229,84	7.530,00	12,50	49.581,67	82,32	10.648,17
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	5.318,53	5.318,53	1.609,37	30,26	4.372,80	82,22	945,73
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	0,00	0,00	856,68	0,00	2.706,19	0,00	-2.706,19
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	52.951,14	52.951,14	4.339,21	8,19	30.596,64	57,78	22.354,50
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	1.960,17	1.960,17	724,74	36,97	11.906,04	607,40	-9.945,87
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	428.792,23	428.792,23	806.845,50	188,17	1.553.159,79	362,22	-1.124.367,56
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	428.792,23	428.792,23	806.845,50	188,17	1.553.159,79	362,22	-1.124.367,56
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	428.792,23	428.792,23	806.845,50	188,17	1.553.159,79	362,22	-1.124.367,56
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortizaçi	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	7.621.000,00	7.624.465,89	1.955.295,00	25,65	6.032.112,52	79,12	1.592.353,37
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	7.621.000,00	7.624.465,89	1.955.295,00	25,65	6.032.112,52	79,12	1.592.353,37
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	7.621.000,00	7.624.465,89	1.955.295,00	25,65	6.032.112,52	79,12	1.592.353,37
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	7.405.804,55	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Jan a Ago	No Bimestre	Jan a Ago 2010	%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	7.621.000,00	2.966.900,00	10.587.900,00	1.005.935,77	8.642.739,83	1.144.020,40	4.924.839,79	46,51	5.663.060,21
DESPESAS CORRENTES	6.541.205,72	844.200,00	7.385.405,72	785.570,27	5.650.784,12	1.089.258,96	4.654.293,29	63,02	2.731.112,43
Pessoal e Encargos Sociais	3.298.478,64	258.800,00	3.557.278,64	618.299,39	2.659.627,99	602.672,44	2.644.001,04	74,33	913.277,60
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.242.727,08	585.400,00	3.828.127,08	167.270,88	2.991.156,13	486.586,52	2.010.292,25	52,51	1.817.834,83
DESPESAS DE CAPITAL	1.003.584,28	2.192.700,00	3.196.284,28	220.365,50	2.991.955,71	54.761,44	270.546,50	8,46	2.925.737,78
Investimentos	1.003.584,28	2.141.700,00	3.145.284,28	220.365,50	2.991.955,71	54.761,44	270.546,50	8,60	2.874.737,78
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	51.000,00	51.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	76.210,00	-70.000,00	6.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.210,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	7.621.000,00	2.966.900,00	10.587.900,00	1.005.935,77	8.642.739,83	1.144.020,40	4.924.839,79	46,51	5.663.060,21
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	10.394,31	35.702,99	0,00	-35.702,99
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	10.394,31	35.702,99	0,00	-35.702,99
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	51.000,00	10.394,31	35.702,99	0,00	-35.702,99
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	7.621.000,00	2.966.900,00	10.587.900,00	1.005.935,77	8.693.739,83	1.154.414,71	4.960.542,78	46,85	5.627.357,22
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.071.569,74	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	7.621.000,00	2.966.900,00	10.587.900,00	1.005.935,77	8.693.739,83	1.154.414,71	6.032.112,52	56,97	4.555.787,48

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Ago (c)	No Bimestre (d)	Jan a Ago (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	7.621.000,00	10.587.900,00	1.005.935,77	8.693.739,83	1.154.414,71	4.960.542,78	100,00	46,85	5.627.357,22
LEGISLATIVA	483.900,00	483.900,00	53.983,30	319.325,08	63.108,31	285.936,51	5,76	59,09	197.963,49
Ação Legislativa	483.900,00	483.900,00	53.983,30	319.325,08	63.108,31	285.936,51	5,76	59,09	197.963,49
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.354.200,00	1.614.700,00	112.241,99	1.159.746,79	201.426,07	940.335,44	18,96	58,24	674.364,56
Administração Geral	847.000,00	890.500,00	77.766,97	562.061,12	105.733,60	501.046,28	10,10	56,27	389.453,72
Administração Financeira	434.000,00	651.000,00	27.894,82	562.969,44	88.866,16	406.019,78	8,19	62,37	244.980,22
Turismo	73.200,00	73.200,00	6.580,20	34.716,23	6.826,31	33.269,38	0,67	45,45	39.930,62
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	36.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Assistência Comunitária	36.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	613.684,00	673.784,00	70.383,26	426.089,95	73.462,50	348.622,50	7,03	51,74	325.161,50
Assistência ao Idoso	2.760,00	10.460,00	9.006,02	9.663,16	9.006,02	9.663,16	0,19	92,38	796,84
Assistência ao Portador de Deficiência	9.100,00	9.100,00	0,00	222,53	0,00	222,53	0,00	2,45	8.877,47
Assistência à Criança e ao Adolescente	124.500,00	117.600,00	10.669,05	41.809,78	10.741,07	41.002,56	0,83	34,87	76.597,44
Assistência Comunitária	477.324,00	536.624,00	50.708,19	374.394,48	53.715,41	297.734,25	6,00	55,48	238.889,75
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	1.479.362,82	1.768.112,82	362.981,65	1.416.703,66	242.559,66	963.240,24	19,42	54,48	804.872,58
Previdência Especial	25.000,00	11.000,00	0,00	10.200,00	0,00	10.200,00	0,21	92,73	800,00
Atenção Básica	1.454.362,82	1.757.112,82	362.981,65	1.406.503,66	242.559,66	953.040,24	19,21	54,24	804.072,58
TRABALHO	76.210,00	76.210,00	0,00	76.200,00	12.010,74	49.901,41	1,01	65,48	26.308,59
Relação de Trabalho	76.210,00	76.210,00	0,00	76.200,00	12.010,74	49.901,41	1,01	65,48	26.308,59
EDUCAÇÃO	1.911.293,83	2.046.043,83	246.614,72	1.652.129,07	315.107,77	1.401.567,66	28,25	68,50	644.476,17
Ensino Fundamental	1.588.893,83	1.799.643,83	220.164,92	1.520.398,06	287.669,97	1.298.931,32	26,19	72,18	500.712,51
Ensino Médio	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Ensino Profissional	60.000,00	30.000,00	0,00	29.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	30.000,00
Educação Infantil	232.400,00	215.400,00	26.449,80	102.731,01	27.437,80	102.636,34	2,07	47,65	112.763,66
CULTURA	120.000,00	6.000,00	0,00	150,00	0,00	150,00	0,00	2,50	5.850,00
Patrimônio Histórico, Artístico e Arqueológico	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Difusão Cultural	90.000,00	5.000,00	0,00	150,00	0,00	150,00	0,00	3,00	4.850,00
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	399.085,17	918.635,17	144.053,74	881.247,78	201.305,51	704.571,25	14,20	76,70	214.063,92
Infra-estrutura Urbana	17.000,00	206.450,00	0,00	198.133,15	50.381,44	50.381,44	1,02	24,40	156.068,56
Transporte Rodoviário	372.085,17	711.685,17	144.053,74	683.114,63	150.924,07	654.189,81	13,19	91,92	57.495,36
Transporte Hidroviário	10.000,00	500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500,00
HABITAÇÃO	5.000,00	2.359.000,00	0,00	2.357.672,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.359.000,00
Infra-estrutura Urbana	5.000,00	2.359.000,00	0,00	2.357.672,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.359.000,00
SANEAMENTO	324.400,00	300.400,00	10.260,76	206.193,69	28.596,55	126.786,60	2,56	42,21	173.613,40
Serviços Urbanos	10.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Saneamento Básico Urbano	314.400,00	299.400,00	10.260,76	206.193,69	28.596,55	126.786,60	2,56	42,35	172.613,40
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	76.000,00	63.600,00	845,40	18.670,04	845,40	14.670,04	0,30	23,07	48.929,96
Fomento ao Trabalho	6.000,00	6.000,00	0,00	656,59	0,00	656,59	0,01	10,94	5.343,41
Abastecimento	70.000,00	57.600,00	845,40	18.013,45	845,40	14.013,45	0,28	24,33	43.586,55
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	57.000,00	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	10.000,00
Promoção da Produção Vegetal	17.000,00	8.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	8.000,00
Abastecimento	40.000,00	2.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.000,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	97.500,00	16.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	16.500,00
Abastecimento	3.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Turismo	94.500,00	13.500,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	13.500,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSPORTE	323.854,18	126.504,18	300,00	116.703,85	3.700,00	62.603,85	1,26	49,49	63.900,33
Serviços Urbanos	10.000,00	50,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	50,00
Transporte Rodoviário	313.854,18	126.454,18	300,00	116.703,85	3.700,00	62.603,85	1,26	49,51	63.850,33
DESPORTO E LAZER	187.300,00	117.300,00	4.270,95	62.907,92	12.292,20	62.157,28	1,25	52,99	55.142,72
Turismo	40.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.000,00
Desporto Comunitário	147.300,00	116.300,00	4.270,95	62.907,92	12.292,20	62.157,28	1,25	53,45	54.142,72
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	76.210,00	6.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.210,00

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Ago (c)	No Bimestre (d)	Jan a Ago (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
Reserva de Contingência	76.210,00	6.210,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	6.210,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL	**7.621.000,00**	**10.587.900,00**	**1.005.935,77**	**8.693.739,83**	**1.154.414,71**	**4.960.542,78**	**99,9998**	**46,8511**	**5.627.357,22**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09	Jan/ 10	Fev/ 10	Mar/ 10	Abr/ 10	Mai/ 10	Jun/ 10	Jul/ 10	Ago/ 10		
RECEITAS CORRENTES (I)	568.300,68	826.386,21	613.319,16	893.216,81	593.487,98	563.095,50	641.013,67	708.142,46	677.469,45	712.933,21	591.780,91	666.998,96	8.056.145,00	8.424.888,91
Receitas Tributária	14.312,71	26.387,63	27.563,64	30.747,15	19.963,09	20.046,87	29.556,94	16.621,70	51.547,93	19.646,56	26.300,35	41.762,52	324.457,09	501.206,61
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	453,46	283,77	1.005,44	1.927,21	431,40	21,14	0,00	849,31	6.850,40	3.427,09	549,70	260,56	16.059,48	24.068,70
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	460,00	10.940,00	10.314,32	4.250,45	910,00	1.950,00	17.030,00	1.952,12	29.527,00	450,00	12.690,00	24.712,41	115.186,30	330.543,48
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	3.588,62	4.006,80	3.489,02	5.452,87	6.311,57	5.456,12	2.216,29	5.263,09	4.990,33	4.479,52	2.669,77	2.849,91	50.773,91	34.765,90
Outras Receitas Tributárias	9.810,63	11.157,06	12.754,86	19.116,62	12.310,12	12.619,61	10.310,65	8.557,18	10.180,20	11.289,95	10.390,88	13.939,64	142.437,40	111.828,53
Receitas de Contribuições	1.483,67	1.692,19	1.768,22	2.367,06	1.166,70	3.009,28	1.688,46	1.891,72	2.644,41	2.455,32	2.182,43	1.812,58	24.162,04	33.696,18
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.369,91	1.897,97	8.655,04	1.967,68	2.024,97	1.527,68	1.309,37	18.752,62	19.254,96
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	9.575,20	8.918,79	7.557,93	8.256,90	1.574,00	4.124,11	6.318,71	5.585,80	6.652,07	5.228,79	10.326,55	8.087,76	82.206,61	151.400,00
Transferências Correntes	540.509,10	786.428,53	570.196,90	842.910,98	553.615,31	526.579,68	595.006,15	672.025,48	611.055,72	680.170,23	547.018,67	610.921,96	7.536.438,71	7.659.101,32
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	230.389,17	326.760,71	330.819,43	509.074,96	294.344,87	333.427,30	247.688,51	296.768,00	365.381,86	317.104,97	233.179,48	312.507,07	3.797.446,33	4.072.442,86
Cota Parte do ICMS	189.011,80	154.320,85	122.075,39	188.355,19	152.436,39	120.559,08	175.966,38	152.455,38	130.486,81	190.061,08	158.063,38	169.895,99	1.903.687,72	1.925.496,00
Cota Parte do IPVA	713,81	1.634,41	131,49	22,24	934,66	669,49	1.087,87	5.032,53	3.028,97	1.982,53	1.583,23	1.133,39	17.954,62	14.976,08
Transferências de Recursos do FUNDEB	61.218,12	56.038,21	49.469,55	68.445,18	53.399,07	51.114,97	60.958,25	58.361,76	57.908,04	69.730,37	57.035,82	61.793,32	705.472,66	638.943,76
Outras Transferências Correntes	59.176,20	247.674,35	67.701,04	77.013,41	52.500,32	20.808,84	109.305,14	159.407,81	54.250,04	101.291,28	97.156,76	65.592,19	1.111.877,38	1.007.242,62
Outras Receitas Correntes	2.420,00	2.959,07	6.232,47	8.934,72	17.168,88	7.965,65	6.545,44	3.362,72	3.601,64	3.407,34	4.425,23	3.104,77	70.127,93	60.229,84
DEDUÇÕES (II)	87.287,19	117.654,15	91.501,81	110.028,32	85.686,17	91.331,38	85.158,26	101.219,92	100.012,98	102.230,33	47.261,46	63.068,91	1.082.440,88	1.219.587,77
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	87.287,19	117.654,15	91.501,81	110.028,32	85.686,17	91.331,38	85.158,26	101.219,92	100.012,98	102.230,33	47.261,46	63.068,91	1.082.440,88	1.219.587,77
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**481.013,49**	**708.732,06**	**521.817,35**	**783.188,49**	**507.801,81**	**471.764,12**	**555.855,41**	**606.922,54**	**577.456,47**	**610.702,88**	**544.519,45**	**603.930,05**	**6.973.704,12**	**7.205.301,14**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	3º BIM/2010	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2009	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 30 Jun 2010 (b)	Em 31 Ago 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	56.468,07	828.346,47	1.394.637,05
Ativo Disponivel	543.910,39	828.346,47	1.394.637,05
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	487.442,32	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-56.468,07	-828.346,47	-1.394.637,05
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-56.468,07**	**-828.346,47**	**-1.394.637,05**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Ago 2010 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	-566.290,58	-1.338.168,98

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 30 Jun 2010 (b)	Em 31 Ago 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponivel	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	7.176.418,70	1.146.298,07	4.475.373,83	4.911.824,68
Receita Tributária	501.206,61	68.062,87	225.445,96	406.351,64
IPTU	24.068,70	810,26	12.389,60	11.463,28
ISS	34.765,90	5.519,68	34.236,60	23.628,80
ITBI	330.543,48	37.402,41	89.221,53	269.760,81
IRRF	98.414,24	23.887,42	83.872,14	96.563,13
Taxas	13.414,29	443,10	5.726,09	4.935,62
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	33.696,18	3.995,01	16.850,90	17.829,71
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	33.696,18	3.995,01	16.850,90	17.829,71
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	19.254,96	2.837,05	18.752,62	1.687,96
(-) Aplicações Financeiras	19.254,96	2.837,05	18.752,62	1.687,96
Transferências Correntes	6.429.886,07	1.048.295,88	4.135.597,51	4.365.856,91
FPM	3.237.954,29	436.549,30	1.924.572,20	1.858.138,17
ICMS	1.540.396,80	327.451,87	1.064.958,66	830.697,09
Outras Transferências Correntes	1.651.534,98	284.294,71	1.146.066,65	1.677.021,65
Demais Receitas Correntes	211.629,84	25.944,31	97.479,46	121.786,42
Dívida Ativa	52.951,14	4.339,21	30.596,64	5.692,37
Receitas Correntes Diversas	158.678,70	21.605,10	66.882,82	116.094,05
RECEITAS DE CAPITAL (II)	428.792,23	806.845,50	1.553.159,79	0,00
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	428.792,23	806.845,50	1.553.159,79	0,00
Convênios	428.792,23	806.845,50	1.553.159,79	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	428.792,23	806.845,50	1.553.159,79	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**7.605.210,93**	**1.953.143,57**	**6.028.533,62**	**4.911.824,68**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	7.385.405,72	1.089.258,96	4.654.293,29	4.837.631,88
Pessoal e Encargos Sociais	3.557.278,64	602.672,44	2.644.001,04	2.640.511,10
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	3.828.127,08	486.586,52	2.010.292,25	2.197.120,78
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	7.385.405,72	1.089.258,96	4.654.293,29	4.837.631,88
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	3.196.284,28	65.155,75	306.249,49	128.316,20
Investimentos	3.145.284,28	54.761,44	270.546,50	128.316,20
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	51.000,00	10.394,31	35.702,99	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	3.145.284,28	54.761,44	270.546,50	128.316,20
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	6.210,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**10.536.900,00**	**1.144.020,40**	**4.924.839,79**	**4.965.948,08**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**-2.931.689,07**	**809.123,17**	**1.103.693,83**	**-54.123,40**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	**0,00**	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2009							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	487.442,32	264.518,19	222.924,13	0,00	2.711.165,26	0,00	618.402,47	2.092.762,79
EXECUTIVO	0,00	487.442,32	264.518,19	222.924,13	0,00	2.711.165,26	0,00	618.402,47	2.092.762,79
Administração Direta	0,00	487.442,32	264.518,19	222.924,13	0,00	2.711.165,26	0,00	618.402,47	2.092.762,79
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	477.147,60	264.518,19	212.629,41	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	10.294,72	0,00	10.294,72	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.711.165,26	0,00	618.402,47	2.092.762,79
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	487.442,32	264.518,19	222.924,13	0,00	2.711.165,26	0,00	618.402,47	2.092.762,79

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	6.472.252,72	6.472.252,72	922.817,79	3.870.113,61	59,8
Receitas de Impostos	426.176,46	426.176,46	45.743,25	143.916,67	33,77
Impostos	389.378,08	389.378,08	43.732,35	135.847,73	34,89
Dívida Ativa dos Impostos	35.086,82	35.086,82	976,05	4.748,70	13,53
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	1.711,56	1.711,56	1.034,85	3.320,24	193,99
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.046.076,26	6.046.076,26	877.074,54	3.726.196,94	61,63
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	3.237.954,29	3.237.954,29	436.549,30	1.924.572,20	59,44
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ICMS	1.536.930,91	1.540.396,80	327.451,87	1.064.958,66	69,14
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	26.529,06	26.529,06	569,62	48.334,24	182,19
Cota-Parte IPVA	11.980,86	11.980,86	2.173,38	12.362,43	103,18
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	1.232.681,14	1.229.215,25	110.330,37	675.969,41	54,99
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	831.713,83	831.713,83	149.531,91	734.293,75	88,29
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	638.943,76	638.943,76	118.829,14	470.301,60	73,61
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	638.943,76	638.943,76	118.829,14	470.301,60	73,61
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	96.770,07	96.770,07	17.763,14	53.863,00	55,66
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	96.000,00	96.000,00	12.939,63	210.129,15	218,88
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**6.071.285,41**	**6.074.751,30**	**962.019,33**	**3.928.437,95**	**64,67**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.272.350,07	1.362.215,19	188.537,56	812.429,13	59,64
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	899.950,07	1.115.815,19	161.099,76	709.792,79	63,61
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	312.400,00	215.400,00	27.437,80	102.636,34	47,65
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	60.000,00	31.000,00	0,00	0,00	0
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	638.943,76	683.828,64	126.570,21	589.138,53	86,15
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	586.478,64	683.828,64	126.570,21	587.988,53	85,98
Outras Despesas no Ensino Básico	52.465,12	0,00	0,00	1.150,00	0
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**1.911.293,83**	**2.046.043,83**	**315.107,77**	**1.401.567,66**	**68,5**
[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)					205.667,81
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB					-

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**1.607.235,47**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25%> DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	41,53
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	125,02

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2009	Jan a Ago 2010
	0.00	21.225,36

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (f)	% (f/e)
ENSINO FUNDAMENTAL	1.588.893,83	1.799.643,83	287.669,97	1.298.931,32	72,18
ENSINO MÉDIO	30.000,00	1.000,00	0,00	0,00	0
ENSINO PROFISSIONAL	60.000,00	30.000,00	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO INFANTIL	232.400,00	215.400,00	27.437,80	102.636,34	47,65
TOTAL DAS DESPESAS	**1.911.293,83**	**2.046.043,83**	**315.107,77**	**1.401.567,66**	**68,5**

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF Cidadão 9.10 - 04/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA
	Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.728.186,07
Pessoal Ativo	3.722.034,15
Pessoal Inativo e Pensionista	6.151,92
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	20.967,80
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	0,00
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	20.967,80
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	3.707.218,27
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	6.973.704,12
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	53,16
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	3.765.800,22
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	3.577.510,21

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a AGOSTO/2010

LRF Cidadão 9.10 - 04/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	302.031,81	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	302.031,81	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	302.031,81	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	302.031,81	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)'	543.910,39	838.867,67	1.394.637,05	-
Ativo Disponível	543.910,39	838.867,67	1.394.637,05	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.740.437,19	6.817.023,00	6.973.704,12	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	4,43	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	6.740.437,19	6.817.023,00	6.973.704,12	4.478.952,73
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE ARAGUAIANA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	2.336.608,85
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00

FONTE:

Nota:

Prefeitura Municipal de Araputanga

PROCESSO SELETIVO 001/2010
EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 15/2010

O Srº Vano José Batista, Prefeito Municipal de Araputanga, Estado de Mato Grosso, no exercício de suas atribuições e de acordo com o Resultado Final do Processo Seletivo 001/2010, **CONVOCA** os (as) candidatos (as) abaixo relacionados, para comparecerem à Secretaria Municipal de Educação e Cultura de Araputanga – MT, situada na Avenida Marechal Rondon nº 972, no prazo de 02 (dois) dias úteis, cumprindo-se no que couber os prazos previstos na Lei Municipal 699/2006, munidos dos documentos necessários à comprovação dos requisitos para provimento do cargo pleiteado, sob pena de ser considerado como desistente, perdendo a respectiva vaga.

CARGO: Apoio Administrativo Educacional
1. Marlene de Freitas Lima
2. Rosilene Martins da Silva Silvério
3. Sirlene Pires Camargo

Araputanga – MT, 04 de outubro de 2010.

Vano José Batista
Prefeito Municipal

Euquiria F. Nobokite Guimarães
Presidente da COPS

PORTARIA N.º 89 /2010

DISPÕE SOBRE CONCESSÃO DE FÉRIAS AOS SERVIDORES PÚBLICOS MUNICIPAL.

VANO JOSÉ BATISTA, Prefeito Municipal do Município de Araputanga Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, no intuito de organizar o quadro de servidores municipais;
RESOLVE:

Art. 1.º - Conceder férias aos servidores abaixo relacionados, a partir desta data.
ANA PAULA DA SILVA
ANTONIO SOUZA DOS SANTOS
ERIKA DENISE ALVES DE LIMA BRAGA
JAQUISON CORREA DA CUNHA
JOSE GREGORIO NETO
LINDINALRA DE OLIVEIRA SOUZA MARQUEZINI
NORIVAL DOS SANTOS
ROBERTO JOÃO SABIONI JUNIOR
RONALDO EDSON SCHIAVINATO
SILAS MORAES DA COSTA
VANILSON BATISTA DOS PRAZERES

Art. 2.º - Comunique-se ao Departamento de Recursos Humanos, para as devidas anotações e registros.

Art. 3.º - Esta portaria entrará em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus efeitos a partir de 01/09/2010 revogadas as disposições em contrário.

Registra-se, publica-se, cumpra-se.

Gabinete do Prefeito Municipal de Araputanga Estado de Mato Grosso, aos 28 dias do mês de setembro de 2010.
Esta portaria foi publicada e fixada no local de
Costume desta Prefeitura Municipal

VANO JOSÉ BATISTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Barra do Bugres

TOMADA DE PREÇO nº.:012/2010
Aviso de Licitação

O Município de Barra do Bugres - MT, torna-se público a quem possa interessar, que no dia 20/10/2010 às 08:30 h, estará realizando licitação na modalidade de Tomada de Preço nº.:012/2010, destinada a contratação de empresa do ramo pertinente, para a execução de Obras e Serviços e Engenharia de ***" PAVIMENTAÇÃO (EXECUÇÃO DE LAMA ASFALTICA / TAPA BURACO)***, neste Município de Barra do Bugres – MT, demais informações e edital completo poderão ser obtido junta a comissão de licitação, na sede da Prefeitura Municipal, sito à Praça Ângelo Masson, 1000, centro, de segunda a sexta-feira das 7:00 as 13:00, mediante pagamento da taxa de R$-100,00-(cem reais) não reembosável.
Barra do Bugres - MT, 04 de Outubro de 2010.

Maria Eliane J. da Costa
Pres C.P.L.

Prefeitura Municipal de Cáceres

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 13/ 2010 – PROCESSO 47/2010

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, pela Comissão Permanente de Licitação, informa a todos os interessados, o resultado da licitação.

OBJETO: Locação de sonorização e iluminação para o palco principal, assim como, locação de sonorização e iluminação para o palco secundário, os equipamentos solicitados serão utilizados para viabilizar a realização do 30º festival de pesca esportiva no período de 24 de abril a 2 de maio de 2010.

Despesas: RECURSOS PRÓPRIOS (CONV/PROP/PROG).

Vencedora: Empresa BARANJAK COMERCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA- Valor: R$ 52.300,00 (Cinquenta e dois mil e trezentos reais).

Realização: 30 de março de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 23/2010 – PROCESSO 62/2010

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, pela Comissão Permanente de Licitação, informa a todos os interessados, o resultado da licitação.

OBJETO: Locação de 03 (três) Caminhões Pipas, sendo 01 (um) caminhão pipa com capacidade para armazenar 10.000 (quinze mil) litros e 02 (dois) Caminhões Pipas com capacidade para armazenar 15.000 (quinze mil) litros d'água, para atender a SOSU, na irrigação de ruas e avenidas, durante serviços de patrolamento, neste município.

Despesas: RECURSOS PRÓPRIOS

Vencedora: Empresa MENDES MOREIRA E MOREIRA ASSUNÇÃO LTDA - ME- Valor: R$ 78.080,00 (Setenta e Oito mil e oitenta reais).

Realização: 07 de abril de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 26/ 2010 – PROCESSO 67/2010

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, pela Comissão Permanente de Licitação, informa a todos os interessados, o resultado da licitação.

OBJETO: Aquisição de Material permanente, necessário para implantação do CAPS infantil, para atender as atividades do centro de atenção psico-social da Secretaria Municipal de Saúde.

Despesas: RECURSO CAPS MICRO I

Vencedoras: Empresa N. E. PAPELARIA LTDA - Valor: R$ 2.790,00 (Dois mil, setecentos e noventa reais).

Empresa: C.T. DA SILVA – ME – Valor: 7.564,70 (Sete mil, quinhentos e sessenta e quatro reais e setenta centavos)

Realização: 14 de abril de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 04/ 2010 – PROCESSO 07/2010

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, pela Comissão Permanente de Licitação, informa a todos os interessados, o resultado da licitação.

OBJETO: Contratação de empresa para serviços de locação de estrutura para sonorização e iluminação, para atender o Carnaval Cáceres Folia/2010, no período de 12 a 16 de fevereiro de 2010 a realizar na Praça de Eventos da SEMATUR.

Despesas: RECURSO PRÓPRIOS

Vencedoras: Empresa BARANJAK COMÉRCIO E PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS LTDA - Valor: R$ 31.500,00 (Trinta e um mil e quinhentos reais).

Realização: 05 de fevereiro de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO - CARTA CONVITE Nº 14/ 2010 – PROCESSO 48/2010

A Prefeitura Municipal de Cáceres-MT, pela Comissão Permanente de Licitação, informa a todos os interessados, o resultado da licitação.

OBJETO: Confecção de sacolas de material reciclável ou algodão cru ecologicamente correto para os kits de pesca para a realização do 30º Festival Internacional de Pesca Esportiva no período de 24 de abril a 02 de maio de 2010..

Despesas: RECURSO PRÓPRIOS (CONV/PROP/PROG)

Vencedoras: Empresa MUNDO DOS BORDADOS LTDA - Valor: R$ 17.800,00 (Dezessete mil e oitocentos reais).

Realização: 30 de março de 2010

LUIS AURÉLIO ALVES
Presidente da Comissão de Licitação

PREFEITURA MUNICIPAL DE CÁCERES
ANEXO VI -CLASSIFICAÇÃO DOS PROGRAMAS E AÇÕES POR FUNÇÃO , SUBFUNÇÃO, ÓRGÃO E SEUS CUSTOS
DA LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

		LDO 2011
Códigos		97.352.500,00
1	**CÂMARA MUNICIPAL**	3.099.700,00
1.010	**CÂMARA MUNICIPAL**	**3.099.700,00**
01.010.01	Legislativa	3.099.700,00
01.010.01.031	Ação Legislativa	3.099.700,00
01.010.01.031.0001	Ações do Poder Legislativo	3.099.700,00
01.010.01.031.0001.1.001	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA SEDE DA CAMARA MUNICIPAL	32.600,00
Produto	Ampliação e adequação realizada	24,00%
01.010.01.031.0001.1.002	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA	20.200,00
Produto	bens móveis adquiridos	24,00%
01.010.01.031.0001.1.003	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	20.200,00
Produto	bens móveis adquiridos	24,00%
01.010.01.031.0001.1.004	REALIZAÇÃO DE CONCURSO PÚBLICO	64.800,00
Produto	Evento realizado	24,37%
01.010.01.031.0001.1.005	AQUSIÇÃO DE VEÍCULO	48.700,00
01.010.01.031.0001.1.006	CONSTRUÇÃO DA SEDE PRÓPRIA	129.900,00
Produto	SEDE PRÓPRIA CONSTRUIDA	24,37%
01.010.01.031.0001.2.001	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CÂMARA MUNICIPAL	2.596.800,00
Produto	Serviços mantidos	24,00%
01.010.01.031.0001.2.002	REALIZAÇÃO DE PESQUISAS DE OPINIÃO PÚBLICA	24.500,00
Produto	Pesquisas realizadas	24,00%
01.010.01.031.0001.2.003	DESPESAS COM PUBLICIDADE	125.800,00
Produto	Publicidade realizada	24,00%
01.010.01.031.0001.2.004	CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES DA CAMARA	29.600,00
Produto	Campanhas realizadas	24,00%
01.010.01.031.0001.2.005	CONTRIBUIÇÃO ASSOCIATIVA	6.600,00
Produto	Contribuição realizada	24,00%
2	**GABINETE DO PREFEITO**	**497.200,00**
2.010	**GABINETE DO PREFEITO**	486.200,00
02.010.04	Administração	486.200,00
02.010.04.122	Administração Geral	486.200,00
02.010.04.122.0002	PROGRAMA DE GESTÃO RESPONSÁVEL	486.200,00
02.010.04.122.0002.2.006	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO GABINETE	301.400,00
Produto	Serviços mantidos	24,00%
02.010.04.122.0002.2.007	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A CONTROLADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	184.800,00
Produto	Serviços mantidos	23,00%
2.020	**PROCON**	**11.000,00**
02.020.04	Administração	11.000,00
02.020.04.422	Direitos Individuais, coletivos e difusos	11.000,00
02.020.04.422.0003	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM OUTROS ÓRGÃOS	11.000,00
02.020.04.422.0003.2.008	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO PROCON	11.000,00
Produto	Serviços mantidos	25,00%
3	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**	**2.355.400,00**
3.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE GOVERNO**	2.355.400,00
03.010.02	Judiciária	835.200,00
03.010.02.062	Defesa do interesse Público no Processo Judiciário	835.200,00
03.010.02.062.0002	PROGRAMA DE GESTÃO RESPONSÁVEL	807.200,00
03.010.02.062.0002.2.012	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A PROCURADORIA GERAL DO MUNICÍPIO	807.200,00
Produto	Serviços mantidos	24,00%
03.010.02.062.0003	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM OUTROS ÓRGÃOS	28.000,00
03.010.02.062.0003.2.013	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA DE PARCERIA COM A JUSTIÇA FEDERAL MT	28.000,00
Produto	Serviços mantidos	24%
03.010.04	Administração	1.508.700,00
03.010.04.122	Administração Geral	990.100,00
03.010.04.122.0002	PROGRAMA DE GESTÃO RESPONSÁVEL	990.100,00
03.010.04.122.0002.2.009	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE GOVERNO	990.100,00
Produto	Serviços mantidos	25%
03.010.04.131	Comunicação Social	518.600,00
03.010.04.131.0004	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	518.600,00
03.010.04.131.0004.2.010	MANUTENÇÃO COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL	518.600,00
Produto	Serviços mantidos	23,00%
03.010.28	Encargos Especiais	11.500,00

03.010.28.845	Transferências	
03.010.28.845.0003	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM OUTROS ÓRGÃOS	
03.010.28.845.0003.2.014	APOIO A OUTROS ENTES DA FEDERAÇÃO	
Produto	Entes apoiados	
03.010.28.845.0003.2.015	MANUTENÇÃO DO CONVÊNIO COM A UNEMAT-ESTÁGIO REMUNERADO	
Produto	Convênio realizado	
4	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
4.010	SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO	
04.010.04	Administração	
04.010.04.122	Administração Geral	
04.010.04.122.0002	PROGRAMA DE GESTÃO RESPONSÁVEL	
04.010.04.122.0002.1.008	QUALIFICAÇÃO , APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	
Produto	Servidores capacitados	
04.010.04.122.0002.1.111	REFORMA DE CEMITÉRIOS PÚBLICOS	
Produto	Cemitérios reformados	
03.010.28.845.0003.2.016	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ADMINISTRAÇÃO	
Produto	Serviços mantidos	
4.020	FUNDO DE REEQUIPAMENTO DO CORPO DE BOMBEIROS	
04.020.06	Segurança Pública	
04.020.06.182	Defesa Civil	
04.020.06.182.0003	COOPERAÇÃO TÉCNICA E FINANCEIRA COM OUTROS ÓRGÃOS	
04.020.06.182.0003.2.017	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO FUNREBOM	
Produto	Serviços mantidos	
5	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
5.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE FINANÇAS**	
05.010.04	Adminsitração	
05.010.04.123	Administração Financeira	
05.010.04.123.0002	PROGRAMA DE GESTÃO RESPONSÁVEL	
05.010.04.123.0002.2.018	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A SECRETARIA DE FINANÇAS	
Produto	Serviços mantidos	
05.010.04.123.0005	MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
05.010.04.123.0005.1.009	APERFEIÇOAMENTO E MODERNIZAÇÃO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	
Produto	Serviços mantidos	
05.010.04.123.0005.1.010	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E VEÍCULOS PARA ATENDIMENTO DA ADMINISTRAÇÃO TRIBUTÁRIA	400,00
Produto	bens móveis adquiridos	2,00
05.010.04.123.0005.1.011	QUALIFICAÇÃO , APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.800,00
Produto	Servidores capacitados	12,00
05.010.04.123.0002.2.019	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES TRIBUTÁRIAS	642.400,00
Produto	Serviços mantidos	24,00%
05.010.28	Encargos Especiais	7.340.000,00
05.010.28.843	Serviços da Divida Interna	4.679.800,00
05.010.28.843.0006	ADMINISTRAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	4.679.800,00
05.010.28.843.0006.001	AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA CONTRATADA E SEUS ENCARGOS	4.679.800,00
Produto	Contratos amortizados	7,00
05.010.28.846	Outros Encargos Especiais	2.660.200,00
05.010.28.846.0006	ADMINISTRAÇÃO DE OPERAÇÕES ESPECIAIS	2.660.200,00
05.010.28.846.0006.002	CONTRIBUIÇÃO PARA FORMAÇÃO DO PASEP	1.165.400,00
Produto	Contribuição efetuada	1,00
05.010.28.846.0006.003	PAGAMENTOS DE PRECATÓRIOS JUDICIAIS	1.494.800,00
Produto	Precatórios pagos	2,00
05.010.99	Reserva de Contingência	1.637.200,00
05.010.99.999	Reserva de Contingência	1.637.200,00
05.010.99.999.0099	Reserva de Contingência	1.637.200,00
05.010.99.999.00999.001	Reserva de Contingência	1.637.200,00
Produto	Reserva contingenciada	24,00%
6	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	14.895.100,00
6.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE**	1.209.700,00
06.010.10	SAÚDE	1.209.700,00
06.010.10.122	Administração Geral	1.209.700,00
06.010.10.122.0002	PROGRAMA DE GESTÃO RESPONSÁVEL	1.052.400,00
06.010.10.122.0002.1.012	QUALIFICAÇÃO , APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	1.500,00
Produto	Servidores capacitados	6,00
06.010.10.122.0002.2.023	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE SAÚDE	1.041.800,00
Produto	Serviços mantidos	25%
06.010.10.122.0002.2.024	MANUTENÇÃO DO CONSELHO MUNICIPAL DE SAÚDE	9.100,00
Produto	Serviços mantidos	25,00%
06.010.10.122.0004	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	157.300,00
06.010.10.122.0004.2.121	MANUTENÇÃO COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL DA SAÚDE	157.300,00
Produto	Serviços mantidos	24,00%
6.020	FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE	13.685.400,00
06.020.10	SAÚDE	13.685.400,00
06.020.10.301	Atenção Básica	6.029.100,00
06.020.10.301.0007	PÁCTO PELA SAÚDE E GESTÃO DO SUS	6.029.100,00
06.020.10.301.0007.1014	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, ADEQUAÇÃO E REFORMA DE UNIDADES DE SAÚDE	431.100,00
Produto	Prédios feitos	574,94
06.020.10.301.0007.1015	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES	2.100,00
Produto	bens móveis adquiridos	9,00
06.010.10.122.0002.2.025	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DAS UNIDADES DE SAÚDE	811.200,00
Produto	Serviços mantidos	16,00%
06.010.10.122.0002.2.026	MANUTENÇÃO DA EQUIPE DE SAÚDE DA FAMÍLIA	4.374.800,00
Produto	Serviços mantidos	25,00%
06.010.10.122.0002.2.030	AÇÕES DE MANUTENÇÃO DO PROGRAMA SAÚDE BUCAL I E II	339.800,00
Produto	Serviços mantidos	9
06.010.10.122.0002.2.031	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AMOR - ATENDIMENTO MÉDICO	8.800,00
Produto	Serviços mantidos	24,00%
06.020.10.301.0007.2.126	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA AMOR - ATENDIMENTO ODONTOLÓGICO	8.800,00
06.020.10.301.0007.2.130	APOIO À ASSOCIAÇÃO BENEFICENTE EVANGÉLICA-ABENE	52.500,00
Produto	Entidades atendidas	1,00
06.020.10.302	Assistência Hospitalar e Ambulatorial	5.167.000,00
06.020.10.302.0007	PACTO PELA SAÚDE E GESTÃO DO SUS	5.167.000,00
06.020.10.302.0007.2.033	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CENTRO DE ATENÇÃO PSICO-SOCIAL CAPS/MICRO I	366.300,00
Produto	Beneficiários apoiados	2.017
06.020.10.302.0007.2.034	MANUTENÇÃO DO CENTRO DE REFERÊNCIA DE SAÚDE	2.003.500,00
Produto	Programa atendido	26,00%
06.020.10.302.0007.2.035	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO CRDAC-CENTRO DE REABILITAÇÃO DOM AQUINO CORREA	551.100,00
Produto	Unidades mantidas	25%
06.020.10.302.0007.2.129	MANUTENÇÃO DO PRONTO ATENDIMENTO MÉDICO-PAM	1.758.600,00
Produto	Beneficiários apoiados	2.017
06.020.10.302.0007.2.131	APOIO AO HOSPITAL O BOMSAMARITANO	9.700,00
Produto	Entes apoiados	1,00
06.020.10.302.0007.2.133	MANUTENÇÃO DO AMBULATÓRIO DA CRIANÇA	442.500,00
Produto	Beneficiários apoiados	2.017,00
06.020.10.302.0007.2.134	MANUTENÇÃO DO SERVIÇO DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO	35.300,00
Produto	Beneficiários apoiados	2.017,00
06.020.10.303	Suporte Profilático e Terapêutico	939.000,00
06.020.10.303.0007	PACTO PELA SAÚDE E GESTÃO DO SUS	939.000,00
06.020.10.303.0007.2.036	MANUTENÇÃO DA FARMÁCIA BÁSICA	571.400,00
Produto	Medicamento ofertado	14.285,00
06.020.10.303.0007.2.037	MEDICAMENTOS DOS GRUPOS HIPER,DIABETES, ASMA RENITE	25.300,00
Produto	Medicamentos	633,00
06.020.10.302.0007.2.127	MANUTENÇÃO DA FARMACIA POPULAR	342.300,00
Produto	Beneficiários apoiados	2.017,00
06.020.10.304	Vigilância Sanitária	33.400,00
06.020.10.304.0008	GESTÃO DO SUS : AÇÕES SANITÁRIAS NO INTERESSE DA SAÚDE	33.400,00
06.020.10.304.0008.2.038	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DA VIGILÂNCIA SANITÁRIA	33.400,00
Produto	Serviços mantidos	24,00%
06.020.10.305	Vigilância S Epidimiológica	1.516.900,00
06.020.10.305.0009	GESTÃO DO SUS : PREVENÇÃO E COMBATE DE ENDEMIAS	1.516.900,00
Produto	Serviços mantidos	25,00%
07.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	**29.329.500,00**
07.010.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO**	367.000,00
07.010.12	Educação	367.000,00
07.010.12.122	Administração Geral	367.000,00
07.010.12.122.0002	PROGRAMA DE GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL	314.500,00
07.010.12.122.0002.1.096	PROFISSIONALIZAÇÃO, QUALIFICAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES	2.400
07.010.12.122.0002.2.042	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE EDUCAÇÃO	278.700,00
Produto	Serviços mantidos	23%
07.010.12.122.0002.2.114	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONSELHO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	32.300,00
Produto	Serviços mantidos	24%
07.010.12.122.0002.2.125	APOIO À ASSOCIAÇÃO ATLÉTICA BANCO DO BRASIL	1.100,00
Produto	Apoio dado	24%
07.010.12.122.0004	DIVULGAÇÃO INSTITUCIONAL	52.500,00

07.010.12.122.0004.2.122	MANUTENÇÃO COM A COMUNICAÇÃO SOCIAL DA EDUCAÇÃO	52.500,00
Produto	Serviços mantidos	24%
7.020	COORDENAÇÃO MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO	7.487.900,00
07.020.12	Educação	7.487.900,00
07.020.12.361	Ensino Fundamental	6.073.300,00
07.020.12.361.0010	PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE ENSINO FUNDAMENTAL	13.300,00
07.020.12.361.0010.1.016	REFORMA DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 25%	1.400,00
07.020.12.361.0010.1.017	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE ESCOLAS DO ENSINO FUNDAMENTAL 25%	11.900,00
07.020.12.361.0011	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	6.060.000,00
07.020.12.361.0011.1.018	AQUISIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO NA ZONA RURAL	2.100,00
Produto	Livros adquiridos	53,00
07.020.12.361.0011.1.019	AQUISIÇÃO E AMPLIAÇÃO DO ACERVO BIBLIOGRÁFICO NA ZONA URBANA	1.300,00
Produto	Livros adquiridos	33,00
07.020.12.361.0011.1.020	PROGRAMA DE AQUISIÇÃO DE MERENDA ESCOLAR DO PEQUENO AGRICULTOR	8.000,00
Produto	Entidades atendidas	1.000,00
07.020.12.361.0011.1.089	CAMINHO DA ESCOLA - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMO DE AQUISIÇÃO DE ÔNIBUS	115.400,00
Produto	Amortização realizada	24%
07.020.12.361.0011.2.043	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL	3.223.800,00
Produto	Serviços mantidos	24%
07.020.12.361.0011.2.044	MANUTENÇÃO DA MERENDA ESCOLAR	728.800,00
Produto	Refeições oferecidas	91.100
07.020.12.361.0011.2.045	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS DE INFORMÁTICA PARA ESCOLAS	4.100,00
Produto	bens móveis adquiridos	17,00
07.020.12.361.0011.2.046	LOCAÇÃO DE IMÓVEIS PARA ATENDIMENTO DA DEMANDA DO ENSINO FUNDAMENTAL	400,00
Produto	Imóveis locados	1,00
07.020.12.361.0011.2.047	DISTRIBUIÇÃO DE KITS ESCOLARES /FUNDAMENTAL	32.900,00
Produto	Kits distribuidos	4.113,00
07.020.12.361.0011.2.048	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA UNIDADES ESCOLARES	45.100,00
Produto	Kits distribuidos	32.900,00
07.020.12.361.0011.2.049	CONTRIBUIÇÃO A ASSOCIAÇÃO DE PAIS E AMIGOS DOS EXCEPCIONAIS	80.300,00
Produto	Contribuição efetuada	1,00
07.020.12.361.0011.2.050	PROGRAMA DE AUTONOMIA FINANCEIRA-PAF/FUNDAMENTAL	85.300,00
Produto	Entidades atendidas	24%
07.020.12.361.0011.2.051	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL 25%	1.732.500,00
Produto	Km percorrido	184.725
07.020.12.362	Ensino Médio	411.400,00
07.020.12.362.0012	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO MÉDIO	411.400,00
07.020.12.361.0011.2.052	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO MÉDIO 25%	411.400,00
Produto	Km percorrido	51.425
07.020.12.364	Ensino Superior	11.400,00
07.020.12.364.0037	CAPACITAÇÃO DO ENSINO SUPERIOR	11.400,00
07.020.12.364.0037.2119	LICENCIATURA PLENA EM EDUCAÇÃO INFANTIL	11.400,00
Produto	Capacitação realizada	25%
07.020.12.365	Educação Infantil	975.000,00
07.020.12.365.0013	PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE ENSINO INFANTIL	24.900,00
07.020.12.365.0013.1.021	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO INFANTIL	4.600,00
Produto	Centros sociais e outros reformados	6,13
07.020.12.365.0013.1.022	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO INFANTIL	20.300,00
Produto	Centros sociais e outros construidos e ampliados	27,07
07.020.12.365.0014	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL	950.100,00
07.020.12.365.0014.1.097	PROG. FORMAÇÃO INICIAL P/PROF. EM EXERCÍCIO NA EDUCAÇÃO INFANTIL/PROINFANTIL	10.600,00
Produto	0	14,13
07.020.12.365.0014.2.053	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL	889.700,00
Produto	Serviços mantidos	23%
07.020.12.365.0014.2.054	MANUTENÇÃO COM O PROGRAMA NACIONAL DE ALIMENTAÇÃO CRECHES PNAEC	31.800,00
Produto	Serviços mantidos	23%
07.020.12.365.0014.2.055	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA EDUC. INFANTIL	10.100,00
Produto	Entidades atendidas	41
07.020.12.365.0014.2.056	CONTRIBUIÇÃO AO CENTRO EDUCACIONAL CENECISTA 1º DE MAIO	400,00
Produto	Contribuição realizada	1
07.020.12.365.0014.2.057	DISTRIBUIÇÃO DE KITS ESCOLARES P/ EDUCAÇÃO INFANTIL	6.100,00
Produto	Kits distribuidos	763
07.020.12.365.0014.2.058	PROGRAMA DE AUTONOMIA FINANCEIRA-PAF/ INFANTIL	1.400,00
Produto	Serviços mantidos	24%
07.020.12.366	Educação de Jovens e Adultos	16.800,00
07.020.12.366.0015	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO DE JOVENS E DAULTOS	16.800,00
07.020.12.366.0015.1.023	IMPLANTAÇÃO DO CURSINHO PRÉ-VESTIBULAR CÁCERES-VEST	13.600,00
Produto	Programa executado	24%
07.020.12.366.0015.1.024	PROEJA- FORMAÇÃO INICIAL E CONTINUADA- FIC	3.200,00
Produto	Entidades atendidas	13
07.030.	FUNDEB	21.474.600,00
07.030.12	Educação	21.474.600,00
07.030.12.361	Ensino Fundamental	91.000,00
07.030.12.361.0010	PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DO ENSINO FUNDAMENTAL	35.100,00
07.030.12.361.0010.1.025	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE QUADRAS POLIESPORTIVAS ENS. FUNADAMENTAL	19.100,00
Produto	Quadras feitas	25,47
07.030.12.361.0010.1.026	REFORMA DE UNIDADES ESCOLARES DO ENSINO FUNDAMENTAL -FUNDEB 40%	12.000,00
Produto	Escolas reformadas	16
07.030.12.361.0010.1.027	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	4.000,00
Produto	Escolas construidas e ampliadas	5,33
07.030.12.361.0011	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	55.900,00
07.030.12.361.0010.1.028	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA ESCOLAS -FUNDEB	18.500,00
Produto	bens móveis adquiridos	75,00
07.030.12.361.0010.1.029	AQUISIÇÃO DE VEÍCULO PARA A EDUCAÇÃO FUNDAMENTAL - FUNDEB	29.500,00
Produto	Veículos adquiridos	1,00
07.030.12.361.0010.1.030	QUALIFICAÇÃO , APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE SERVIDORES- FUNDEB	7.900,00
Produto	Serviço qualificado	32,00
07.030.12.365	Educação Infantil	61.900,00
07.030.12.365.0013	PROGRAMA DE EXPANSÃO E MELHORIA DA REDE FÍSICA DE ENSINO INFANTIL	61.900,00
07.030.12.365.0013.1.031	REFORMA DAS UNIDADES DO ENSINO INFANTIL-FUNDEB	1.700,00
Produto	Reformas realizadas	2,53
07.030.12.365.0013.1.032	CONSTRUÇÃO E AMPLIAÇÃO DE UNIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB	60.200,00
Produto	Centros sociais e outros ampliados e/ construidos	81,07
07.030.12.361	Ensino Fundamental	19.904.200,00
07.030.12.361.0011	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO FUNDAMENTAL	19.904.200,00
07.030.12.361.0011.2.059	DISTRIBUIÇÃO DE KITS ESCOLARES FUNDEB	250.000,00
Produto	Kits distribuidos	9.263
07.030.12.361.0011.2.060	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL-FUNDEB 60%	13.290.200,00
Produto	Serviços mantidos	24%
07.030.12.361.0011.2.061	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO FUNDAMENTAL - FUNDEB 40%	3.848.000,00
Produto	Serviços mantidos	24%
07.030.12.361.0011.2.062	MANUTENÇÃO DO TRANSPORTE ESCOLAR DO ENSINO FUNDAMENTAL -FUNDEB	2.516.000,00
Produto	Km percorrido	360.000
07.030.12.365	Educação Infantil	1.417.500,00
07.030.12.365.0014	DESENVOLVIMENTO DO ENSINO INFANTIL	1.417.500,00
07.030.12.361.0011.2.063	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL-FUNDEB 60%	1.235.900,00
Produto	Serviços mantidos	24%
07.030.12.361.0011.2.064	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO ENSINO INFANTIL - FUNDEB 40%	181.600,00
Produto	Serviços mantidos,	25%
8	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**	25.336.100,00
08.010.	**SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS E SERVIÇOS URBANOS**	16.820.400,00
08.010.15	Urbanismo	15.621.200,00
08.010.15.122	Administração Geral	1.831.500,00
08.010.15.122.0002	PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL	1.831.500,00
08.010.15.122.0002.1.033	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO, E REFORMA DE PRÉDIOS PÚBLICOS	11.800,00
Produto	Prédios feitos	15,60
08.010.15.122.0002.2.065	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE OBRAS E SERV. URBANOS	1.762.100,00
Produto	Serviços mantidos	24%
08.010.15.122.0002.2.066	CONS. INTERM. DES. ECON. SOC. AMB. E TURISMO	57.600,00
Produto	Capacitação realizada	1,00
08.010.15.451	Infraestrutura Urbana	8.665.600,00
08.010.15.451.0016	PROGRAMA ; AMPLIAÇÃO, MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRAESTRUTURA URBANA	7.108.500,00
08.010.15.451.0016.1.034	PAVIMENTAÇÃO DE VIAS URBANAS,GUIAS E SARGETAS	4.160.800,00
Produto	Pavimentação realizada	5,547,73
08.010.15.451.0016.2.067	MANUTENÇÃO , ENCARGOS E MELHORAMENTO DE VIAS E INFRESTRUTURA URBANA	2.947.700,00
Produto	Serviços mantidos	25%
08.010.15.451.0017	PROGRAMA ,. CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	1.557.100,00
08.010.15.451.0017.1.035	CONSTRUÇÃO DE PRAÇAS PÚBLICAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	1.040.000,00
Produto	praças construidas	1.386,67
08.010.15.451.0017.1.036	REFORMA E REVITALIZAÇÃO DE PRAÇAS E LOGRADOUROS PÚBLICOS	517.100,00
Produto	Praças revitalizadas	689,47
08.010.15.452	Serviços Urbanos	5.124.100,00

08.010.15.452.0018	PROGRAMA : GESTÃO AMBIENTAL	2.167.600,00
08.010.15.452.0018.2.068	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DOS SERVIÇOS URBANOS	2.167.600,00
Produto	Serviços mantidos	26%
08.010.15.452.0019	PROGRAMA: AMPLIAÇÃO , MANUTENÇÃO E MELHORAMENTO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.956.500,00
08.010.15.452.0019.2.070	MANUTENÇÃO E AMPLIAÇÃO DA ILUMINAÇÃO PÚBLICA	2.956.500,00
Produto	Serviços mantidos	26%
08.010.26	Transporte	1.199.200,00
08.010.26.782	Transporte Rodoviário	1.199.200,00
08.010.26.782.0022	PROGRAMA: MOBILIDADE AÉREA, HIDROVIÁRIA E TERRESTRE	1.199.200,00
08.010.26.782.0022.1.039	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES URBANAS	48.000,00
Produto	Pontes feitas	27%
08.010.26.782.0022.1.040	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS RODOVIÁRIOS E DE TERRAPLENAGEM	4.000,00
Produto	bens móveis adquiridos	25%
08.010.26.782.0022.1.041	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE PONTES NA ZONA RURAL	100.800,00
Produto	Pontes construídas e/ ou recuperadas	25%
08.010.26.782.0022.1.042	CONSTRUÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ESTRADAS VICINAIS	1.046.400,00
Produto	Estradas vicinais construídas e/ou recuperadas;	25%
8.020	COORDENADORIA EXECUTIVA DE TRÂNSITO	478.700,00
08.020.15	Urbanismo	277.000,00
08.020.15.451	Infrestrutura Urbana	277.000,00
08.020.15.451.0022	PROGRAMA: MOBILIDADE URBANA	277.000,00
08.020.15.451.0022.1.092	Implementação de Sinalização e Equipamentos , Inclusive Turísticos na Zona Urbana	151.700,00
Produto	Projetos emplementados	20%
08.020.15.451.0022.2.071	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO SISTEMA MUNICIPAL DE TRÂNSITO	125.300,00
Produto	Serviços mantidos	24%
08.020.26	Transporte	201.700,00
08.020.15.451.0022.1.093	IMPLEMENTAÇÃO DE SINAL E EQUIPAMENTOS , INCLUSIVE TURÍSTICOS NA ZONA RURAL	201.700,00
Produto	Projetos emplementados	25%
8.030	SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL	8.037.000,00
8.030.17	Saneamento	8.037.000,00
8.030.17.15.452	Serviços Urbanos	859.400,00
8.030.17.15.452.0023	PROGRAMA: SANEAMENTO BÁSICO PARA A POPULAÇÃO	859.400,00
8.030.17.15.452.0023.2.069	MANUTENÇÃO COM AS ATIV. DE COLETA , DESTINAÇÃO FINAL DO LIXO E ADMIN. DO ATERRO SANITÁRIO	859.400,00
Produto	Serviços mantidos	24%
8.030.17.512	Saneamento Básico Urbano	7.177.600,00
8.030.17.512.0023	PROGRAMA: SANEAMENTO BÁSICO PARA A POPULAÇÃO	7.177.600,00
8.030.17.512.0023.1.043	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA	459.500,00
Produto	Rede ampliada	20%
8.030.17.512.0023.1.044	AMPLIAÇÃO E REFORMA DAS GALERIAS DE ÁGUAS PLUVIAIS	1.097.800,00
Produto	Galerias ampliadas e/ou reformadas	25%
8.030.17.512.0023.1.045	AMPLIAÇÃO E RECUPARAÇÃO DE CANAIS DE DRENAGEM	430.600,00
Produto	Canais drenados e/ou ampliados	23%
8.030.17.512.0023.1.046	AMPLIAÇÃO E REFORMA DA REDE DE ESGOTO SANITÁRIO	132.600,00
Produto	Esgoto sanitário empliado e reformado	25%
8.030.17.512.0023.1.047	CONSTRUÇÃO DE ESTAÇÃO DE TRATAMENTO DE ÁGUA- ETA	539.900,00
Produto	Estação de tratamento construida	26%
8.030.17.512.0023.2.072	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DAS ATIVIDADES DO SANEAMENTO BÁSICO MUNICIPAL	4.547.200,00
Produto	Reformas realizadas	23%
9	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO**	1.564.700,00
9.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE MEIO AMBIENTE E TURISMO**	1.564.700,00
09.010.18	Gestão Ambiental	8.600,00
09.010.18.541	Preservação e Conservação Ambiental	8.600,00
09.010.18.541.0025	GESTÃO AMBIENTAL	8.600,00
09.010.18.541.0025.2.076	PROGRAMA: MANUTENÇÃO E RECUPERAÇÃO DE ÁREA VERDE NO MUNICÍPIO	6.800,00
Produto	Área recuperada e/ ou mantida	10,00
09.010.23	Comércio e Serviços	1.556.100,00
09.010.23.122	Administração Geral	650.100,00
09.010.23.122.0002	PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL	650.100,00
09.010.23.122.0002.1.048	AMPLIAÇÃO E REFORMA DO PRÉDIO DA SEMATUR	4.700,00
Produto	Prédios feitos	7,00
09.010.23.122.0002.2.073	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE MEIO AMBIENTE E TURISMO	645.400,00
Produto	Serviços mantidos	24%
09.010.23.364	Ensino Superior	29.600,00
09.010.23.364.0024	PROMOÇÃO , APOIO E INFRAESTRUTURA AO TURISMO	29.600,00
09.010.23.364.0024.2.074	CONTRIBUIÇÃO AO CURSO DE TURISMO -UNEMAT	29.600,00
Produto	Contribuição realizada	1,00
09.010.23.695	Turismo	876.400,00
09.010.23.695.0021	PROMOÇÃO , APOIO E INFRAESTRUTURA AO TURISMO	876.400,00
09.010.23.695.0021.1.049	REALIZAÇÃO ANUAL DO FESTIVAL INTERNACIONAL DE PESCA ESPORTIVA FIP	747.700,00
Produto	Festival realizado	1,00
09.010.23.695.0021.1.050	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAL PERMANENTE	5.200,00
Produto	bens móveis adquiridos	21,00
09.010.23.695.0021.1.051	APOIO E PROMOÇÃO DO TURISMO, ECOTURISMO, FEIRAS E EVENTOS	16.900,00
Produto	Evento realizado	4,00
09.010.23.695.0021.1.052	REALIZAÇÃO DO CÁCERES FOLIA	93.000,00
Produto	Evento realizado	1,00
09.010.23.695.0021.1.053	PROGRAMA ; VIVÊNCIAS CÁCERES	13.600,00
Produto	Urbanização realizada	19,00
10	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	484.400,00
10.010	SECRETARIA MUNICIPAL DE PLANEJAMENTO	484.400,00
10.010.04	Adminsitração	484.400,00
10.010.04.122	Administração Geral	484.400,00
10.010.04.122.0002	PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL	484.400,00
10.010.04.122.0002.2.077	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE PLANEJAMENTO	484.400,00
Produto	Serviços mantidos	21%
11	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	3.143.900,00
11.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AGRICULTURA**	3.143.900,00
11.010.20	Agricultura	3.143.900,00
11.010.20.122	Administração Geral	561.900,00
11.010.20.122.0002	PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL	561.900,00
11.010.20.122.0002.2.078	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA	555.300,00
Produto	Serviços mantidos	24%
11.010.20.122.0002.2.123	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O CONSELHO MUNICIPAL DE DESENV. RURAL SUSTENTÁVEL	6.600,00
Produto	Serviços mantidos	24%
11.010.20.606	Extensão rural	2.582.000,00
11.010.20.606.0026	PROGRAMA DE PROMOÇÃO À ECONOMIA SOLIDÁRIA	2.582.000,00
11.010.20.606.0026.1.058	AQUISIÇÃO DE MÁQUINAS E IMPLEMENTOS AGRÍCOLAS	800,00
Produto	bens móveis adquiridos	0,00
11.010.20.606.0026.1.059	PROMOÇÃO DE POLÍTICAS DE GERAÇÃO DE RENDA EM APOIO À AGRICULTURA FAMILIAR	4.400,00
Produto	Promoção realizada	24%
11.010.20.606.0026.1.060	IMPLANTAÇÃO DE VIVEIRO MUNICIPAL E RECUPERAÇÃO DE NASCENTES E ÁREAS DEGRADADAS	4.400,00
Produto	Viveiro implementado	24%
11.010.20.606.0026.1.061	IMPLANTAÇÃO DE PROGRAMA DE DIVERSIFICAÇÃO DE HÁBITOS ALIMENTARES	3.800,00
Produto	Programa implantado	24%
11.010.20.606.0026.1.062	INCENTIVO AO AGROESTRATIVISMO E AGROINDÚSTRIA	6.600,00
Produto	Incentivo realizado	1%
11.010.20.606.0026.1.063	FOMENTO DE PROJETOS ESPECIAIS	466.000,00
Produto	Projetos especiais realizados	24%
11.010.20.606.0026.1.065	INCENTIVO À PSICULTURA	3.800,00
Produto	Incentivo concedido	24%
11.010.20.606.0026.1.066	INCENTIVO À INSEMINAÇÃO ARTIFICIAL	3.800,00
Produto	Incentivo concedido	24%
11.010.20.606.0026.1.067	PARTICIPAÇÃO NA REALIZAÇÃO DA EXPOAGRO DE CÁCERES	38.400,00
Produto	Contribuição efetuadas	1%
11.010.20.606.0026.1.088	IRRIGAÇÃO DE ASSENTAMENTOS	2.020.000,00
Produto	Famílias assistidas	360
11.010.20.606.0026.1.091	CONTRIBUIÇÃO AO SINDICATO DOS TRABALHADORES RURAIS	30.000,00
Produto	Contribuição efetuada	1,00
12	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**	3.289.700,00
12.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL**	408.900,00
12.010.08	Assistência Social	381.500,00
12.010.08.122	Administração Geral	366.400,00
12.010.08.122.0002	PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL	366.400,00
12.010.08.122.0002.1.068	QUALIFICAÇÃO, APERFEIÇOAMENTO E CAPACITAÇÃO DE TRABALHADORES DA ASSIST. SOCIAL	5.500,00
Produto	Servidores capacitados	22,00
12.010.08.122.0002.2.079	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE AÇÃO SOCIAL	246.100,00
Produto	Serviços mantidos	31%
12.010.08.122.0002.2.080	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO CONSELHO TUTELAR	114.800,00
Produto	Serviços mantidos	31%
12.010.08.241	Assistência ao Idoso	3.200,00
12.010.08.241.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	3.200,00
12.010.08.241.0032.2.082	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUN. DOS DIREITOS DO IDOSO	3.200,00

Produto	Serviços mantidos	24%
12.010.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	6.900,00
12.010.08.243.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	6.900,00
12.010.08.243.0032.2.087	MANUTENÇÃO E ENCARGOS C/ OCONSELHO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE	6.900,00
Produto	Serviços mantidos	24%
12.010.08.244	Assistência Comunitária	5.000,00
12.010.08.244.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	5.000,00
12.010.08.244.0032.2.095	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	5.000,00
Produto	Serviços mantidos	25%
12.010.11	Trabalho	22.900,00
12.010.11.334	Fomento ao Trabalho	22.900,00
12.010.11.334.0033	COMBATE À POBREZA , À DESIGUALDADE E AO DESEMPREGO	22.900,00
12.010.11.334.0033.1.069	CAPACITAÇÃO PARA O MERCADO DE TRABALHO	4.400,00
Produto	Capacitação realizada	18,00
12.010.11.334.0033.2.116	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O SINE	14.500,00
Produto	Serviços mantidos	29%
12.010.11.334.0033.2.117	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO CONSELHO MUNICIPAL DO TRABALHO	4.000,00
Produto	Conselho mantido	24%
12.010.15.	Urbanismo	4.500,00
12.010.15.244	Assistência Comunitária	4.500,00
12.010.15.244.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	4.500,00
12.010.15.244.0032.2.120	MANUTENÇÃO E ENCARGOS DO CONSELHO MUNICIPAL DE HABITAÇÃO	4.500,00
Produto	Serviços mantidos	24%
12.020	FUNDO MUNICIPAL DE ASSISTÊNCIA SOCIAL	2.490.300,00
12020.08	Assistência Social	2.490.300,00
12020.08.241	Assitência ao Idoso	29.200,00
12020.08.241.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	29.200,00
12020.08.241.0032.2.081	API-APOIO A PESSOA IDOSA	29.200,00
Produto	Programa executado	23%
12.020.08.242	Assistência ao Portador de Necessidades Especiais	35.600,00
12.020.08.242.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	35.600,00
12.020.08.242.0032.2.083	PISO DE TRANSIÇÃO DE MÉDIA COMPLEXIDADE/ PESSOA COM DEFICIÊNCIA	35.600,00
Produto	Programa executado	23%
12.020.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	484.300,00
12.020.08.243.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	484.300,00
12.020.08.243.0032.2.084	SERVIÇOS SÓCIOEDUCATIVOS DO PETI/CRIANÇA/ADOLESCENTE	222.000,00
Produto	Serviços mantidos	23%
12.020.08.243.0032.2.085	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE /VIOLAÇÃO DE DIREITOS /CRIANÇA E ADOLESCENTE	104.800,00
Produto	Programa executado	23%
12.020.08.243.0032.2.086	PISO BÁSICO VARIÁVEL I PROJOVEM ADOLESCENTE	69.500,00
Produto	Programa executado	24%
12.020.08.243.0032.2.089	PISO FIXO DE MÉDIA COMPLEXIDADE III MEDIDAS SÓCIOEDUCATIVAS	72.100,00
Produto	Programa executado	24%
12.020.08.243.0032.2.090	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE I / CRIANÇA	15.900,00
Produto	Programa executado	25%
12.020.08.244	Assistência Comunitária	1.941.200,00
12.020.08.244.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	1.941.200,00
12.020.08.244.0032.1.073	AQUISIÇÃO DE EQUIPAMENTOS E MATERIAIS PERMANENTES PARA DEMANDAS SOCIAIS	500,00
Produto	bens móveis adquiridos	3,00
12.020.08.244.0032.1.100	FOMENTO MICRO-CRÉDITO MT FOMENTO	4.000,00
Produto	Serviços mantidos	30,00
12.020.08.244.0032.2.091	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO CONSELHO DOS DIREITOS DA MULHER	3.500,00
Produto	Serviços mantidos	24%
12.020.08.244.0032.2.092	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL ANTI-DROGAS	3.500,00
Produto	Serviços mantidos	24%
12.020.08.244.0032.2.094	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE ASSIST. SOCIAL	1.485.200,00
Produto	Serviços mantidos	23%
12.020.08.244.0032.2.097	PISO BÁSICO FIXO/ SERVIÇOS DE PSB AS FAMÍLIAS	208.600,00
Produto	Programa executado	23%
12.020.08.244.0032.2.098	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM O BOLSA FAMÍLIA /IGD	110.000,00
Produto	Serviços mantidos	23%
12.020.08.244.0032.2.099	PISO BÁSICO VARIÁVEL I I	107.200,00
Produto	Programa executado	23%
12.020.08.244.0032.2.100	MANUTENÇÃO DO PROGRAMA BENEFÍCIOS EVENTUAIS	11.300,00
Produto	Serviços mantidos	24%
12.020.08.244.0032.2.118	PISO DE ALTA COMPLEXIDADE / POPULAÇÃO EM SITUAÇÃO DE RUA	7.400,00
Produto	Serviços mantidos	30%
12.030	FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL	55.500,00
12.040.08	Assistência Social	55.500,00
12.040.08.244	Assistência Comunitária	55.500,00
12.040.08.244.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	55.500,00
12.040.08.244.0032.2.101	FUNDO MUNICIPAL DE INVESTIMENTO SOCIAL	55.500,00
12.040	FUNDO MUNICIPAL ANTI-DROGAS FUMAD	8.400,00
12040.08	Assitência Social	8.400,00
12040.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	8.400,00
12040.08.243.0032.2.093	MANUTENÇÃO COM AS ATIVIDADES DO FUNDO MUN. ANTI-DROGAS FUMAD	8.400,00
Produto	Serviços mantidos	22%
12.050	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	11.800,00
12.050.08	Assitência Social	11.800,00
12.050.08.244	Assistência Comunitária	11.800,00
12.050.08.244.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	11.800,00
12.050.08.244.0032.2.102	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA MULHER	11.800,00
Produto	Programa implantado	30%
12.060	FUNDO MUNICIPAL DO DIREITO DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	309.000,00
12.060.08	Assistência Social	291.600,00
12.060.08.243	Assistência à Criança e ao Adolescente	291.600,00
12.060.08.243.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	291.600,00
12.060.08.243.0032.1.071	ENFRENTAMENTO À EXPLORAÇÃO SEXUAL INFANTO JUVENIL	71.500,00
Produto	Programa executado	20%
12.060.08.243.0032.1.078	PROGRAMA DE COMBATE AO TRABALHO INFANTIL	84.400,00
Produto	Programa executado	20%
12.060.08.243.0032.1.079	PROGRAMA DE APRENDIZAGEM PROFISSIONAL	110.100,00
Produto	Entidades atendidas	16
12.060.08.243.0032.2.088	FUNDO MUNICIPAL DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO ADOLESCENTE	25.600,00
Produto	Serviços mantidos	12%
12.060.11	Trabalho	17.400,00
12.060.11.334	Fomento ao Trabalho	17.400,00
12.060.11.334.0033	COMBATE À POBREZA , À DESIGUALDADE E AO DESEMPREGO	17.400,00
12.060.11.334.0033.1.094	IMPLANTAÇÃO DO PROGRAMA PRIMEIRO EMPREGO	17.400,00
Produto	Programa implantado	24%
12.070	FUNDO MUNICIPAL DA HABITAÇÃO	5.800,00
12.070.15	Urbanismo	5.800,00
12.070.15.482	Habitações urbanas	5.800,00
12.070.15.482.0032	PROTEÇÃO SOCIAL E PROGRAMAS DE DISTRIBUIÇÃO DE RENDA	5.800,00
12.070.15.482.0032.2.129	MANUTENÇÃO DO FUNDO MUN. DE HABITAÇÃO	5.800,00
Produto	Programa implantado	31%
13	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**	836.400,00
13.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE ESPORTE, CULTURA E LAZER**	836.400,00
13.010.13	Cultura	776.900,00
13.010.13.122	Administração Geral	776.900,00
13.010.13.122.0002	PROGRAMA GESTÃO PÚBLICA RESPONSÁVEL	776.900,00
13.010.13.122.0002.2.104	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE ESPORTE, CULTURA E LAZER	776.900,00
Produto	Serviços mantidos	24%
13.010.13.392	Difusão Cultural	46.300,00
13.010.13.392.0029	PROMOÇÃO , APOIO E REVITALIZAÇÃO DA CULTURA	46.300,00
13.010.13.392.0029.2.105	REALIZAÇÃO E PROMOÇÃO DE OFICINA DE ARTES E EVENTOS CULTURAIS	5.900,00
Produto	Promoção realizada	24%
13.010.13.392.0029.2.106	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DO CONSELHO MUNICIPAL DE CULTURA	2.700,00
Produto	Serviços mantidos	23%
13.010.13.392.0029.2.107	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM A BANDA MUNICIPAL DE CÁCERES	37.700,00
Produto	Serviços mantidos	23%
13.010.27	DESPORTO E LAZER	13.200,00
13.010.27.812	Desporto Comunitário	13.200,00
13.010.27.812.0027	PROMOÇÃO ,APOIO AO ESPORTE E LAZER	13.200,00
13.010.27.812.0027.1.080	CONSTRUÇÃO, AMPLIAÇÃO E REFORMA DE GINÁSIOS DE ESPORTES E PRAÇAS ESPORTIVAS	6.800,00
Produto	Ginásio e praças feitos	21%
13.010.27.812.0027.1.081	CONSTRUÇÃO E REFORMA DE MINI-ESTÁDIOS E ESTÁDIOS DE FUTEBOL	3.100,00
Produto	Miniestádios e/ ou estádios feitos'	1,00
13.010.27.812.0027.2.108	MANUTENÇÃO DAS ATIVIDADES ESPORTIVAS E DE LAZER	3.300,00
Produto	Serviços realizados	24%
14	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	189.300,00
14.010	**SECRETARIA MUNICIPAL DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO**	189.300,00

14.010.22	Indústria	5.500,00
14.010.22.661	Promoção Industrial	5.500,00
14.010.22.661.0036	PROMOÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO	5.500,00
14.010.22.661.0036.2.110	PROGRAMA DE APOIO E PROMOÇÃO DA INDÚSTRIA	5.500,00
Produto	Entidades atendidas	24%
14.010.23	Comércio e Serviços	183.800,00
14.010.23.122	Administração Geral	178.300,00
14.010.23.122.0002	PROGRAMA GESTÃO RESPONSÁVEL	178.300,00
14.010.23.122.0002.2.109	MANUTENÇÃO E ENCARGOS COM AS ATIVIDADES DA SECRETARIA DE INDÚSTRIA E COMÉRCIO	178.300,00
Produto	Serviços mantidos	0,24
14.010.23.691	Promoção Comercial	5.500,00
14.010.23.691.0036	PROMOÇÃO E APOIO AO EMPREENDEDORISMO	5.500,00
14.010.23.691.0036.2.111	PROGRAMA DE APOIO E PROMOÇÃO DO COMÉRCIO	5.500,00
Produto	Entidades atendidas	24%

Prefeitura Municipal de Campos de Júlio

EDITAL Nº. 016/2010
De: 01/10/2010

CLAÍDES LAZARETTI MASUTTI, Prefeita Municipal de Campos de Júlio,Estado do Mato Grosso, no uso de atribuições legais, faz saber que,

Art. 1º. Ficam convocados os candidatos abaixo relacionados classificados e aprovados no Concurso Público 001/2010 de 18/03/2010 para comparecer no Departamento de Recursos Humanos, a fim de apresentar os documentos exigidos conforme Edital nº. 001/2010, para a efetiva nomeação. Torna público para os cargos abaixo relacionados:

Cargo: (1) MOTORISTA DE VEÍCULO ESPECIAL "D"	CLASSIFICAÇÃO
LAURENCIMAR GALDINO DA SILVA	10º
Cargo: (2) AUXILIAR DE SERV. GERAIS FEMININO	CLASSIFICAÇÃO
ROSA MARIA DE SIQUEIRA	18º
Cargo: (2) AUXILIAR DE SERV. GERAIS MASCULINO	CLASSIFICAÇÃO
JOÃO MILTON LUCAS	8º
IVAL NUNES DIAS	9º
JOSÉ APARECIDO DE FRANÇA JUNIOR	10º

Art. 2º. O não comparecimento no período de 30 (trinta) dias, contados a partir da publicação deste Edital, implicará na desistência da vaga.

Gabinete da Prefeita Municipal de Campos de Júlio, Estado de Mato Grosso, ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e dez.

CLAÍDES LAZARETTI MASUTTI
Prefeita Municipal

Prefeitura Municipal de Canabrava do Norte

LEI Nº. 443/2010
DE: 07 DE JUNHO DE 2010.

"Autoriza o Poder Executivo Municipal a promover alterações no Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, aprovado pela Lei Municipal nº. 420/09 de 30/11/2009".

O Prefeito Municipal de *Canabrava do Norte* – Estado de Mato Grosso, **Sr. *Lourival Martins Araújo*** no uso das suas atribuições legais conferidas em Lei, Faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona e promulga a seguinte lei:

Art. 1º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover alterações nas metas financeiras das Receitas e Despesas, constantes do Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, aprovado pela **Lei Municipal nº 420/09, de 30/11/2009,** abrangendo os exercícios financeiros de 2011 a 2013.

Art. 2º - Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a promover alterações necessárias para adequação das informações constantes no Anexo I – Programas, Ações e Metas do Plano Plurianual para o período de 2010 a 2013, aprovado pela **Lei Municipal nº 420/09, de 30/11/2009**, abrangendo os exercícios financeiros de 2011 a 2013.

Parágrafo Único: Nos exercícios financeiros de 2011 a 2013, o Anexo I – Programas, Ações e Metas e os demais anexos do PPA passam a vigorar conforme os anexos integrantes desta lei.

Art. 3º- **Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrária.**

LOURIVAL MARTINS ARAÚJO
PREFEITO MUNICIPAL

LEI Nº 444/2010 De: 07 de Junho 2010.

"Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração e execução da Lei Orçamentária Anual de 2011 e dá outras providências".

Lourival Martins de Araújo, Prefeito do Município de Canabrava do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são atribuídas por lei, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte lei:

Artigo 1º - Nos termos da Constituição Federal, Artigo 165 Parágrafo 2º, esta Lei estabelece as Diretrizes Orçamentárias do Município de Canabrava do Norte para o exercício de 2011 e orienta a elaboração da respectiva Lei Orçamentária Anual, dispõem sobre as alterações na Legislação Tributária e atende as determinações impostas pela Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

Artigo 2º - As metas e prioridades do Município para o exercício de 2011 serão estabelecidos no Anexo I desta Lei.

Parágrafo Único – Atendendo ao disposto no artigo 4º da Lei Complementar 101/2000 e na Portaria STN nº 462/2009, integram esta Lei os seguintes anexos:

I – Tabela I – Demonstrativo de Riscos Fiscais e Providências – Anexo de Riscos Fiscais - ARF (LRF, artigo 4º, § 3º);

II – Tabela II – Demonstrativo I – Metas Anuais – AMF (LRF, artigo 4º, § 1º);

III – Tabela III – Demonstrativo II – Avaliação do Cumprimento das Metas Fiscais do Exercício Anterior - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso I);

IV – Tabela IV – Demonstrativo III – Metas Fiscais Atuais Comparadas com as Fixadas nos Três Exercícios Anteriores - AMF (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso II);

V – Tabela V – Demonstrativo IV – Evolução do Patrimônio Líquido - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VI – Tabela VI – Demonstrativo V – Origem e Aplicação dos Recursos Obtidos com a Alienação de Ativos - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso III);

VII – Tabela VII – Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Receitas e Despesas Previdenciárias do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a");

VIII – Tabela VIII – Demonstrativo VI – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - Projeção Atuarial do Regime Próprio de Previdência dos Servidores - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso IV, alínea "a");

IX – Tabela IX – Demonstrativo VII – Estimativa e Compensação da Renúncia de Receita - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

X – Tabela X – Demonstrativo VIII – Margem de Expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado - AMF - (LRF, artigo 4º, § 2º, Inciso V);

Artigo 3º - Atendidas as metas priorizadas para o exercício de 2011, a Lei Orçamentária poderá contemplar o atendimento de outras metas, acrescidas ao orçamento por Créditos Especiais, desde que façam parte do plano Plurianual correspondente ao período de 2010/2013**.**

Artigo 4º - A Lei Orçamentária não consignará recursos para início de novos projetos se não estiverem adequadamente atendidos os em andamento e contempladas as despesas de conservação do patrimônio público, conforme determina o artigo 45 da Lei Complementar n.º 101/00, de 04 de maio de 2000.

§ 1º - A Regra constante do *caput* deste artigo aplica-se no âmbito de cada fonte de recursos, conforme vinculações legalmente estabelecidas.

§ 2º - Entende-se por adequadamente atendidos os projetos cuja realização física esteja conforme o cronograma físico financeiro pactuado e em vigência.

Artigo 5º – São prioridades da Administração Pública Municipal para o exercício de 2011 o cumprimento de ações estratégicas nas áreas de:

a) Educação;

b) Saúde e Saneamento;
c) Infra-estrutura Urbana Básica;
d) Modernização Administrativa Funcional;
e) Política Salarial de acordo as normas vigentes;
f) Promoção e Assistência Social;
g) Meio Ambiente e Turismo.

Artigo 6º – O Orçamento do Município consignará, obrigatoriamente, recursos para atender as despesas de:

a) Pagamento do serviço da dívida;
b) Pagamento de pessoal e seus encargos;
c) Duodécimos destinados ao Poder Legislativo;
d) Cobertura de precatórios judiciais;
e) Manutenção das atividades do município e seus fundos;
f) Aplicação na Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental;
g) Aplicação nas Ações e Serviços de Saúde;
h) Contribuição ao PASEP;
i) Reserva de Contingência nos termos do artigo 19.

Parágrafo Único – Na hipótese do Município vir a contratar consórcios públicos para a realização de objetivos de interesse comum, nos termos da Lei Federal nº 11.107/05, deverá observar as normas contidas no artigo 8º do referido diploma legal.

Artigo 7º – O Poder Executivo Municipal, tendo em vista a capacidade financeira do município, poderá fazer a seleção de prioridade dentre as relacionadas no Anexo I, integrante desta lei.

Parágrafo Único – Não poderão ser fixados novos projetos sem que sejam definidas as fontes de recursos, exceto aqueles financiados com recursos de outras esferas de governo.

Artigo 8º - A Lei Orçamentária deverá apresentar equilíbrio entre Receitas e Despesas, e em observância às demais normas de direito financeiro, especialmente os parágrafos 5º, 6º, 7º e 8º do artigo 165 da Constituição Federal**.**

Parágrafo Único – Conforme previsto no artigo 166, § 8º da Constituição Federal, será admitido o desequilíbrio entre receitas e despesas desde que as previsões de receitas excedam as fixações de despesas e atendam exclusivamente às atribuições legais dos fundos previdenciários cujo objetivo principal é a captação e aplicação dos recursos financeiros para garantir o pagamento dos benefícios previdenciários, considerando ainda:

I – que as despesas de custeio dos fundos previdenciários não excedam a dois pontos percentuais do valor total da remuneração dos servidores dos entes contribuintes conforme determinação da Portaria MPAS nº. 4.992, artigo 17, VIII, § 3º;

II – que os recursos dos fundos devem ser aplicados exclusivamente nos pagamentos de benefícios previdenciários conforme determinado pelo inciso III do artigo 2º da Portaria MPAS nº. 4992;

III – que os ingressos mensais de receitas são consideravelmente maiores que a execução das despesas legais e obrigacionais do fundo de previdência.

Artigo 9º - Até trinta dias após a publicação da Lei orçamentária do exercício de 2011, o Executivo estabelecerá, por Decreto, o Cronograma mensal de desembolso, de modo a compatibilizar a realização de despesas ao efetivo ingresso das receitas municipais.

§ 1º - O cronograma que trata este artigo dará prioridade ao pagamento de despesas obrigatórias do Município em relação às despesas de caráter discricionário e respeitará todas as vinculações constitucionais e legais existentes.

§ 2º - No caso de órgãos da administração indireta, os cronogramas serão definidos individualmente, respeitando-se sempre a programação das transferências intragovernamentais eventualmente previstas na lei orçamentária.

Artigo 10º - Na hipótese de ser constatada após o encerramento de um bimestre, frustração na arrecadação de receitas, mediante atos próprios, os Poderes Executivo e Legislativo determinarão limitação de empenhos e movimentação financeira no montante necessário à preservação do resultado estabelecido.

§ 1º - Ao determinarem à limitação de empenhos e movimentação financeira, os chefes dos poderes executivo e legislativo adotarão critérios que produza o menor impacto possível nas ações de caráter social, particularmente a educação, saúde e assistência social.

§ 2º - Não se admitirá a limitação de empenhos e movimentação financeira nas despesas vinculadas, caso a frustração na arrecadação esteja ocorrendo nas respectivas receitas.

§ 3º - Não serão objetos de limitação de empenhos e movimentação financeira as despesas que constituem obrigações legais do município.

§ 4º - A limitação de empenho e movimentação financeira também será adotada na hipótese de ser necessária a redução de eventual excesso da dívida em relação aos limites legais obedecendo ao que dispõem o artigo 31 da Lei Complementar 101/2000**.**

Artigo 11º- A limitação de empenho e movimentação financeira de que trata o artigo anterior poderá ser suspensa, no todo ou em parte caso a situação de frustração de receita se reverta no bimestre seguinte**.**

Artigo 12º– Todo o projeto de Lei enviado pelo Executivo, versando sobre a concessão de anistia, remissão, subsídio, crédito presumido, concessão de isenção em caráter não geral, alteração de alíquota ou modificação de base de cálculo que implique redução discriminada de tributos ou contribuições, e outros benefícios que correspondam a tratamento diferenciado, além de atender ao disposto no artigo 14 da Lei Complementar 101/00, de 4 de maio de 2000, deve ser instruído com demonstrativo de que não prejudicará o cumprimento de obrigações constitucionais, legais e judiciais a cargo do município e que não afetará as ações de caráter social, particularmente, a educação, saúde e assistência social.

Artigo 13º – Para fins do disposto no Parágrafo 3º do artigo 16 da Lei Complementar n.º 101/00 considera-se irrelevante as despesas realizadas até o valor de R$ 8.000,00 (oito mil reais) no caso de aquisições de bens e prestações de serviços, e de R$ 15.000,00 (quinze mil reais), no caso de realização de obras públicas ou serviços de engenharia.

Artigo 14º – Para fins do disposto da alínea "e", inciso I do artigo 4º da Lei Complementar n.º 101/00, o Executivo instituirá um Conselho para efetuar o controle de custos e avaliação dos resultados dos programas financiados pelo orçamento municipal.

§ 1º - O Conselho levantará os custos e avaliará os resultados valendo-se dos seguintes critérios:

I – O levantamento de custos será feito por consulta de preços praticados no mercado mesmo quando se referirem à execução de obras, serviços ou aquisições que excedam aos valores de dispensa de licitação conforme previsto no artigo 43, IV da Lei Federal 8.666/93.

II – Quando os valores das obras, serviços ou aquisições ultrapassarem os valores de dispensa de licitação, estas se realizarão mediante formalização de processos licitatórios regidos pela Lei Federal 8.666/93 e alterações posteriores**.**

III – Os resultados serão avaliados levando-se em conta o cumprimento das metas pretendidas, da satisfação social e da comunidade beneficiada, a execução dentro do prazo previsto e a estrita observância dos princípios da economicidade, eficácia e transparência.

IV – Que a execução das obras, serviços ou aquisições venham atender solicitações comunitárias ou necessidades sociais.

§ 2º - O Conselho que trata este artigo será nomeado por Decreto a ser baixado pelo Prefeito Municipal devendo seus membros representar:

I – 01 – Engenheiro ou Técnico representando a Secretaria de Infra-estrutura, quando se tratar de obras ou serviços de engenharia;

II – 01 – Representante do Setor de Compras e Licitações do Município;

III – 01 – Representante da Comunidade a ser beneficiada;

IV – 01 – Representante do Conselho Municipal de Saúde, quando se tratar de recursos da saúde;

IV – 01 – Representante da Associação de Pais, Alunos e Professores do Município, quando se tratar de recursos da educação**.**

§ 3º - Os relatórios e demonstrativos produzidos pelo Conselho serão objetos de ampla divulgação, para conhecimento dos cidadãos e instituições organizadas da sociedade.

Artigo 15º – Na realização de programa de competência do Município adotar-se-á a estratégia de transferir recursos a instituições públicas e privadas sem fins lucrativos desde que autorizado por Lei Municipal e sejam firmados convênios, ajustes e outros congêneres, pelo qual fique claramente definido o dever de cada parte, forma e prazos para prestação de contas.

§ 1º - No caso de transferência a pessoas, exigir-se-á, igualmente, autorização em lei especifica que tenha por finalidade a regulamentação de programa pelo qual essa transferência será efetuada, ainda que por meio de concessão de crédito.

§ 2º - A regra de que trata o *caput* deste artigo aplica-se às transferências a instituições públicas vinculadas à União, ao Estado ou outro município.

§ 3º - As transferências intragovernamentais entre órgãos dotados de personalidade jurídica própria, assim como os fundos especiais, que compõe a lei orçamentária ficam condicionadas às normas constantes das respectivas leis instituidoras ou leis específicas.

Artigo 16º. Fica o Executivo autorizado a arcar com as despesas, de responsabilidade de outras esferas do Poder Público, desde que firmados os respectivos convênios, termos de acordo, ajuste ou congêneres e venham oferecer benefícios à população do um município desde que existam recursos orçamentários disponíveis:

I – Empaer;

II – Policias Civil e Militar;

III – Indea;

IV – Sema;

V – Tribunal Regional Eleitoral;

VI – Exatoria Estadual;

VII – IBAMA;

VIII – Tribunal Regional do Trabalho;

IX - Detran.

Artigo 17º – O aumento da despesa com pessoal, em decorrência de qualquer das medidas relacionadas no Artigo 169, § 1º, da Constituição Federal, poderá ser realizado mediante lei especifica, desde que obedecidos os limites previstos nos artigos 20 e 22, § único da Lei Complementar n.º 101/00, e cumpridas as exigências previstas nos artigos 16 e 17 do referido diploma legal.

§ 1º - No caso do Poder Legislativo, deverão ser obedecidos, adicionalmente, limites fixados nos artigos 29 e 29-A da Constituição Federal.

§ 2º - Os aumentos de que trata este artigo somente poderão ocorrer se houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender as projeções de despesas de pessoal e aos acréscimos dela decorrentes.

Artigo 18º. Na hipótese de ser atingido o limite prudencial de que trata o artigo 22 da Lei Complementar nº. 101/00, a manutenção de horas extras somente poderá ocorrer nos casos de calamidade pública, na execução de programas emergências de saúde pública ou em situações de extrema gravidade, devidamente reconhecida por decreto do chefe do executivo**.**

Artigo 19º – Fica constituído uma Reserva de Contingência a ser incluída na Lei Orçamentária, destinada ao atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, equivalente a, no máximo 1% (um por cento) da receita corrente líquida**.**

§ 1º - Ocorrendo a necessidade de serem atendidos passivos contingentes ou outros riscos e eventos fiscais imprevistos, o executivo providenciará a abertura de créditos adicionais suplementares à conta de reserva do *caput*, na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

§ 2º - Na hipótese de não vir a ser utilizada, a reserva de que trata o *caput* deste artigo, no todo ou em parte, os recursos remanescentes poderão ser utilizados para abertura de créditos adicionais autorizados na forma do artigo 42 da Lei Federal 4.320/64.

Artigo 20º – A Mesa da Câmara Municipal elaborará sua proposta orçamentária para o exercício de 2011 e a remeterá ao Executivo até 60 (sessenta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de lei orçamentária àquele Poder.

Parágrafo Único – O Executivo encaminhará ao Legislativo, até 30 (trinta) dias antes do prazo previsto para remessa do projeto de Lei Orçamentária, os estudos e estimativas das receitas para o exercício de 2011, inclusive da receita corrente liquida, acompanhados das respectivas memórias de cálculo conforme previsto no § 3º do artigo 12 da LC 101/2000.

Artigo 21º – Até 29 de outubro de 2010 o executivo poderá encaminhar ao legislativo o projeto de lei estabelecendo as seguintes alterações na legislação tributária do município:

a) Revisão da planta genérica de valores, de forma a atualizar o valor venal dos imóveis e para cobrança do IPTU;
b) Atualização das alíquotas do ISSQN;
c) Atualização das taxas municipais;
d) Contribuição de Melhorias;
e) Outras receitas de competência Municipal.

Artigo 22º – Na ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária o Poder Executivo poderá fazer a revisão das metas financeiras discriminadas no Anexo I desta Lei, adequando-as com as previsões de receitas justificadas pela Memória de Cálculo.

Parágrafo Único – A proposta orçamentária deverá ser elaborada em observância ao artigo 12 da L.C. nº. 101/00 e artigos 22 a 26 da Lei Federal nº. 4.320/64.

Artigo 23º – O projeto de lei orçamentária do Município, relativo ao exercício financeiro de 2011, deverá assegurar a transparência na elaboração e execução do orçamento.

Parágrafo Único – O princípio da transparência implica, além da observância do princípio constitucional da publicidade, na utilização dos

meios disponíveis para garantir o efetivo acesso dos munícipes às informações relativas ao orçamento.

Artigo 24º – Será assegurado ao cidadão à participação nas audiências públicas para:

a) elaboração da proposta orçamentária de 2011, mediante regular processo de consulta;

b) avaliação das metas fiscais, conforme definido no artigo 9º, § 4º, da Lei Complementar nº 101/2000, ocasião em que o Poder Executivo demonstrará o comportamento das metas previstas nesta Lei.

Artigo 25º – Não sendo encaminhado ao Poder Executivo o autografo da Lei Orçamentária até o início do exercício de 2011, ficam os Poderes autorizados a realizarem a proposta orçamentária até a sua aprovação e remessa pelo Poder Legislativo, na base de 1/12 (um doze avos) a cada mês.

Artigo 26º – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação.

Canabrava do Norte-MT, 07 de Junho de 2010.

LOURIVAL MARTINS DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Carlinda

EXTRATO DE PUBLICAÇÃO DE CONTRATOS

EXTRATO DO CONTRATO Nº 042/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO: A.M. BATISTA DOS SANTOS - ME
VALOR: R$ 11.570,000 (Onze mil e quinhentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: 13/09/2010 à 31/12/2010
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 17/2010
OBJETO: Contratação de Empresa Especializada em aluguéis de Cadeiras e aquisição de água Mineral em garrafas de 500 ML, Água mineral em Galão de 20 litros e Bebidas tipo Refrigerante de 2 litros.

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 043/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO: DANIEL PEREIRA DUARTE
VALOR: R$ 6.320,00 (Seis mil e trezentos e vinte reais)
VIGÊNCIA: 17/09/2010 à 31/12/2010
PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação Nº 18/2010
OBJETO: Locação de um imóvel rural para instalação do Aterro Sanitário Municipal.

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 044/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO: SILARIO BALBINO MAÇANEIRO
VALOR: R$ 2.040,00 (Dois mil e quarenta reais)
VIGÊNCIA: 17/09/2010 à 31/12/2010
PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação Nº 17/2010
OBJETO: Locação de um imóvel para instalação provisória do PSF São Paulo Apóstolo.

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 045/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO: NELSON YOTI OBUTI
VALOR: R$ 5.200,00 (Cinco mil e duzentos reais)
VIGÊNCIA: 17/09/2010 à 31/12/2010
PROCESSO LICITATÓRIO: Dispensa de Licitação Nº 19/2010
OBJETO: Locação de um imóvel para instalação do CENTRO DE REABILITAÇÃO JOÃO LAURIANO LEMES NETO, deste Município, localizado na Av, Avenida Antonio Castilho, s/nº.

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 046/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO: W. SANTOS E APPA LTDA
VALOR: R$ 29.670,00 (Vinte e nove mil e seiscentos e setenta reais)
VIGÊNCIA: 23/09/2010 à 31/12/2010
PROCESSO LICITATÓRIO: Tomada de Preço Nº 19/2010
OBJETO: Aquisição de jogos de carteira escolar para atender as necessidades das Escolas Municipais.

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO CONTRATO Nº 047/2010
CONTRATANTE: PREFEITURA MUNICIPAL DE CARLINDA
CONTRATADO: COMERCIAL CARLINDA DE ALIMENTOS LTDA
VALOR: R$ 7.713,00 (Sete mil e setecentos e treze reais)
VIGÊNCIA: 23/09/2010 à 31/12/2010
PROCESSO LICITATÓRIO: Pregão Presencial Nº 24/2010
OBJETO: AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS PARA ATENDER A SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO NOS CURSOS E EVENTOS DESTA SECRETARIA.

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL

EXTRATO DO PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO 018/2010
OBJETO: Alteração das **CLÁUSULAS SÉTIMA e OITAVA (Do Valor Global e Da Forma de Pagamento)** do Contrato nº 018/2010, devidamente vinculado ao Processo Licitatório – Modalidade **DISPENSA DE LICITAÇÃO Nº 010/2010.**
Fica alterada a **CLÁUSULA OITAVA,** que passa a ter a seguinte redação: Das condições de pagamento o preço fixado na cláusula anterior será pago da seguinte forma:
· **R$ 57.082,00 (Cinqüenta e sete mil e oitenta e cinco reais)**, com vencimento para o dia 25 do mês, correspondente ao mês de **Setembro à Dezembro de 2010.**
Os demais Itens da Cláusula em questão continuam com a redação original.
CONTRATADA: CLÍNICA MÉDICA CARLINDA LTDA

ORODOVALDO ANTONIO DE MIRANDA
PREFEITO MUNICIPAL

Prefeitura Municipal de Chapada do Guimarães

AVISO DE CANCELAMENTO DE LICITAÇÃO
EDITAL DE CONCORRÊNCIA Nº. 006/2010
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº 042/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CHAPADA DOS GUIMARÃES/MT, situada à Rua Tiradentes, 166 – Centro – Chapada dos Guimarães – MT, através do Presidente da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados que resolve a Comissão de Licitação por revogar o processo licitatório na Modalidade CONCORRÊNCIA Nº. 006/2010, com base no disposto no art. 49 da Lei 8666/93 e o item 11.6 do edital, cujo objeto é *"**Contratação de empresa especializada para a execução dos Serviços de Coleta e Transporte de Resíduos Sólidos Urbanos e de Limpeza e Conservação de Vias e Logradouros Públicos para o Município de Chapada dos Guimarães – MT***".

CHAPADA DOS GUIMARAES – MT, 04 DE OUTUBRO DE 2010.

JOSÉ SEBASTIAO CHAVES
Presidente da CPL

Prefeitura Municipal de Colíder

EDITAL DE
CONVOCAÇÃO DE APROVADOS DO PROCESSO SELETIVO SIMPLIFICADO Nº 002/2010

Ficam Convocados os aprovados no Processo Seletivo Simplificado nº 002/2010 que deverão apresentar-se na Divisão de Recursos Humanos da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento Básico, **07 de Outubro de 2010** munidos dos seguintes documentos originais e duas cópias legíveis, que serão retidas:
-Certificado/Diploma, devidamente registrado, de conclusão de curso, emitido por instituição de ensino credenciada pelo Ministério da Educação, para o cargo que se candidatou;
-Registro nos respectivos Conselhos Profissionais;
-Titulo de Eleitor com o comprovante de votação/justificativa da última eleição;
-Comprovante de quitação com as obrigações militares, se do sexo masculino;
-Carteira de Identidade;
-Cadastro de Pessoa Física - CPF;
-Certidão de Nascimento/Casamento ou Escritura Pública de União Estável;
-02 fotos 3x4 atual e colorida;
-Carteira de Trabalho;
-Comprovante de inscrição no PIS/PASEP;
-Certidão de Nascimento dos filhos menores de 21 anos;
-Certidão de Inexistência de Antecedentes Criminais dos últimos 05 (cinco) anos, expedida pelo foro da Comarca em que o candidato residir ou for domiciliado;
-Atestado de Sanidade Mental (emitidos por profissionais do SUS)
-Atestado Médico de capacidade Física (emitidos por profissionais do SUS)
-Declaração de não infringência ao Inciso XVI – art. 37 da Constituição Federal e, disponibilidade do tempo para cumprimento de carga horária;
-Comprovante de residência em nome do candidato, dos genitores ou declaração firmada pelo proprietário do imóvel com firma reconhecida;
-Carteira Nacional de Habilitação;
-Comprovante se estrangeiro na forma da lei (naturalizado);
-Cópia da Declaração de Bens encaminhada à Receita Federal relativa ao último exercício fiscal ou declaração de bens, se isento;
-Outros documentos pertinentes que se fizerem necessários.

O provimento do candidato no emprego fica condicionado à apresentação de todos os documentos comprobatórios dos requisitos relacionados acima. **O início das atividades se dará até o dia 07 de Outubro de 2010**.
Os candidatos convocados são:
Cargo/Função: Agente de Combate as Endemias:
· **IVONE ROCHA DOURADO - 17º Aprovada**
· **ADRIANA APARECIDA DE FREITAS COSTA - 18º Aprovada**
· **ELIZANGELA GONÇALVES MACHADO - 19º Aprovada**

O não pronunciamento do candidato aprovado no prazo estabelecido para esse fim facultará ao Poder executivo a convocação dos candidatos seguintes, perdendo o mesmo o direito de investidura no emprego ao qual se habilitou.
Os contratos para os aprovados que forem chamados para assumir o cargo, terão validade a partir da data da assinatura do contrato até 31 de Dezembro de 2010, podendo ser renovado a critério da Administração Municipal.
O presente processo seletivo simplificado tem validade de 12 (doze) meses, contado a partir 21 de Junho de 2010 podendo ser prorrogado uma vez, por igual período.

Colíder/MT, 04 de Outubro de 2010

Celso Paulo Banazeski
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Confresa

Portaria nº 210/2010 de 30 de Setembro de 2010.
DISPÕE SOBRE INSTAURAÇÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR

GASPAR DOMINGOS LAZARI, Prefeito Municipal de Confresa, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais que lhes são atribuídas pela Lei Orgânica Municipal e Lei Complementar Municipal nº: 020/2005 Art. 152.

CONSIDERANDO:
· Relatório de Serviço da Empresa TORK OESTE de 09/09/2010.
· Ofício 096/2010 da Secretaria Municipal de Infraestrutura de 10/09/2010.
· Ofício 098/2010 da Secretaria Municipal de Infraestrutura de 24/09/2010.

RESOLVE;

Art. 1º - Determinar Instauração de Processo Administrativo Disciplinar em desfavor do Servidor efetivo ocupante do cargo de **AGENTE DE MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO** o Sr. **LUIS FERNANDO VARELA,** Matricula 010425, Lotado na Secretaria Municipal de Infraestrutura.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Fica revogada a Portaria de nº 192 de 16 de Setembro de 2010

Registra-se,
Publique-se,
Cumpra-se.

Confresa-MT, 30 de Setembro de 2010.

GASPAR DOMINGOS LAZARI
Prefeito Municipal

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA

Balancete Financeiro - Por Categoria Econômica — Mês/Ano : Agosto/2010

Receita		Despesa	
Títulos	Valor	Títulos	Valor
Receita Orçamentária	8.222.525,98	Despesa Orçamentária	12.255.929,21
RECEITA TRIBUTARIA	-5.402,75	Despesas exceto Intra-orçamentárias	12.188.215,82
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	70.784,59	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	997.580,56
RECEITA PATRIMONIAL	18.299,97	OUTRAS DESPESAS CORRENTES	676.171,23
RECEITA DE SERVIÇOS	153.284,39	INVESTIMENTOS	10.444.096,70
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	2.320.020,26	AMORTIZAÇÃO DE DÍVIDA	70.367,33
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	15.253,72		
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.848.145,95	Despesas Intra-orçamentárias	67.713,39
OUTRAS RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAM	1.406,16	PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS	67.713,39
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIAS CORRENTES	-199.266,31		
Receita Extra - Orçamentária	13.916.287,79	Despesa Extra - Orçamentária	4.794.329,34
DISPONÍVEL	55.453,90	DISPONÍVEL	55.453,90
DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	55.453,90	DISPONÍVEL EM MOEDA NACIONAL	55.453,90
CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	59.851,33	CRÉDITOS EM CIRCULAÇÃO	957.760,53
CRÉDITOS A RECEBER	59.851,33	CRÉDITOS A RECEBER	957.760,53
CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	59.851,33	CRÉDITOS DIVERSOS A RECEBER	957.760,53
DEPÓSITOS	536.663,27	DEPÓSITOS	255.732,48
CONSIGNAÇÕES	536.663,27	CONSIGNAÇÕES	255.732,48
DE TERCEIROS	536.663,27	DE TERCEIROS	255.732,48
OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.816.812,53	OBRIGAÇÕES EM CIRCULAÇÃO	3.455.146,90
OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃO (	3.766.182,98	OBRIGAÇÕES CONSTITUÍDAS POR EXECUÇÃ	3.333.930,69
DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	3.766.182,98	DESPESA LIQUIDADA A PAGAR	3.333.930,69
OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	50.629,55	OBRIGAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	121.216,21
RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	47.611,18	RESTOS A PAGAR PROCESSADOS DOS ÚI	23.254,61
CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERIORE	3.018,37	RESTOS A PAGAR NÃO PROCESSADOS	95.222,36
INTERFERÊNCIAS ATIVAS	957.760,53	CONSIGNAÇÕES DE EXERCÍCIOS ANTERI(	2.739,24
TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS RECEBIDAS	957.760,53	INTERFERÊNCIAS PASSIVAS	70.235,53
REPASSES ATIVOS	957.760,53	TRANSFERÊNCIAS FINANCEIRAS CONCEDID/	70.235,53
Despesas Empenhadas a Liquidar*	8.489.746,23	REPASSES PASSIVOS	70.235,53
Saldos anteriores	4.499.028,96	Saldos atuais	9.587.584,18
APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	2.407.501,27	APLICAÇÕES NO MERCADO ABERTO	7.232.883,12
BANCO C/ MOVIMENTO	1.624.499,30	BANCO C/ MOVIMENTO	1.915.509,55
BANCOS C/ VINCULADAS	57.318,05	BANCOS C/ VINCULADAS	27.127,87
INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00	INVESTIMENTOS DO RPPS	0,00
POUPANÇA	409.710,34	POUPANÇA	412.063,64
TESOURARIA GERAL	0,00	TESOURARIA GERAL	0,00
Total	26.637.842,73	Total	26.637.842,73

*Nota: Os valores da conta 'Despesas Empenhadas a Liquidar' referem-se à contrapartida das Despesas Orçamentárias empenhadas mas não liquidadas que ainda não foram inscritas em Restos a Pagar não processados.

CONFRESA, 31/08/2010

GASPAR DOMINGOS LAZARI	ELIETE JULIANA LAZZARI	MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLÉ
PREFEITO MUNICIPAL	SECRETARIA DE FINANÇAS	CRC-MT- 009136/O-3

ESTADO DE MATO GROSSO
PREFEITURA MUNICIPAL DE CONFRESA
Balanço Orçamentário - Administração Direta

Betha Sistemas
Mês de Agosto 2010

RECEITA				DESPESA			
Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$	Títulos	Previsão/Fixação R$	Execução R$	Diferenças R$
RECEITAS CORRENTES	27.355.894,52	20.493.993,16	-6.861.901,36	CRÉDITOS ORÇAMENTÁRIOS E SUPLEMENTA	44.298.129,34	35.261.942,81	-9.036.186,53
RECEITA TRIBUTARIA	1.709.469,52	1.110.793,70	-598.675,82	CRÉDITOS ESPECIAIS	6.765.765,88	5.381.585,97	-1.384.179,91
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	765.000,00	261.912,65	-503.087,35	CRÉDITOS EXTRAORDINÁRIOS	0,00	0,00	0,00
RECEITA PATRIMONIAL	345.000,00	139.995,91	-205.004,09	INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS PASSIVAS	0,00	562.974,42	562.974,42
RECEITA DE SERVIÇOS	1.425.000,00	1.195.236,18	-229.763,82	DEMAIS TRANSFERÊNCIAS CONCEDIDAS	0,00	562.974,42	562.974,42
TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	22.936.425,00	17.633.506,91	-5.302.918,09				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	175.000,00	152.547,81	-22.452,19				
RECEITAS DE CAPITAL	5.714.462,44	7.650.002,92	1.935.540,48				
TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	5.714.462,44	7.650.002,92	1.935.540,48				
RECEITAS CORRENTES INTRA-ORÇAM	665.000,00	30.345,29	-634.654,71				
RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	665.000,00	0,00	-665.000,00				
OUTRAS RECEITAS CORRENTES	0,00	30.345,29	30.345,29				
DEDUÇÕES DA RECEITA	-2.138.800,00	-1.508.087,01	630.712,99				
DEDUÇÕES DE TRANSFERENCIA	-2.138.800,00	-1.508.087,01	630.712,99				
INTERFERÊNCIAS FINANCEIRAS ATIVAS	0,00	957.760,53	957.760,53				
DEMAIS TRANSFERÊNCIAS RECEBIDA	0,00	957.760,53	957.760,53				
Soma	31.596.556,96	27.624.014,89	-3.972.542,07	Soma	51.063.895,22	41.206.503,20	-9.857.392,02
Déficits	19.467.338,26	13.582.488,31	-5.884.849,95	Superávits	0,00	0,00	0,00
TOTAL	51.063.895,22	41.206.503,20	-9.857.392,02	TOTAL	51.063.895,22	41.206.503,20	-9.857.392,02

CONFRESA, 31/08/2010

GASPAR DOMINGOS LAZARI
PREFEITO MUNICIPAL

MARISANGELA JUNKER JARDIM BELLÉ
CRC-MT- 009136/O-2

Prefeitura Municipal de Conquista D´Oeste

PUBLICAÇÃO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL – 025 / 2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE CONQUISTA D'OESTE torna público, para conhecimentos dos interessados, que a licitação promovida pelo PREGÃO PRESENCIAL Nº. 025/2010, que tem como objeto, a contratação de nutricionista teve como vencedora a proponente SANDRA FINGER que apresentou proposta no valor total de R$ 10.800,00 (Dez mil e oitocentos reais) sendo este o melhor preço ofertado no objeto licitado.

Conquista D'Oeste, 01 de outubro de 2010.

Célia Regina J. Tavares
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Ipiranga do Norte

Lei n° 301, de 30 de setembro de 2010.

Dispõe sobre as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2011 e dá outras providências.

ORLEI JOSÉ GRASSELI, Prefeito do Município de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais previstas no art. 19, inciso X, art. 53, inciso I, todos da Lei Orgânica Municipal, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

CAPÍTULO I
DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º. São estabelecidas, em cumprimento ao disposto no art. 165, § 2º, da Constituição Federal e em consonância com o art. 4º, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, e ainda com o disposto no Artigo 133, § 2º da Lei Orgânica do Município e no que couber, as disposições contidas na Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964 as diretrizes orçamentárias para o ano de 2011, da administração pública direta e indireta do Município, nela incluída a Prefeitura Municipal o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Ipiranga do Norte – IPIRANGA PREVI e Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ipiranga do Norte, compreendendo:

I - as prioridades e metas da administração pública municipal;
II - as metas fiscais e os riscos fiscais;
III - a estrutura e organização dos orçamentos;
IV - as diretrizes para a elaboração e execução dos orçamentos do Município e suas alterações;
V - as disposições relativas à arrecadação e alterações na legislação tributária;
VI - as disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
VII - as disposições gerais.

CAPÍTULO II
DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL E DAS METAS FISCAIS

Art. 2º. As prioridades e metas para o exercício financeiro de 2011 são as especificadas neste artigo e no documento "Anexo de Metas e Prioridades para 2011", as quais terão precedência na alocação de recursos na Lei Orçamentária de 2011, não se constituindo, todavia, em limite à programação das despesas.

§ 1º. Integra esta Lei também o Anexo de Metas Fiscais, elaborado conforme orientações constantes do manual aprovado pela Portaria do STN n° 249, de 30 de abril de 2010.

§ 2º. O Município define como Meta Fiscal o valor que se pretende atingir, no exercício orçamentário e nos dois seguintes, a título de receitas, despesas, montante da dívida pública e resultados nominal e primário, este representando o valor que se espera destinar ao pagamento de juros e do principal da dívida.

§ 3º. Terão prioridade sobre as ações de expansão: o pagamento do serviço da dívida, as despesas com pessoal e encargos sociais e a manutenção das atividades.

§ 4º. O Município aplicará, no mínimo, 25% (vinte e cinco por cento) da receita resultante de impostos, apurado conforme disposto na Lei Orgânica do Município, na manutenção e desenvolvimento do ensino.

§ 5º. O Município deverá aplicar pelo menos 15% (quinze por cento) da receita resultante de impostos, nas ações e serviços públicos de saúde.

Art. 3º. Para os efeitos desta Lei, entende-se por:

I - Programa, o instrumento de organização da ação governamental, que articula um conjunto de ações que concorrem para a concretização dos objetivos pretendidos, visando à solução de um problema ou o atendimento de uma necessidade ou demanda da sociedade;
II - Atividade, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de governo;
III - Projeto, um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou aperfeiçoamento da ação de governo; e
IV - Operação Especial, as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços.

§ 1º. Cada programa identificará as ações necessárias para atingir os seus objetivos, sob a forma de atividades, projetos e operações especiais, especificando as respectivas metas e valores, bem como as unidades orçamentárias responsáveis pela realização da ação.

§ 2º. As categorias de programação de que trata esta Lei serão identificadas no Projeto de Lei Orçamentária Anual por programas, atividades, projetos ou operações especiais, e respectivos subtítulos.

CAPÍTULO III
DA ESTRUTURA E ORGANIZAÇÃO DOS ORÇAMENTOS

Art. 4º. O Orçamento do Município compreenderá a programação dos órgãos dos Poderes Executivo e Legislativo e o Fundo Municipal de Previdência dos Servidores de Ipiranga do Norte – IPIRANGA PREVI e Serviço Autônomo de Água e Esgoto – SAAE de Ipiranga do Norte.

Parágrafo Único. Nos Orçamentos dos Fundos Municipais e das demais entidades da administração indireta, desde que, como Unidades Gestoras, possuam contabilidade própria, serão estimadas apenas as receitas de sua competência legal e dos convênios firmados por seus dirigentes, assim como, as despesas relativas aos programas executados com estes recursos.

Art. 5º. O Orçamento discriminará a despesa por unidade orçamentária, detalhada por categoria de programação, especificando a esfera orçamentária, a fonte de recursos e o desdobramento da despesa por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de aplicação.

Art. 6º. A Lei Orçamentária discriminará em categorias de programação específicas, as dotações destinadas:

I - às ações relativas à saúde e assistência social;
II - ao pagamento de benefícios da previdência social, para cada categoria de benefício;
III - ao atendimento às ações de alimentação escolar;
IV - às despesas com o desenvolvimento do ensino fundamental;
V - ao pagamento de precatórios judiciários, que constarão das unidades orçamentárias responsáveis pelos débitos;

Art. 7º. O projeto de Lei Orçamentária que o Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, será constituído de:
I - mensagem;
II – texto da lei;
III - quadros orçamentários consolidados;
IV - anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social, discriminando a receita e a despesa na forma definida nesta lei;

Parágrafo Único. Os quadros orçamentários a que se refere o inciso III deste artigo, incluindo os complementos referenciados no art. 22, inciso III, da Lei n° 4.320, de 17 de março de 1964, são os seguintes:

I - evolução da receita do Município, segundo as categorias econômicas e seu desdobramento;
II - evolução da despesa do Município, segundo as categorias econômicas;
III - demonstrativo da receita e da despesa, segundo as categorias econômicas
IV - demonstrativo da receita, segundo as categorias econômicas;
V - resumo geral da despesa, segundo as categorias econômicas;
VI - despesas orçamentárias, segundo Poder e unidades, por categoria econômica, grupo de natureza de despesa e modalidade de;
VII - programa de trabalho do governo - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais;
VIII - despesas orçamentárias por funções, sub-funções, programas, projetos/atividades/operações especiais;
IX - despesas orçamentárias por funções, sub-funções e programas, conforme o vínculo;

Art. 8º. A mensagem que encaminhar o projeto da Lei Orçamentária conterá:

I - quadro demonstrativo da evolução da receita nos exercícios de 2008 a 2010 e previsão para 2011 a 2013;
II - metodologia e memória de cálculo das estimativas das receitas segundo as rubricas da lei orçamentária;
III - reserva de contingência;
VI - montante de recursos para aplicação na manutenção e desenvolvimento do ensino, a que se refere o art. 212 da Constituição;

§ 1º. Os valores constantes dos demonstrativos previstos no parágrafo anterior serão elaborados a preços da proposta orçamentária, explicitada a metodologia utilizada para sua atualização.

§ 2º. Os demonstrativos e informações complementares exigidos por esta Lei identificarão, logo abaixo do respectivo título, o dispositivo a que se referem.

Art. 9º. Para efeito do disposto no artigo anterior, o Poder Legislativo, encaminhará a Secretaria de Administração e Finanças do Município, até 15 de Setembro de 2010, suas propostas orçamentárias, observados os parâmetros e diretrizes estabelecidos nesta Lei, para fins de consolidação do projeto de lei orçamentária.

CAPÍTULO IV
DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Art. 10. A previsão da receita e a fixação da despesa na Lei Orçamentária deverão ocorrer a preços correntes.

Art. 11. A elaboração do projeto, sua aprovação e a execução da lei orçamentária de 2011 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da gestão fiscal, observando-se o princípio da publicidade e permitindo-se o amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada uma dessas etapas.

Art. 12. Na estimativa da receita poderá ser especificado e deduzido um valor, compatível com o constante do Demonstrativo VII, do Anexo de Metas Fiscais, destinado a cobrir os efeitos da concessão ou ampliação de incentivo ou benefício de natureza tributária da qual decorra renúncia de receita, conforme definida no § 1º, do art. 14, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único. Se a previsão referida no *caput* não for incluída na lei orçamentária, a renúncia de receita tributária somente poderá ocorrer, no exercício de 2011, se for acompanhada de medidas de compensação por meio do aumento de receita, nos termos no inciso II, do art. 14, da referida Lei Complementar.

Art. 13. Na fixação da despesa deverá ser observada a compatibilidade da programação dos orçamentos com os objetivos e metas do PPA e LDO.

Art. 14. Na programação da despesa não poderão ser fixadas despesas sem que estejam definidas as respectivas fontes de recursos e definidas as unidades executoras, devendo ser observado o equilíbrio entre receitas e despesas.

Art.15. Na determinação do montante de despesa deverá ser observada a margem para expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado definida no Demonstrativo VIII, do Anexo de Metas Fiscais, voltada a fazer frente às despesas correntes enquadradas na situação prevista no caput do art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, a ser demonstrada, inclusive quanto à forma de compensação, no anexo à Lei Orçamentária a que se refere o Inciso II, do Art. 5º, da mesma Lei Complementar.

Art.16. Será incluída no projeto da Lei Orçamentária a previsão de recursos decorrentes de operações de crédito e de convênios com outras esferas de Governo.

Art.17. Além da observância das prioridades e metas fixadas nos termos do art. 2º desta Lei, a Lei Orçamentária e seus créditos adicionais somente incluirão projetos novos se:

I - tiverem sido adequadamente contemplados todos os projetos em andamento e as despesas destinadas à preservação do patrimônio público, especificados no relatório encaminhado pelo Poder Executivo ao Legislativo, nos termos do parágrafo único, do art. 45, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
II - os recursos alocados viabilizarem a conclusão de uma etapa ou a obtenção de uma unidade completa, considerando-se as contrapartidas do Município, nos casos de transferências voluntárias da União e do Estado, as quais deverão ser estabelecidas de modo compatível com a capacidade financeira do Município;
III - estiverem previstos no Plano Plurianual ou em lei que autorizou sua inclusão no referido Plano.

Art. 18. Não poderão ser programados novos projetos:

I - por conta de redução ou anulação de projetos em andamento;
II - que não possuam comprovada viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 19. O Poder Legislativo terá como limite para o total da despesa, incluindo os subsídios dos Vereadores e excluídos os gastos com inativos, o valor correspondente de até 7% (sete por cento) sobre o somatório da receita tributária e das transferências previstas no § 5º do art. 153 e 159 da Constituição Federal, efetivamente realizado no exercício anterior.

Art. 20. É permitida a inclusão na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais de dotação específica valor destinado ao custeio de despesas de competência de outro ente da Federação, desde que autorizadas mediante lei especifica e que sejam destinadas ao atendimento das situações que envolvam claramente o interesse local.

Parágrafo único. A realização da despesa definida no *caput* deste artigo deverá ser precedida da aprovação de plano de trabalho e da celebração de convênio, acordo, ajuste ou congênere, nos termos do art. 116 da Lei n° 8.666/1993.

Art. 21. É vedada a inclusão, na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais, de dotações a título de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, ressalvadas aquelas destinadas a entidades privadas sem fins lucrativos, de atividades de natureza continuada, que preencham uma das seguintes condições:

I - sejam de atendimento direto ao público, de forma gratuita, nas áreas de assistência social, saúde ou educação, e estejam registradas no Conselho Municipal de Assistência Social – CMAS;
II - sejam de atendimento direto e gratuito ao público e voltadas para o ensino especial, ou representativo da comunidade escolar das escolas públicas estaduais e municipais do ensino fundamental;
III - sejam vinculadas a organismos de naturezas filantrópicas, institucionais ou de assistência social;
IV - sejam entidades culturais e comunitárias, sem fins lucrativos, que prestam serviços em atividades culturais, tendo como objetivos o desenvolvimento e a divulgação da cultura em geral, e outras atividades afins;
V - atendam ao disposto no art. 204 da Constituição e ao disposto no art. 61 do ADCT;

§ 1º. Para se habilitar ao recebimento de subvenções sociais, contribuições e/ou auxílios, a entidade privada sem fins lucrativos deverá apresentar declaração de funcionamento regular, emitida no exercício de 2011.

§ 2º. Não poderá ser concedida subvenção social, contribuição e/ou auxílio à entidade que esteja em débito com relação a prestações de contas decorrentes de sua responsabilidade.

§ 3º. Sem prejuízo da observância das condições estabelecidas neste artigo, a inclusão de dotações na Lei Orçamentária e sua execução, dependerão, ainda, de publicação, pelo Poder Executivo, de normas a serem observadas na concessão, prevendo-se cláusula de reversão no caso de desvio de finalidade e de identificação do beneficiário e do valor transferido no respectivo convênio.

§ 4º. O disposto neste artigo não se aplica às contribuições estatutárias devidas às entidades municipalistas que o Município for associado.

Art. 22. As entidades privadas beneficiadas com recursos públicos a qualquer título submeter-se-ão à fiscalização do Poder concedente com a finalidade de verificar o cumprimento de metas e objetivos para os quais receberem os recursos.

Art. 23. O Poder Executivo emitirá, como anexo à Lei Orçamentária, relação das entidades que, o exercício financeiro de 2011, poderão vir a ser beneficiadas por Subvenção Social, Contribuição e/ou Auxílio.

Art. 24. A Lei Orçamentária conterá Reserva de Contingência em montante equivalente a no máximo, 0,5% (meio por cento), da Receita Corrente Liquida - RCL, que serão destinados, através de decreto do Poder Executivo Municipal, para atendimento exclusivo de riscos orçamentários e riscos da dívida, conforme especificados Anexo de Riscos Fiscais.

Art. 25. A Lei Orçamentária para 2011 poderá autorizar o Poder Executivo a proceder a remanejamentos, dentro de cada projeto, atividade ou operação especial, do saldo das dotações dos seus grupos de natureza ou elementos de despesa.

Art. 26. As destinações de recursos, aprovados na lei orçamentária e em seus créditos adicionais, poderão ser modificadas, justificadamente, para atender às necessidades de execução do orçamento, por Decreto do Poder Executivo.

CAPITULO V

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS À ARRECADAÇÃO E DAS ALTERAÇÕES NA
LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO

Art. 27. O Município fica obrigado a arrecadar todos os tributos de sua competência inclusive os da Contribuição de Melhoria quando for o caso.

Parágrafo Único. A Administração Municipal deverá despender esforços no sentido de diminuir o volume da Dívida Ativa inscrita, de natureza tributária e não tributária.

Art. 28. As receitas oriundas de atividades econômicas exercidas pelo Município terão suas fontes revisadas e atualizadas, considerando-se os fatores conjunturais e sociais que possam influenciar as sua respectiva produtividade.

Art. 29. O Poder Executivo adotará as seguintes medidas, voltadas ao aumento da arrecadação tributária do Município:

I - elaboração de diagnóstico sobre a base para lançamento do IPTU, incluindo a atualização da planta cadastral e revisão de critérios;
II - reestruturação da atividade de fiscalização tributária;
III - aperfeiçoamento dos instrumentos para agilidade da cobrança da dívida ativa e atualização do valor dos créditos;
IV - atualização do cadastro mobiliário fiscal de caráter obrigatório.

Art.30. Somente poderá ser aprovada ou editada lei que conceda ou amplie incentivo ou benefício de natureza tributária se atendidas as exigências do Art. 14 da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 31. Na estimativa das receitas do projeto da Lei Orçamentária poderão ser considerados os efeitos de propostas de alterações na legislação tributária que sejam objeto de projeto de lei que esteja em tramitação na Câmara Municipal.

CAPÍTULO VI
DAS DESPESAS COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 32. No exercício financeiro de 2011, as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes Executivo e Legislativo, observarão os limites estabelecidos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 33. Observado o disposto no art. 169 da Constituição Federal, em 2011 somente poderão ser admitidos servidores se:

I - existirem cargos vagos a preencher;
II - houver prévia dotação orçamentária suficiente para o atendimento da despesa;
III - forem observados os limites previstos no artigo anterior;
IV - for observado o disposto nos artigos 16, 17 e 21, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 34. O Poder Executivo poderá, mediante lei autorizativa, criar ou alterar cargos e funções, alterar a estrutura organizacional, corrigir ou aumentar a remuneração dos servidores e conceder vantagens, desde que observadas às regras do art. 16, quando aplicável e do Art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

§ 1º. Os projetos de lei sobre transformação de cargos, bem como os relacionados a aumento de gastos com pessoal e encargos sociais, no âmbito do Poder Executivo, deverão ser acompanhados do impacto financeiro e orçamentário elaborado pela Secretaria Especial de Coordenação Geral.

§ 2º. O Poder Legislativo assumirá, em seu âmbito, as atribuições necessárias ao cumprimento do disposto neste artigo.

§ 3º. A administração Direta e Indireta poderá realizar concursos públicos para o provimento de cargos e funções públicas desde que observados as exigências constitucionais e as disposições da Lei de Responsabilidade Fiscal.

Art. 35. A Lei do Orçamento deverá prover os créditos necessários à concessão da revisão geral anual da remuneração dos servidores públicos, em cumprimento ao disposto no Inciso X, do Art. 37, da Constituição Federal.

Parágrafo Único. Quando da concessão da revisão geral da remuneração de que trata este artigo, estão dispensados os procedimentos exigidos pelo Art. 17, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 36. Nas situações em que a despesa total com pessoal do Poder Executivo tiver extrapolado a 95% (noventa e cinco por cento) do limite referido no art. 20, da Lei de Responsabilidade Fiscal, a realização de serviço extraordinário somente poderá ocorrer quando destinada ao atendimento de relevante interesse público, especialmente os voltados para as áreas de segurança e saúde, que ensejam situações emergenciais de risco ou de prejuízo para a sociedade.

Parágrafo único. A autorização para a realização de serviço extraordinário, no âmbito do Poder Executivo, nas condições estabelecidas no *caput* deste artigo, é de exclusiva competência do Secretário Especial de Coordenação Geral.

Art. 37. No caso de os limites máximos de despesas com pessoal para os Poderes Executivo e Legislativo, estabelecidos no Art. 20 da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000, forem ultrapassados em qualquer um dos Poderes, serão adotadas, no respectivo Poder, as seguintes medidas voltadas ao reenquadramento no prazo máximo de dois quadrimestres:

I - eliminação de despesas com horas extras, exceto se enquadradas nas situações previstas no artigo anterior desta Lei;
II - exoneração de servidores ocupantes de cargos em comissão;
III - eliminação de vantagens concedidas a servidores;
IV - demissão de servidores admitidos em caráter temporário.

CAPÍTULO VII
DAS DISPOSIÇÕES GERAIS E FINAIS

Art. 38. O Poder Executivo deverá desenvolver sistema gerencial de apropriação de despesas, com o objetivo de demonstrar o custo de cada ação ou área de governo e de permitir o acompanhamento e avaliação das gestões orçamentária, financeira e patrimonial.

Art. 39. A avaliação dos resultados obtidos em cada Poder, dos programas que integram a execução orçamentária, deverá ser procedida, pelo Poder Executivo, em base bimestral.

§ 1º. O Poder Executivo encaminhará à Câmara de Vereadores, no prazo de trinta dias após o encerramento de cada bimestre e sessenta dias após o encerramento do exercício, relatório de avaliação do cumprimento das metas bimestrais e do exercício, bem assim as justificações de eventuais desvios, com indicação das medidas corretivas.

§ 2º. A unidade responsável pela coordenação do controle interno do Poder Executivo Municipal apreciará os relatórios mencionados no parágrafo anterior e acompanhará a evolução dos resultados primário e nominal, durante a execução orçamentária e financeira.

Art. 40. Caso seja necessária a limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira, nas situações previstas no Art. 9º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, será fixado, por ato do Poder Executivo, o percentual de limitação para o conjunto de "projetos", "atividades" e "operações especiais" e a participação do Poder Legislativo, sobre o total das dotações iniciais constantes da lei orçamentária de 2011, excetuando:

I - as despesas que constituem obrigação constitucional ou legal de execução; e

II - as despesas com ações vinculadas às funções saúde, educação e assistência social, não incluídas no inciso I;

§ 1º. Terão prioridade, como fonte de recursos para a limitação de empenho, a adoção das seguintes medidas:

I - redução de investimentos programados com recursos próprios.
II - eliminação de despesas com horas-extras;
III - exoneração de servidores ocupantes de cargo em comissão;
IV - eliminação de vantagens temporárias concedidas a servidores;
V - redução de gastos com combustíveis;

§ 2º. Na hipótese da ocorrência do disposto no *caput* deste artigo, o Poder Executivo comunicará ao Poder Legislativo o montante que caberá a cada um tornar indisponível para empenho e movimentação financeira, com vistas à obtenção do equilíbrio na execução orçamentária e financeira do exercício.

Art. 41. A contratação de operações de crédito e as operações de crédito por antecipação de receitas orçamentárias ficarão condicionadas à fiel observância do disposto, no que couber à esfera Municipal, Capítulo VII, na Seção IV, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Art. 42. O Poder Executivo deverá elaborar e publicar, em até trinta dias após a publicação da Lei Orçamentária de 2011, a programação financeira e o cronograma mensal de desembolso para o ano, por Secretaria e unidades da administração indireta, observando, em relação às despesas constantes desse cronograma, a limitação necessária à obtenção da meta de resultado primário.

§ 1º. A programação financeira e o cronograma de desembolso deverão ser elaborados com base na previsão da efetiva arrecadação mensal, devendo ser incentivada a participação das diversas Secretarias na definição dos gastos mensais a serem realizados, tomando-se por base as ações constantes dos programas do Plano Plurianual e as prioridades e metas constantes desta Lei de Diretrizes Orçamentárias.

§ 2º. O desembolso dos recursos financeiros, correspondentes aos créditos orçamentários e adicionais consignados ao Poder Legislativo, será efetuado até o dia 20 de cada mês, sob a forma de duodécimos, sendo o valor calculado de acordo com os critérios estabelecido no art. 29-A, da Constituição Federal.

Art. 43. São vedados quaisquer procedimentos que motivem a execução de despesas sem comprovada e suficiente disponibilidade de dotação orçamentária e previsibilidade de recursos financeiros para o seu pagamento.

Art. 44. A reabertura dos créditos especiais e extraordinários, conforme disposto no art. 167, § 2°, da Constituição, será efetivada mediante decreto do Chefe do Poder Executivo.

Parágrafo único. Na reabertura a que se refere o *caput* deste artigo, a fonte de recurso deverá ser identificada como saldos de exercícios anteriores, independentemente da receita à conta da qual os créditos foram abertos.

Art. 45. Para os fins do disposto no art. 16, da Lei Complementar nº. 101, de 04 de maio de 2000 e em cumprimento ao § 3º, do mesmo artigo, fica estabelecido que, no exercício de 2011, a despesa será considerada irrelevante se o seu impacto orçamentário-financeiro no exercício não ultrapassar, para bens, serviços e obras os limites fixados pelos incisos I e II, do art. 24, da Lei n° 8666/93, devidamente atualizados.

Art. 46. O Poder Executivo encaminhará até o dia 30 de setembro de 2010, o Projeto de Lei do Orçamento Anual para o exercício de 2010, à Câmara Municipal, para apreciação e conclusão da votação nos termos do artigo 133, § 6° da Lei Orgânica do Município de Ipiranga do Norte.

Art. 47. Se o projeto da Lei Orçamentária não for sancionado até 31 de dezembro de 2010, a programação dele constante poderá ser executada para o atendimento das seguintes despesas:

I - pessoal e encargos sociais;
II - pagamento do serviço da dívida; e
III - transferências constitucionais e legais para os fundos municipais legalmente constituídos.
IV - 1/12 (um doze avos) das dotações relativas às demais despesas

Art. 48. Esta Lei entrará em vigor no dia 01 de janeiro de 2011.

Art. 49. Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 30 de setembro de 2010.

ORLEI JOSÉ GRASSELI
Prefeito Municipal

ANEXO DE METAS FISCAIS

Em cumprimento ao disposto no do art. 4º, § 1º, da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, que dispõe sobre normas de finanças públicas voltadas para a responsabilidade na gestão fiscal, são estabelecidas as metas fiscais da administração municipal, em valores correntes e constantes, para as receitas, as despesas, os resultados primário e nominal, bem como para o montante da dívida pública para o triênio 2011/2013, cujas premissas e memórias de cálculos estão demonstradas nos quadros e tabelas adiante.

Assim, o presente relatório será instruído com a memória e metodologia de cálculo dos valores obtidos. Para uma melhor compreensão da matéria recordamos os seguintes conceitos:

a) **Valores Correntes:** correspondem aos valores estimados com a inflação projetada para o triênio 2010/2012;
b) **Valores Constantes:** correspondem aos valores estimados sem considerar a inflação;
c) **Receitas Primárias**: são as receitas totais (correntes e de capital) sem as receitas consideradas "financeiras", tais como: Receitas de aplicações financeiras (juros de títulos de renda, remuneração de depósitos bancários, etc) e as receitas de alienação de bens.
d) **Despesas Primárias**: são as despesas totais, deduzidas as despesas com o serviço da dívida pública (amortização e juros);
e) **Resultado Primário:** é a diferença entre as Receitas Primárias e as Despesas Primárias. Equivale, portanto, à economia que o Município faz para pagar os juros e encargos da dívida fundada.

Para a elaboração das metas fiscais foi adotada a metodologia estabelecida pelo Governo Federal, normatizada pela STN – Secretaria do Tesouro Nacional, através da Portaria n° 249, de 30 de abril de 2010, a qual dispõe sobre o Manual Técnico de Demonstrativos Fiscais.

Para se chegar aos valores constantes, as metas anuais dos anos de 2011, 2012 e 2013 foram deflacionadas pelo Índice Nacional de preços ao Consumidor Amplo (IPCA - IBGE), a preços médios de 2010, estimados em 4,50 % para os três anos.

Para se obter os percentuais das metas fiscais previstas para o triênio 2011 a 2013, em relação ao PIB estadual, foram utilizados os valores do Produto Interno Bruto do Estado, projetado pela Secretaria de Estado de Fazenda, tendo como referência a evolução dos indicadores calculados pelo IBGE.

Quanto à estimativa das receitas próprias levou-se em consideração o esforço fiscal para os tributos de competência do município, bem como, o visível crescimento econômico ao longo dos últimos anos e as perceptivas futuras. Estima-se que, com a expansão imobiliária, haverá um aumento significativo na arrecadação do IPTU e por outro lado, com a regularização fundiária urbana, a liquidação de no mínimo 75% dos créditos inscritos em

dívida ativa, uma vez que um dos principais fatores que contribuíram para o crescimento da dívida ativa é a falta de titularização dos imóveis urbanos. Portanto a regularização urbana trará além de novos investidores, a possibilidade de melhores políticas públicas em benefício social.

Abaixo demonstramos os parâmetros e indicadores utilizados na estimativa da receita:

VARIÁVEL	2011	2012	2013
PIB real (crescimento % anual)	4,34	4,35	4,54
Taxa real de Juros implicito sobre a dívida líquida do governo (%média anual)	11,0	11,0	11,0
Inflação média (%anual) projetada com base em índice oficial de inflação	4,44	4,40	4,50
Câmbio (R$/US$ - Final do Ano)	2,32	2,32	2,5
Aumento na arrecadação IPTU (% anual)	10,0	5,0	5,0
ISSQN - esforço fiscal (% anual)	5,0	5,0	5,0
Contribuição de Melhoria (%anual)	10,0	10,0	10,0
ICMS - 25% Aumento do índice (% anual)	21,14	20,0	20,0
Divida Ativa Esforço Fiscal (% anual)	10,00	5,00	5,0
Projeção do PIB Estado – R$ milhares	64.299.000,00	70.214.000,00	76.674.000,00

METAS E PRIORIDADES DA ADMINISTRAÇÃO PARA O EXERCÍCIO DE 2011

As metas e prioridades estabelecidas neste projeto para o período de 2011 são as mesmas constantes no anexo V do Plano Plurianual, 2010/ 2013 e suas alterações.

Por ocasião da elaboração do projeto de Lei Orçamentária, o Poder Executivo fará a revisão do valor das metas físicas constantes do Anexo de Metas e Prioridades, para adequar à estimativa da receita elaborada de conformidade com o art.12, da Lei Complementar n° 101, de 04 de maio de 2000.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA AS METAS ANUAIS

RECEITA:

A aplicação dos parâmetros acima sobre a receita arrecadada até o mês de julho de 2010, mais a estimativa de arrecadação até o final do exercício, resultou nas metas constantes do ANEXO DE METAS FISCAIS – METAS ANUAIS.

As metas fiscais estabelecidas para os próximos três anos visam à manutenção do equilíbrio das contas públicas do Município. Traçamos a seguir a metodologia para a estimativa das receitas:

- Receitas Tributárias - para este grupo de receitas, traçamos a projeção de aumento em 25% sobre a estimativa de arrecadação para 2010. Como regra geral observou-se o crescimento histórico dos últimos anos e as expectativas citadas anteriormente como, a expansão imobiliária, instalação de novas empresas, instituição da cobrança de contribuição de melhorias sobre os investimentos públicos como é o caso da pavimentação asfáltica, mais o esforço de arrecadação a ser empreendido, destacando-se:

a) ISS – 5% em decorrência do esforço fiscalizador e instalações de novas empresas;

b) IPTU – 10% em função da expansão imobiliária;

d) Contribuição de melhoria - 10% pelas obras realizadas como pavimentação asfaltica.

- Transferências Correntes - foram adotadas as seguintes metodologias:

1)Transferências Constitucionais:

a) Transferências Federais: crescimento PIB do Brasil mais variação da taxa de inflação;

b) Transferências Estaduais (ICMS/IPVA, etc.) Aumento do PIB do Estado de Mato Grosso mais variação inflacionária. Foi admitida também a projeção de aumento de participação no índice do ICMS em 21,14% conforme relatório da SEFAZ - MT.

2) Transferências Voluntárias:

As transferências voluntárias correspondem às receitas oriundas de convênios. a)

Para estas foi adotado o mesmo procedimento utilizado para as Transferências Constitucionais, ou seja, crescimento do PIB mais a variação inflacionária.

- Outras Receitas Correntes - adotou-se como critério a expectativa de arrecadação da dívida ativa em 10% sobre a estimativa de arrecadação de 2010 bem como a variação da taxa de inflação e o esforço da arrecadação municipal.

- Receitas de Capital - quanto as Transferências de Capital, projetamos de acordo com as expectativas de parcerias através de celebração de convênios que poderão ser firmados com o governo Federal e Estadual. Porem as metas deverão ser revistas quando da elaboração da LOA em face de maior grau de certeza da sua efetivação. Também foi admitida a possibilidade de Alienação de Bens móveis para o triênio 2011/ 2013.

O cálculo das Receitas Primárias foi efetuado mediante a exclusão das receitas financeiras (aplicações financeiras e alienações de bens) da Receita Total. De igual modo obtiveram-se as Despesas Primárias através da dedução do total da despesa, dos valores projetados para a Amortização e os Encargos da Dívida. Da diferença entre as Receitas Primárias e a Despesas Primárias, obteve-se Resultado Primário, que vem a ser a economia da receita para atender aos pagamentos da Dívida.

Como o Município de Ipiranga do Norte, não possui Dívida Fundada, ou Dívida Pública Consolidada, que corresponde à dívida de longo prazo, deixamos de apresentar as metas do Resultado Nominal e do Montante da Dívida Pública.

Em face do princípio da unidade orçamentária, estão compreendidas nas metas fixadas as receitas e despesas previdenciárias, bem como as receitas e despesas do Serviço Autônomo de água e Esgoto.

A estimativa da receita para o ano de 2011 poderá ser revista por ocasião da elaboração da lei do orçamento anual, caso haja alterações nas variáveis utilizadas.

Levando-se em consideração todos os parâmetros acima citados chegamos à estimativa de receita para 2011 no total de R$ 15.950.200,00 (quinze milhões, novecentos e cinqüenta mil e duzentos reais), conforme abaixo discriminado:

RESUMO DA ESTIMATIVA DA RECEITA PARA 2011
15.950.200,00
Administração Direta 15.004.200,00
Administração Indireta -SAAE -Fundo Municipal de Previdência **946.000,00**325.000,00621.000,00

ESTIMATIVA DAS DESPESAS:

As Metas Fiscais para as Despesas foram fixadas levando-se em conta a proporcionalidade histórica dos gastos, assegurando o cumprimento mínimo dos limites constitucionais, a expansão dos serviços públicos com a maior aproximação possível da realidade.

Pessoal e Encargos Sociais:

A elaboração das projeções se deu com base nos gastos anteriores, considerando ainda os eventos e situações que poderão ocasionar incremento na folha de pagamento para o período. O total da previsão para os gastos com pessoal representam 38% da Receita Corrente Líquida, estando, portanto, dentro dos limites Constitucionais da LRF.

Outras Despesas Correntes e Investimentos:

As projeções das Outras Despesas Correntes foram elaboradas tendo como base o acompanhamento da execução dessas despesas nos exercícios anteriores e o valor gasto no exercício corrente. A partir da projeção inicial das despesas de caráter obrigatório como pessoal e encargos sociais, as demais Despesas Correntes e de Capital foram estimadas para o triênio 2011-2013, levando-se em consideração a combinação entre o percentual de representatividade desses grupos na execução orçamentária e as variáveis que condicionam o cenário macroeconômico para o período.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO PARA AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR

O cumprimento das metas fiscais do ano de 2009 está demonstrado no ANEXO DE METAS FISCAIS - AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DO EXERCÍCIO ANTERIOR. Constata-se que a meta para a Receita em 2009, foi fixada no valor de R$ 12.308.000,00 (doze milhões trezentos e oito mil reais) tendo sido realizado o montante de R$ 12.099.083,12 (doze milhões, noventa e nove mil oitenta e três reais e doze centavos), ou seja, o município não conseguiu atingir a meta de receita prevista sendo que um dos motivos que contribuíram para a frustração de receitas foi à crise econômica mundial iniciada ainda em 2008 e agravada no exercício de 2009.

As metas de receita total prevista em relação ao PIB eram de 30%, sendo realizado 25% do total previsto. No entanto, o poder executivo adotou todas as medidas possíveis para limitação de empenho a fim de conter as despesas, tendo em vista a queda da arrecadação, é o que pode ser observado, pois conforme a meta anteriormente prevista para despesa de R$ 12.308,000,00 (doze milhões trezentos e oito mil reais)

gastou-se apenas R$ 12.021.320,65 (doze milhões e vinte e um mil e trezentos e vinte reais e sessenta e cinco centavos), que comparado ao valor efetivamente arrecadado representa uma economia financeira e orçamentária de R$ 77.762,47 (setenta e sete mil, setecentos e sessenta e dois reais e quarenta e sete centavos).

Significa dizer que o município cumpriu com as metas estabelecidas para o exercício, mantendo o equilíbrio fiscal. Sempre voltado para a responsabilidade na gestão fiscal o Governo não afrouxou os mecanismos de controle no exercício de 2009. Ao contrário, manteve rigor no acompanhamento da execução orçamentária e financeira, implementando medidas para contenção das despesas desde o primeiro quadrimestre, visando prevenir riscos e corrigir desvios capazes de afetar o equilíbrio das contas públicas.

O Resultado Primário é o indicador que demonstra a intensidade do ajuste fiscal necessário para cobertura do serviço da dívida, conceito aplicado pela Secretaria do Tesouro Nacional na regulamentação da Lei de Responsabilidade Fiscal. O resultado neste caso aparece negativo, pois para apurar a receita primária temos que deduzir as aplicações financeiras e alienação de bens móveis, portanto a receita primária fica a menor do que as despesas primárias, pois como citado o município não possui dívidas, portanto não se tem nada a deduzir do total das despesas, significa que usará a receita total para pagar a despesa total do exercício, ou seja, não precisará poupar as receitas financeiras para pagar juros e amortização de dívidas. Uma vez que não possui dívida consolidada.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DAS METAS FISCAIS ATUAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRÊS EXERCÍCIOS ANTERIORES

Demonstra-se a consistência das metas estabelecidas para o triênio 2011-2013 em comparação com as metas fixadas para os anos de 2008, 2009 e 2010. Constata-se, em relação ao PIB Estadual, que a Meta da Receita Total para 2011 corresponde a um aumento de 12,89%, em 2012 um crescimento de 11,44% e 2013 10,25%.

METODOLOGIA E MEMÓRIA DE CÁLCULO DA EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

O presente Demonstrativo trata sobre a evolução do patrimônio líquido do município, destacando a parte, o patrimônio do Fundo Municipal de Previdência dos três últimos exercícios.

PREFEITURA						
PATRIMONIO LÍQUIDO	**2009**	**%**	**2008**	**%**	**2007**	**%**
Patrimonio/Capital	4.344.666,46	1,22	4.292.526,85	3,74	4.137.758,77	93
Reservas						
Resultado Acumulado						
TOTAL	**4.344.666,46**	**1,22**	**4.292.526,85**	**3,74**	**4.137.758,77**	**93**
REGIME PREVIDENCIÁRIO						
PATRIMONIO LÍQUIDO	**2009**	**%**	**2008**	**%**	**2007**	**%**
Patrimonio/Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado	708.425,63	73	407.301,92	20	338.177,62	243
TOTAL	**708.425,63**	**73**	**407.301,92**	**20**	**338.177,62**	**243**
FONTE: Balanço geral (2009,2008 e 2007)						

O Município tem se mantido fiel a sua política de austeridade fiscal buscando aperfeiçoar a ação governamental e o atendimento das demandas da população.

A cada exercício o resultado patrimonial tem contribuído para a melhoria econômica e financeira do município. Os compromissos de curto prazo só são assumidos nos limites da capacidade de pagamento, de forma a não comprometer o equilíbrio das contas públicas. Por outro lado, tem-se buscado intensificar a cobrança dos direitos do Município junto aos contribuintes com a adoção de medidas para garantir a realização da receita pública, para dar suporte à capacidade de solver suas obrigações.

Observa-se que no ultimo balanço o patrimônio liquido do município perfaz o montante de R$ 4.000.000,00 (quatro milhões de reais) e do Fundo Municipal de Previdência o montante de R$ 708.000,00 (setecentos e oito mil reais).

ORIGEM E APLICAÇÃO DOS RECURSOS OBTIDOS COM A ALIENAÇÃO DE ATIVOS

Conforme pode ser verificado no demonstrativo o município não realizou nos três últimos exercícios alienação de ativos.

ESTIMATIVA E COMPENSAÇÃO DA RENÚNCIA DE RECEITA

Na estimativa da receita para o período de 2011/2013 foram consideradas a renúncia de receita do ISSQN ao Banco do Brasil S/A, tendo em vista o incentivo fiscal para sua instalação no município conforme Lei Municipal nº 293, de 22 de julho de 2010. Também foi previsto isenção de IPTU para as pessoas idosas e aposentadas conforme prevê a Lei Municipal n° 293/2010, isenção de IPTU, ISSQN e alvará para – Micro empreendedor individual – MEI, Micro empresas-ME e Empresas de pequeno Porte - EPP, no seu primeiro ano de atividade. Também para os mesmos beneficiários deverão ser concedidos anistia de 50% do valor sobre os tributos acima citado no seu segundo ano de atividade. Conforme Lei Complementar municipal 005/20009 que regulamenta a Lei Complementar Federal n° 123/2006.

Quanto à compensação da receita renunciada, reforçamos que, esta renúncia já foi expurgada da estimativa de cada uma das receitas. Desta forma, fica observado o atendimento do disposto no art. 14, inciso I, da LRF, que determina que a renúncia de receita deva ser considerada na estimativa de receita e de que não afetará as metas de resultados fiscais, com isso não se faz necessário as medidas de compensação.

MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO

A estimativa da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado é um requisito introduzido pela Lei de Responsabilidade Fiscal - LRF, em seu art. 17, para assegurar que não haverá a criação de nova despesa sem fontes consistentes de financiamento, entendidas essas como aumento permanente de receita ou redução de outra despesa de caráter continuado.

O aumento permanente de receita é definido como aquele proveniente da elevação de alíquotas, ampliação da base de cálculo ou majoração ou criação de tributo ou contribuição (§ 3º, do art. 17, da LRF).

A presente estimativa considera como ampliação da base de cálculo o crescimento real da atividade econômica, dado que se refere à elevação da grandeza econômica ou numérica sobre a qual se aplica uma alíquota para se obter o montante a ser arrecadado, assim como os efeitos da legislação sobre a arrecadação total. Sendo assim, para estimar o aumento da receita considerou-se o aumento resultante no índice de participação do município junto ao ICMS, estimado segundo a SEFAZ em 21,14%.

Por sua vez, considera-se como obrigatória de caráter continuado a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios (caput do art. 17, da LRF).

No cálculo das projeções da despesa incluem-se: a revisão geral anual dos servidores, subsídios dos servidores públicos civis do Poder Executivo, aplicando-se os índices de inflação (IGPM-FGV) estimados para o ano de 2011 em 4,10%, a projeção dos encargos patronais (INSS, RPPS); a projeção do crescimento vegetativo da folha, sobretudo no que tange às promoções e progressões dos servidores de carreira; a projeção do impacto com ingressos de novos servidores mediante aprovação de Concurso Público.

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado no município ocorrerá em compatibilidade com o crescimento da receita em função da expansão da economia.

PREFEITURA MUNICIPAL DE IPIRANGA DO NORTE
LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS
ANEXO DE METAS FISCAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER CONTINUADO
LDO 2011

AMF - Tabela 9 (LRF, art. 4°, § 2°, inciso V) R$ 1,00

Aumento Permanente da Receita	1.247.088
(-) Transferências Constitucionais	-
(-) Transferências ao FUNDEB	249.418
Saldo Final do Aumento Permanente de Receita (I)	997.670
Redução Permanente de Despesa (II)	50.000
Margem Bruta (III) = (I+II)	1.047.670
Saldo Utilizado da Margem Bruta (IV)	410.000
Despesas com Pessoal	410.000
RGA - Revisão Geral Anual (IGPM)	180.000
Crescimento Vegetativo da Folha de pagamento	5.000
Ingressos por Concursos Públicos	225.000
Margem Líquida de Expansão de DOCC (V) = (III-IV)	637.670

Na apuração da margem de expansão das Despesas Obrigatórias de Caráter Continuado – DOCC é prevista a redução permanente de despesas por meio da racionalização da utilização de matérias de expediente, despesas com telefone, energia e outros que possam ser reduzidos sem que percam a qualidade dos serviços.

O valor atribuído ao campo Aumento Permanente de receita foi gerado a partir da elevação da alíquota do ICMS para 21% que aplicado sobre a estimativa de arrecadação de 2010 equivale a um aumento de R$ 1.247.088,00 (um milhão duzentos e quarenta e sete mil e oitenta e oito reais), descontando-se deste valor a contribuição para formação do FUNDEB em 20% que equivale a R$ 249.418,00 (duzentos e quarenta e nove mil quatrocentos e dezoito reais), temos o saldo financeiro de R$ 997.670,00 (novecentos e noventa e sete mil seiscentos e setenta reais). Considerando o saldo financeiro mais a redução permanente da despesa no valor de R$ 50.000.00 (cinqüenta mil reais) temos a margem bruta de expansão no valor de R$ 1.047.670,00 (um milhão, quarenta e sete mil seiscentos e setenta reais). Por fim, a margem bruta menos as Despesas obrigatórias de caráter continuado neste caso, a estimativa de aumento das despesas com pessoal no valor de R$ 410.000,00 (quatrocentos e dez mil reais), temos a margem líquida de expansão para novas despesas no valor de R$ 637.670,00 (seiscentos e trinta e sete mil seiscentos e setenta reais).

RECEITAS/DESPESAS E AVALIAÇÃO DA PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS

A avaliação financeira e atuarial do Fundo de Previdência dos Servidores Municipais de Ipiranga do Norte estão demonstradas nos anexos de Receitas e Despesas Previdenciárias e Projeção Atuarial do RPPS, notando - se o crescente resultado previdenciário, bem como a sua viabilidade nos próximos 44 anos.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 30 de setembro de 2010

ORLEI JOSÉ GRASSELI
Prefeito Municipal

ANEXO DE RISCOS FISCAIS

Apresentamos os possíveis riscos fiscais que poderão afetar as finanças do Município de Ipiranga do Norte no próximo exercício, e as providências, caso ocorram.

Entende-se por “Riscos Fiscais” quaisquer eventos capazes de provocar desequilíbrio nas contas públicas, sejam no tocante a despesa, ou a receita.

Exemplo de riscos fiscais na despesa é o caso de surgir alguma calamidade pública, como por exemplo, uma epidemia, enchente e outros riscos que não se consegue prever. A receita poderá também sofrer riscos, caso haja crise na economia, ou alteração nas variáveis utilizadas na sua previsão.

Caso venha a ocorrer algum evento fiscal dessa natureza, utilizar-se-á dos recursos consignados a conta da Reserva de Contingência, na forma da línea b, Inciso III, da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000. Em perdurando o desequilíbrio, serão adotadas as medidas de limitação de empenho e movimentação financeira, conforme estabelecido no art. 40, §§ 1º e 2º do projeto de LDO 2011.

Gabinete do Prefeito de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, aos 30 de setembro de 2010.

ORLEI JOSÉ GRASSELI
Prefeito Municipal

PORTARIA 134/2010

Orlei José Grasseli, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Público realizado em 01/08/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovada no constante do Edital de Processo Seletivo Público 01/2009.

RESOLVE

Artigo Primeiro - Fica nomeada para o Cargo de **Agente Comunitário de Saúde,** a senhora **Mônica Loch de Siqueira**, portadora do RG 2037243-4 SSP/MT, e inscrita no CPF 042.042.301-05, aprovada no Processo Seletivo Publico 001/2010.

Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte MT, em 01 de Outubro de 2010.

REGISTRA-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

ORLEI JOSÉ GRASSELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 135/2010

Orlei José Grasseli, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Público realizado em 01/08/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovado no constante do Edital de Processo Seletivo Público 01/2009.

RESOLVE

Artigo Primeiro - Fica nomeado para o Cargo de **Agente de Combate as Endemias,** o senhor Guerino Adauto Gomes de Oliveira, portador do RG 8149089 SSP/SP, e inscrito no CPF 695.571.958-00, aprovado no Processo Seletivo Publico 001/2010.

Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte MT, em 01 de Outubro de 2010.

REGISTRA-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

ORLEI JOSÉ GRASSELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 136/2010

Orlei José Grasseli, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;

Considerando o resultado do Processo Seletivo Público realizado em 01/08/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;

Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovada no constante do Edital de Processo Seletivo Público 01/2009.

RESOLVE

Artigo Primeiro - Fica nomeada para o Cargo de **Agente de Combate as Endemias,** a senhora **Marizielen Deluque Rodrigues**, portadora do RG 1907198-1 SSP/MT, e inscrita no CPF 020.802.311-97, aprovada no Processo Seletivo Publico 001/2010.

Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte MT, em 01 de Outubro de 2010.

REGISTRA-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

ORLEI JOSÉ GRASSELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 137/2010

Orlei José Grasseli, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;
Considerando o resultado do Processo Seletivo Público realizado em 01/08/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;
Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovada no constante do Edital de Processo Seletivo Público 01/2009.
RESOLVE

Artigo Primeiro - Fica nomeada para o Cargo de **Agente de Combate as Endemias,** a senhora **Eliane Cassol**, portadora do RG 1473931-3 SSP/MT, e inscrita no CPF 011.025.131-80, aprovada no Processo Seletivo Publico 001/2010.

Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte MT, em 01 de Outubro de 2010.

REGISTRA-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

ORLEI JOSÉ GRASSELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA Nº. 138/2010 DE 01 DE OUTUBRO DE 2010.

SÚMULA: "DISPÕE SOBRE A DEMISSÃO DE SERVIDOR PÚBLICO E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS".

ORLEI JOSÉ GRASSELI, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela legislação vigente, e de acordo com **o pedido**,

RESOLVE:

Art. 1º - Demitir do Serviço Público Municipal, **a pedido**, o Servidor **PEDRO ANDRÉ CRUZ BRUM**, nomeado através da Portaria Nº. 074/2010 para o Cargo de Provimento Efetivo de **Gari**, com o pagamento das verbas rescisórias previstas na legislação vigente.

Art. 2º - A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogando as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte/MT, 01 de Outubro de 2010.

REGISTRE-SE,
PUBLIQUE-SE,
CUMPRA-SE.

ORLEI JOSÉ GRASSELI
Prefeito Municipal

PORTARIA 139/2010

Orlei José Grasseli, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;
Considerando o resultado do Processo Seletivo Público realizado em 01/08/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;
Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovada no constante do Edital de Processo Seletivo Público 01/2009.
RESOLVE

Artigo Primeiro - Fica nomeada para o Cargo de **Agente de Combate as Endemias,** a senhora **Janete Terezinha Sziminski**, portadora do RG 5811215-1 SSP/PR, e inscrita no CPF 038.972.439-46, aprovada no Processo Seletivo Publico 001/2010.

Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte MT, em 04 de Outubro de 2010.

REGISTRA-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

ORLEI JOSÉ GRASSELI
PREFEITO MUNICIPAL

PORTARIA 140/2010

Orlei José Grasseli, Prefeito Municipal de Ipiranga do Norte Estado de Mato Grosso, usando das atribuições conferidas por Lei;

Considerando o disposto nos Incisos de I a IV do Artigo 37 da Constituição da República Federativa do Brasil;
Considerando o resultado do Processo Seletivo Público realizado em 01/08/2010 e publicado no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso;
Considerando ainda, o preenchimento de todos os requisitos legais para sua posse no cargo para qual foi aprovada no constante do Edital de Processo Seletivo Público 01/2009.
RESOLVE

Artigo Primeiro - Fica nomeada para o Cargo de **Agente de Combate as Endemias,** a senhora **Josimeire de Oliveira Silva**, portadora do RG 1305889-4 SSP/MT, e inscrita no CPF 893.112.211-04, aprovada no Processo Seletivo Publico 001/2010.

Artigo Segundo – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação e ou afixação, revogando as disposições em contrário.

Ipiranga do Norte MT, em 04 de Outubro de 2010.

REGISTRA-SE
PUBLIQUE-SE
CUMPRA-SE

ORLEI JOSÉ GRASSELI
PREFEITO MUNICIPAL

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	10.699.087,26	11.686.435,16	12.445.531,71	0,00
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:
Nota:

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09	Jan/ 10	Fev/ 10	Mar/ 10	Abr/ 10	Mai/ 10	Jun/ 10	Jul/ 10	Ago/ 10		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.060.161,36	1.224.480,06	982.030,72	1.398.788,19	1.088.234,29	1.029.297,02	1.309.905,69	1.420.885,98	1.197.312,52	1.410.394,83	1.216.175,66	1.307.308,88	14.624.775,20	14.602.900,00
Receitas Tributária	70.475,63	65.291,50	97.238,90	88.144,66	58.377,70	107.425,78	155.415,15	302.171,38	92.360,03	98.244,95	137.184,83	113.603,43	1.385.933,94	1.201.000,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	6.487,31	4.902,08	5.356,85	4.686,13	0,00	0,00	22.797,82	29.161,62	16.182,90	15.087,10	11.886,04	9.219,43	125.766,28	140.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	2.184,00	0,00	18.604,04	0,00	0,00	10.786,29	0,00	183.000,00	12.625,00	0,00	20.092,94	2.077,98	249.370,24	80.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	31.834,56	38.429,30	0,00	42.660,59	27.612,68	50.219,77	38.180,69	58.687,70	37.831,86	57.531,14	75.799,60	73.552,79	532.340,68	385.000,00
Outras Receitas Tributárias	29.969,76	21.960,12	73.278,01	40.798,94	30.765,02	46.419,73	94.436,64	31.322,06	25.720,27	25.626,71	29.406,25	28.753,23	478.456,74	596.000,00
Receitas de Contribuições	19.606,05	19.089,64	19.830,16	43.414,70	7.178,04	19.118,79	18.468,60	26.011,50	26.359,04	29.830,72	29.795,04	29.555,36	288.257,64	336.000,00
Receita Patrimonial	9.701,64	9.847,61	9.140,50	10.397,50	8.946,99	8.841,77	22.701,16	12.869,18	9.008,71	17.309,52	19.543,79	20.508,96	158.815,33	281.400,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	28.864,60	29.733,13	26.167,41	28.194,64	20.623,76	21.689,96	27.579,94	26.716,54	30.406,06	26.888,93	37.092,23	33.013,87	335.970,97	314.000,00
Transferências Correntes	923.175,14	1.072.067,09	817.433,07	1.210.188,93	946.703,32	862.292,56	1.066.827,19	1.035.705,23	1.023.442,93	1.215.954,12	973.789,06	1.097.524,71	12.244.103,35	12.281.500,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	230.389,17	266.023,94	330.819,43	429.893,52	273.093,35	333.427,30	247.688,51	296.788,00	365.381,86	317.104,97	233.178,48	312.607,07	3.635.276,60	4.000.000,00
Cota Parte do ICMS	499.169,97	406.752,97	321.607,63	496.248,44	494.943,12	400.856,17	588.923,01	508.182,00	434.334,10	633.698,42	526.281,53	566.019,88	5.875.017,44	5.800.000,00
Cota Parte do IPVA	3.911,81	5.852,54	1.700,37	1.083,28	5.389,36	18.405,86	20.568,60	30.128,67	32.634,31	23.278,53	19.439,77	12.966,67	175.359,77	170.500,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	88.075,16	80.622,74	71.172,26	98.472,69	80.356,99	76.925,04	91.738,67	87.831,10	87.148,25	104.940,32	83.561,11	93.089,64	1.043.933,97	950.000,00
Outras Transferências Correntes	101.629,03	313.814,90	92.133,18	184.491,00	92.920,50	32.678,19	118.908,40	112.795,46	103.944,41	136.931,88	111.327,17	112.941,45	1.514.515,57	1.361.000,00
Outras Receitas Correntes	8.338,40	28.451,09	13.220,88	18.447,76	26.404,48	9.928,16	19.913,65	17.212,15	15.737,75	22.166,59	18.770,71	13.102,55	211.693,97	184.000,00
DEDUÇÕES (II)	160.187,71	171.772,19	143.714,60	207.952,56	158.856,80	163.595,91	163.759,64	186.438,06	186.894,49	220.247,21	194.711,38	201.212,94	2.179.243,49	2.221.000,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	12.688,88	12.317,38	12.051,04	36.319,87	0,00	12.205,95	11.871,50	18.530,28	19.519,80	21.978,74	21.931,31	21.996,25	201.411,00	251.000,00
Servidor	12.688,88	12.317,38	12.051,04	36.319,87	0,00	12.205,95	11.871,50	18.530,28	19.519,80	21.978,74	21.931,31	21.996,25	201.411,00	251.000,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	147.498,83	159.454,81	131.663,56	171.632,69	158.856,80	151.389,96	171.888,14	167.907,78	167.374,69	198.268,47	172.780,07	179.216,69	1.977.832,49	1.970.000,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	899.973,65	1.052.707,87	838.316,12	1.190.935,63	909.377,49	865.701,11	1.126.146,05	1.234.247,92	1.010.418,03	1.190.147,62	1.021.464,28	1.106.095,94	12.445.531,71	12.381.900,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	12.445.531,71
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2009							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	6.945,33	0,00	6.945,33	0,00	174.732,58	0,00	106.618,56	68.114,02
EXECUTIVO	0,00	6.945,33	0,00	6.945,33	0,00	174.732,58	0,00	106.618,56	68.114,02
Administração Direta	0,00	6.658,29	0,00	6.658,29	0,00	171.943,15	0,00	103.954,28	67.988,87
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	6.658,29	0,00	6.658,29	0,00	72.248,80	0,00	71.383,88	864,92
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	99.694,35	0,00	32.570,40	67.123,95
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	287,04	0,00	287,04	0,00	2.789,43	0,00	2.664,28	125,15
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	287,04	0,00	287,04	0,00	2.789,43	0,00	2.664,28	125,15
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	6.945,33	0,00	6.945,33	0,00	174.732,58	0,00	106.618,56	68.114,02

FONTE:

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	366.800,00	366.800,00	68.379,09	203.593,80	133.457,73
RECEITAS CORRENTES	366.800,00	366.800,00	68.379,09	203.593,80	133.457,73
Receita de Contribuições	251.000,00	251.000,00	43.927,56	128.033,83	87.659,97
Pessoal Civil	251.000,00	251.000,00	43.927,56	128.033,83	87.659,97
Contribuição de Servidor Ativo Civil	246.200,00	246.200,00	43.927,56	128.033,83	87.659,97
Contribuição de Servidor Inativo Civil	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	2.400,00	2.400,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	114.800,00	114.800,00	24.343,05	75.451,49	45.795,04
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	114.800,00	114.800,00	24.343,05	75.451,49	45.795,04
Outras Receitas Correntes	1.000,00	1.000,00	108,48	108,48	2,72
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	246.200,00	246.200,00	43.927,56	128.033,86	87.659,97
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	613.000,00	613.000,00	112.306,65	331.627,66	221.117,70

DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	353.800,00	353.800,00	12.654,07	62.796,75	26.506,03
ADMINISTRAÇÃO	83.800,00	83.800,00	7.267,60	30.057,03	16.072,52
Despesas Correntes	78.800,00	78.800,00	7.267,60	30.057,03	15.672,52
Despesas de Capital	5.000,00	5.000,00	0,00	0,00	400,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	270.000,00	270.000,00	5.386,47	32.739,72	10.433,51
Pessoal Civil	270.000,00	270.000,00	5.386,47	32.739,72	10.433,51
Aposentadorias	45.500,00	45.500,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	45.500,00	45.500,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	179.000,00	179.000,00	5.386,47	32.739,72	10.433,51
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	1.200,00	1.200,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	258.000,00	258.000,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	613.000,00	613.000,00	12.654,07	62.796,75	26.506,03
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	0,00	0,00	99.652,58	268.830,91	194.611,67

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	3º BIM/2010	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2009	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	3.831,39	1.602,36	359,49
Investimentos	771.709,36	977.486,72	1.247.560,50

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
RECEITAS CORRENTES	246.200,00	246.200,00	43.927,56	128.033,86	87.659,97
Receita de Contribuições	246.200,00	246.200,00	43.927,56	128.033,86	87.659,97
Pessoal Civil	246.200,00	246.200,00	43.927,56	128.033,86	87.659,97
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	246.200,00	246.200,00	43.927,56	128.033,86	87.659,97
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE IPIRANGA DO NORTE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO. LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	246.200,00	246.200,00	43.927,56	128.033,86	87.659,97
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

Prefeitura Municipal de Itanhangá

EXTRATO DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL
MÊS: JULHO/2010

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 021/2010 DO CONTRATO 092/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JHONATAN CLEDSON AMARAL COSTA , portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 21096929 SSP/MT e do CPF nº. 035.696.891-07.
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 908,93 (novecentos e oito reais e noventa e três centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 022/2010 DO CONTRATO 092/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JHONATAN CLEDSON AMARAL COSTA , portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 21096929 SSP/MT e do CPF nº. 035.696.891-07.
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 908,93 (novecentos e oito reais e noventa e três centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 023/2010 DO CONTRATO 096/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JACIR LOPES DE ABREU, portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº. 80753993 SSP-PR e do CPF nº. 006.206.039-25**.**
OBJETO: Motorista de Caminhão, para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.537,84 (um mil quinhentos e trinta sete reais e oitenta e quatro centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 14 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 024/2010 DO CONTRATO 051/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ALINE BROIO RODRIGUES, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº 92925749 e do CPF nº 048.998.159-30**.**
OBJETO: Professor Nível Superior com Pós, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.998,54 (um mil e novecentos e noventa e oito reais e cinqüenta e quatro centos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 025/2010 DO CONTRATO 068/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): CINEIDE DALLABRIDA, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 3089595684 SSP/RS e do CPF nº. 004.925.890-70**.**
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1430,44 (um mil e quatrocentos e trinta reais e quarenta e quatro centos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 026/2010 DO CONTRATO 059/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): DENISE VOLPATO ZUCOLLI , casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 4.140.329-2 e do CPF nº. 647.706.059-00**.**
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciada, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.840,93 (um mil e oitocentos e quarenta reais e noventa e três centos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 027/2010 DO CONTRATO 060/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00

CONTRATADO(A): ELIANE FATIMA MARIN , solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 1063377863e do CPF nº. 897.929.630-49**.**
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciada, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.856,43 (um mil e oitocentos e cinqüenta e seis reais e quarenta e três centos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 028/2010 DO CONTRATO 105/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JEANE CARLA KRAEMER KNORST, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 1078421508 SJSII/RS e do CPF nº. 009.683.240.10**.**
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciada, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.687,39 (um mil seiscentos e oitenta e sete reais e trinta e nove centos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 029/2010 DO CONTRATO 056/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): MINEIA VANESSA SANGIOVO , solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 2064220698 SSP/RS e do CPF nº. 973.028.800-34**.**
OBJETO: Professor Nível Superior com Pós, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 2.238,27(dois mil duzentos e trinta e oito reais e vinte e sete centos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 030/2010 DO CONTRATO 067/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): REGINA DUARTE, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 1461593-2 e do CPF nº. 000.068.291-80**.**
OBJETO: Professor Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.856,43(um mil oitocentos e cinqüenta e seis reais e quarenta e três centos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 031/2010 DO CONTRATO 093/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ROSANE DE FATIMA DO CARMO GONÇALVES , portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 000954153 SSP/MS e do CPF nº. 795.077.861-04.
OBJETO: Professor Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.903,07(um mil novecentos e três reais e sete centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 032/2010 DO CONTRATO 069/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): EURIDES GRACIELA PEREIRA MIRANDA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 000893185 e do CPF nº. 956.707.771-15.
OBJETO: Professor Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.178,08 (um mil cento e setenta e oito reais e oito centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 033/2010 DO CONTRATO 019/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ONERACI BARBOSA, brasileiro (a), casado (a), portador(a) da Cédula de Identidade R.G. nº. 839356 SSP/MT e do CPF nº. 922.454.471-15.
OBJETO: Serviços Gerais, para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.754,59 (um mil setecentos e cinqüenta e quatro reais e cinqüenta e nove centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 16 de julho de 2010.

EXTRATO DE ADITIVO DE CONTRATO DE PESSOAL
MÊS: JULHO/2010

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 005/2010 DO CONTRATO 050/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): AGNA FERNANDES, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 001348828 e do CPF nº. 011.957.121-89.
OBJETO: Professor Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 11.037,76 (Onze mil e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.
DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 006/2010 DO CONTRATO 052/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): CLAUDELEIA ALVES DA SILVA, brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 60693528 SSP/PR e do CPF nº. 840.415.019.20.
OBJETO: Professor Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 6.622,08 (Seis mil reais e seiscentos e vinte e dois reais e oito centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 007/2010 DO CONTRATO 058/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): CLELIA FATIMA PANSERA LINDERMAYER , solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 1263906-0 e do CPF nº. 912.672.421-91.
OBJETO: Professor Nível Superior, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 10.437,76 (Dez mil e quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 008/2010 DO CONTRATO 101/2010

CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): GISELE COELHO CRUZ , portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 53236987 SSP/PR e do CPF nº. 749.502.829-72.
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 6.466,02 (Seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e dois centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 009/2010 DO CONTRATO 058/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): GISELE COELHO CRUZ , portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 53236987 SSP/PR e do CPF nº. 749.502.829-72.
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 6.466,02 (Seis mil quatrocentos e sessenta e seis reais e dois centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 010/2010 DO CONTRATO 054/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): o **Sr.º JONES APARECIDO GERBONI**, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 33.990.646-7 e do CPF nº. 215.195.308-46.
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciatura Plena, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 10.170,19 (Dez mil e cento e setenta reais e dezenove centavos**).**
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.
DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 011/2010 DO CONTRATO 064/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A):JOSIANE CRISTINA KOVALESKI, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 90076140 e do CPF nº. 005.156.761-01.
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciatura Plena, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 10.437,76 (Dez mil e quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 012/2010 DO CONTRATO 074/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JULIA DE OLIVEIRA, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 90076140 SSP/PR e do CPF nº. 005.156.761-01.
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 7.015,52 (Sete mil e quinze reais e cinqüenta e dois centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 013/2010 DO CONTRATO 065/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): LUZIMAR MENDES BRAGA, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 1.077.833-2 e do CPF nº. 468.238.914-91.
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 10.437,76 (Dez mil e quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 014/2010 DO CONTRATO 076/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): MARIA BETANIA BORGES , brasileira, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. M-8.710.062 e do CPF nº. 695.801.546-00.
OBJETO: Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 9.637,76 (Nove mil e seiscentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos**).**
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 015/2010 DO CONTRATO 077/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): . MARILENE SCHEWE, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 000.956.972 e do CPF nº. 000.328.899-41.
OBJETO Professor Nível Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 7.015,52 (Sete mil e quinze reais e cinqüenta e dois centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 016/2010 DO CONTRATO 055/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): MARLENE ZANELLI, portador da Cédula de Identidade RG nº 36850515 SSP/PR e do CPF nº 697.893.049-00.
OBJETO: Professor Nível Superior com Pós, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 11.037,76 (Onze mil e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 017/2010 DO CONTRATO 079/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ROSA ANTONINO MILITAO, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. 177090 e do CPF nº. 220.109.552-34.
OBJETO: Professor Nível Superior com Pós, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 11.037,76 (Onze mil e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 018/2010 DO CONTRATO 080/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): . SONIA MARIA AUGUSTO DA SILVA FIGUEIREDO, casada, portadora da Cédula de Identidade RG. 06900178 SJ/MT e do CPF nº. 569.146.791-34.
OBJETO: Professor Nível Superior com Pós, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 11.037,76 (Onze mil e trinta e sete reais e setenta e seis centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 019/2010 DO CONTRATO 071/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ZELINDA AMERICA DE REZENDE ZUCOLLI , casada, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 4.073.715-4 e do CPF nº. 683.180.149.87.
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciatura Plena, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 10.437,76 (Dez mil e quatrocentos e trinta e sete reais e setenta e seis centavos)
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 020/2010 DO CONTRATO 073/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): FRANCIELE APARECIDA ESCOBAR, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG. nº. 1091545036 e do CPF nº. 010.229.811-45.
OBJETO: Professor Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 6.268,43 (Seis mil e duzentos e sessenta e oito reais e quarenta e três centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 021/2010 DO CONTRATO 061/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): IDILCE DE FATIMA VIANINI, casada, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº.1650595 SSP/MS e do CPF nº. 337.246.361-72.
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciatura Plena , para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 8.350,14 (Oito mil trezentos e cinqüenta reais e quatorze centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 022/2010 DO CONTRATO 070/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ª KARINE OHANA PACHECO, brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 21868042 SSP/MT e do CPF nº. 036.195.041-13.
OBJETO: Professor Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 5.612,43 (Cinco mil seiscentos e doze reais e quarenta e três centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 023/2010 DO CONTRATO 102/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): KELLY LUNARDI, solteira, portadora da Cédula de Identidade RG.nº. 001491575 e do CPF nº. 024.759.751-13.
OBJETO: Professor Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 5.160,89 (Cinco mil cento e sessenta reais e oitenta e nove centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 024/2010 DO CONTRATO 075/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): LONI IRENE DE OLIVEIRA, casada, portadora da Cédula de Identidade RG nº. 1999691-8 e do CPF nº. 577.375.769-91.
OBJETO: Professor Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: **R$ 7.015,52 (Sete mil e quinze reais e cinqüenta e dois centavos)**.
DATA DO DISTRATO: dia 01 de julho de 2010.

EXTRATO DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL
MÊS: AGOSTO/2010

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 034/2010 DO CONTRATO 027/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): SULISMAR OCTAVIO KLAUS ,brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 1694264-7 SJ/MT e do CPF nº. 024.858.111-21**.**
OBJETO: Combate a Endemias, para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.048,29 (um mil e quarenta e oito reais e vinte e nove centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 09 de agosto de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 035/2010 DO CONTRATO 041/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ELIAS GUEDES DE OLIVEIRA , brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 45355452 e do CPF nº. 412.911.159-00**.**
OBJETO: Agente de Combate a Endemias, para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.370,62 (um mil e trezentos e setenta reais e sessenta e dois centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 18 de agosto de 2010

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 036/2010 DO CONTRATO 064/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JOSIANE CRISTINA KOVALESKI, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº. 90076140 e do CPF nº. 005.156.761-01**.**
OBJETO: Professor Nível Superior Licenciada, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.394,18(um mil trezentos e noventa e quatro reais e dezoito centavos).

DATA DO DISTRATO: dia 13 de agosto de 2010

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 037/2010 DO CONTRATO 019/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): ANDREIA FLORES ,brasileira, solteira, portadora da Cédula de Identidade R.G. nº 1537394-0 e do CPF nº 013.449.051-70**.**
OBJETO: Agente de Combate a Endemias, para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.526,40 (um mil quinhentos e vinte e seis reais e quarenta centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 25 de agosto de 2010

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 038/2010 DO CONTRATO 054/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JONES APARECIDO GERBONI, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 33.990.646-7 e do CPF nº 215.195.308-46**.**
OBJETO: Professor Magisterio, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.490,40 (um mil quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de setembro de 2010.

EXTRATO DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL
MÊS: SETEMBRO/2010

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 038/2010 DO CONTRATO 054/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JONES APARECIDO GERBONI, casado, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 33.990.646-7 e do CPF nº 215.195.308-46**.**
OBJETO: Professor Magistério, para a Secretaria Municipal de Educação, Cultura, Desporto e Lazer, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.490,40 (um mil quatrocentos e noventa reais e quarenta centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 01 de setembro de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 039/2010 DO CONTRATO 049/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): JOSE FERNANDO DA ROCHA, solteiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 1085292-1 SJ/MT e do CPF nº. 627.136.552-34**.**
OBJETO: Topógrafo, para a Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Públicos, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 5.062,04 (cinco mil e sessenta e dois reais e quatro centavos).
DATA DO DISTRATO: dia 08 de setembro de 2010.

DISTRATO DE CONTRATO DE PESSOAL Nº. : 040/2010 DO CONTRATO 026/2010
CONTRATANTE: Prefeitura Municipal de Itanhangá – MT
CNPJ: 07.209.225/0001-00
CONTRATADO(A): FABIANO PEZZINI, brasileiro, solteiro, portador da Cédula de Identidade R.G. nº. 1999898-3 SSP/MT e do CPF nº. 037.168.291-61**.**
OBJETO: Agente de Combate a Endemias, para a Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento, da Prefeitura Municipal de Itanhangá (MT).
VALOR GLOBAL: R$ 1.846,75 (um mil oitocentos e quarenta e seis reais e setenta e seis centavos)
DATA DO DISTRATO: dia 27 de setembro de 2010.

Prefeitura Municipal de Juína

PORTARIA Nº 2.233/2010

SÚMULA: Prorrogar a Licença Para Tratar de Interesse Particular ao Servidor (a) que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conforme o disposto na Constituição Federal, na Lei Orgânica Municipal e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008**,
RESOLVE:

Art. 1.º PRORROGAR, por mais 02 anos a **Portaria Nº 3.880/08 de 08/09/2008,** que concede **Licença Para Tratar de Interesse Particular**, ao Sr. **VITORINO BATISTA DE ALMEIDA,** mat. 318, lotado (a) na Secretaria Mun. de Educação e Cultura/CEI Bruno Leonardo de Campos, no cargo de **Técnico de Manutenção e Infraestrutura,** no período de **01/09/2010 a 31/08/2012.**

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **03** de **setembro** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2.234/2010

SÚMULA: Concede Licença Prêmio ao Servidor (a) que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal e pelo inciso **III**, do art. **83**, da Lei Orgânica do Município,
RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **90 (noventa) dias de LICENÇA PRÊMIO,** a Srª. **LEIDA OLIVEIRA DA SILVA,** mat. 779, servidora ocupante do cargo de **Professor Classe B 30 hs**, como reza a legislação em vigor, atinente ao referente ao período aquisitivo de **18/02/2002 A 17/02/2007** e período de gozo de **28/08/2010 a 25/11/2010**, com retorno ao serviço no dia **26/11/2010**.

Art. 2.º A presente Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **03** de **setembro** de 2010.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2.235/2010

SÚMULA: Concede Incentivo ao Ensino Superior ao Servidor (a) que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR,** a servidora **CLAUDETE BURIOLA,** mat. 398, ocupante do cargo de **Técnico de Enfermagem/SUS**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Saúde/Banco de Sangue, conforme Lei Municipal nº 1.127/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **03** de **Setembro** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2.236/2010

SÚMULA: Concede Incentivo ao Ensino Superior ao Servidor (a) que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR,** a servidora **ANDREIA DO NASCIMENTO,** mat. 1650, ocupante do cargo de **Auxiliar de Sala da Educação Infantil**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura/CEI Arco Iris, conforme Lei Municipal nº 1.127/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **03** de **Setembro** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.
ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2.237/2010

SÚMULA: Concede Incentivo ao Ensino Superior ao Servidor (a) que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR,** ao servidor **OTONIEL NASCIMENTO DE SOUZA,** mat. 1363, ocupante do cargo de **Técnico de Gestão Escolar**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura/CEI Palmiteira Vasco Papa, conforme Lei Municipal nº 1.127/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **03** de **Setembro** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

PORTARIA Nº 2.238/2010

SÚMULA: Concede Incentivo ao Ensino Superior ao Servidor (a) que especifica, e dá outras providências.

Senhor **ALTIR ANTONIO PERUZZO**, Prefeito Municipal do Município de Juína, Estado de Mato Grosso, no uso das suas atribuições legais, conferidas pela Constituição Federal, pelo inciso **III**, do art. **83,** da Lei Orgânica do Município e pela Lei Complementar Municipal n.º**1022/2008.**
RESOLVE:

Art. 1.º Conceder **INCENTIVO AO ENSINO SUPERIOR,** a servidora **CRISTIANE FERREIRA DOS SANTOS,** mat. 1623, ocupante do cargo de **Auxiliar de Sala da Educação Infantil**, lotado (a) na Secretaria Municipal de Educação e Cultura/CEI Bruno Leonardo de Campos, conforme Lei Municipal nº 1.127/2009.

Art. 2.º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, em **03** de **Setembro** de **2010**.
Registre-se; Publique-se; Cumpra-se.

ALTIR ANTONIO PERUZZO
Prefeito Municipal

LEI N.º 1.197/2010.

Altera a Lei n.º 1018/2008, revogando os artigos 3.º, 4.º § único, que fixa os subsídios dos vereadores para a gestão 2009 / 2012, e dá outras providências.

O Excelentíssimo Senhor Altir Altônio Peruzzo, Prefeito Municipal de Juína - Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais, FAZ SABER, que a Câmara Municipal de Juina aprovou, e ele, sanciona a seguinte Lei:

Art. 1º - Revoga em sua integralidade os artigos 3.º, 4.º § único da Lei n.º 1018/2010 que trata do pagamento de sessão legislativa extraordinária aos vereadores quando convocada e que trata do pagamento de diárias a vereadores.

Art. 2.º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito de Juína/MT, aos **27** dias do mês de **setembro** de **2010**.

ALTIR ANTÔNIO PERUZZO
Prefeito Municipal

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 162/2008

PROCESSO: Tomada de Preço n.º 017/2008;
OBJETO: Alteração do preço do serviço;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 65, inciso I, alínea "a" da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Barão Construtora Ltda.;
VALOR DO CONTRATO: R$ 1.010.435,31;
VALOR DO ADITAMENTO: R$ 14.908,75;
VALOR ATUAL DO CONTRATO: R$ 1.025.344,06;
DATA DA ASSINATURA: 01/09/2010.

EXTRATO DO 5º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 016/2009
PROCESSO: Tomada de Preço n.º 040/2008;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Projetus Engenharia e Construções Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 120 dias;
VENCIMENTO: 20/01/2011;
DATA DA ASSINATURA: 20/09/2010.

EXTRATO DO 6º TERMO DE ADITAMENTO AO CONTRATO ADMINISTRATIVO N.º 168/2008
PROCESSO: Tomada de Preço n.º 020/2008;
OBJETO: Prorrogação do prazo contratual;
FUNDAMENTO LEGAL: Art. 57, § 1º, inciso III, da Lei Federal n.º 8.666/93;
CONTRATANTE: Município de Juína-MT;
CONTRATADA: Ampla Engenharia e Construções Ltda.;
PRAZO DE VIGÊNCIA: 360 dias;
VENCIMENTO: 22/09/2011;
DATA DA ASSINATURA: 22/09/2010.

Prefeitura Municipal de Lucas do Rio Verde

DECRETO DE Nº 2130, DE 1º DE OUTUBRO DE 2010

Dispõe sobre a reavaliação médica dos aposentados por invalidez do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Lucas do Rio Verde/MT– PREVILUCAS.

O **Prefeito Municipal de Lucas do Rio Verde**, Estado de Mato Grosso, no uso das atribuições legais lhe conferidas pela Lei Orgânica Municipal, e

Considerando o disposto no art. 55 da Lei Municipal nº 1.383, de 28 de março de 2007 e art. 63 do Decreto nº 1.863, de 16 de setembro de 2008.
DECRETA:

Art. 1º Fica estabelecido por este Decreto à reavaliação médica relativa ao exercício financeiro de 2010 dos aposentados por invalidez do Instituto Municipal de Previdência Social dos Servidores de Lucas do Rio Verde/MT – PREVILUCAS.

Art. 2º Os servidores inativos do PREVILUCAS em gozo do benefício de aposentadoria por invalidez deverão submeter à avaliação médico pericial, devendo para tanto comparecerem pessoalmente à sala do PREVILUCAS localizada à Avenida da Produção, 51-N, Bairro Industrial, no prazo de 30 (trinta) dias, a contar da data de publicação deste decreto, munido dos seguintes documentos:

I - documento original de identidade;
II - documento original de inscrição no CPF; e
III – cópia de exames dos últimos acompanhamentos médico.

§ 1º Não será permitida a reavaliação médica, na forma prevista no caput, por terceiros, ainda que seja apresentada procuração para tais fins.

§ 2º No ato da reavaliação médica os inativos aposentados por invalidez, deverão submeter-se ao exame médico pericial pelo Médico credenciado ao PREVILUCAS, afim de atestarem a permanência ou não de sua incapacidade.

§ 3º Estão excluídos do ato pericial previsto no § 2º o inativo aposentado por invalidez que tiver idade igual ou superior a 55 anos.

Art. 3º O servidor inativo aposentado por invalidez até a data estipulada no art. 2º deste Decreto não comparecer para submeter-se a reavaliação médica, terá seu pagamento suspenso.
§ 1º A suspensão do pagamento de seu benefício perdurará até que seja efetuada a sua reavaliação médica pericial, de acordo com as regras estabelecidas no presente Decreto.
§ 2º O servidor inativo aposentado por invalidez deverá entrar em contato com o PREVILUCAS, para que seja regularizada sua situação.

Art. 4º O servidor inativo aposentado por invalidez que readquirir as condições necessárias ao exercício de cargo publico será readaptado ao serviço público na forma estabelecida no Estatuto dos Servidores Públicos Municipais.

Art. 5º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 6º Revogam-se as disposições em contrário.

Lucas do Rio Verde, 1º de outubro de 2010

MARINO JOSÉ FRANZ
Prefeito Municipal

Jorge Antônio Andretta
Diretor Executivo

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Prefeitura Municipal de Nortelândia

MUNICÍPIO DE NORTELANDIA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF Cidadão 9.10 - 04/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	3.713.514,72
Pessoal Ativo	3.490.395,88
Pessoal Inativo e Pensionista	223.118,84
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	246.062,62
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	8.085,76
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	237.976,86
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	3.467.452,10
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	9.450.499,76
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	36,69
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	5.103.269,87
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	4.848.106,38

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.

FONTE:

MUNICÍPIO DE NORTELANDIA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a AGOSTO/2010

LRF Cidadão 9.10 - 04/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	479.733,37	2.854.501,86	1.787.880,04	-
Ativo Disponível	1.024.582,69	2.854.501,86	1.787.880,04	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	544.849,32	0,00	0,00	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.253.091,07	9.236.518,43	9.450.499,76	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE NORTELANDIA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.253.091,07	9.236.518,43	9.450.499,76	6.227.780,42
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

LRF, Art. 55, inciso I, alínea "d" e inciso III alínea "c" - Anexo IV

EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS	OPERAÇÕES REALIZADAS Até o Quadrimestre
OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I)	0,00
Externas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
Internas	0,00
Títulos Públicos	0,00
Contratos de Empréstimos	0,00
Financiamentos	0,00
POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA (II)	0,00
TOTAL DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO (I + II)	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	3.133.047,13
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS SOBRE A RCL	0,00
% DAS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA SOBRE A RCL	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO INTERNAS E EXTERNAS	16,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL PARA AS OPERAÇÕES DE CRÉDITO POR ANTECIPAÇÃO DA RECEITA	7,00

FONTE:

Nota:

MUNICÍPIO DE NORTELANDIA
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Ago 2010 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	10.588.000,00	10.388.000,00	2.364.621,85	22,76	8.189.034,46	78,83	2.198.965,54
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	9.188.000,00	8.988.000,00	1.494.232,28	16,62	6.366.745,54	70,84	2.621.254,46
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	610.000,00	310.000,00	27.570,82	8,89	274.085,99	88,41	35.914,01
1.1.1.0.00.00 - Impostos	540.000,00	240.000,00	20.630,64	8,60	232.455,20	96,86	7.544,80
1.1.2.0.00.00 - Taxas	70.000,00	70.000,00	6.940,18	9,91	41.630,79	59,47	28.369,21
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	408.000,00	408.000,00	106.162,95	26,02	420.677,40	103,11	-12.677,40
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	208.000,00	208.000,00	34.918,02	16,79	138.965,12	66,81	69.034,88
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	200.000,00	200.000,00	71.244,93	35,62	281.712,28	140,86	-81.712,28
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	170.000,00	270.000,00	58.090,35	21,51	140.663,15	52,10	129.336,85
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	70.000,00	70.000,00	19.180,48	27,40	43.130,98	61,62	26.869,02
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	7.943.000,00	7.943.000,00	1.279.458,61	16,11	5.455.772,28	68,69	2.487.227,72
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	7.707.000,00	7.707.000,00	1.204.754,90	15,63	4.920.795,45	63,85	2.786.204,55
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	236.000,00	236.000,00	74.703,71	31,65	534.976,83	226,69	-298.976,83
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	57.000,00	57.000,00	22.949,55	40,26	75.546,72	132,54	-18.546,72
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	1.000,00	1.000,00	2.843,34	284,33	7.130,54	713,05	-6.130,54
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	5.000,00	5.000,00	11.942,26	238,85	35.786,99	715,74	-30.786,99
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	26.000,00	26.000,00	5.752,10	22,12	17.198,03	66,15	8.801,97
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	25.000,00	25.000,00	2.411,85	9,65	15.431,16	61,72	9.568,84
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	1.400.000,00	1.400.000,00	870.389,57	62,17	1.822.288,92	130,16	-422.288,92
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	1.400.000,00	1.400.000,00	870.389,57	62,17	1.822.288,92	130,16	-422.288,92
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	1.400.000,00	1.400.000,00	870.389,57	62,17	1.822.288,92	130,16	-422.288,92
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	395.000,00	790.000,00	59.015,64	7,47	217.792,07	27,57	572.207,93

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	10.983.000,00	11.178.000,00	2.423.637,49	21,68	8.406.826,53	75,21	2.771.173,47
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	10.983.000,00	11.178.000,00	2.423.637,49	21,68	8.406.826,53	75,21	2.771.173,47
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	10.983.000,00	11.178.000,00	2.423.637,49	21,68	8.406.826,53	75,21	2.771.173,47
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	10.421.836,53	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Jan a Ago	No Bimestre	Jan a Ago 2010	%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	10.585.000,00	3.898.057,74	14.483.057,74	3.779.629,79	9.036.229,27	2.360.074,67	6.645.439,24	45,88	7.837.618,50
DESPESAS CORRENTES	9.247.300,00	517.569,00	9.764.869,00	1.343.909,40	6.313.572,42	1.430.222,73	5.603.908,25	57,39	4.160.960,75
Pessoal e Encargos Sociais	4.100.200,00	-34.300,00	4.065.900,00	613.138,87	2.420.090,61	613.138,87	2.419.925,61	59,52	1.645.974,39
Juros e Encargos da Dívida	3.000,00	-800,00	2.200,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	2.200,00
Outras Despesas Correntes	5.144.100,00	552.669,00	5.696.769,00	730.770,53	3.893.481,81	817.083,86	3.183.982,64	55,89	2.512.786,36
DESPESAS DE CAPITAL	974.000,00	3.521.567,74	4.495.567,74	2.435.720,39	2.722.656,85	929.851,94	1.041.530,99	23,17	3.454.036,75
Investimentos	823.000,00	3.510.467,74	4.333.467,74	2.435.720,39	2.712.932,29	922.599,24	1.034.278,29	23,87	3.299.189,45
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	151.000,00	11.100,00	162.100,00	0,00	9.724,56	7.252,70	7.252,70	4,47	154.847,30
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	183.700,00	-141.079,00	42.621,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	42.621,00
RESERVA DO RPPS	180.000,00	0,00	180.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	180.000,00
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	395.000,00	8.600,00	403.600,00	57.563,16	216.350,42	57.563,16	216.350,42	53,61	187.249,58
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	10.980.000,00	3.906.657,74	14.886.657,74	3.837.192,95	9.252.579,69	2.417.637,83	6.861.789,66	46,09	8.024.868,08
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	0,00	0,00	0,00	34.901,08	167.933,91	28.329,59	147.538,23	0,00	-147.538,23
Amortização da Dívida Interna	0,00	0,00	0,00	34.901,08	167.933,91	28.329,59	147.538,23	0,00	-147.538,23
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	34.901,08	167.933,91	28.329,59	147.538,23	0,00	-147.538,23
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	10.980.000,00	3.906.657,74	14.886.657,74	3.872.094,03	9.420.513,60	2.445.967,42	7.009.327,89	47,08	7.877.329,85
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.397.498,64	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	10.980.000,00	3.906.657,74	14.886.657,74	3.872.094,03	9.420.513,60	2.445.967,42	8.406.826,53	56,47	6.479.831,21

FONTE:

Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes

AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 040/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada na Av. Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, através da Pregoeira Oficial, nomeado pela Portaria nº 002/2010, comunica aos interessados que fica **PRORROGADA** para o dia **18** de **OUTUBRO** de **2.010**, às **08:00 horas**, licitação na modalidade ***PREGÃO PRESENCIAL n.º 040/2010***, Regida pela Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 051/2009 e subsidiariamente, a lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis, com a finalidade de selecionar propostas para: **Aquisição de material permanente sendo: 01 (UM) receptor com processador GPS de alta sensibilidade, 02 (dois) nootebook, e 01 (uma) impressora, conforme *condições gerais estabelecidos no Anexo I-Termo de referencia, deste instrumento convocatório*. Das: 07:30 às 08:00 horas: Credenciamento. 08:00 horas: Abertura dos envelopes de proposta de preço e Documentos Habilitação.** O Edital completo poderá ser retirado no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes a partir desta data, ou pelo telefone (66) 3572-1950, solicitações poderão ser feitas ainda pelo e-mail: regina_esc.globo@hotmail.com.

Nova Bandeirantes - MT, 22 de setembro de 2010.

Regina de Souza Mendonça
Pregoeira

AVISO DE PRORROGAÇÃO LICITAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 042/2010

A Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes/MT, localizada na Av. Comendador Luiz Meneghel, nº 62, Centro, através da Pregoeira Oficial, nomeado pela Portaria nº 002/2010, comunica aos interessados que fica **PRORROGADA** para o dia **15** de **OUTUBRO** de **2.010**, às **08:00 horas**, licitação na modalidade ***PREGÃO PRESENCIAL n.º 042/2010***, Regida pela Lei Federal nº 10.520/02, o Decreto Municipal nº 051/2009 e subsidiariamente, a lei nº 8.666/93 e demais legislações aplicáveis, com a finalidade de selecionar propostas para: **Contratação de empresa para o fornecimento de material de consumo, sendo: gêneros alimentícios, hortifrutigranjeiros, carga de gás, pães, carnes e frios, copa e cozinha, material de limpeza e utilidades, em atendimento aos programas assistenciais (PROJOVEM, PETI E API), do município de Nova Bandeirantes/MT*, *deste instrumento convocatório*. Das: 07:30 às 08:00 horas: Credenciamento. 08:00 horas: Abertura dos envelopes de proposta de preço e Documentos Habilitação.** O Edital completo poderá ser retirado no setor de Licitação da Prefeitura Municipal de Nova Bandeirantes a partir desta data, ou pelo telefone (66) 3572-1950, solicitações poderão ser feitas ainda pelo e-mail: regina_esc.globo@hotmail.com.

Nova Bandeirantes - MT, 04 de outubro de 2010.

Regina de Souza Mendonça
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde

RESUMO DE CONTRATOS
SETEMBRO/2010

CONTRATO Nº. 69/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Iveco Latin América Ltda
2.OBJETO: Aquisição de ônibus rural de transporte escolar convencional pequeno zero quilômetro.
3. DATA ASSINATURA: 10 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 12 meses.
5.VALOR : R$ 123.000,00 (cento e vinte e três mil reais).
6.LICITAÇÃO: Adesão à ARP nº. 35/2010 – Pregão Eletrônico nº. 16/2010/FNDE/MEC

CONTRATO Nº. 70/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Maria Bernadete Pinheiro
2.OBJETO: Contratação de serviços como instrutora de aulas de capoeira junto ao Programa PROJOVEM ADOLESCENTE da Secretaria Municipal de Assistência Social.
3. DATA ASSINATURA: 10 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010..
5.VALOR : 2.400,00 (dois mil e quatrocentos reais).
6.LICITAÇÃO: ——————————

CONTRATO Nº. 71/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Dymak Máquinas Rodoviárias Ltda
2.OBJETO: Contratação de serviços e aquisição de peças para revisão mecânica de 1.000 (mil) horas trabalhadas para as máquinas cedidas ao município pelo Governo do Estado (Komatsu GD 555-3C e PC 160 LC-7B), lotadas na Secretaria Municipal de Obras, Transportes e Serviços Urbanos.
3. DATA ASSINATURA: 16 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 15 de outubro de 2010.
5.VALOR : R$ 9.463,68 (nove mil quatrocentos e sessenta e três reais e sessenta e oito centavos), **6.LICITAÇÃO**: Dispensa de Licitação nº. 21/2010

CONTRATO Nº. 72/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Carlos Almeida e Correia de Oliveira Ltda ME
2.OBJETO: Contratação de serviços de veiculação de VT's institucionais em imprensa televisiva para atender o município de Nova Monte Verde.
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 24.100,00 (vinte e quatro mil e cem reais).
6.LICITAÇÃO: Inexigibilidade de Licitação nº. 01/2010.

CONTRATO Nº. 73/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Neuza Gonçalves da Fonseca
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 804,00 (oitocentos e quatro reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 74/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Jair Honório dos Santos
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 1414,00 (mil quatrocentos e quatorze reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 75/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Luiz Pasquini Ferro
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.

4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 960,00 (novecentos e sessenta reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 76/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Ramilho Miguel do Nascimento
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 140,00 (cento e quarenta reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 77/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Eleandro Cezar Picinini
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 544,00 (quinhentos e quarenta e quatro reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 78/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Maria Aparecida da Silva Campanucci
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 328,00 (trezentos e vinte e oito reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 79/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e José Ferreira Filho
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 788,00 (setecentos e oitenta e oito reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 80/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Domingos Raimundo Veríssimo
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 346,00 (trezentos e quarenta e seis reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 81/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Sebastião Valério da Silva
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 1982,00 (mil novecentos e oitenta e dois reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 82/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Maria Piedade da Silva
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 1982,00 (mil novecentos e oitenta e dois reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 83/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Lucílio Assis Furtado
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 847,70 (oitocentos e quarenta e sete reais e setenta centavos).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

CONTRATO Nº. 84/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. Nova Monte Verde e Silvano Soares Bitencourt
2.OBJETO: aquisição de gêneros alimentícios da agricultura familiar para alimentação escolar
3. DATA ASSINATURA: 22 de setembro de 2010.
4.VIGÊNCIA: 31 de dezembro de 2010.
5.VALOR : R$ 2003,00 (dois mil e três reais).
6.LICITAÇÃO: Dispensa de Licitação nº. 22/2010.

RESCISÃO DO CONTRATO Nº. 19/2010.
1.PARTES: Prefeitura Munic. de Nova Monte Verde e Astrogildo Settini Pessoa Filho ME
2.OBJETO: contratação de serviços médicos nas Unidades de Saúde da Família do município e serviços como plantonista sob regime de sobreaviso na Unidade Mista de Saúde de Nova Monte Verde-MT.
3. DATA DA RESCISÃO: 01 de setembro de 2010.
4. LICITAÇÃO: Pregão Presencial nº. 04/2010.

TERMO DE CANCELAMENTO DE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 08/2010
1.PARTES: Prefeitura Munic. de Nova Monte Verde e S.P Nazaro de Queiroz ME
2.OBJETO: contratação de serviços de elaboração de exames laboratoriais para atender as necessidades da Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.
3. DATA DO CANCELAMENTO: 06 de setembro de 2010.

ATA DE REGISTRO DE PREÇOS Nº. 19/2010
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 38/2010 – REGISTRO DE PREÇOS
PROCESSO ADMINISTRATIVO Nº. 1757/2010

Pelo presente instrumento, a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, Estado de Mato
Grosso, Pessoa Jurídica de Direito Público Interno, com sede administrativa à Avenida Mato Grosso,
s/nº, Bairro Centro, nesta cidade, doravante denominada PREFEITURA, neste ato devidamente
representada pela Prefeita Municipal, Sra. **BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES**, brasileira,
casada, advogada, portadora da C.I. RG nº. 4.336.594-0 SSP/PR e CPF/MF n.º 788.664.809-91,
RESOLVE registrar os preços da empresa **S.W. RETÍFICA DE MOTORES LTDA**, CNPJ

03.929.797/0001-02**,** nas quantidades estimadas na Seção 4 desta Ata de Registro de Preços, de
acordo com a classificação por elas alcançadas por lote, atendendo as condições previstas no
Instrumento Convocatório Pregão Presencial nº .38/2010 e as constantes desta Ata de Registro de
Preços, sujeitando-se as partes às normas constantes da Lei n. 8.666/93 e suas alterações, Lei
10.520/02 e, no que couber, ao Decreto Municipal nº 14/2010, e em conformidade com as
disposições a seguir.

1. DO OBJETO

1.1. A presente Ata tem por objeto o registro de preços para futura e eventual **CONTRATAÇÃO DE**
SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTORES PARA ATENDER AS SECRETARIAS MUNICIPAIS DE
EDUCAÇÃO, DE SAÚDE E DE OBRAS DO MUNICÍPIO DE NOVA MONTE VERDE, conforme
especificações e condições constantes neste Edital e seus anexos.

1.1.1. Este instrumento não obriga a Prefeitura a firmar contratações nas quantidades licitadas,
podendo ocorrer licitações específicas para contratação do(s) serviço(s), obedecida a legislação
pertinente, sendo assegurada ao detentor do registro a preferência de fornecimento, em igualdade
de condições.

2. DA VIGÊNCIA

2.1. A presente Ata terá validade de **12 (doze) meses**, contados a partir de sua publicação, podendo
ser prorrogada na forma da lei.

3. DA GERÊNCIA DA PRESENTE ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

3.1. O gerenciamento deste instrumento caberá à Secretaria Municipal de Planejamento,
Administração e Finanças, através do Departamento de Compras/Licitações, no seu aspecto
operacional, com apoio da Assessoria Jurídica, nos aspectos legais;

4. DO CONTRATADO

4.1. O preço, a quantidade, o fornecedor e a especificação dos serviços registrados nesta Ata,
encontram-se indicados na tabela abaixo:

CNPJ:37.463.336/0001-03

FORNECEDOR: S. W RETÍFICA DE MOTORES LTDA

LOTE 01 – SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO TOYOTA BANDEIRANTE 4X4 ANO 1995 (MOTOR TOYOTA 14B) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE				
DESCRIÇÃO	**QTDE**	**UNID**	**P. UNT**	**V. TOTAL**
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	4	UND	16,49	65,96
SERVIÇO DE DESEMPENAR VIRABREQUIM	1	UND	103,07	103,07
SERVIÇO DE DESMONTAGEM MOTOR	1	UND	85,78	85,78
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	4	UND	48,38	193,52
SERVIÇO DE ENCAMISAR E RETIFICAR CILINDRO	4	UND	78,84	315,36
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	8	UND	8,62	68,96
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	75,15	75,15
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	4	UND	48,29	193,16
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. MANCAIS	1	UND	223,85	223,85
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	958,73	958,73
SERVIÇO DE PINTURA DO MOTOR	1	UND	96,46	96,46
SERVIÇO DE PLAINAR BASE BLOCO	1	UND	198,00	198,00
SERVIÇO DE PLAINAR SUPERF. CABEÇOTE	1	UND	138,45	138,45
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	26,42	26,42
SERVIÇO DE POLIR VIRABREQUIM	1	UND	85,43	85,43
SERVIÇO DE REBAIXAR ENGRENAGEM	1	UND	244,50	244,50
SERVIÇO DE RETÍFICA DE CILINDRO	4	UND	48,70	194,80
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	1	UND	95,16	95,16
SERVIÇO DE TROCAR GUIA DE VALVULAS	8	UND	8,84	70,72
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	8	UND	9,25	74,00
				3.507,48

LOTE 02- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO ÔNIBUS FORD CARGO 1618 ANO 1995 (MOTOR MWM 6CC) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
DESCRIÇÃO	**QTDE**	**UNID**	**P. UNT**	**V. TOTAL**
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	6	UND	12,22	73,32
SERVIÇO DE DESMONTAGEM MOTOR	1	UND	93,72	93,72
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	6	UND	41,17	247,02
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	12	UND	6,88	82,56
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	107,70	107,70
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	6	UND	38,46	230,76
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	293,10	293,10
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	1.025,28	1.025,28
SERVIÇO DE PLAINAR BASE BLOCO	1	UND	200,91	200,91
SERVIÇO DE PLAINAR CABEÇOTE	6	UND	34,81	208,86
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	37,57	37,57
SERVIÇO DE POLIR VIRABREQUIM	1	UND	112,74	112,74
SERVIÇO DE REBAIXAR CAPA DE BIELA	6	UND	34,52	207,12
SERVIÇO DE REBAIXAR COLARINHO BLOCO	6	UND	47,74	286,44
SERVIÇO DE REBAIXAR ENGRENAGEM	1	UND	244,50	244,50
SERVIÇO DE RETÍFICA VIRABREQUIM	1	UND	340,70	340,70
SERVIÇO DE RETIFICA SEDES	12	UND	7,51	90,12
SERVIÇO DE RETIFICAR VALVULA	12	UND	8,25	99,00
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	6	UND	21,89	131,34
SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR MOTOR	1	UND	506,03	506,03
SERVIÇO DE TORNEAR PISTÃO	6	UND	15,02	90,12
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	22,88	22,88
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	12	UND	7,18	86,16
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	12	UND	7,25	87,00
				4.904,95

LOTE 03- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO FORD F 1000 - ANO 1987 (MOTOR MWM 4CC) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
DESCRIÇÃO	**QTDE**	**UNID**	**P. UNT**	**V. TOTAL**
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	4	UND	12,22	48,88
SERVIÇO DE DESMONTAGEM MOTOR	1	UND	72,96	72,96
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	4	UND	41,17	164,68
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	8	UND	6,88	55,04
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	75,15	75,15
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	4	UND	38,46	153,84
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	255,00	255,00
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	872,56	872,56
SERVIÇO DE PLAINAR BASE BLOCO	1	UND	198,00	198,00
SERVIÇO DE PLAINAR CABEÇOTE	4	UND	33,66	134,64
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	25,04	25,04
SERVIÇO DE POLIR VIRABREQUIM	1	UND	75,15	75,15
SERVIÇO DE REBAIXAR CAPA DE BIELA	4	UND	34,52	138,08
SERVIÇO DE REBAIXAR COLARINHO BLOCO	4	UND	47,74	190,96
SERVIÇO DE REBAIXAR ENGRENAGEM	1	UND	244,50	244,50
SERVIÇO DE RETÍFICA VIRABREQUIM	1	UND	285,58	285,58
SERVIÇO DE RETIFICA SEDES	8	UND	7,51	60,08
SERVIÇO DE RETIFICAR VALVULA	8	UND	8,25	66,00
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	4	UND	15,02	60,08
SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR MOTOR	1	UND	440,91	440,91
SERVIÇO DE TORNEAR PISTÃO	4	UND	15,02	60,08
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	22,88	22,88
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	8	UND	7,27	58,16
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	8	UND	6,76	54,08
				3.812,33

LOTE 04- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULOS ÔNIBUS MOTORES OM 366 (PLACAS AGD 6838, BXG 4505, CYN 5820) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO				
DESCRIÇÃO	**QTDE**	**UNID**	**P. UNT**	**V. TOTAL**
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	18	UND	11,84	213,12
SERVIÇO DE DESMONTAGEM MOTOR	3	UND	98,40	295,20
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	18	UND	43,22	777,96

MUNICÍPIO DE NORTELANDIA - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DAS GARANTIAS E CONTRAGARANTIAS DE VALORES
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
2010

LRF-Cidadão - 9.10 - 04/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "c" e art. 40, § 1º - Anexo III

GARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	8.253.091,07	9.236.518,43	9.450.499,76	6.227.780,42
% do TOTAL DAS GARANTIAS sobre a RCL	0,00	0,00	0,00	0,00
LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL %	22,00	22,00	22,00	22,00

CONTRAGARANTIAS	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
EXTERNAS(I)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
INTERNAS(II)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aval em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Fiança em Operações de Crédito	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Garantias	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (I+II)	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

CNPJ:37.465.556/0001-63

SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	3	UND	82,64	247,92
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	36	UND	5,03	181,08
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	36	UND	7,14	257,04
				13.782,09

LOTE 06- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO F-14000 ANO 1989 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	P. UNT	V. TOTAL
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	6	UND	12,22	73,32
SERVIÇO DE DESMONTAGEM MOTOR	1	UND	93,72	93,72
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	6	UND	41,17	247,02
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	12	UND	6,88	82,56
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	107,70	107,70
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	6	UND	38,46	230,76
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	293,10	293,10
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	1.025,28	1.025,28
SERVIÇO DE PLAINAR BASE DO BLOCO	1	UND	200,91	200,91
SERVIÇO DE PLAINAR CABEÇOTE	6	UND	34,81	208,86
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	37,57	37,57
SERVIÇO DE POLIR VIRABREQUIM	1	UND	112,74	112,74
SERVIÇO DE REBAIXAR CAPA DE BIELA	6	UND	34,52	207,12
SERVIÇO DE REBAIXAR COLARINHO BLOCO	6	UND	47,74	286,44
SERVIÇO DE REBAIXAR ENGRENAGEM	1	UND	244,50	244,50
SERVIÇO DE RETÍFICA VIRABREQUIM	1	UND	340,70	340,70
SERVIÇO DE RETIFICA SEDES	12	UND	7,51	90,12
SERVIÇO DE RETIFICAR VALVULA	12	UND	8,25	99,00
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	6	UND	21,89	131,34
SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR MOTOR	1	UND	506,03	506,03
SERVIÇO DE TORNEAR PISTÃO	6	UND	15,02	90,12
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	22,88	22,88
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	12	UND	7,18	86,16
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	12	UND	7,25	87,00
				4.904,95

LOTE 07- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULOS MOTORES CUMMINS 4 CILINDROS (WA180, W20, F12000) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	P. UNT	V. TOTAL
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	18	UND	18,48	332,64
SERVIÇO DE DESMONTAGEM MOTOR	3	UND	109,97	329,91
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	18	UND	76,10	1.369,80
SERVIÇO DE ENCAMISAR RET. CILINDRO	18	UND	88,36	1.590,48
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	36	UND	11,83	425,88
SERVIÇO DE FAZER ROSCA	15	UND	6,67	100,05
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	3	UND	159,38	478,14
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	18	UND	92,07	1.657,26
SERVIÇO DE MANDRILHAR BUCHA COMANDO	3	UND	323,41	970,23
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	3	UND	654,36	1.963,08
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	3	UND	1.448,24	4.344,72
SERVIÇO DE PLAINAR CABEÇOTE	3	UND	456,37	1.369,11
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	3	UND	66,01	198,03
SERVIÇO DE POLIR VIRABREQUIM	3	UND	272,21	816,63
SERVIÇO DE REBAIXAR ENGRENAGEM	3	UND	244,50	733,50
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO	18	UND	96,21	1.731,78
SERVIÇO DE RETIFICA SEDES	36	UND	12,86	462,96
SERVIÇO DE SACAR PRISIONEIRO QUEBRADO	12	UND	11,07	132,84
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	3	UND	206,36	619,08
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	3	UND	123,72	371,16
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	36	UND	13,74	494,64
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	36	UND	9,88	355,68
				20.847,60

LOTE 08- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO CAMINHÃO FORD CARGO 1418 (MOTOR FORD 6 CILINDROS) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	P. UNT	V. TOTAL
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	6	UND	27,45	164,70
SERVIÇO DE BRUNIR CILINDROS	6	UND	38,47	230,82
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	6	UND	85,88	515,28
SERVIÇO DE ENCAMISAR RET. CILINDRO	6	UND	124,23	745,38
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	12	UND	10,68	128,16
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	159,48	159,48
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	6	UND	60,50	363,00
SERVIÇO DE MANDRILHAR BUCHA COMANDO	1	UND	255,00	255,00
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	398,00	398,00
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	1.558,63	1.558,63
SERVIÇO DE PLAINAR CABEÇOTE	1	UND	404,50	404,50
SERVIÇO DE POLIR VIRABREQUIM	1	UND	250,19	250,19
SERVIÇO DE REBAIXAR ENGRENAGEM	1	UND	244,50	244,50
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO	6	UND	52,59	315,54
SERVIÇO DE RETIFICA SEDES	12	UND	10,11	121,32
SERVIÇO DE SACAR PRISIONEIRO QUEBRADO	8	UND	11,07	88,56
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	1	UND	234,01	234,01
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	131,96	131,96
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	24	UND	13,49	323,76
				6.632,79

LOTE 09- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO CAMINHÃO MB 2013 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	P. UNT	V. TOTAL
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	6	UND	11,84	71,04
SERVIÇO DE DESMONTAGEM MOTOR	1	UND	98,40	98,40
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	6	UND	43,22	259,32
SERVIÇO DE ENCAMISAR RET. CILINDRO	6	UND	70,42	422,52
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	12	UND	7,23	86,76
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	113,09	113,09
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	6	UND	40,38	242,28
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	441,78	441,78
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	1.076,54	1.076,54
SERVIÇO DE PINTURA DO MOTOR	1	UND	99,44	99,44
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	38,13	38,13
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO	6	UND	55,21	331,26
SERVIÇO DE RETIFICA VIRABREQUIM	1	UND	357,73	357,73
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO COMPRESSOR	1	UND	31,75	31,75
SERVIÇO DE RETIFICAR COLO COMP COMANDO	1	UND	57,62	57,62
SERVIÇO DE RETIFICAR SEDES	12	UND	8,42	101,04
SERVIÇO DE RETIFICAR VALVULA	6	UND	8,92	53,52
SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR MOTOR	1	UND	531,12	531,12
SERVIÇO DE TORNEAR PISTÃO	6	UND	15,76	94,56
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	86,77	86,77
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	12	UND	5,27	63,24
				4.657,91

LOTE 10- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA TRATOR MF 283 DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	P. UNT	V. TOTAL
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	4	UND	12,22	48,88
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	4	UND	41,17	164,68
SERVIÇO DE ENCAMISAR RET. CILINDRO	4	UND	67,07	268,28
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	8	UND	6,88	55,04
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	75,15	75,15
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	4	UND	38,46	153,84
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	255,00	255,00
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	872,56	872,56
SERVIÇO DE PINTURA DO MOTOR	1	UND	83,04	83,04
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	25,04	25,04
SERVIÇO DE RETIFICA VIRABREQUIM	1	UND	285,58	285,58
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO	4	UND	62,25	249,00
SERVIÇO DE RETIFICAR SEDES	8	UND	7,51	60,08
SERVIÇO DE TORNEAR PISTÃO	4	UND	15,02	60,08
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	60,12	60,12
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	8	UND	7,27	58,16
				2.774,53

LOTE 11- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO CAMINHÃO MB 1519 (MOTOR MB 355) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	P. UNT	V. TOTAL
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	5	UND	22,56	112,80
SERVIÇO DE BRUNIR CILINDROS	5	UND	42,60	213,00
SERVIÇO DE DESMONTAGEM DO MOTOR	1	UND	142,81	142,81
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	5	UND	88,79	443,95
SERVIÇO DE ENCAMISAR RET. CILINDRO	5	UND	136,41	682,05
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	20	UND	10,52	210,40
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	195,39	195,39
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	5	UND	100,20	501,00
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	596,25	596,25
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	1.824,73	1.824,73
SERVIÇO DE PINTURA DO MOTOR	1	UND	159,07	159,07
SERVIÇO DE PLAINAR CABEÇOTE	5	UND	61,46	307,30
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	87,68	87,68
SERVIÇO DE RETIFICA VIRABREQUIM	1	UND	1.006,74	1.006,74
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO	5	UND	112,74	563,70
SERVIÇO DE RETIFICA SEDES	20	UND	16,07	321,40
SERVIÇO DE RETIFICAR VALVULA	20	UND	16,07	321,40
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	5	UND	37,52	187,60
SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR MOTOR	1	UND	876,78	876,78
SERVIÇO DE TORNEAR PISTÃO	5	UND	32,58	162,90
SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	160,35	160,35
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	20	UND	7,51	150,20
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	20	UND	7,06	141,20
				9.368,70

LOTE 12- SERVIÇOS DE RETÍFICA DE MOTOR PARA VEÍCULO CAMINHÃO MB 1113 (MOTOR MB 352) DA SECRETARIA MUNICIPAL DE OBRAS

DESCRIÇÃO	QTDE	UNID	P. UNT	V. TOTAL
SERVIÇO DE ALINHAR BIELA	6	UND	11,29	67,74
SERVIÇO DE BRUNIR CILINDROS	6	UND	21,60	129,60
SERVIÇO DE DESMONTAGEM DO MOTOR	1	UND	93,72	93,72
SERVIÇO DE EMBUCHAR E ALARGAR BIELAS	6	UND	41,17	247,02
SERVIÇO DE ENCAMISAR RET. CILINDRO	6	UND	67,07	402,42
SERVIÇO DE ESMERILHAR E MONTAR VALVULA	12	UND	6,88	82,56
SERVIÇO DE FAZER ROSCA	5	UND	6,67	33,35
SERVIÇO DE LAVAGEM QUÍMICA COMPLETA	1	UND	107,70	107,70
SERVIÇO DE MANDRILHAR E ALOJ. BIELA	6	UND	38,46	230,76
SERVIÇO DE MANDRILHAR E REB. MANCAIS	1	UND	362,88	362,88
SERVIÇO DE MONTAGEM COMPLETA MOTOR	1	UND	1.025,28	1.025,28
SERVIÇO DE PINTURA DO MOTOR	1	UND	94,72	94,72
SERVIÇO DE PLAINAR CABEÇOTE	1	UND	225,47	225,47
SERVIÇO DE PLAINAR TAMPA DE VALVULA	1	UND	82,64	82,64
SERVIÇO DE POLIR COMANDO	1	UND	36,32	36,32
SERVIÇO DE RETIFICA VIRABREQUIM	1	UND	340,70	340,70
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO COMPRESSOR	1	UND	30,24	30,24
SERVIÇO DE RETIFICAR CILINDRO	6	UND	52,59	315,54
SERVIÇO DE RETIFICA SEDES	12	UND	8,03	96,36
SERVIÇO DE RETIFICAR VALVULA	12	UND	8,50	102,00
SERVIÇO DE TESTAR CABEÇOTE	1	UND	131,45	131,45
SERVIÇO DE TIRAR E COLOCAR MOTOR	1	UND	505,93	505,93
SERVIÇO DE TORNEAR PISTÃO	6	UND	15,02	90,12

CNPJ:37.465.556/0001-63

SERVIÇO DE TROCAR BUCHA DE COMANDO	1	UND	82,64	82,64
SERVIÇO DE TROCAR GUIAS	12	UND	5,03	60,36
SERVIÇO DE TROCAR SEDES	12	UND	7,14	85,68
				5.063,20
TOTAL GERAL				94.230,53

5. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

5.1. Executar os serviços dentro dos padrões estabelecidos pela Prefeitura Municipal, de acordo com as especificações do edital, responsabilizando-se por eventuais prejuízos decorrentes do descumprimento das condições estabelecidas.

5.2. Os serviços licitados deverão ser entregues na sede do município de Nova Monte Verde-MT, da forma como forem solicitados pelo setor competente.

5.3. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela Prefeitura Municipal, cujas reclamações se obriga a atender prontamente, bem como dar ciência imediatamente e por escrito, de qualquer anormalidade que verificar quando da execução dos atos de sua responsabilidade ;

5.4. Prover todos os meios necessários à garantia da plena operacionalidade da prestação do serviço, inclusive considerados os casos de greve ou paralisação de qualquer natureza;

5.5. Comunicar imediatamente a Prefeitura Municipal qualquer alteração ocorrida no endereço, conta bancária e outras julgáveis necessárias para recebimento de correspondência;

5.6. Respeitar e fazer cumprir a legislação de segurança e saúde no trabalho, previstas nas normas regulamentadoras pertinentes;

5.7. Fiscalizar o perfeito cumprimento da prestação de serviço a que se obrigou, cabendo-lhe, integralmente, os ônus decorrentes. Tal fiscalização dar-se-á independentemente da que será exercida por esta Prefeitura;

5.8. Indenizar terceiros e/ou à própria Prefeitura em caso de ausência ou omissão de fiscalização de sua parte, pelos danos ou prejuízos causados por sua culpa ou dolo, devendo a contratada adotar todas as medidas preventivas, com fiel observância às exigências das autoridades competentes e às disposições legais vigentes;

5.9. A contratada ficará obrigada a aceitar, nas mesmas condições deste edital, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessárias, até o limite legal de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do objeto adjudicado, devendo supressões acima desse limite ser resultantes de acordo entre as partes;

5.10. Os acréscimos ou supressões até o limite legal de 25% serão aplicados automaticamente na ata de Registro de Preço.

5.11. Executar os serviços, conforme estipulado neste edital e de acordo com a proposta apresentada;

6. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE

6.1. Convocar a licitante vencedora para a retirada da Ordem de Serviços para execução dos serviços licitados;

6.2. Fornecer à empresa a ser contratada todas as informações e esclarecimentos que venham a ser solicitados relativamente ao objeto deste Edital;

6.3. Efetuar o pagamento à empresa nas condições estabelecidas neste Edital;

6.4. Notificar por escrito, à empresa contratada, toda e qualquer irregularidade constatada durante a execução dos serviços;

6.5. Nenhum pagamento será efetuado à empresa detentora do registro, enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação. Esse fato não será gerador de direito a reajustamento de preços ou a atualização monetária.

6.6. Não haverá, sob hipótese alguma, pagamento antecipado.

7. DO PAGAMENTO

7.1. O pagamento será efetuado após a execução dos serviços, mediante apresentação da nota fiscal devidamente atestada pela Secretaria Municipal solicitante.

7.2. O Contratado deverá indicar no corpo da Nota Fiscal/fatura, descrição do serviço prestado, de acordo com o especificado no Anexo I e Proposta apresentada;

7.2.1. Caso constatado alguma irregularidade nas notas fiscais/faturas, estas serão devolvidas ao fornecedor, para as necessárias correções, com as informações que motivaram sua rejeição, sendo o pagamento realizado após a reapresentação das notas fiscais/faturas.

7.2.2. Nenhum pagamento isentará o FORNECEDOR/CONTRATADO das suas responsabilidades e obrigações, nem implicará aceitação definitiva do serviço prestado.

7.3. O Contratante não efetuará pagamento de título descontado, ou por meio de cobrança em banco, bem como, os que forem negociados com terceiros por intermédio da operação de "factoring";

7.4. As despesas bancárias decorrentes de transferência de valores para outras praças serão de responsabilidade do Contratado.

8. DO REAJUSTAMENTO DE PREÇOS

8.1. Os preços registrados manter-se-ão inalterados pelo período de vigência da presente Ata, admitida a revisão no caso de desequilíbrio da equação econômico-financeira inicial deste instrumento a partir de determinação estatal, cabendo-lhe no máximo o repasse do percentual determinado.

8.2. Os preços registrados que sofrerem revisão não poderão ultrapassar os preços praticados no mercado, mantendo-se a diferença percentual apurada entre o valor originalmente constante da proposta e aquele vigente no mercado à época do registro.

8.3. Caso o preço registrado seja superior à média dos preços de mercado, a PREFEITURA solicitará ao fornecedor/consignatária, mediante correspondência, redução do preço registrado, de forma a adequá-lo ao praticado no mercado.

8.4. Fracassada a negociação com o primeiro colocado a PREFEITURA poderá rescindir esta ata e convocar, nos termos da legislação vigente, e pelo preço do 1º (primeiro) colocado, as demais empresas com preços registrados, cabendo rescisão desta ata de registro de preços e nova licitação em caso de fracasso na negociação.

8.5. Será considerado compatíveis com os de mercado os preços registrados que forem iguais ou inferiores à média daqueles apurados pelo setor demandante, na pesquisa de estimativa de preços**.**

9. DO CANCELAMENTO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS.

9.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser cancelada de pleno direito, nas seguintes situações:

a) quando o fornecedor/consignatária não cumprir as obrigações constantes no Edital e desta Ata de Registro de Preços;

b) quando o fornecedor/consignatária der causa a rescisão administrativa da Ata de Registro de Preços, nas hipóteses previstas nos incisos de I a XII, XVII e XVIII do art. 78 da Lei 8.666/93;

c) em qualquer hipótese de inexecução total ou parcial do objeto decorrente deste Registro de Preços;

d) os preços registrados se apresentarem superiores aos praticados no mercado;

e) por razões de interesse público devidamente demonstradas e justificadas;

9.2. Ocorrendo cancelamento do preço registrado, o Fornecedor será informado por correspondência, a qual será juntada ao processo administrativo da presente Ata.

9.3. No caso de ser ignorado, incerto ou inacessível o endereço do Fornecedor, a comunicação será feita por publicação no Diário Oficial, considerando-se cancelado o preço registrado a partir da última publicação.

9.4. A solicitação do Fornecedor para cancelamento dos preços registrados poderá não ser aceita pela PREFEITURA, facultando-se a esta neste caso, a aplicação das penalidades previstas neste Edital.

9.5. Havendo o cancelamento da Ata de Registro de Preços, cessarão todas as atividades do FORNECEDOR, relativas à execução do objeto.

9.6. Caso a PREFEITURA não se utilize da prerrogativa de cancelar esta Ata, a seu exclusivo critério, poderá suspender a sua execução e/ou sustar o pagamento das faturas, até que o FORNECEDOR cumpra integralmente a condição contratual infringida.

10. DAS PENALIDADES

10.1. O atraso injustificado na execução dos serviços sujeitará a empresa, a juízo da Administração, à multa moratória de 0,5% (meio por cento) por dia de atraso, até o limite de 10% (dez por cento), conforme determina o artigo 86, da Lei nº 8666/93;

10.1.1. A multa prevista neste item será descontada dos créditos que a contratada possuir com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde, Estado de Mato Grosso e poderá cumular com as demais sanções administrativas, inclusive com a multa prevista no item 10.2. b;

10.2. Ocorrendo a inexecução total ou parcial na prestação do serviços, a Administração poderá aplicar à vencedora, as seguintes sanções administrativas previstas no artigo 87 da Lei n. 8.666/93:

a) Advertência por escrito;

b) Multa administrativa com natureza de perdas e danos da ordem de até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato;

c) Suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, por prazo não superior a 02 (dois) anos, sendo que em caso de inexecução total, sem justificativa aceita, será aplicado o limite máximo temporal previsto para a penalidade de 02 (dois) anos;

d) Declaração de inidoneidade para licitar junto à Administração Pública, enquanto perdurarem os
motivos determinantes da punição, ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria
autoridade que aplicou a penalidade, de acordo com o inciso IV do artigo 87 da Lei n. 8.666/93, c/c
artigo 7º da Lei n. 10.520/2002;
10.3. Se o Fornecedor não proceder ao recolhimento da multa no prazo de 05 (cinco) dias úteis
contados da intimação por parte da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT, o respectivo
valor será descontado dos créditos que a contratada possuir com esta Prefeitura e, se estes não
forem suficientes, o valor que sobejar será encaminhado para execução pela Procuradoria da
Fazenda Municipal;
10.3.1. Em se tratando de adjudicatária que não comparecer para retirada da Ordem de Serviços, o
valor da multa não recolhida será encaminhado para execução pela Procuradoria da Fazenda
Municipal;

10.4. Do ato que aplicar a penalidade caberá recurso, no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar da
ciência da intimação, podendo a Administração reconsiderar sua decisão ou nesse prazo
encaminhá-lo devidamente informado para a apreciação e decisão superior, dentro do mesmo prazo;
10.5. Serão publicadas no Diário Oficial do Estado de Mato Grosso as sanções administrativas
previstas no item 10.2, c, d, deste edital, inclusive a reabilitação perante a Administração Pública.
11. DAS SANÇÕES ADMINISTRATIVAS
11.1. As infrações penais tipificadas na Lei 8.666/93 serão objeto de processo judicial na forma
legalmente prevista, sem prejuízo das demais cominações aplicáveis.
12. DOS RECURSOS ORÇAMENTÁRIOS
12.1 - As despesas decorrentes das contratações oriundas da presente ata de registro de preços
correrão à conta das dotações orçamentárias citadas abaixo, ou das demais que possam vir a aderir
à presente ata, às quais serão elencadas em momento oportuno:
Órgão: 05 – SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO E CULTURA
Unidade: 001 – Secretaria Municipal de Educação
Função: 12 – EDUCAÇÃO
Sub-Função: 361 – ENSINO FUNDAMENTAL
Programa: 0024 – GERENCIAMENTO GLOBAL DA EDUCAÇÃO
Projeto/Atividade: 2012 – Manutenção da Secretaria de Educação
103 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Órgão 09 – SEC. MUN. DE OBRAS, TRANSPORTES E SERVIÇOS URBANOS
Unidade: 001 – Sec. Mun. de Obras, Transportes e Serviços Urbanos
Função: 26 – TRANSPORTE
Sub-Função: 782 – TRANSPORTE RODOVIÁRIO
Programa: 0021 – URBANIZAÇÃO E MANUTENÇÃO DE ÁREAS PÚBLICAS
Projeto/Atividade: 2040 – Manutenção Depto. De Obras e Transportes
353 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
Órgão 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE E SANEAMENTO
Unidade: 001 – Fundo Municipal de Saúde
Função: 10 – SAÚDE
Sub-Função: 305 – VIGILÂNCIA EPIDEMIOLÓGICA
Programa: 0036 – BLOCO DE VIGILÂNCIA EM SAÚDE
Projeto/Atividade: 2031 – Bloco III – Vigilância em Saúde
247 – Natureza da Despesa: 339039000000 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica

13. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS
13.1. As partes ficam, ainda, adstritas às seguintes disposições:
I. todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de
termo aditivo à presente ata de Registro de Preços.
II. Vinculam-se a esta Ata, para fins de análise técnica, jurídica e decisão superior o Edital de
Pregão Presencial nº. 38/2010, seus anexos e as propostas das classificadas.

III. é vedado caucionar ou utilizar o contrato decorrente do presente registro para qualquer operação
financeira, sem prévia e expressa autorização da Prefeitura Municipal de Nova Monte Verde-MT.
14. DO FORO
Fica convencionado que o Foro para dirimir quaisquer dúvidas e controvérsias oriundas do presente
instrumento, é o da Comarca de Nova Monte Verde-MT, por mais privilegiado que outro possa ser.
E por estarem de acordo, as partes firmam o presente contrato, em 02 (duas) vias de igual teor e
forma para um só efeito legal, ficando uma via arquivada na sede da **CONTRATANTE**, na forma do
art. 60 da Lei 8 666 de 21/06/93.
Nova Monte Verde-MT, 30 de setembro de 2010.
PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA MONTE VERDE-MT

BEATRIZ DE FÁTIMA SUECK LEMES
PREFEITA MUNICIPAL

S. W RETÍFICA DE MOTORES LTDA
CNPJ: **03.929.797/0001-02**

Prefeitura Municipal de Nova Olímpia

PREGÃO PRESENCIAL N.º 51/2010
AVISO

Encontra-se aberta, no Setor de Licitação, situado à Avenida Mato Grosso, 175, Centro, Cep: 78.370-000, Nova Olímpia-MT, LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE PREGÃO PRESENCIAL, do tipo menor preço por item, com finalidade de selecionar propostas para *"**CONTRATAÇÃO DE EMPRESA PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPAROS DAS ESCOLAS MUNICIPAIS DE NOVA OLIPIA-MT.***

.

", cujas especificações detalhadas encontram-se em anexo acompanhando o edital da licitação.

Regem a presente licitação, a Lei Federal 10.520/02, o Decreto Municipal N.º 001/2007, subsidiariamente, a Lei N.º 8.666/93 e demais legislações aplicáveis.

A abertura desta licitação ocorrerá no dia 18 (DEZOITO) DE OUTUBRO DE 2010, ÀS 10:00 (dez) HORAS, na sala de Licitações, quando os interessados deverão apresentar os envelopes n.º 01 – Proposta de Preços e N.º 02 - Documentos de Habilitação a Pregoeira, bem como a Declaração, em separado dos envelopes acima mencionados, dando ciência de que preenchem plenamente os requisitos de habilitação estabelecidos no ato convocatório do certame.

As empresas interessadas, através de seus representantes legais, poderão credenciar-se, mediante apresentação de documento próprio, junto a Pregoeira, a partir das 09:00 (nove) horas do dia especificado no parágrafo anterior.

Poderão participar da licitação pessoas jurídicas que atuam no ramo pertinente ao objeto licitado, observadas as condições constantes do edital.

O Edital completo poderá ser obtido pelos interessados no Setor de Licitações de segunda a sexta-feira, no horário de 07:00 às 17:00 horas, ou e no site www.novaolimpia.mt.gov.br.

Quaisquer dúvidas contatar pelo telefone (65) 3332-1130.

Nova Olímpia-MT, 04 de outubro de 2010.

Maria Paixão de Souza Guedes
Pregoeira

Prefeitura Municipal de Nova Santa Helena

COMUNICADO À POPULAÇÃO DE NOVA SANTA HELENA

A Prefeitura Municipal de NOVA SANTA HELENA através de sua Excelência o Prefeito Municipal Dorival Lorca convida toda a população, e em especial as lideranças de entidades para participar da Audiência preparatória para elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2011. O evento realizar-se-á nas dependências da ***Câmara Municipal quarta feira dia 06/10, a partir das 19:30 horas*** e sua

presença é muito importante, afinal esta é a oportunidade de decidir o que fazer com o dinheiro arrecadado através dos impostos durante os anos seguintes. É o cidadão de Nova Santa Helena, participando das decisões da administração pública.

Nova Santa Helena/MT, 01 de outubro de 2010

Marta Lucia de Oliveira Araújo.
Secretária Municipal de Finanças e Planejamento.

AVISO DE LICITAÇÃO
CONCURSO Nº 001/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA SANTA HELENA, Estado de Mato Grosso, através de sua Comissão Organizadora, torna público a quem interessar, que será realizado as inscrições no período de 05 a 22 de outubro de 2010 as 15:00 horas, na Secretaria de Educação Cult. Desp. e Lazer - SECDL, localizada na Av. Brasil, s/nº, onde o Edital Completo estará disponível no horário de 08:00 as 12:00 horas, gratuitamente, Licitação da Modalidade CONCURSO sob nº 001/2010, tipo **Escolha de Trabalho Artístico**, tendo como objetivo, escolha da Bandeira e da letra e música do Hino Oficial do Município de Nova Santa Helena/MT.

Nova Santa Helena/MT, 04 de outubro de 2010.

LUCINEY ROSA SUR ROMÃO -
Presidenta da Comissão Organizadora

EDITAL 002/2010

AUDIÊNCIA PÚBLICA
LEI ORÇAMENTARIA ANUAL - LOA/ 2.011

LOCAL: **Câmara Municipal de Nova Santa Helena/MT**
Data: **06/10/2010 – Quarta Feira**
Hora: **19h30**

O Prefeito Municipal de Nova Santa Helena Dorival Lorca convida toda a população do Município de Nova Santa Helena a participar da Audiência Pública Preparatória para a elaboração da LOA – Lei Orçamentária Anual para o exercício de 2.011.

Esta audiência reflete a transparência do Governo Municipal na gestão dos recursos públicos financeiros, além de cumprimento de determinação legal através da Lei de Responsabilidade Fiscal – Lei Complementar Federal 101/2001, discutindo com a comunidade os instrumentos de Planejamento das ações governamentais.

Contamos com o seu exercício de cidadania participando deste evento, ajudando o Poder Publico constituído a destinar cada vez melhor os recursos arrecadados pelo nosso Município bem como, os de transferências constitucionais da União Federal e do Estado de Mato Grosso.

Atenciosamente,

Gabinete do Prefeito Nova Santa Helena/MT., 01 de outubro de 2010.

Dorival Lorca
Prefeito Municipal de Nova Santa Helena

Prefeitura Municipal de Nova Xavantina

Resultado resumido de habilitação, do Julgamento, da Homologação e Adjudicação – CHAMAMENTO PÚBLICO Nº. 001/2010.

A PREFEITURA MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA – MT torna público o resultado de habilitação, julgamento, homologação e adjudicação, referente ao CHAMAMENTO PÚBLICO nº. 001/2010, objeto: **AQUISIÇÃO DE GENEROS ALIMENTICIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA A MERENDA ESCOLAR MUNICIPAL CONFORME ANEXOS DO EDITAL**. Considerando a falta de licitantes interessados em participar do certame em epígrafe a Comissão Permanente de Licitações declara **FRUSTADO** o presente certame.

Nova Xavantina – MT, 4 de outubro de 2010.

Walmir Arruda Costa
Presidente da CPL

LEI MUNICIPAL N.º 1.499, DE 13 DE SETEMBRO DE 2010
*** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO Nº. 033 DE 13 DE SETEMBRO DE 2010.**

"DISPÕE SOBRE A DENOMINAÇÃO DE BEM PUBLICO DO MUNICÍPIO DE NOVA XAVANTINA".

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica as dependências da Feira coberta que se localiza ao lada da praça Padre José Motta Setor Nova
Brasília com a seguinte denominação.

"FEIRA COBERTA JONAS PINHEIRO"

Art. 2° - O Município de Nova Xavantina deverá no prazo de 30 dias colocar placa denominativa no local.

Art. 3° - Esta Lei entra em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina - MT, 13 de Setembro de 2010.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

*** Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.**

LEI MUNICIPAL N.º 1.500, DE 13 DE SETEMBRO DE 2010
*** PROJETO DE LEI LEGISLATIVO N° 035 DE 13 DE SETEMBRO DE 2010.**

"Dispõe sobre a inclusão no calendário oficial De eventos do Município de Nova Xavantina o Dia Municipal da Consciência Jovem.

O PREFEITO MUNICIPAL DE NOVA XAVANTINA, ESTADO DE MATO GROSSO, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e ele sanciona a seguinte Lei:

Art. 1° - Fica instituído no âmbito do Município de Nova Xavantina á o " Dia da Consciência Jovem", a ser comemorado anualmente no segundo domingo do mês de abril, sendo que na semana que acontecerá o evento serão realizados palestras e programas de conscientização nas escolas públicas e privadas da rede municipal, sobre problemas cotidianos;

Art. 2° -A data comemorativa será um marco para a sociedade de maneira geral já que, o pensamento jovem provém independente da idade a perdura por toda vida;

Art. 3° - Sua inserção ao Calendário Oficial de datas e eventos do município de Nova Xavantina se dará a partir de lembranças de momentos felizes vividos e muito que ainda se farão viver;

Art. 4° -Deverá ser elaborado e divulgado no Diário Oficial do município através de cartazes distribuídos nas escolas públicas até o início do mês de abril de cada ano;

Art. 5° O cronograma das atividades deverá instituir a memória da juventude, resgatando a cultura e potencial de cada indivíduo;

Art. 6° - A proposta a ser desenvolvida terá a exposição de palestras sobre drogas e quaisquer classificações, aborto e suas conseqüências para a saúde, prostituição e possíveis doenças acarretadas por este ato;

Art. 7° - As despesas decorrentes da execução deste projeto correrão por conta de dotações orçamentárias próprias, suplementadas se necessário;

Art. 8° -Esta lei entra em vigor após data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

Palácio dos Pioneiros, Gabinete do Prefeito Municipal, Nova Xavantina-MT, 13 de setembro de 2010.

GERCINO CAETANO ROSA
Prefeito Municipal

* OBS.: Projeto de autoria e redação do Legislativo Municipal.

Prefeitura Municipal de Peixoto de Azevedo

PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO – MT
AVISO DE PREGÃO – PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, Estado de Mato Grosso, através da Portaria Municipal. n.º 014, de 13 de janeiro de 2010, faz saber que se encontra aberta aos interessados, na Secretaria de Administração – Setor de Licitações deste Município, licitação modalidade **PREGÃO PRESENCIAL Nº 032/2010**, regida pela Lei Federal 10.520/2002 e 8.666 de 21 de junho de 1993 e posteriores alterações, e pelas condições estabelecidas neste edital, para seleção da melhor proposta pelo **menor preço por Item**, para: "**AQUISIÇÃO DE MATERIAL PERMANTE (BICICLETAS FEMININA E MASCULINA) QUE SERÃO UTILIZADOS NOS TRABALHOS DE VISITAS DOS A.C.S- AGENTES COMUNITARIOS DE SAÚDE PARA ATEDER AS NECESSIDADES DA SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE JUNTO AO MUNICIPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT.",**que será realizado ás 13:00 horas do dia 18 de Outubro de 2010, na sala de Licitações, no Paço Municipal de Peixoto de Azevedo. O edital completo poderá ser adquirido e maiores informações no Setor de Licitações, de segunda a sexta – feira, no horário das 12h a 18h, ou pelo fone (66) 3575-1029. Peixoto de Azevedo 01 de Outubro de 2010.

Vanilza Ribeiro Chagas
Pregoeira

EXTRATO DO 1º TERMO ADITIVO DO CONTRATO N.º 089/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ASSOCIAÇÃO DE MINE PEQ. AGRIC. PROJ. ASSENTAMENTO CACHIMBO.
Objeto: aquisição de GÊNEROS ALIMENTÍCIOS DA AGRICULTURA FAMILIAR PARA ALIMENTAÇÃO ESCOLAR, para alunos de educação básica pública matriculados nas Escolas Municipais de Peixoto de Azevedo 2º semestre de 2010, descritos nos itens enumerados na Cláusula Terceira, todos de acordo com a chamada pública n.º001/2010, o qual fica fazendo parte integrante do presente contrato, independentemente de anexação ou transcrição.
Valor R$ 46.543,68 (quarenta e seis mil quinhentos e quarenta e três reais e sessenta e oito centavos)
O prazo de vigência do presente contrato neste exercício será: até 31/12/2010.

Órgão	06		Sec. Mun. de Educação e Cultura
Unidade	002		Fundo Municipal de Educação
Função	12		Educação
Subfunção	361		Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	2 030		Manutenção do PNAI – Prog. Nac. Alimentação Escolar
Dotação	0256	339030	Material de Consumo

Valor de R$ 2.941,13

Órgão	06		Sec. Mun. de Educação e Cultura
Unidade	002		Fundo Municipal de Educação
Função	12		Educação
Subfunção	361		Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	2 029		Manutenção do PENE/PNEC/PNAP
Dotação	0255	339030	Material de Consumo

Valor de R$ 43.602,55

Peixoto de Azevedo 16 de Setembro de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 090 /2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***WHITE MARTINS GASES INDUSTRIAIS DO NORTE S/A***
Objeto: *CONTRATADA* AQUISIÇÃO DE RECARGAS DE CILINDROS DE OXIGÊNIO GÁS MEDICINAL PARA USO NO HOSPITAL MUNICIPAL E AMBULÂNCIAS ATENDENDO AS NECESSIDADES DO FUNDO MUNICIPAL DE SAUDE
valor global para a execução dos serviços, objeto do presente contrato é de R$ **16.410,00** *(Dezesseis mil quatrocentos e dez reais).*

O prazo de vigência do presente Contrato será de 16/09/2010 á 31/12/2010.

Órgão	07		SEC. MUN. DE SAUDE
Unidade	001		FUNDO MUN. DE SAUDE
Função	10		SAUDE
Subfunção	302		ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL
Programa	0011		ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE
Proj./Ativ.	2041		MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL
Dotação	227	3390.30	MATERIAL DE CONSUMO

Peixoto de Azevedo-MT, 16 de Setembro de 2010.

EXTRATO DO CONTRATO N.º 091/2010
Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***G. C. CARVALHO -ME***
Objeto **CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE RECARGA DE CARTUCHOS DE TINTA E TONNER E MANUTENÇÃO PREVENTIVA DE IMPRESSORAS PARA ATEDER AS NECESSIDADES DESTA ADMINISTRAÇÃO**
O valor global para a execução dos serviços, objeto do presente contrato é de **R$ 32.206,10** *(trinta e dois mil duzentos e seis reais e dez centavos).*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 24/09/2010 á 31/12/2010.

Órgão	05		SEC. MUN. DE PLANEJAMENTO E FAZENDA
Unidade	001		GABINETE DO SECRETARIO
Função	04		ADMINISTRACAO
Subfunção	122		AMINISTRACAO GERAL
Programa	0002		ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ.	2008		MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação	62	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 2.399,00			
Órgão	04		SEC. MUN. DE ADMINISTRACAO
Unidade	001		GABINETE DA SECRETARIA DE ADMINISTRACAO
Função	04		ADMINISTRACAO
Subfunção	122		AMINISTRACAO GERAL
Programa	0002		ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO
Proj./Ativ.	2008		MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA
Dotação	75	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 7.010,00			
Órgão	07		SEC. MUN. DE SAUDE
Unidade	001		FUNDO MUN. DE SAUDE
Função	04		ADMINISTRACAO
Subfunção	122		ADMINISTRACAO GERAL
Programa	0014		GESTAO DO SUS
Proj./Ativ.	2082		MANUT. ENCARGOS ATIVIDADES GABINETE
Dotação	141	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 4.741,20			
Órgão	06		SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA
Unidade	006		FUNDEB FUNDO EDUC. BASICA 40
Função	12		EDUCACAO
Subfunção	361		ENSINO FUNDAMENTAL
Programa	0005		EDUCACAO BASICA
Proj./Ativ.	2021		MANUT. ENCARGOS ENSINO FUNDAMENTAL 40
Dotação	306	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 13.646,20			
Órgão	08		SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA
Unidade	001		GABINETE DO SECRETARIO
Função	08		ASSISTENCIA SOCIAL
Subfunção	122		ADMINISTRACAO GERAL
Programa	0015		ASSISTENCIA
Proj./Ativ.	2051		MANUT. ENCARG. ATIV. SEC. ASSIST. SOCIAL
Dotação	416	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 2.802,00			

Órgão	09	SEC. MUN. AGRICULTURA IND. E COMERCIO	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
Proj./Ativ.	2008	MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
Dotação	427	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 458,70			
Órgão	11	SEC. MUN. OBRAS E SERVICOS URBANOS	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
Proj./Ativ.	2008	MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
Dotação	581	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 373,00			
Órgão	12	SEC. MUN. TRANSPORTE RODOVIARIO	
Unidade	001	GABINETE DA SECRETARIA DE TRANSPORTE	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
Proj./Ativ.	2008	MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
Dotação	594	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 569,00			
Órgão	13	SEC. MUN. ESPORTES E LAZER	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	27	DESPORTO E LAZER	
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITARIO	
Programa	0023	DESPORTO E LAZER	

Proj./Ativ.	2080	APOIO A REALIZACAO E PARTICIPACAO DE EVENTOS	
Dotação	627	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 207,00			

Peixoto de Azevedo-MT, 24 de Setembro de 2010

EXTRATO DO CONTRATO N.º 092 /2010

Contratante: O Município de Peixoto de Azevedo - MT
Contratado: ***M. R. DA SILVA MALHARIA - ME.***
CONTRATAÇÃO DE EMPRESA DO RAMO PARA PRESTAÇÃO DE SERVIÇO DE CONFECÇÃO DE UNIFORMES, ROUPARIAS E PEÇAS DE CAMA MESA E BANHO PARA ATEDER AS NECESSIDADES DAS SECRETARIAS DE EDUCAÇÃO E CULTURA, ASSISTENCIA SOCIAL, OBRAS E SERVIÇOS URBANOS, ESPORTE E LAZER E SECRETARIA DE SAÚDE.

Valor bruto de R$ **115.381,80** *(cento e quinze mil trezentos e oitenta e um reais e oitenta centavos).*
O prazo de vigência do presente Contrato será de 27/09/2010 á 31/12/2010.

Órgão	06	SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	002	FUNDO MUNICIPAL DE EDUCACAO	
Função	12	EDUCACAO	
Subfunção	361	ENSINO FUNDAMENTAL	
Programa	0005	EDUCACAO BASICA	
Proj./Ativ.	2017	MANUTENCAO DO ENSINO FUNDAMENTAL	
Dotação	270	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 10.413,00			
Órgão	06	SEC. MUN. DE EDUCACAO E CULTURA	
Unidade	006	FUNDEB FUNDO EDUC. BASICA 40	
Função	12	EDUCACAO	
Subfunção	365	EDUCACAO INFANTIL	
Programa	0005	EDUCACAO BASICA	
Proj./Ativ.	2023	MANUT. E ENCARGOS FUNDEB 40 EDUC. INFANTIL	
Dotação	321	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 36.100,00			
Órgão	07	SEC. MUN. DE SAUDE	
Unidade	001	FUNDO MUN. DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Subfunção	302	ASSISTENCIA HOSPITALAR E AMBULATORIAL	
Programa	0011	ATENDIMENTO DE MEDIA E ALTA COMPLEXIDADE	
Proj./Ativ.	2041	MANUTENCAO DO HOSPITAL MUNICIPAL	
Dotação	229	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 18.252,00			
Órgão	07	SEC. MUN. DE SAUDE	
Unidade	001	FUNDO MUN. DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Subfunção	305	VIGILANCIA EPIDEMIOLOGICA	
Programa	0013	VIGILANCIA EM SAUDE	
Proj./Ativ.	2046	MANUT. VIGILANCIA EPIDEMIOLOG. AMB.	
Dotação	192	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 4.704,00			
Órgão	07	SEC. MUN. DE SAUDE	
Unidade	001	FUNDO MUN. DE SAUDE	
Função	10	SAUDE	
Subfunção	301	ATENCAO BASICA	
Programa	0010	ATENCAO BASICA A SAUDE	
Proj./Ativ.	2036	MANUTENCAO E ENCARGOS SAUDE DA FAMILIA - PSF	
Dotação	204	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 2.100,00			

Órgão	08	SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	08	ASSISTENCIA SOCIAL	
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0015	ASSISTENCIA	
Proj./Ativ.	2051	MANUT. ENCARG. ATIV. SEC. ASSIST. SOCIAL	
Dotação	416	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 6.300,00			
Órgão	08	SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA	
Unidade	003	FUNDO MUN. CRIANCAS E ADOLESCENTES	
Função	08	ASSISTENCIA SOCIAL	
Subfunção	243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	
Programa	0015	ASSISTENCIA	
Proj./Ativ.	2053	MANUTENCAO E ENCARGOS COM O CONSELHO TUTELAR	
Dotação	384	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 148,00			
Órgão	08	SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA	
Unidade	003	FUNDO MUN. CRIANCAS E ADOLESCENTES	
Função	08	ASSISTENCIA SOCIAL	
Subfunção	243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	
Programa	0015	ASSISTENCIA	
Proj./Ativ.	2056	MANUT. PROGR. CREAS / PETI	
Dotação	392	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 16.155,30			
Órgão	08	SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA	
Unidade	003	FUNDO MUN. CRIANCAS E ADOLESCENTES	
Função	08	ASSISTENCIA SOCIAL	
Subfunção	243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	
Programa	0015	ASSISTENCIA	

Proj./Ativ.	2083	MANUTENCAO DE PROGR. CRAS PAIF PROJOVEM ASEF	
Dotação	397	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 5.617,00			
Órgão	08	SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA	
Unidade	002	FUNDO MUN. ASSIST. SOCIAL	
Função	08	ASSISTENCIA SOCIAL	
Subfunção	241	ASSISTENCIA AO IDOSO	
Programa	0015	ASSISTENCIA	
Proj./Ativ.	2054	MANUT. E ENCARGOS PROGR. MELHOR IDADE API	
Dotação	344	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 7.600,00			
Órgão	08	SEC. MUN. ASSIST. SOCIAL TRAB. CIDADANIA	
Unidade	003	FUNDO MUN. CRIANCAS E ADOLESCENTES	
Função	08	ASSISTENCIA SOCIAL	
Subfunção	243	ASSISTENCIA A CRIANCA E AO ADOLESCENTE	
Programa	0015	ASSISTENCIA	
Proj./Ativ.	2084	MANUTENCAO DA CASA RETAGUARDA E CECRIA	
Dotação	404	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 230,40			
Órgão	11	SEC. MUN. OBRAS E SERVICOS URBANOS	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	
Função	04	ADMINISTRACAO	
Subfunção	122	ADMINISTRACAO GERAL	
Programa	0002	ADMINISTRACAO E PLANEJAMENTO	
Proj./Ativ.	2008	MANUT. ENCARGOS COM ATIVIDADES DA SECRETARIA	
Dotação	581	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA
VALOR R$ 6.554,10			
Órgão	13	SEC. MUN. ESPORTES E LAZER	
Unidade	001	GABINETE DO SECRETARIO	

Função	27	DESPORTO E LAZER	
Subfunção	812	DESPORTO COMUNITARIO	
Programa	0023	DESPORTO E LAZER	
Proj./Ativ.	2094	IMPLANTACAO MANUT. SEC. DE ESPORTES E LAZER	
Dotação	616	3390.39	OUTROS SERV TERC. P. JURIDICA

VALOR R$ 1.208,00

Peixoto de Azevedo-MT, 27 de Setembro de 2010.

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 028/2010

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, E DO OUTRO COMO CONTRATADA, A EMPRESA: *N. M. PORTELA ME.*

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT , pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Ministro César Cals, n º.226 – Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.238.631/0001-31, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, legalmente representado por seu Prefeito Municipal o senhor, *Sr. Sinvaldo Santos Brito, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT, e de outro lado, a empresa: N. M. PORTELA ME, estabelecida na Rua Min. César Cals N.º 32, bairro Centro, neste município de Peixoto de Azevedo-MT, CNPJ n.º01.296.441/0001-45,doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu proprietário, Srº Napoleão Machado Portela, portador da Carteira de Identidade n.º 927.477 SSP/MT e do CPF n.º 104.378.192-72,Residente no Município de Peixoto de Azevedo,* **resolvem celebrar o presente termo aditivo, ao contrato n.º 028/2010, oriundo do processo licitatório,PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010, mediante as Cláusulas e condições a seguir:**

I – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento de termo aditivo é proveniente do termo de contrato n.º 028/2010, oriundo do Processo de Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 028/2010, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESSA ADMINISTRAÇÃO, fundamenta-se o presente instrumento no Art. 57, § IV e Art. 65, I, da Lei Federal 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas leis 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98, e nos termos da Cláusula Terceira do referido contrato.

II – DA ALTERAÇÃO

Fica alterada a Cláusula Terceira – DO Preço, do contrato nº 028/2010,o qual teve um reajuste de quantidade no valor, conforme planilha anexo,a importância a pagar no valor de R$ 23.709,96 (vinte e três mil setecentos e nove reais e noventa e seis).

III – DA ALTERAÇÃO

Fica alterada a Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA, passando a sua vigência a vigorar até a data de 20/12/2010

Os recursos necessários a execução do presente aditivo são de origem própria do Município e correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	06		Sec. Mun. de Educação e Cultura
Unidade	002		Fundo Municipal de Educação
Função	12		Educação
Subfunção	361		Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	2 029		Manutenção do PENE/PNEC/PNAP
Dotação	0255	339030	Material de Consumo

VALOR PARA EMPENHAR R$ 21.180,85

Órgão	06		Sec. Mun. de Educação e Cultura
Unidade	002		Fundo Municipal de Educação
Função	12		Educação
Subfunção	361		Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	2 030		Manutenção do PNAI – Prog. Nac. Alimentação Escolar
Dotação	0256	339030	Material de Consumo

VALOR PARA EMPENHAR R$ 2.529,11

IV – DA RATIFICAÇÃO

As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

V – DO FORO

Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem, justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo, que após lido e achado conforme, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de Setembro de 2010

MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT

Rep. Legal: Sinvaldo Santos Brito

=CONTRATANTE=

N. M. PORTELA ME

Rep. Legal: *Napoleão Machado Portela*

=CONTRATADA=

Testemunhas:

1ª -	**2ª -**
CPF n.º	**CPF n.º**
RG n.º	**RG n.º**

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 029/2010

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, E DO OUTRO COMO CONTRATADA, A EMPRESA: *SUPERMERCADO BOERI LTDA.*

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT , pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Ministro César Cals, n º.226 – Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.238.631/0001-31, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, legalmente representado por seu Prefeito Municipal o senhor, *Sr. Sinvaldo Santos Brito, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT, e de outro lado, a empresa:* ***SUPERMERCADO BOERI LTDA****, estabelecida na Rua Teotônio vilela N.º 198, bairro Centro, neste município de Peixoto de Azevedo-MT, CNPJ n.º 09.367.198/0001-10, doravante denominada simplesmente* ***CONTRATADA****, neste ato representada por seu proprietário, Srª* ***JUNIOR JOSÉ BOERI****, portador da Carteira de Identidade n.º 12379229, e do CPF n.º 938.063.451-04,Residente no Município de Peixoto de Azevedo,* **resolvem celebrar o presente termo aditivo, ao contrato n.º 029/2010, oriundo do processo licitatório,PREGÃO PRESENCIAL Nº 002/2010, mediante as Cláusulas e condições a seguir:**

I – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento de termo aditivo é proveniente do termo de contrato n.º 029/2010, oriundo do Processo de Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 029/2010, cujo objeto é a AQUISIÇÃO DE GÊNEROS ALIMENTÍCIOS,PARA MERENDA ESCOLAR PARA ATENDER AS NECESSIDADES DESSA ADMINISTRAÇÃO, fundamenta-se o presente instrumento no Art. 57, § IV e Art. 65, I, da Lei Federal 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas leis 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98, e nos termos da Cláusula Terceira do referido contrato.

II – DA ALTERAÇÃO

Fica alterada a Cláusula Terceira – DO Preço, do contrato nº 029/2010,o qual teve um reajuste de quantidade no valor, conforme planilha anexo,a importância a pagar no valor de R$ 59.235,53 (Cinqüenta e nove mil duzentos e trinta e cinco reais e cinqüenta e três centavos).

III – DA ALTERAÇÃO

Fica alterada a Cláusula Quinta – DA VIGÊNCIA, passando a sua vigência a vigorar até a data de 20/12/2010

Os recursos necessários a execução do presente aditivo são de origem própria do Município e correrão a conta da seguinte dotação orçamentária:

Órgão	06		Sec. Mun. de Educação e Cultura
Unidade	002		Fundo Municipal de Educação
Função	12		Educação
Subfunção	361		Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	2 029		Manutenção do PENE/PNEC/PNAP
Dotação	0255	339030	Material de Consumo

VALOR PARA EMPENHAR R$ 56.107,97	

Órgão	06		Sec. Mun. de Educação e Cultura
Unidade	002		Fundo Municipal de Educação
Função	12		Educação
Subfunção	361		Ensino Fundamental
Proj./Ativ.	2 030		Manutenção do PNAI – Prog. Nac. Alimentação Escolar
Dotação	0256	339030	Material de Consumo

VALOR PARA EMPENHAR R$ 3.127,56

IV – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

V – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem, justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo, que após lido e achado conforme, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 20 de Setembro de 2010

MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT
Rep. Legal: Sinvaldo Santos Brito
=CONTRATANTE=

SUPERMERCADO BOERI LTDA
Rep. Legal: ***JUNIOR JOSÉ BOERI***
=CONTRATADA=

Testemunhas:

1ª -	2ª -
CPF n.º	CPF n.º
RG n.º	RG n.º

PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO N.º 059/2010

TERMO ADITIVO DE CONTRATO QUE ENTRE SI CELEBRAM, DE UM LADO, COMO CONTRATANTE, O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT, E DO OUTRO COMO CONTRATADA, A EMPRESA: ***AVECAM AMAZONAS DISTRIBUIDOR DE CAMINHÕES LTDA.,***

O MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO - MT , pessoa jurídica de direito público interno, com sede a Rua Ministro César Cals, n º.226 – Centro, devidamente inscrita no CNPJ/MF sob o n.º 03.238.631/0001-31, doravante denominado simplesmente de CONTRATANTE, legalmente representado por seu Prefeito Municipal o senhor, *Sr. Sinvaldo Santos Brito, brasileiro, casado, portador da Cédula de Identidade RG 865.252 SSP/BA e CPF 090.597.765-34, residente e domiciliado a Rua Amazonas, Bairro Centro, nesta Cidade de Peixoto de Azevedo-MT, e de outro lado, a empresa: AVECAM AMAZONAS DISTRIBUIDOR DE CAMINHÕES LTDA, estabelecida na Rod. BR 163 Km 828,3, Setor Industrial Norte, cidade Sinop-MT, CNPJ nº 06.011.619/0001-88, doravante denominada simplesmente CONTRATADA, neste ato representada por seu Sócio, Senhor MAURICIO GONÇALVES DE LIMA, portadora da Carteira de Identidade n.º 3.826.637-3 e do CPF n.º 735.037.039-34,* **resolvem celebrar o presente termo aditivo, ao contrato n.º 059/2010, oriundo do processo licitatório, PREGÃO PRESENCIAL 013/2010, mediante as Cláusulas e condições a seguir:**

I – DO FUNDAMENTO LEGAL

O presente instrumento de termo aditivo é proveniente do termo de contrato n.º 059/2009, oriundo do Processo de Licitação Modalidade PREGÃO PRESENCIAL n.º 013/2010, cujo objeto é AQUISIÇÃO DE 1 VEICULO PARA SECRETARIA MUNICIPAL DE EDUCAÇÃO CULTURA, ESPORTE E LAZER, fundamenta-se o presente instrumento no Art. 57, § IV e Art. 65, I, da Lei Federal 8.666/93 de 21.06.93 alterada pelas leis 8.883 de 08.06.94 e 9.648 de 27.05.98, e nos termos da Cláusula Terceira do referido contrato.

II – DA ALTERAÇÃO
Fica alterada a Cláusula QUARTA – DA VIGÊNCIA, passando a sua vigência a vigorar até a data de 19/09/2010

V – DA RATIFICAÇÃO
As demais cláusulas do contrato original permanecem inalteradas.

VI – DO FORO
Fica eleito o Foro da Comarca de Peixoto de Azevedo, Estado de Mato Grosso, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que possa ser, para dirimir quaisquer dúvidas oriundas deste contrato.

E, por estarem, justos e contratados, declaram as partes aceitar todas as disposições estabelecidas nas cláusulas do presente termo aditivo, que após lido e achado conforme, é assinado em 02 (duas) vias de igual teor e forma na presença de 02 (duas) testemunhas.

Peixoto de Azevedo-MT, 19 de Agosto de 2010

MUNICÍPIO DE PEIXOTO DE AZEVEDO-MT
Rep. Legal: Sinvaldo Santos Brito
=CONTRATANTE=

Empresa: *AVECAM AMAZONAS DISTRIBUIDOR DE CAMINHÕES LTDA*
Rep. Legal: *MAURICIO GONÇALVES DE LIMA*
=CONTRATADO=

Testemunhas:

1ª -	2ª -
CPF n.º	CPF n.º
RG n.º	RG n.º

AUTORIZO A PUBLICAÇÃO DOS ARQUIVOS ANEXOS, ME RESPONSABILIZO PELO CONTEUDO DO MATERIAL ENCAMINHADO PELA PREFEITURA MUNICIPAL DE PEIXOTO DE AZEVEDO, ME DECLARO CIENTE DAS REGRAS DE NORMATIZAÇÃO DO JORNAL OFICIAL DOS MUNICIPIOS.

NOME DO REMENTE: **VANILZA RIBEIRO CHAGAS**
CARGO: **PREGOEIRA MUNICIPAL**
TELEFONE: PARA CONTATO **(66) 3575 – 1029 OU (66) 9677 - 5072**

Prefeitura Municipal de Poconé

EXTRATO DE TERMO DE ADITIVO AO CONTRATO POR TEMPO DETERMINADO:

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 078/2009
Matrícula n°: 1349
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: DANIELLE BRIANE DOS SANTOS
Aditivo (s): CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO: Onde se Lê: As despesas deste Contrato ocorrerão por conta da(s) seguinte dotação: 291 - 06.002.10.302.0022.2041.3.1.90.11.00.00.00, Leia-se: As despesas deste Contrato ocorrerão por conta da(s) seguinte dotação: 340 - 06.002.10.301.0024.2049.3.1.90.11.00.00.00. 1 – Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original e do primeiro termo aditivo assinado em 31/12/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 079/2009
Matrícula n°: 1351
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: PATRICIA PAULINO DE ARAÚJO
Aditivo (s): CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO: Onde se Lê: As despesas deste Contrato ocorrerão por conta da(s) seguinte dotação: 291 - 06.002.10.302.0022.2041.3.1.90.11.00.00.00, Leia-se: As despesas deste Contrato ocorrerão por conta da(s) seguinte dotação baixo: 279 - 06.002.10.302.0022.2039.3.1.90.11.00.00.00. 1 – Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original e do primeiro termo aditivo assinado em 31/12/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Segundo Termo Aditivo ao Contrato n° 082/2009
Matrícula n° 1392
Contratante: Prefeitura Municipal de Poconé
Contratado: CARLOS EDUARDO SANTOS
Aditivo (s): CLÁUSULA QUARTA – DA DOTAÇÃO: Onde se Lê: As despesas deste Contrato ocorrerão por conta da(s) seguinte dotação: 311 - 06.002.10.302.0022.2044.3.1.90.11.00.00.00, Leia-se: As despesas deste Contrato ocorrerão por conta da(s) seguinte dotação baixo: 279 - 06.002.10.302.0022.2042.3.1.90.11.00.00.00. 1 – Ficam ratificadas e mantidas em plena vigência as demais cláusulas do Contrato Original e do primeiro termo aditivo assinado em 31/12/2009, que não conflitarem com o presente Termo Aditivo.

Atenciosamente.

Clóvis Damião Martins
Prefeito Municipal de Poconé

Prefeitura Municipal de Ribeirão Cascalheira

EXTRATO DE LEIS 2010

Lei- 559/2010
Data - 24/02/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Credito Adicional
Especial no Orçamento Vigente

Lei- 560/2010
Data - 24/02/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Credito Adicional
Especial no Orçamento Vigente

Lei- 561/2010
Data - 24/02/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Credito Adicional
Especial no Orçamento Vigente

Lei- 562/2010
Data - 02/03/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir Credito Adicional
Especial no Orçamento Vigente

Lei- 563/2010
Data - 02/03/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado abrir um
Crédito Adicional Especial

Lei- 564/2010
Data - 02/03/2010
Ementa- Para implementar a política municipal de transporte escolar, fica criado o Conselho Municipal de Transporte Escolar

Lei- 565/2010
Data - 16/03/2010
Ementa- Fica aprovado o Loteamento RESIDENCIAL JARDIM AMÉRICA, de propriedade da Empresa ELN – GESTÃO DE NEGÓCIOS IMOBILIÁRIOS LTDA,

Lei- 566/2010
Data - 06/05/2010
Ementa- Fica criado o PROGRAMA MUNICIPAL DE FORTELECIMENTO Á AGRICULTURA FAMILIAR – PROFAF

Lei- 567/2010
Data - 06/05/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir no orçamento vigente crédito adicional suplementar

Lei- 568/2010
Data - 06/05/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo Municipal autorizado a Abrir no orçamento vigente crédito adicional suplementar

Lei- 569/2010
Data - 18/05/2010
Ementa- Altera o artigo 3º da Lei nº 377/2004, de 04 de março de 2004, passando a vigorar com a seguinte redação:

Lei- 570/2010
Data - 18/05/2010
Ementa- Fica o Poder Executivo autorizado a locar bens móveis e Imóveis para instalação do Hospital Municipal.

Lei- 571/2010
Data - 18/05/2010
Ementa- Fica Criado o Lotacionograma do Município de Ribeirão Cascalheira – MT.

Lei- 572/2010
Data - 18/05/2010
Ementa- Fica Criado o Lotacionograma do Município de Ribeirão Cascalheira – MT.

Lei- 573/2010
Data - 18/05/2010
Ementa- Fica Criado o Lotacionograma do Município de Ribeirão Cascalheira – MT.

Lei- 574/2010
Data - 13/07/2010
Ementa- Dispõe sobre as Diretrizes Orçamentárias para elaboração e execução da Lei Orçamentária para o exercício financeiro do Ano de 2011.

Lei- 575/2010
Data - 16/08/2010
Ementa- Altera a Lei n° 351/2003, que dispõe sobre a reestruturação da carreira dos Profissionais de Educação Pública Básica do Município de Ribeirão Cascalheira- MT

Lei- 576/2010
Data - 14/09/2010
Ementa- Fica acrescentado na Lei nº 573/2010 de 18 de maio de 2010,

Lei- 577/2010
Data - 14/09/2010
Ementa- Fica aberto no Orçamento Vigente, um crédito adicional especial

Lei- 578/2010
Data - 14/09/2010
Ementa- Fica o Executivo autorizado a conceder ajuda de custo mensal no valor
correspondente a um salário mínimo vigente

Lei- 579/2010
Data - 14/09/2010
Ementa- Fica criado o Cargo de Fonoaudióloga, nível 12, junto ao Fundo Municipal de Saúde

Lei- 580/2010
Data - 22/09/2010
Ementa- Esta Lei dispõe sobre a forma de amortização do passivo atuarial do Município de Ribeirão Cascalheira/MT,

Lei- 581/2010
Data - 22/09/2010
Ementa- À Servidora gestante será concedida, licença maternidade com vencimento integral, pelo prazo de 180 (cento e oitenta) dias.

Lei- 582/2010
Data - 22/09/2010
Ementa- Fica implantada no Município de Ribeirão Cascalheira o Programa Tratamento Fora do Domicílio – TFD.

Ribeirão cascalheira- MT 04 de outubro de 2010.

Daniel Correa Beraldo
Prefeito Municipal Interino

Prefeitura Municipal de Ribeirãozinho

DISPENSA DE LICITAÇÃO

Assunto: Dispensa de Licitação Nº 003/2010 e Nº 004/2010
Justificativa: Tendo em vista a necessidade dos serviços urgentes, a Comissão Permanente de Licitação resolve fundamentada no inciso V, artigo 24 da Lei nº 8.666/93, considerar, Dispensável a licitação realizada no dia 01/10/2010, para Contratação de Serviços Médicos Plantonista para o Hospital Municipal e médico (Clinico Geral), para prestar serviços no PSF e Hospital por quinze dias por mês, junto a Secretaria Municipal de Saúde do Município de Ribeirãozinho – MT, sendo Dra Elisa N. de Araújo Queiróz. (Plantonista). Médico Clinico Geral, Dr. Adilson Jose de Amorim e Carlos Rogério Rodrigues e Silva.
Ribeirãozinho-MT, 04 de outubro de 2010.
Euloá Ana Cardoso - Presidente da C. P. L
A **PREFEITURA MUNICIPAL DE RIBEIRÃOZINHO - MT**, representada pelo senhor Prefeito Aparecido Marques Moreira, **RATIFICA** a Dispensa de Licitação nos termos acima propostos, por atender os quesitos legais em vigor.
Gabinete do Prefeito, em 04 de outubro de 2010.

Aparecido Marques Moreira -
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Rosário Oeste

Audiência Pública
(Art. 9, § 4º L.C. nº. 101/2000)

AVALIAÇÃO DO CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS

2º QUADRIMESTRE 2010

Dr. JOEMIL DE ARAÚJO
Prefeito Municipal

Estado de Mato Grosso
Prefeitura Municipal de Rosário Oeste

Rosário Oeste
GOVERNO DE TODOS

ROSÁRIO OESTE - MT 29 DE SETEMBRO DE 2010

Objetivos da Audiência Pública

LC nº. 101, de 4/05/2000 (Lei de Responsabilidade Fiscal)

Art.9º .....

§ 4º Até o final dos meses de maio, setembro e fevereiro, o Poder Executivo demonstrará e avaliará o cumprimento das metas fiscais de cada quadrimestre, em audiência pública na comissão referida no § 1º do art. 166 da Constituição ou equivalente nas Casas Legislativas estaduais e municipais.

METAS FISCAIS DA LDO 2010

ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS 2010	EXECUTADO ATÉ O 2º. QUADRIMESTRE 2010	% EXECUTADO
Receita Total	25.839.510,00	16.000.330,42	106,81%
Receitas Primárias (I)	19.791.437,00	16.571.505,14	96,94%
Despesa Total	25.839.510,00	15.643.666,00	151,81%
Despesas Primarias (II)	19.791.437,00	12.122.153,63	-0,77%
Resultado Primário (I – II)	6.048.073,00	4.449.351,51	9200,66%
Resultado Nominal	692.817,00	545.192,65	-20,00%
Dívida Pública Consolidada	7.500.503,94	458.731,64	3,41%
Dívida Consolidada Líquida	7.373.815,17	458.731,64	0,00%

Receitas Primárias = Receita Total menos as Receitas de Aplicações Financeiras, de Alienação de Bens e de Operação de Crédito.

Despesas Primárias = Despesa Total menos as Amortização e Encargos da Dívida

Resultado Primário = Receita Primária menos Despesa Primária. É a economia para pagar a Dívida

Resultado Nominal = Montante que se pretende reduzir a dívida em cada período.

Dívida Pública Consolidada = Total da Dívida do Município com vencimento superior a 12 meses. Exemplo: Parcelamento de INSS, Op. PROVIA e PMAT, Parcelamento Dívida da CEMAT e PREVI ROSARIO .

Dívida Consolidada Líquida = Dívida Consolidada menos as Disponibilidades Financeiras, deduzidos os Restos a Pagar processados.

2º Quadrimestre 2010
Metas das Receitas

RECEITAS FISCAIS	2º QUADRIMESTRE 2010		Índice de
	META ANUAL	REALIZADO	Realização %
RECEITAS CORRENTES*	17.609.030	12.255.067,70	69,59%
(-) Receitas Financeiras	(504.294)	(147.448,84)	29,24%
RECEITAS FISCAIS CORRENTES	17.104.736,00	12.107.618,86	69,59%
RECEITAS DE CAPITAL	7.780.480	4.052.508,29	52,09%
(-) Alienação de Bens/Op. Crédito	0	0	0,00%
RECEITAS FISCAIS DE CAPITAL	7.780.480	4.052.508,29	52,09%
RECEITAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	450.000	0	0,00%
1. RECEITA PRIMÁRIA	25.335.216	16.571.505,14	65,40%
Total do Orçamento 2010	25.839.510		

*Receitas Correntes (-) Deduções p/ Formação para o FUNDEB:
META ANUAL: 19.791.437,00 (-) 2.182.407,00 = 17.609.030,00 Arredondamento 17.609.030
REALIZADO: 12.255.067,70 (-) 1.516.323,07= 10.738.744,63 Arredondamento 10.738.744
Realizado 60,98% da Meta da Anual.

Destaque: Receitas Correntes com realização de 69,59% da meta anual.

2º Quadrimestre 2010
Metas das Receitas Tributárias

RECEITAS TRIBUTÁRIAS	ORÇAMENTO 2010	RECEITAS REALIZADAS JAN A AGOSTO/10	% REALIZADO
IPTU	91.331	6.578,58	7,20%
IRRF	313.929	181.923,45	57,95%
ITBI	167.252	43.014,04	25,72%
ISS	506.733	527.959,19	104,18%
Taxas	127.202	78.045,29	61,35%
TOTAL	1.206.447	837.520,55	69,42%

Desempenho de 69,42% da Meta Anual, está acima da média de 66% que corresponde a 8 meses.

Destaques:
- IRRF com 57,95% (abaixo da média).
- ISSQN com 104,18% (acima da média).
- Taxas com 61,35% (abaixo da média).

O IPTU continua com valores abaixo da média com 7,20% devido ainda não ter sido lancado .

O desempenho abaixo da média do ITBI é devido a poucas transações imobiliárias no exercício de 2010.

2º Quadrimestre 2010
Metas das Transferências Correntes

TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	ORÇAMENTO 2010	RECEITAS REALIZADAS JAN A ABR/10	% REALIZADO
FPM	7.387.096	4.758.300	64,41%
CFEM	85.000	39.254	46,18%
ICMS	3.172.111	2.580.367	81,35%
IPVA	200.000	186.452	93,23%
FUNDEB - Receita	2.939.045	2.259.699	76,89%
FUNDEB - Retenção	(2.182.407)	(1.516.323)	69,48%
Transferência de Recursos do SUS - União	1.303.950	887.572	68,07%
Transferência de Recursos do SUS - MT	257.195	226.659	88,13%
Transferência para Educação - União	334.610	482..072	144,07%
Transferência para Educação - MT	203.661	0	0,00%
TOTAL	13.700.261	9.421.980	72,29%

O total das receitas apresentou desempenho de 72,29%, acima da média de 66%.

Pior Desempenho: CEFEM – Compensação Financeira da Exploração Mineral, com apenas 46,18% da meta anual.

- Transferências para Educação da União com 144,07% acima da meta anual.

- Transferências para Saúde: União com 68,07% e MT 88,13% acima da meta anual.

2º Quadrimestre 2010
Metas das Despesas

DESPESAS FISCAIS	2º QUADRIMESTRE 2010		Índice de
	META ANUAL	REALIZADO	Realização %
1. DESPESAS TOTAIS*	25.839.510	16.251.027	62,89%
(-) JUROS E ENCARGOS DA DÍVIDA	(15.363)	(9.667)	62,92%
(-) AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA	(800.000)	(778.663)	97%
2. DESPESA PRIMÁRIA	25.024.147	12.122.153	48,44%
*Despesa Liquidada			
3. RESULTADO PRIMÁRIO	692.817	4.449.351	642,21%

Despesas Primárias = Despesa Total menos as Amortização e Encargos da Dívida.

Realizado 48,44% da Meta da Anual.

2º Quadrimestre 2010

Metas Resultado Primário

ESPECIFICAÇÃO	1º QUADRIMESTRE 2010		Índice de
	META ANUAL	REALIZADO	Realização %
1. RECEITA PRIMÁRIA	25.335.216	16.571.505	65,40%
2. DESPESA PRIMÁRIA*	25.024.147	12.122.153	48,44%
3. RESULTADO PRIMÁRIO (1 - 2)	311.069	4.449.351	1430,34%

*Despesa Liquidada

Resultado Primário = Receita Primária menos Despesa Primária.

A meta era um Superávit Primário de R$ 311.069,00.

O Resultado, no período, foi um Superávit Primário de R$ 4.449.351.

2º Quadrimestre 2010

Metas Resultado Nominal

ESPECIFICAÇÃO	SALDOS	
	31/12/2009	31/08/2010
DÍVIDA CONSOLIDADA	6.150.760	5.903.739
DEDUÇÕES	--	--
Ativo Disponível	1.520.810	4.243.889
(-) Restos a Pagar Processados	9.527.545	7.041.772
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA	6.150.760	5.903.739
RESULTADO NOMINAL - META/EXECUTADO	(314.797)	(247.021)

Resultado Nominal = Montante que se pretende reduzir a dívida em cada período.

A meta para o ano de 2010 é de reduzir o montante da dívida em R$ 314.797,00.
Até o 2º. Quadrimestre de 2010, a Dívida Consolidada Líquida foi reduzida no total de R$ 247.021,00 devido ao pagamento dos Restos a Pagar – processados.

2º Quadrimestre 2010

Metas do Montante da Dívida Consolidada

ESPECIFICAÇÃO	METAS FISCAIS 2010	EXECUTADO ATÉ O 2º QUADRIMESTRE 2010	% EXECUTADO
Dívida Pública Consolidada	6.150.760	5.903.739	95,98%
Dívida Consolidada Líquida	6.150.760	5.903.739	95,98%

A meta da Dívida Consolidada foi reduzida em 4,02%, assim como,da Dívida Consolidada Líquida, em 4,02% devido ao pagamento de Restos a Pagar.

Prefeitura Municipal de Santa Carmem

EXTRATO DE TERMO ADITIVO AO CONTRATO 016/2010

CONTRATO N.º 016/2010 Objeto: Primeiro termo aditivo referente à vigência. Contratado: ENGECENTER CONSTRUTORA E INCORPORADORA LTDA – EPP. Contratante: PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CARMEM. Da vigência: Fica prorrogado o prazo de vigência do contrato 016/2010 pelo período de 60(sessenta) Data: de assinatura 01 de outubro de 2010.

Prefeitura Municipal de Santa Cruz do Xingu

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU-MT
AVISO DE RESULTADO DA LICITAÇÃO – TOMADA DE PREÇO N° 0132010

A PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA CRUZ DO XINGU - MT, através da sua Comissão Permanente de Licitação, torna público para conhecimento dos interessados o resultado da licitação na modalidade de TOMADA DE PREÇOS Nº 013/2010 do TIPO MENOR PREÇO POR ITEM, nos termos da Lei 8.666/93 e alterações posteriores, tendo como objeto a prestação de serviços profissionais de nutricionista para desenvolver atividades de avaliação nutricional, realização de cardápios, treinamento e especializado em alimentação e nutrição, dietas, supervisão da higiene e organização da cozinha, a fim de atender as necessidades da Secretaria Municipal de Educação, com abertura marcada para o dia 04 de Outubro de 2010, as 08h00 minutos, encerrando as 09h00 minutos do mesmo dia. Sagrou-se vencedora a nuricionista senhora Cláudia Scaff Ferro Schwabe, portadora da cédula de identidade nº 519 097 SSP/MT, e do CPF nº 503.099.601-00, CRN nº.1.136, no valor por item de R$ 1.618,98 totalizando o valor de R$ 4.263,31. Santa Cruz do Xingu - MT, em 04 de Outubro de 2010.

Marcus Simões Vieira - Presidente da CPL
Eurípedes Neri Vieira - Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato

RELATÓRIO DE CONCLUSÃO DE PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 02/2009

Aos 13 (treze) dias do mês de setembro de 2010 às 13h00min horas, na Prefeitura Municipal de Santa Rita do Trivelato/MT, reuniu-se a Comissão Designada nomeada pela Portaria n° 055/2010, para confecção do Relatório de Conclusão do Processo Administrativo Disciplinar n° 02/2009, que apura notícia crime assédio sexual, supostamente praticado pelo Servidor Público Sr. Luiz Carlos Fidalski em face de Eliane Rodrigues dos Santos, fato supostamente ocorrido nas dependências da Prefeitura Municipal.

O Processo Administrativo foi instruído com a cópia integral do "Boletim de Ocorrência feito pela suposta vitima onde possui seu depoimento, do suposto Acusado e também de todas as Testemunhas, para desta forma ajudar na elucidação dos fatos.

Com início do processo administrativo, foi ouvido a Vitima e posteriormente o Acusado, depois de ouvido os dois acima, foram feitas as Intimações e realizadas as oitivas das seguintes testemunhas: Sra. Lucenir Garcia Moura da Silva, Sr. José Rezende (Zé Medalha) e Sr. Ailton Lohman (Bro), sendo que a primeira foi arrolada pela acusação e os restantes foram os mesmo arrolados pelas partes.

Com relação aos depoimentos, salienta-se que a vitima foi devidamente cientificada de todos os fatos, sendo que devidamente intimada, realizamos sua oitiva, onde a mesma esclareceu em audiência junto a seu advogado que:
QUE foi assediada pelo indiciado, que o indiciado queria passar a mão em seu corpo, queria também que passasse a mão no corpo nele, alega que o indiciadoqueriaqueaDepoente
fizesse um strip-tease para ele, alega que tem uma conversa gravada com o indiciado, foi até que pediu demissão, alega só ter cedido apenas por medo de seu marido ser demitido, alega que ficou muito mal, que foi humilhada.Que nunca evitou o assédio por medo de ter seu marido demitido, que nunca passou a mão nas partes intimas do indiciado, que não bloqueou o indiciado no MSN porque o indiciado era seu chefe, que pediu para o Dr. Hilário um gravador, que tudo ocorreu na sala em que o indiciado fica trancado, que só relatou os fatos para o Brow, que Brow desconfiava que eu estava sendo cantada, que o indiciado pediu para a Depoente entregar as contas de águas.

Após a oitiva da vitima passamos a oitiva do Acusado que assim esclareceu sobre o fato:
QUE, inicio do ano de 2009 após assumir a Secretaria de Administração, se reuniu com o atual prefeito para fazer a distribuição dos funcionários, que quando chegou à vez do DAE, comentou com o prefeito que a Eliane já tinha trabalhando no DAE, que conhecia o serviço, assim prefeito nomeou a mesma para trabalhar naquele órgão, que depois que a Sra. Eliane passou a trabalhar no DAE conversou algumas vezes sobre assunto de serviço, mas nunca conversou com ela sobre a vida pessoal; que tem quase todos os funcionários da prefeitura em seu MSN, mas somente assunto referente aos trabalhos; afirma que sua sala fica sempre aberta, pois todos os funcionários entram na sua sala, que muitos nem batem na porta para entrar, que nunca conversou com a Sra. Eliane por MSN sobre assuntos que não seja de trabalho, que nunca faltou com respeito com a Sra. Elaine, que foi apenas 3 (três) vezes no DAE no ano passado e que sempre tinha gente no Departamento

Depois disso, passamos assim a oitiva das testemunhas arrolada pela acusação Sra. Lucenir Garcia Moura da Silva, que relatou o seguinte:

QUE, recebeu ligação da suposta Vitima pedindo um aparelho gravador, que não tinha conhecimento do fato, QUE tinha conhecimento que estava ocorrendo fatos terríveis com ela, mas não sabe precisar o que, QUE a suposta

vitima vivia chorando, Que um dia ligou chorando pedindo um aparelho um gravador.

Para esclarecer melhor o fato foi realizado a oitivas das duas testemunhas restantes que foram igualmente arroladas pelas partes, primeiramente o Sr. José Rezende (Zé Medalha) e em seguida o Sr. Ailton Lohman (Bro), vejamos:

Que, toda vez que saiu um funcionário do departamento o mesmo avisa onde esta indo para quem fica no departamento, dizendo se precisar me liga, Que nunca pediu para eu ligar atrás dela quando ela ia à sala do Acusado, Que antes da vitima registrar o B.O não sabia que a vitima estava sofrendo assédio, pois ela nunca comentou nada, ficando sabendo apenas um dia antes da suposta vitima registrar o BO, pois ela me avisou.

Que a suposta vitima falou que o Acusado fica com graçinha, mas nunca falou que estava sendo assediada, Que nunca falou que o Acusado passava a mão nela, Que quando o Acusado ia ao Departamento falava normal com a vitima, Que o Acusado raramente frequentava o DAE, Que a vitima nunca falou o que acontecia na sala do Acusado, Que não tem conhecimento se o Acusado ligava para suposta vitima ir a sua sala, Que nunca desconfiou que a vitima estava sendo cantada.

Sem mais testemunhas para ouvir ou provas para juntar ao processo pelas partes, consideramos a fase de instrução encerrada, deste modo foram intimada as partes para apresentarem Alegações finais.

Sendo que a Defesa apresentou Alegações Finais dentro do prazo legal, porém a Acusação até a presente data sendo devidamente Intimada ainda não apresentou.

Assim, salvo melhor juízo, passamos a expor o nosso entendimento sobre o caso, segundo o que foi produzido nos autos.

O Processo Administrativo foi instaraudo após conhecimento da denuncia de assedio sexual feita Servidora Eliane em face do Servidor Luiz Carlos, inclusive um inquérito judicial foi instaurado na Delegacia de Nova Mutum.

Assim sendo foi baixada a portaria nº 055/2010 que nomeou os servidores que comporia a comissão processante.

Em razão disso, a comissão processante se empenhou para assim apurar devidamente o fato, e assim ouviu o vitima que no seu depoimento acima acusou a vitima veemente de ter praticado assédio sexual contra a sua pessoa e alegou possuir provas cabais que comprovam o assedio sofrido.

Após essa alegação a comissão se reuniu e decidiu intimar a vitima para assim apresentar as provas cabais que possui em face do Acusado, contudo até a presente data nada foi apresentado.

Em seu depoimento a vitima arrolou a Sra. Lucenir para depor, entretanto a testemunha nada acrescentou ao fato alegando não saber do fato, e que tinha recebido uma ligação da vitima pedindo um gravador.

Alegou também a vítima que o Sr. Ailton sabia do fato, pois ela mesma tinha relatado para a testemunha, no entanto a testemunha negou saber do fato, e que também não desconfiava do fato, afirmado a testemunha que acusado frequentava muito pouco o local de trabalho da vitima e que quando ia ao local tratava normalmente a vitima.

No mesmo sentido foi o depoimento da testemunha restante, pois também alega não saber sobre o fato e não ter apresentado nenhum argumento que possa assim comprometer o acusado.

Tendo em vista, que no caso em tela a prova da alegação incumbe a quem fizer, não ficou comprovada pela acusação as alegações feitas.

Fundamentamos nossa decisão no fato de que não ficou cabalmente comprovado que o acusado cometeu os atos alegados pela denunciante, já que as testemunhas, único meio de prova utilizado pela denunciante em nada comprovou o fato, faltando assim provas cabais, ou seja, prova de materialidade e indícios de autoria, para assim penalizarmos o acusado.

Ante ao exposto, opinamos pelo arquivamento do presente processo administrativo.

É o nosso parecer, salvo melhor juízo, o qual submetemos a Vossa Excelência, Senhor Prefeito Municipal, para julgamento.

Santa Rita do Trivelato, 13 de setembro de 2010.

Marcia Regina Da Silva
Presidente

Graciele Borelli do Nascimento
Membro

Arilson Aniceto da Silva Fonseca
Membro

TERMO DE REMESSA

A Comissão designada pelas Portarias n° 054/2009 e 074/2009 do Processo Administrativo Disciplinar nº 001/2009, cumprindo determinação legal, remete os presentes autos ao Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal Sr. Roberto José Morandini, com a apresentação do relatório conclusivo, para a devida apreciação.

Santa Rita do Trivelato, 13 de setembro de 2010.

Marcia Regina Da Silva
Presidente

Graciele Borelli do Nascimento
Membro

Arilson Aniceto da Silva Fonseca
Membro

PROCESSO ADMINISTRATIVO DISCIPLINAR N° 02/2009
Portaria nº 055/2009

RELATÓRIO

Conforme relatório conclusivo da Comissão designada pela Portaria n.° 055/2009, esta entende que a faltou prova cabal, prova de materialidade e indícios de autoria para penalizar o Acusado, deste modo a Comissão opinou pelo arquivamento do presente processo administrativo

DECISÃO

Ante o relatório e todos os demais documentos que instruem o presente processo administrativo, **acolho na íntegra o parecer** apresentado pela Comissão e via de conseqüência determino o arquivamento do presente processo administrativo disciplinar.

Intime-se a indiciada da presente decisão e expeça-se os atos necessários para o seu fiel cumprimento.
Publique-se, Registre-se,
Intime-se e Certifique-se.

Santa Rita do Trivelato, 13 de setembro de 2010.

Roberto José Morandini
(Prefeito Municipal)

PREFEITURA MUNICIPAL DE SANTA RITA DO TRIVELATO-MT
EDITAL DE PUBLICAÇÃO

Em observância ao Princípio da Publicidade e determinação de publicação por parte do Excelentíssimo Prefeito Municipal de Santa Rita do Trivelato-MT, Sr. Roberto José Morandini, com referência ao Processo Administrativo Disciplinar n° 002/2009, para apurar, instruir e acompanhar a noticia de crime de assédio sexual em face de Servidor Público Municipal, faz-se constar a seguinte decisão: "Ante o relatório e todos os demais documentos que instruem o presente processo administrativo, **acolho na íntegra o parecer** apresentado pela Comissão Disciplinar e via de conseqüência, determino o arquivamento do presente processo administrativo disciplinar." Intime-se a indiciada da presente decisão e expeça-se os atos necessários para o seu fiel cumprimento. Publique-se, registre-se, intime-se e certifique-se. Santa Rita do Trivelato, 15 de Setembro de 2010.."

Marcia Regina Da Silva
Presidente

Prefeitura Municipal de São José do Rio Claro

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DESPESA COM PESSOAL
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JAN a AGO/2010

LRF Cidadão 9.10 - 02/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "a" - Anexo I

DESPESA COM PESSOAL	DESPESA LIQUIDADA Últimos 12 meses
DESPESA BRUTA COM PESSOAL (I)	9.367.998,03
Pessoal Ativo	9.367.998,03
Pessoal Inativo e Pensionista	0,00
Outras despesas de pessoal decorrentes de contratos de terceirização(art. 18, § 1º da LRF) (II)	0,00
DESPESAS NÃO COMPUTADAS (art. 19, § 1º da LRF) II	2.226,16
Indenizações por Demissão e Incentivos à Demissão Voluntária	0,00
Decorrentes de Decisão Judicial	2.226,16
Despesas de Exercícios Anteriores	0,00
Inativos e Pensionistas com Recursos Vinculados	0,00
REPASSES PREVIDENCIÁRIOS AO REGIME PRÓPRIO DE PREVIDÊNCIA SOCIAL (III)[1]	0,00
Contribuições Patronais - Repasses Financeiros até Exercício 2006	0,00
TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP(IV) = (I-II+III)	9.365.771,87
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL (V)	23.113.822,17
% do TOTAL DA DESPESA COM PESSOAL PARA FINS DE APURAÇÃO DO LIMITE - TDP sobre a RCL (IV / V)*100	40,52
LIMITE MÁXIMO (incisos I, II e III, art. 20 da LRF) - <%>	12.481.463,97
LIMITE PRUDENCIAL (parágrafo único, art. 22 LRF) <%>	11.857.390,77

[1] Valores referentes à movimentação financeira concedida ao RPPS relativos à contribuição patronal.
FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
BALANÇO ORÇAMENTÁRIO
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 02/10/10

RREO, Anexo I (LRF 52, inciso I, alíneas "a" e "b" do inciso II e §1º)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS				SALDO A REALIZAR (a-c)
			No Bimestre (b)	% (b/a)	Jan a Ago 2010 (c)	% (c/a)	
A) RECEITAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(I)	28.486.315,16	29.343.030,32	4.094.575,58	13,95	16.402.742,28	55,90	12.940.288,04
1.0.0.0.00.00 - RECEITAS CORRENTES	25.839.115,16	26.695.830,32	3.886.575,58	14,56	15.332.969,00	57,44	11.362.861,32
1.1.0.0.00.00 - RECEITA TRIBUTÁRIA	2.038.000,00	2.038.000,00	290.841,61	14,27	1.178.470,64	57,82	859.529,36
1.1.1.0.00.00 - Impostos	1.760.000,00	1.760.000,00	266.749,83	15,16	1.000.118,95	56,82	759.881,05
1.1.2.0.00.00 - Taxas	278.000,00	278.000,00	24.091,78	8,67	178.351,69	64,16	99.648,31
1.1.3.0.00.00 - Contribuição De Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.2.0.0.00.00 - RECEITAS DE CONTRIBUIÇÕES	1.056.031,00	1.562.062,00	165.408,88	10,59	624.183,07	39,96	937.878,93
1.2.1.0.00.00 - Contribuições Sociais	506.031,00	1.012.062,00	81.314,70	8,03	282.612,79	27,92	729.449,21
1.2.2.0.00.00 - Contribuições Econômicas	550.000,00	550.000,00	84.094,18	15,29	341.570,28	62,10	208.429,72
1.3.0.0.00.00 - RECEITA PATRIMONIAL	564.000,00	1.036.000,00	172.016,10	16,60	452.808,73	43,71	583.191,27
1.3.1.0.00.00 - Receitas Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.2.0.00.00 - Receitas De Valores Mobiliários	92.000,00	92.000,00	20.158,54	21,91	64.821,62	70,46	27.178,38
1.3.3.0.00.00 - Receita De Concessões E Permissões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.3.9.0.00.00 - Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.0.0.00.00 - RECEITA AGROPECUÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.1.0.00.00 - Receita Da Produção Vegetal	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.2.0.00.00 - Receita Da Produção Animal E Derivados	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.4.9.0.00.00 - Outras Receitas Agropecuárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.0.0.00.00 - RECEITA INDUSTRIAL	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	65.630,00	59,66	44.370,00
1.5.2.0.00.00 - Receita Da Indústria De Transformação	110.000,00	110.000,00	0,00	0,00	65.630,00	59,66	44.370,00
1.5.3.0.00.00 - Receita Da Indústria De Construção	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.5.9.0.00.00 - Outras Receitas Industriais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.6.0.0.00.00 - RECEITA DE SERVIÇOS	56.000,00	56.000,00	15.451,14	27,59	229.783,29	410,33	-173.783,29
1.7.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS CORRENTES	21.837.800,00	21.708.200,00	3.209.648,07	14,79	12.681.461,00	58,42	9.026.739,00
1.7.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	21.554.800,00	21.425.200,00	3.141.565,73	14,66	12.537.090,15	58,52	8.888.109,85
1.7.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	17.290,00	0,00	17.390,00	0,00	-17.390,00
1.7.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.7.6.0.00.00 - Transferências De Convênios	283.000,00	283.000,00	50.792,34	17,95	126.980,85	44,87	156.019,15
1.7.7.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
1.9.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS CORRENTES	177.284,16	185.568,32	33.209,78	17,90	100.632,27	54,23	84.936,05
1.9.1.0.00.00 - Multas E Juros De Mora	25.000,00	25.000,00	9.127,89	36,51	22.608,06	90,43	2.391,94
1.9.2.0.00.00 - Indenizações E Restituições	11.284,16	19.568,32	5.338,37	27,28	7.744,11	39,57	11.824,21
1.9.3.0.00.00 - Receita Da Dívida Ativa	118.000,00	118.000,00	14.951,52	12,67	59.228,27	50,19	58.771,73
1.9.9.0.00.00 - Receitas Correntes Diversas	23.000,00	23.000,00	3.792,00	16,49	11.051,83	48,05	11.948,17
2.0.0.0.00.00 - RECEITAS DE CAPITAL	2.647.200,00	2.647.200,00	208.000,00	7,86	1.069.773,28	40,41	1.577.426,72
2.1.0.0.00.00 - OPERAÇÕES DE CRÉDITO	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
2.1.1.0.00.00 - Operações De Crédito Internas	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
2.1.2.0.00.00 - Operações De Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.0.0.00.00 - ALIENAÇÃO DE BENS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.1.0.00.00 - Alienação De Bens Móveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.2.2.0.00.00 - Alienação De Bens Imóveis	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.00.00 - AMORTIZAÇÃO DE EMPRÉSTIMOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.3.0.0.10.00 - Amortização De Empréstimos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.0.0.00.00 - TRANSFERÊNCIAS DE CAPITAL	2.147.200,00	2.147.200,00	208.000,00	9,69	1.069.773,28	49,82	1.077.426,72
2.4.2.0.00.00 - Transferências Intergovernamentais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.3.0.00.00 - Transferências De Instituições Privadas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.4.0.00.00 - Transferências Do Exterior	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.5.0.00.00 - Transferências De Pessoas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.6.0.00.00 - Transferências de outras instituições públicas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.4.7.0.00.00 - Transferências De Convênios	2.147.200,00	2.147.200,00	208.000,00	9,69	1.069.773,28	49,82	1.077.426,72
2.4.8.0.00.00 - Transferências para combate à fome	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.0.0.00.00 - OUTRAS RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.2.0.00.00 - Integralização Do Capital Social	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.4.0.00.00 - Remuneração Das Disponibilidades Do Tesouro	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.5.0.00.00 - Receita da dívida ativa proveniente da amortizaç	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.6.0.00.00 - Restituições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
2.5.9.0.00.00 - Receita De Capital Diversas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
B) RECEITAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	551.684,84	551.684,84	101.801,26	18,45	320.555,05	58,10	231.129,79

SUB TOTAL DAS RECEITAS (III) = (I + II)	29.038.000,00	29.894.715,16	4.196.376,84	14,04	16.723.297,33	55,94	13.171.417,83
OPERAÇÕES DE CRÉDITO/REFINANCIAMENTO(IV)	500.000,00	500.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	500.000,00
Operações de Crédito Internas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito Externas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Mobiliaria	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contratual	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUB TOTAL COM REFINANCIAMENTO(V) = (III+IV)	29.538.000,00	30.394.715,16	4.196.376,84	13,81	16.723.297,33	55,02	13.671.417,83
DÉFICIT(VI)	-	-	-	-	-	-	-
TOTAL(VII) = (V+VI)	29.538.000,00	30.394.715,16	4.196.376,84	13,81	16.723.297,33	55,02	13.671.417,83
SALDOS DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	-	-	23.656.634,61	-	-

DESPESAS	DOTAÇÃO INICIAL	CRÉDITOS ADICIONAIS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS			SALDO
				No Bimestre	Jan a Ago	No Bimestre	Jan a Ago 2010	%	
	(a)	(b)	(c)=(a+b)	(d)	(e)	(f)	(g)	(g/c)	(c-g)
C) DESPESAS (EXCETO INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (VIII)	28.065.985,00	36.021,50	28.102.006,50	3.545.465,68	18.911.162,63	3.975.576,70	14.765.505,82	52,54	13.336.500,68
DESPESAS CORRENTES	24.551.194,32	110.139,88	24.661.334,20	3.031.780,21	16.333.856,04	3.713.558,01	13.726.741,26	55,66	10.934.592,94
Pessoal e Encargos Sociais	11.361.006,17	274.414,68	11.635.420,85	1.532.776,37	6.043.866,49	1.544.700,37	6.014.359,57	51,69	5.621.061,28
Juros e Encargos da Dívida	52.000,00	-10.000,00	42.000,00	0,00	18.000,00	2.482,35	10.387,92	24,73	31.612,08
Outras Despesas Correntes	13.138.188,15	-154.274,80	12.983.913,35	1.499.003,84	10.271.989,55	2.166.375,29	7.701.993,77	59,32	5.281.919,58
DESPESAS DE CAPITAL	2.710.000,00	-74.118,38	2.635.881,62	513.685,47	2.577.306,59	262.018,69	1.038.764,56	39,41	1.597.117,06
Investimentos	2.710.000,00	-24.118,38	2.685.881,62	513.685,47	2.577.566,59	262.018,69	1.038.764,56	38,68	1.647.117,06
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	-50.000,00	-50.000,00	0,00	-260,00	0,00	0,00	0,00	-50.000,00
RESERVA DE CONTIGÊNCIA	18.876,00	0,00	18.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.876,00
RESERVA DO RPPS	785.914,68	0,00	785.914,68	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	785.914,68
D) DESPESAS (INTRA-ORÇAMENTÁRIAS) (IX)	614.015,00	70.005,91	684.020,91	130.922,02	398.784,32	133.063,69	396.716,35	58,00	287.304,56
SUB TOTAL DAS DESPESAS(X)=(VIII+IX)	28.680.000,00	106.027,41	28.786.027,41	3.676.387,70	19.309.946,95	4.108.640,39	15.162.222,17	52,67	13.623.805,24
AMORTIZAÇÃO DA DÍVIDA/REFINANCIAMENTO(XI)	358.000,00	0,00	358.000,00	0,00	191.000,00	31.540,42	126.161,68	35,24	231.838,32
Amortização da Dívida Interna	358.000,00	0,00	358.000,00	0,00	191.000,00	31.540,42	126.161,68	35,24	231.838,32
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	358.000,00	0,00	358.000,00	0,00	191.000,00	31.540,42	126.161,68	35,24	231.838,32
Amortização da Dívida Externa	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SUBTOTAL COM REFINANCIAMENTO (XII) = (X+XI)	29.038.000,00	106.027,41	29.144.027,41	3.676.387,70	19.500.946,95	4.140.180,81	15.288.383,85	52,46	13.855.643,56
SUPERAVIT(XIII)	-	-	-	-	-	-	1.434.913,48	-	-
TOTAL (XIV) = (XII + XIII)	29.038.000,00	106.027,41	29.144.027,41	3.676.387,70	19.500.946,95	4.140.180,81	16.723.297,33	57,38	12.420.730,08

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO - PODER EXECUTIVO
RELATÓRIO DE GESTÃO FISCAL
DEMONSTRATIVO DA DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA
ORÇAMENTO FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO a AGOSTO/2010

LRF Cidadão 9.10 - 02/10/10

LRF, art. 55, inciso I, alínea "b" - Anexo II

ESPECIFICAÇÃO	SALDO EXERCÍCIO ANTERIOR	SALDO DO EXERCÍCIO DE		
		Até o 1º Quadrimestre	Até o 2º Quadrimestre	Até o 3º Quadrimestre
DÍVIDA CONSOLIDADA -DC (I)	808.177,20	928.703,94	865.623,10	0,00
Dívida Mobiliária	0,00	0,00	0,00	0,00
Dívida Contratual	808.177,20	928.703,94	865.623,10	0,00
Precatórios posteriores a 5.5.2000(inclusive)	0,00	0,00	0,00	0,00
Operações de Crédito inferiores a 12 meses	0,00	0,00	0,00	0,00
Parcelamento de Dívidas	0,00	0,00	0,00	0,00
De Tributos	0,00	0,00	0,00	0,00
De Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Contribuições Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00
Do FGTS	0,00	0,00	0,00	0,00
Provisões de PPPs	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)[1]	6.281.417,47	7.548.491,60	7.637.364,75	-
Ativo Disponível	6.321.560,70	7.548.491,60	7.721.790,63	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	40.143,23	0,00	84.425,88	0,00
DÍV. CONSOLID. LÍQUIDA (DCL) (III) = (I-II)	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA - RCL	22.186.066,62	22.839.691,55	23.113.822,17	0,00
% da DC sobre a RCL [(I) / RCL]	3,64	4,07	3,75	0,00
% da DCL sobre a RCL [(III) / RCL]	0,00	0,00	0,00	0,00
% LIMITE DEFINIDO POR RESOLUÇÃO DO SENADO FEDERAL - <%>	120,00	120,00	120,00	120,00

FONTE

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 02/10/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Ago (c)	No Bimestre (d)	Jan a Ago (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	28.431.195,00	28.468.646,50	3.545.465,68	19.110.932,17	4.009.258,79	14.896.784,43	97,44	52,33	13.571.862,07
LEGISLATIVA	1.086.124,00	1.086.124,00	116.155,04	683.263,82	141.070,90	605.629,51	3,96	55,76	480.494,49
Ação Legislativa	1.086.124,00	1.086.124,00	116.155,04	683.263,82	141.070,90	605.629,51	3,96	55,76	480.494,49
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	3.549.125,00	3.047.018,22	272.067,43	2.004.092,15	430.888,82	1.643.272,71	10,75	53,93	1.403.745,51
Planejamento e Orçamento	163.000,00	180.120,00	15.579,95	128.303,33	54.143,04	107.035,41	0,70	59,42	73.084,59
Administração Geral	2.945.000,00	2.670.011,20	220.114,01	1.759.014,53	343.221,96	1.433.312,66	9,38	53,68	1.236.698,54
Controle Interno	63.125,00	60.126,00	7.300,00	31.700,00	7.300,00	31.700,00	0,21	52,72	28.426,00
Normatização e Fiscalização	161.000,00	99.843,25	14.266,60	48.642,90	14.266,60	48.642,90	0,32	48,72	51.200,35
Formação de Recursos Humanos	27.000,00	416,77	0,00	416,70	0,00	416,70	0,00	99,98	0,07
Administração de Receitas	10.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Comunicação Social	180.000,00	36.501,00	14.806,87	36.014,69	11.957,22	22.165,04	0,15	60,72	14.335,96
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	1.302.000,00	1.242.893,52	205.720,09	938.601,46	208.058,23	765.624,26	5,01	61,60	477.269,26
Administração Geral	468.000,00	662.178,15	110.764,28	477.383,53	101.018,03	354.040,77	2,32	53,47	308.137,38
Formação de Recursos Humanos	23.000,00	160,08	80,00	160,00	80,00	160,00	0,00	99,95	0,08
Assistência à Criança e ao Adolescente	240.000,00	211.386,59	20.093,89	164.682,01	27.093,89	129.682,01	0,85	61,35	81.704,58
Assistência Comunitária	513.000,00	335.168,65	74.781,92	296.375,92	79.866,31	281.741,48	1,84	84,06	53.427,17
Empregabilidade	58.000,00	34.000,05	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	34.000,05
PREVIDÊNCIA SOCIAL	750.655,32	986.315,16	58.968,38	317.637,36	72.302,46	273.714,48	1,79	27,75	712.600,68
Previdência do Regime Estatutário	750.655,32	986.315,16	58.968,38	317.637,36	72.302,46	273.714,48	1,79	27,75	712.600,68
SAÚDE	6.474.000,00	7.328.214,83	942.827,61	5.459.452,07	1.112.301,39	4.464.655,24	29,20	60,92	2.863.559,59
Administração Geral	979.000,00	1.167.374,36	175.030,98	785.682,54	173.812,83	659.032,50	4,31	56,45	508.341,86
Atenção Básica	3.193.000,00	2.950.906,69	491.128,71	2.217.111,42	427.973,15	1.828.845,46	11,96	61,98	1.122.061,23
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	1.862.000,00	2.784.389,76	225.952,87	2.259.867,94	459.800,36	1.779.987,11	11,64	63,93	1.004.402,65
Vigilância Sanitária	195.000,00	180.044,02	37.977,63	123.178,62	37.977,63	123.178,62	0,81	68,42	56.865,40
Vigilância Epidemiológica	245.000,00	245.500,00	12.737,42	73.611,55	12.737,42	73.611,55	0,48	29,98	171.888,45
TRABALHO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EDUCAÇÃO	7.328.500,00	7.437.961,77	707.881,59	4.458.979,97	930.492,90	3.742.575,85	24,48	50,32	3.695.385,92
Ensino Fundamental	5.834.000,00	5.417.221,62	602.997,47	3.339.459,94	717.800,23	2.884.853,92	18,87	53,25	2.532.367,70
Educação Infantil	1.290.000,00	1.770.571,85	75.444,31	972.091,43	183.252,86	710.293,33	4,65	40,12	1.060.278,52
Educação de Jovens e Adultos	28.000,00	28.000,00	2.186,70	10.600,86	2.186,70	10.600,86	0,07	37,86	17.399,14
Educação Especial	117.500,00	118.866,97	15.420,99	59.724,62	15.420,99	59.724,62	0,39	50,24	59.142,35
Difusão Cultural	59.000,00	103.301,33	11.832,12	77.103,12	11.832,12	77.103,12	0,50	74,64	26.198,21
CULTURA	20.000,00	5.400,00	0,00	1.598,50	0,00	1.598,50	0,01	29,60	3.801,50
Difusão Cultural	20.000,00	5.400,00	0,00	1.598,50	0,00	1.598,50	0,01	29,60	3.801,50
DIREITOS DA CIDADANIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
URBANISMO	3.355.000,00	3.855.242,89	872.002,91	3.274.869,59	660.499,41	1.916.231,53	12,53	49,70	1.939.011,36
Infra-estrutura Urbana	3.012.000,00	3.544.842,89	846.715,02	3.054.509,91	616.940,09	1.725.990,89	11,29	48,69	1.818.852,00
Serviços Urbanos	293.000,00	305.400,00	25.287,89	220.359,68	43.559,32	190.240,64	1,24	62,29	115.159,36
Saneamento Básico Urbano	50.000,00	5.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	5.000,00
HABITAÇÃO	300.000,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
Habitação Urbana	300.000,00	0,03	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,03
SANEAMENTO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
GESTÃO AMBIENTAL	295.000,00	160.550,00	3.807,80	37.024,27	3.807,80	37.024,27	0,24	23,06	123.525,73
Controle Ambiental	295.000,00	160.550,00	3.807,80	37.024,27	3.807,80	37.024,27	0,24	23,06	123.525,73
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	646.000,00	766.470,39	91.272,38	619.792,99	162.281,16	467.457,94	3,06	60,99	299.012,45
Promoção da Produção Vegetal	433.000,00	745.484,59	91.272,38	616.515,99	162.281,16	464.180,94	3,04	62,27	281.303,65
Promoção da Produção Animal	50.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	120.000,00	15.285,80	0,00	3.037,00	0,00	3.037,00	0,02	19,87	12.248,80
Extensão Rural	43.000,00	5.700,00	0,00	240,00	0,00	240,00	0,00	4,21	5.460,00
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	30.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
Promoção Industrial	30.000,00	3.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	3.000,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	460.000,00	330.307,04	147.578,30	210.119,36	128.188,01	189.239,39	1,24	57,29	141.067,65
Promoção Industrial	10.000,00	300,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	300,00
Turismo	450.000,00	330.007,04	147.578,30	210.119,36	128.188,01	189.239,39	1,24	57,34	140.767,65
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	420.000,00	239.840,60	0,00	216.682,14	17.741,46	95.403,68	0,62	39,78	144.436,92
Energia Elétrica	420.000,00	239.840,60	0,00	216.682,14	17.741,46	95.403,68	0,62	39,78	144.436,92
TRANSPORTE	615.000,00	558.927,06	33.735,79	340.841,63	38.705,79	265.198,67	1,73	47,45	293.728,39

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 02/10/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Ago (c)	No Bimestre (d)	Jan a Ago (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
Transporte Rodoviário	615.000,00	558.927,06	33.735,79	340.841,63	38.705,79	265.198,67	1,73	47,45	293.728,39
DESPORTO E LAZER	220.000,00	254.820,15	33.448,36	159.236,86	30.998,25	136.236,34	0,89	53,46	118.583,81
Desporto Comunitário	220.000,00	254.820,15	33.448,36	159.236,86	30.998,25	136.236,34	0,89	53,46	118.583,81
ENCARGOS ESPECIAIS	775.000,00	595.000,00	60.000,00	388.740,00	71.922,21	292.922,06	1,92	49,23	302.077,94
Refinanciamento da Dívida Interna	500.000,00	350.000,00	0,00	208.740,00	34.022,77	136.549,60	0,89	39,01	213.450,40
Outros Encargos Especiais	275.000,00	245.000,00	60.000,00	180.000,00	37.899,44	156.372,46	1,02	63,83	88.627,54
RESERVA DO RPPS	785.914,68	551.684,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551.684,84
RESERVA DO RPPS	785.914,68	551.684,84	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	551.684,84
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	18.876,00	18.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.876,00
Reserva de Contingência	18.876,00	18.876,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	18.876,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	606.805,00	675.380,91	130.922,02	390.014,78	130.922,02	391.599,42	2,56	57,98	283.781,49
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	606.805,00	675.380,91	130.922,02	390.014,78	130.922,02	391.599,42	2,56	57,98	283.781,49
Previdência do Regime Estatutário	606.805,00	675.380,91	130.922,02	390.014,78	130.922,02	391.599,42	2,56	57,98	283.781,49
TOTAL	**29.038.000,00**	**29.144.027,41**	**3.676.387,70**	**19.500.946,95**	**4.140.180,81**	**15.288.383,85**	**100**	**52,458**	**13.855.643,56**

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO RIO CLARO
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 02/10/10

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09	Jan/ 10	Fev/ 10	Mar/ 10	Abr/ 10	Mai/ 10	Jun/ 10	Jul/ 10	Ago/ 10		
RECEITAS CORRENTES (I)	2.120.417,07	2.339.533,00	2.024.520,81	2.865.448,65	2.041.762,81	1.833.466,15	2.173.574,72	2.172.338,58	2.326.582,36	2.510.560,45	2.037.318,40	2.327.777,10	26.773.300,10	30.139.630,32
Receitas Tributária	98.311,22	106.941,87	85.489,06	105.638,17	101.884,13	98.061,28	101.783,28	164.173,83	296.201,82	125.524,69	98.625,02	192.216,59	1.574.850,96	2.038.000,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	5.402,86	2.835,27	3.953,20	3.898,14	0,00	0,00	0,00	36.152,45	178.952,31	7.487,89	10.008,19	9.874,78	258.565,09	345.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	17.189,00	10.813,60	13.256,60	5.616,56	10.356,00	8.416,80	21.620,00	34.802,00	14.062,00	29.838,55	4.886,84	40.781,93	211.639,88	230.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	41.656,16	61.599,85	39.425,50	44.448,09	52.300,42	23.549,04	31.818,19	40.899,21	52.331,43	29.452,10	47.819,23	95.381,64	560.680,86	575.000,00
Outras Receitas Tributárias	34.063,20	31.693,15	28.853,76	51.675,38	39.227,71	66.095,44	48.345,09	52.320,17	50.856,08	58.746,15	35.910,76	46.178,24	543.965,13	888.000,00
Receitas de Contribuições	79.152,07	76.188,56	80.157,20	153.507,61	46.983,47	82.274,56	78.025,70	83.407,62	83.659,20	84.423,64	81.765,77	83.643,11	1.013.188,51	1.562.062,00
Receita Patrimonial	32.553,54	33.151,31	33.302,31	37.405,91	42.368,17	43.313,52	56.901,07	27.631,31	57.228,36	53.350,20	77.462,49	94.553,61	589.221,80	1.036.000,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	1.400,00	6.960,00	7.100,00	7.440,00	21.405,00	6.785,00	15.000,00	0,00	15.000,00	0,00	0,00	81.090,00	110.000,00
Receita de Serviços	41.058,00	40.046,80	35.185,15	47.444,83	35.776,21	32.380,76	42.410,87	36.366,46	37.394,86	30.002,99	10.957,89	4.493,25	393.518,07	56.000,00
Transferências Correntes	1.851.304,68	2.068.277,32	1.763.328,83	2.500.012,83	1.798.721,98	1.541.349,76	1.875.460,82	1.836.428,23	1.838.117,78	2.193.626,01	1.760.175,50	1.927.992,49	22.954.796,23	25.152.000,00
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	460.778,33	530.047,89	661.638,85	1.018.149,95	546.186,70	666.854,62	495.377,03	593.536,02	730.763,71	634.209,94	466.358,99	625.014,17	7.428.916,20	8.030.000,00
Cota Parte do ICMS	764.397,86	622.876,19	492.490,22	759.924,01	566.060,11	441.486,17	646.412,39	559.690,33	478.357,35	697.928,85	579.624,39	623.390,55	7.232.638,42	7.684.000,00
Cota Parte do IPVA	17.943,83	12.582,27	14.098,63	7.976,50	1.284,12	1.690,98	3.446,85	15.016,22	70.291,71	232.484,18	51.180,76	33.335,61	461.331,66	565.000,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	307.678,19	281.644,16	248.630,45	344.000,68	245.515,37	234.979,56	280.230,01	268.293,83	266.062,36	319.709,98	255.093,51	284.182,07	3.336.020,17	3.700.000,00
Outras Transferências Correntes	300.506,47	621.126,81	346.470,68	369.961,69	439.675,68	196.338,43	449.994,54	399.891,83	292.642,65	309.293,06	407.917,85	362.070,09	4.495.889,78	5.173.000,00
Outras Receitas Correntes	18.037,56	13.527,14	20.098,26	14.339,30	8.588,85	14.681,27	12.207,98	9.331,13	13.980,34	8.632,92	8.331,73	24.878,05	166.634,53	185.568,32
DEDUÇÕES (II)	287.902,64	305.782,64	277.584,98	415.183,31	228.589,54	376.925,16	269.977,31	286.043,90	297.198,85	354.454,98	261.412,91	298.421,71	3.659.477,93	4.298.862,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	37.884,16	38.995,71	38.779,37	111.823,98	857,38	40.314,07	39.417,00	39.934,15	40.310,98	40.464,51	40.430,90	40.883,80	510.096,01	1.012.062,00
Servidor	37.884,16	38.995,71	38.779,37	111.823,98	857,38	40.314,07	39.417,00	39.934,15	40.310,98	40.464,51	40.430,90	40.883,80	510.096,01	1.012.062,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	250.018,48	266.786,93	238.805,61	303.359,33	227.732,16	336.611,09	230.560,31	246.109,75	256.887,87	313.990,47	220.982,01	257.537,91	3.149.381,92	3.286.800,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	**1.832.514,43**	**2.033.750,36**	**1.746.935,83**	**2.450.265,34**	**1.813.173,27**	**1.456.540,99**	**1.903.597,41**	**1.886.294,68**	**2.029.383,51**	**2.156.105,47**	**1.775.905,49**	**2.029.355,39**	**23.113.822,17**	**25.840.768,32**

FONTE:

EDITAL DE PUBLICAÇÃO – LRF

O **Município de São José do Rio Claro - MT**, em cumprimento ao disposto no Artigo 165, § 3º, da Constituição Federal e Capítulo IX, da Lei Complementar 101, com referência a ampla publicidade, vem a público informar que se encontra afixado no mural da Prefeitura Municipal, no SITE do município www.saojosedorioclaro.mt.gov.br, no mural da Câmara Municipal, no Jornal Oficial dos Municípios – AMM e no Jornal "O ESTADÃO" os Relatórios Resumidos da Execução Orçamentária (RREO) e os Relatórios de Gestão Fiscal (RGF) referente ao **4º Bimestre** do Exercício de 2010.

São José do Rio Claro-MT, 30 de setembro de 2010.

MASSAO PAULO WATANABE
- Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de São José do Xingu

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS No Bimestre (b)	DESPESAS EMPENHADAS Jan a Ago (c)	DESPESAS LIQUIDADAS No Bimestre (d)	DESPESAS LIQUIDADAS Jan a Ago (e)	% (e/total e)	% (e/a)	SALDO (a-e)
a) DESPESAS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	13.514.507,94	13.514.507,94	2.017.244,65	10.164.839,22	2.226.957,60	8.385.669,79	100,00	62,05	5.128.838,15
LEGISLATIVA	1.116.275,16	1.116.275,16	66.808,47	354.038,29	86.828,57	338.750,72	4,04	30,35	777.524,44
Ação Legislativa	1.104.457,01	1.104.457,01	66.808,47	320.741,93	86.828,57	301.843,97	3,60	27,33	802.613,04
Comunicação Social	11.818,15	11.818,15	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	11.818,15
JUDICIÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ESSENCIAL À JUSTIÇA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	1.533.624,99	2.119.856,17	431.900,26	1.838.239,93	479.445,36	1.650.187,36	19,68	77,84	469.668,81
Administração Geral	1.375.209,01	1.763.553,28	341.187,03	1.536.901,40	384.387,07	1.361.449,74	16,24	77,20	402.103,54
Administração Financeira	136.603,28	330.603,28	90.713,23	275.638,92	94.139,59	263.038,01	3,14	79,56	67.565,27
Comunicação Social	21.812,70	25.699,61	0,00	25.699,61	918,70	25.699,61	0,31	100,00	0,00
DEFESA NACIONAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SEGURANÇA PÚBLICA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RELAÇÕES EXTERIORES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ASSISTÊNCIA SOCIAL	478.388,98	596.730,63	118.620,93	376.979,31	87.789,91	319.839,66	3,81	53,60	276.890,97
Assistência ao Idoso	21.814,42	16.814,42	0,00	5.446,03	0,00	4.497,72	0,05	26,75	12.316,70
Assistência à Criança e ao Adolescente	60.000,00	81.000,00	37.650,58	49.434,92	2.002,68	12.486,61	0,15	15,42	68.513,39
Assistência Comunitária	396.574,56	498.916,21	80.970,35	322.098,36	85.787,23	302.855,33	3,61	60,70	196.060,88
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
SAÚDE	3.928.661,44	4.188.848,83	735.121,12	3.603.418,39	853.268,37	2.987.188,35	35,62	71,31	1.201.660,48
Atenção Básica	3.312.063,43	3.964.793,74	711.911,86	3.490.519,08	830.225,11	2.874.455,04	34,28	72,50	1.090.338,70
Assistência Hospitalar e Ambulatorial	539.793,72	67.250,80	0,00	19.500,00	0,00	19.500,00	0,23	29,00	47.750,80
Suporte Profilático e Terapêutico	11.816,15	11.816,15	1.439,96	9.582,53	1.439,96	9.582,53	0,11	81,10	2.233,62
Vigilância Sanitária	64.988,14	144.988,14	21.769,30	83.816,78	21.603,30	83.650,78	1,00	57,69	61.337,36
TRABALHO	129.563,70	129.563,70	0,00	129.563,70	29.536,07	84.600,55	1,01	65,30	44.963,15
Proteção e Benefícios ao Trabalhador	129.563,70	129.563,70	0,00	129.563,70	29.536,07	84.600,55	1,01	65,30	44.963,15
EDUCAÇÃO	3.613.557,34	3.120.970,54	452.884,87	2.257.561,36	464.080,86	2.122.736,33	25,31	68,02	998.234,21
Alimentação e Nutrição	47.850,66	47.850,66	17.882,70	39.921,53	17.882,70	39.367,13	0,47	82,27	8.483,53
Ensino Fundamental	3.074.029,43	2.643.559,59	400.728,92	1.946.950,78	411.924,91	1.816.518,28	21,66	68,71	827.041,31
Ensino Superior	7.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Educação Infantil	411.962,50	429.560,29	34.273,25	270.689,05	34.273,25	266.850,92	3,18	62,12	162.709,37
Educação Especial	72.714,75	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CULTURA	159.037,66	108.017,59	18.949,00	46.347,75	18.634,00	46.032,75	0,55	42,62	61.984,84
Difusão Cultural	159.037,66	108.017,59	18.949,00	46.347,75	18.634,00	46.032,75	0,55	42,62	61.984,84
DIREITOS DA CIDADANIA	78.000,00	87.200,00	17.565,87	49.811,95	17.565,87	49.811,95	0,59	57,12	37.388,05
Custódia e Reintegração Social	0,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	15.000,00	0,18	100,00	0,00
Assistência aos Povos Indígenas	78.000,00	72.200,00	2.565,87	34.811,95	2.565,87	34.811,95	0,42	48,22	37.388,05
URBANISMO	551.900,32	490.034,17	17.624,96	267.266,38	28.138,70	105.695,87	1,26	21,57	384.338,30
Infra-estrutura Urbana	120.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Serviços Urbanos	431.900,32	490.034,17	17.624,96	267.266,38	28.138,70	105.695,87	1,26	21,57	384.338,30
HABITAÇÃO	90.000,00	449.000,00	0,00	448.605,99	0,00	0,00	0,00	0,00	449.000,00
Habitação Urbana	90.000,00	449.000,00	0,00	448.605,99	0,00	0,00	0,00	0,00	449.000,00
SANEAMENTO	204.501,61	48.728,68	8.346,00	30.744,84	8.346,00	31.386,70	0,37	64,41	17.341,98
Saneamento Básico Urbano	204.501,61	48.728,68	8.346,00	30.744,84	8.346,00	31.386,70	0,37	64,41	17.341,98
GESTÃO AMBIENTAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
CIÊNCIA E TECNOLOGIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
AGRICULTURA	208.154,89	160.465,15	35.466,52	131.093,44	36.416,52	127.768,44	1,52	79,62	32.696,71
Promoção da Produção Vegetal	22.632,29	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Abastecimento	185.522,60	160.465,15	35.466,52	131.093,44	36.416,52	127.768,44	1,52	79,62	32.696,71
ORGANIZAÇÃO AGRÁRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
INDÚSTRIA	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMÉRCIO E SERVIÇOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
COMUNICAÇÕES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ENERGIA	22.723,36	22.723,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.723,36
Energia Elétrica	22.723,36	22.723,36	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	22.723,36
TRANSPORTE	1.014.024,14	669.715,96	108.860,41	560.770,94	106.231,23	454.012,77	5,41	67,79	215.703,19
Transporte Rodoviário	1.014.024,14	669.715,96	108.860,41	560.770,94	106.231,23	454.012,77	5,41	67,79	215.703,19
DESPORTO E LAZER	261.094,35	81.378,00	5.096,24	70.396,95	10.676,14	67.658,34	0,81	83,14	13.719,66
Desporto Comunitário	261.094,35	81.378,00	5.096,24	70.396,95	10.676,14	67.658,34	0,81	83,14	13.719,66
ENCARGOS ESPECIAIS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DE CONTINGÊNCIA	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
Reserva de Contingência	125.000,00	125.000,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	125.000,00
b) DESPESAS(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS A CONSÓRCIOS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TRANSFERÊNCIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA EXECUÇÃO DAS DESPESAS POR FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

LRF, Art. 52, inciso II, alínea "c" - Anexo II

FUNÇÃO/SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (a)	DESPESAS EMPENHADAS		DESPESAS LIQUIDADAS				SALDO (a-e)
			No Bimestre (b)	Jan a Ago (c)	No Bimestre (d)	Jan a Ago (e)	% (e/total e)	% (e/a)	
TOTAL	13.514.507,94	13.514.507,94	2.017.244,65	10.164.839,22	2.226.957,60	8.385.669,79	100	62,0494	5.128.838,15

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA

DEMONSTRATIVO DA RECEITA CORRENTE LIQUIDA

ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo III (LRF, Art. 53, inciso I)

ESPECIFICAÇÃO	EVOLUÇÃO DA RECEITA REALIZADA NOS ÚLTIMOS 12 MESES												TOTAL (ÚLT. 12 M.)	PREVISÃO ATUALIZADA 2010
	Set/ 09	Out/ 09	Nov/ 09	Dez/ 09	Jan/ 10	Fev/ 10	Mar/ 10	Abr/ 10	Mai/ 10	Jun/ 10	Jul/ 10	Ago/ 10		
RECEITAS CORRENTES (I)	1.090.504,06	1.185.136,24	1.030.530,46	1.460.176,13	1.047.863,69	811.790,93	1.177.742,65	1.301.415,14	1.092.762,04	1.196.801,86	1.122.767,43	1.144.386,87	13.661.866,50	13.898.053,76
Receitas Tributária	39.168,08	40.608,60	21.355,92	90.200,91	51.758,46	41.254,23	47.496,63	39.389,85	44.767,81	23.319,13	20.271,48	35.969,03	495.550,13	626.350,00
Imposto Sobre Propriedade Predial e Territorial	4.004,57	729,64	1.108,92	138,26	284,32	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	1.339,47	7.605,18	25.000,00
Imposto Sobre Transmissão Inter Vivos de Bens	10.106,06	1.793,58	0,00	4.206,53	25.464,46	294,70	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	41.865,33	100.000,00
Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza	13.830,78	14.855,19	16.165,81	60.833,52	13.972,22	14.168,04	21.732,33	19.834,50	23.131,88	7.243,07	7.301,49	18.682,64	231.751,47	180.000,00
Outras Receitas Tributárias	11.226,67	23.230,19	4.081,19	25.022,60	12.037,46	26.791,49	25.764,30	19.555,35	21.635,93	16.076,06	12.969,99	15.936,92	214.328,15	321.350,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	3.388,44	6.165,42	5.647,89	5.203,32	2.879,29	1.662,10	2.043,53	6.560,76	6.965,44	5.060,80	3.237,10	3.200,57	52.014,66	30.150,00
Receita Agropecuária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Industrial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Serviços	2.343,00	1.074,15	1.760,81	3.741,96	1.714,55	1.466,73	26.967,31	8.872,77	4.483,55	1.891,66	3.332,99	2.663,74	60.323,22	50.500,00
Transferências Correntes	1.045.030,39	1.135.968,67	1.000.296,28	1.360.092,31	991.141,52	767.082,99	1.100.926,69	1.246.305,39	1.035.440,69	1.125.054,28	1.049.584,77	1.061.094,84	12.918.008,82	13.033.562,36
Cota Parte do Fundo de Partic. dos Municípios	290.389,17	265.023,94	330.819,43	509.074,96	273.093,35	333.427,30	247.688,51	296.768,00	365.381,86	317.104,97	233.179,48	312.507,07	3.714.458,04	3.937.744,00
Cota Parte do ICMS	370.172,47	302.231,54	239.080,07	346.827,30	294.204,51	231.988,18	339.670,98	294.101,06	251.362,93	366.741,39	304.575,83	327.573,67	3.668.529,93	3.509.637,00
Cota Parte do IPVA	2.662,19	2.964,52	1.045,06	11.814,86	26.632,01	30.932,80	51.774,88	44.000,69	3.518,27	657,54	-12.389,76	-13.933,73	149.579,33	33.973,00
Transferências de Recursos do FUNDEB	168.524,64	154.265,03	136.182,38	188.419,61	140.281,90	134.271,46	160.128,35	153.307,78	152.115,97	183.171,74	145.854,55	162.486,45	1.879.009,86	1.850.000,00
Outras Transferências Correntes	273.381,92	411.473,64	293.169,34	303.955,58	256.929,75	36.463,25	301.663,97	458.127,86	263.061,66	257.378,64	378.364,67	272.461,38	3.506.431,66	3.702.208,36
Outras Receitas Correntes	574,15	1.329,40	1.449,56	937,63	359,87	334,88	308,49	286,37	1.104,55	41.475,99	46.341,09	41.467,69	135.969,67	157.491,40
DEDUÇÕES (II)	121.164,16	130.278,06	119.334,28	151.697,43	119.775,79	119.892,15	128.815,21	133.894,21	124.623,50	137.393,90	109.647,87	129.816,58	1.526.333,14	1.496.918,00
Contribuição Plano Seg. Social do Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Servidor	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Financ. entre Regimes Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Dedução de Receita para a Formação do FUNDEB	121.164,16	130.278,06	119.334,28	151.697,43	119.775,79	119.892,15	128.815,21	133.894,21	124.623,50	137.393,90	109.647,87	129.816,58	1.526.333,14	1.496.918,00
RECEITA CORRENTE LÍQUIDA (III) = (I - II)	969.339,90	1.054.858,18	911.196,18	1.308.478,70	928.077,90	691.898,78	1.048.927,44	1.167.520,93	968.138,54	1.059.407,96	1.013.119,56	1.014.569,29	12.135.533,36	12.402.135,76

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO. LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2009							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	506.452,93	0,00	306.191,77	200.261,16	45.402,39	0,00	5.110,00	40.292,39
EXECUTIVO	0,00	498.189,93	0,00	297.928,77	200.261,16	45.402,39	0,00	5.110,00	40.292,39
Administração Direta	0,00	498.189,93	0,00	297.928,77	200.261,16	45.402,39	0,00	5.110,00	40.292,39
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	288.094,30	0,00	158.800,12	129.294,18	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	208.185,63	0,00	138.108,65	70.076,98	45.402,39	0,00	5.110,00	40.292,39
Investimentos	0,00	1.910,00	0,00	1.020,00	890,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	7.263,00	0,00	7.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	7.263,00	0,00	7.263,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	0,00	506.452,93	0,00	306.191,77	200.261,16	45.402,39	0,00	5.110,00	40.292,39

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
a) RECEITAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev. entre o RGPS e o RPPS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b) RECEITAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
REPASSES PREV. PARA COBERTURA DE DÉFICIT (III)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
OUTROS APORTES AO RPPS (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS RECEITAS PREV-RPPS (V)=(I+II+III+IV)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

DESPESA PREVIDENCIÁRIAS	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
c) DESPESAS PREV-RPPS(EXCETO INTRA-ORÇ)(VI)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
PREVIDÊNCIA SOCIAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aposentadorias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pensões	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outros Benefícios Previdenciários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de A posen. entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Compensação Prev de Pensões entre o RPPS e o	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREV-RPPS(INTRA-ORÇAMENTÁRIAS)(VII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS(VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV-RPPS(IX)=(VI+VII+VIII)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RESULTADO PREV.(X)=(V-IX)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

SALDO DAS DISPONIBILIDADES FINANCEIRAS E INVESTIMENTOS DO RPPS	3º BIM/2010	PERÍODO REFERÊNCIA	
		2009	2010
Caixa	0,00	0,00	0,00
Bancos Conta Movimento	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
RECEITAS CORRENTES	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Ativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Servidor Inativo Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Contribuição Patronal de Pensionista Civil	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições Previdenciárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Imobiliárias	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Valores Mobiliários	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Patrimoniais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS DE CAPITAL	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS DO REGIME PRÓPRIO DOS SERVIDORES PÚBLICOS
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo V (LRF, Art. 53,

RECEITAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
TOTAL DAS RECEITAS PREV. INTRA-ORÇAMEN.	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PREVIDENCIÁRIAS INTRA-ORÇAMENTÁRIAS - RPPS	**DOTAÇÃO INICIAL**	**DOTAÇÃO ATUALIZADA**	**DESPESAS LIQUIDADAS**		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
ADMINISTRAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Despesas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL DAS DESPESAS PREV INTRA-ORÇAMENTÁRIAS	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE SÃO JOSÉ DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO NOMINAL
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo VI (LRF, Art. 53, inciso III)

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 30 Jun 2010 (b)	Em 31 Ago 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA (I)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (II)	997.667,31	1.388.900,70	1.106.069,45
Ativo Disponivel	1.503.120,24	1.595.577,58	1.306.330,61
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	505.452,93	206.676,88	200.261,16
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA (III) = (I - II)	-997.667,31	-1.388.900,70	-1.106.069,45
RECEITA DE PRIVATIZAÇÕES (IV)	0.00	0.00	0.00
PASSIVOS RECONHECIDOS (V)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA (VI) = (III + IV - V)	**-997.667,31**	**-1.388.900,70**	**-1.106.069,45**

ESPECIFICAÇÃO	PERÍODO DE REFERÊNCIA	
	No Bimestre (c - b)	Jan a Ago 2010 (c - a)
RESULTADO NOMINAL	282.831,25	-108.402,14

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO NOMINAL FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

REGIME PREVIDENCIÁRIO

ESPECIFICAÇÃO	SALDO		
	Em 31 Dez 2009 (a)	Em 30 Jun 2010 (b)	Em 31 Ago 2010 (c)
DÍVIDA CONSOLIDADA PREVIDENCIÁRIA (VII)	0,00	0,00	0,00
DEDUÇÕES (VIII)	0,00	0,00	0,00
Ativo Disponivel	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00
Haveres Financeiros	0,00	0,00	0,00
(-) Restos a Pagar Processados	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA CONSOLIDADA LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (IX) = (VI - VII)	0,00	0,00	0,00
PASSIVOS RECONHECIDOS (X)	0,00	0,00	0,00
DÍVIDA FISCAL LÍQUIDA PREVIDENCIÁRIA (XI) = (VIII - IX)	**0,00**	**0,00**	**0,00**

FONTE:

MUNICIPIO DE SAO JOSE DO XINGU
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 30/09/10

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	12.375.420,36	2.024.162,14	7.902.091,07	8.135.159,88
Receita Tributária	626.350,00	56.230,51	304.216,62	334.302,67
IPTU	25.000,00	1.339,47	1.623,79	235,15
ISS	180.000,00	25.984,13	126.066,17	121.824,11
ITBI	100.000,00	0,00	25.759,16	111.990,88
IRRF	230.000,00	24.678,31	124.097,20	77.633,73
Taxas	51.350,00	4.228,60	26.670,30	22.618,80
Contribuição de Melhoria	40.000,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial Líquida	20.000,00	0,00	0,00	40.118,89
Receita Patrimonial	30.150,00	6.437,67	31.609,59	40.118,89
(-) Aplicações Financeiras	10.150,00	6.437,67	31.609,59	0,00
Transferências Correntes	11.521.078,96	1.874.126,12	7.414.812,22	7.730.680,47
FPM	3.150.195,20	436.549,30	1.903.320,68	1.783.319,75
ICMS	2.807.709,60	505.719,64	1.928.174,98	1.626.443,71
Outras Transferências Correntes	5.563.174,16	931.857,18	3.583.316,56	4.320.917,01
Demais Receitas Correntes	207.991,40	93.805,51	183.062,23	30.057,85
Dívida Ativa	32.612,00	1.047,52	4.058,63	1.239,25
Receitas Correntes Diversas	175.379,40	92.757,99	179.003,60	28.818,60
RECEITAS DE CAPITAL (II)	570.700,00	0,00	254.908,50	0,00
Operações de Crédito (III)	440.700,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	0,00	0,00	58.393,50	0,00
Transferências de Capital	130.000,00	0,00	196.515,00	0,00
Convênios	130.000,00	0,00	196.515,00	0,00
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	130.000,00	0,00	196.515,00	0,00
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**12.505.420,36**	**2.024.162,14**	**8.098.606,07**	**8.135.159,88**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	11.924.462,92	2.122.090,60	7.862.118,84	6.492.262,20
Pessoal e Encargos Sociais	5.136.150,07	947.383,47	3.665.447,72	2.674.737,07
Juros e Encargos da Dívida (IX)	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	6.788.312,85	1.174.707,13	4.196.671,12	3.817.525,13
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	11.924.462,92	2.122.090,60	7.862.118,84	6.492.262,20
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	1.465.045,02	104.867,00	523.550,95	154.855,98
Investimentos	1.465.045,02	104.867,00	523.550,95	154.855,98
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	1.465.045,02	104.867,00	523.550,95	154.855,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	125.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**13.514.507,94**	**2.226.957,60**	**8.385.669,79**	**6.647.118,18**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**-1.009.087,58**	**-202.795,46**	**-287.063,72**	**1.488.041,70**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	**-**	**-**	**0,00**	**-**

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

Prefeitura Municipal de Sinop

PORTARIA Nº 387/2009

DATA: **01 de outubro de 2009**

SÚMULA: **Defere averbação por tempo de Serviço.**

JUAREZ COSTA, PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP, ESTADO DE MATO GROSSO, no uso de suas atribuições legais,

R E S O L V E:

Art. 1º. Deferir a averbação por tempo de serviço, da servidora TELMA XAVIER NERVO, referente ao período de 01/04/1975 a 31/12/1977 e 01/03/1991 a 31/03/1992, num total de 1.395 (mil trezentos e noventa e cinco) dias líquidos, ou seja, 03 (três) anos, 10 (dez) meses e 00 (zero) dias, prestados junto ao Instituto Nacional do Seguro Social – INSS. Referente ao período de 01/03/1979 a 28/02/1981, 01/03/1982 a 14/03/1988 e 04/04/1988 a 14/04/1990, num total de 3.676 (três mil seiscentos e setenta e seis) dias líquidos, ou seja, 10 (dez) anos, 00 (zero) meses e 26 (vinte e seis) dias, prestados junto ao Instituto de Previdência do Estado de Santa Catarina - IPESC. Referente ao período de 24/02/1997 a 31/12/1997, 09/02/1998 a 31/12/1998, 08/02/1999 a 31/12/1999, 07/02/2000 a 31/12/2000, 12/02/2001 a 31/12/2001 e 04/03/2002 a 31/12/2002, num total de 1.918 (mil novecentos e dezoito) dias líquidos, ou seja, 05 (cinco) anos, 03 (três) meses e 03(três) dias, prestados junto a Secretaria de Estado de Administração de Mato Grosso.

Art. 2º. Feita às anotações, publique-se e afixe-se.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SINOP,
ESTADO DE MATO GROSSO.
EM, 01 de outubro de 2010.

JUAREZ COSTA
Prefeito Municipal

Prefeitura Municipal de Sorriso

DECRETO MUNICIPAL Nº. 073/2010.

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2010.

SÚMULA: RETIFICA O ARTIGO 2° DO DECRETO MUNICIPAL N° 012/2010 DE 02 DE FEVEREIRO DE 2010, QUE DETERMINA A ABERTURA DE TESTE DE SELEÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS, NORMATIZA O PROCEDIMENTO POR MEIO DO EDITAL Nº. 002/2010 NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR CLOMIR BEDIN, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º – Fica retificado o artigo 2° do Decreto Municipal n° 012/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 2°** - (...)*

NOME	*FUNÇÃO NA COMISSÃO*	*CARGO*	*MATRÍCULA*
Avanice Lourenço Zanatta	*Membro*	*Secretária Mun. De Educação*	*569*
Edna Coimbra da Silva	*Presidente*	*Professora de História*	*411*
Vera Lúcia G. de Oliveira	*Secretária*	*Assessora de Planejamento*	*2639*
Julius César C. Gomes	*Membro*	*Professor de Matemática*	*461*
Estevam H. Calvo Filho	*Membro*	*Assessor Jurídico*	*2526*

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 02 de fevereiro de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO DA CIDADANIA, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO – MT, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE OUTUBRO DE 2010.

CLOMIR BEDIN
Prefeito Municipal

RONDINELLI R. C. URIAS
Secretário de Administração

DECRETO MUNICIPAL Nº. 076/2010.

DATA: 01 DE OUTUBRO DE 2010.

SÚMULA: RETIFICA O ARTIGO 2° DO DECRETO MUNICIPAL N° 009/2010 DE 25 DE JANEIRO DE 2010, DETERMINA A ABERTURA DE TESTE DE SELEÇÃO PARA A CONTRATAÇÃO DE PROFESSORES TEMPORÁRIOS, NORMATIZA O PROCEDIMENTO POR MEIO DO EDITAL Nº. 001/2010 NOMEIA COMISSÃO ESPECIAL, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O EXCELENTÍSSIMO SENHOR CLOMIR BEDIN, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES QUE LHE SÃO CONFERIDAS POR LEI,

DECRETA:

Art. 1º – Fica retificado o artigo 2° do Decreto Municipal n° 009/2010, que passa a vigorar com a seguinte redação:

*"**Art. 2°** - (...)*

NOME	*FUNÇÃO NA COMISSÃO*	*CARGO*	*MATRÍCULA*
Avanice Lourenço Zanatta	*Membro*	*Secretária Mun. De Educação*	*569*
Edna Coimbra da Silva	*Presidente*	*Professora de História*	*411*
Vera Lúcia G. de Oliveira	*Secretária*	*Assessora de Planejamento*	*2639*
Julius César C. Gomes	*Membro*	*Professor de Matemática*	*461*
Estevam H. Calvo Filho	*Membro*	*Assessor Jurídico*	*2526*

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, com seus efeitos retroagidos a 25 de janeiro de 2010.

Art. 3º - Revogam-se as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

PALÁCIO DA CIDADANIA, GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO – MT, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 01 DE OUTUBRO DE 2010.

CLOMIR BEDIN
Prefeito Municipal

RONDINELLI R. C. URIAS
Secretário de Administração

PUBLICAÇÃO TRIMESTRAL RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 062/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através de seu Pregoeiro Oficial, conforme estabelece o Artigo 15, § 2º, da Lei 8.666/93, torna público para conhecimento dos interessados, a publicação trimestral dos preços registrados no Pregão Presencial de Registro de Preços nº 062/2010, conforme segue:

EMPRESAS DETENTORAS DA ATA PREGÃO PRESENCIAL Nº 062/2010

DENTAL CENTRO OESTE LTDA **36.900.926/0001-80**

Nº	ITEM	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	CAIXA COLETORA P/ PERFUROCORTANTES CAPACIDADE 7,0 LI	UNIDADES	R$ 1,84
2	CURETA CIRURGICA LUCAS N° 85	UNIDADES	R$ 4,04
3	CURETA CIRURGICA LUCAS N° 86	UNIDADES	R$ 4,04
4	LAMINA DE BISTURI N° 11	CAIXA	R$ 11,8
5	LIMA P/ OSSO	UNIDADES	R$ 14,25
6	POSICIONADOR RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO P/ EXAMES	UNIDADES	R$ 38,00

DENTAL MED. SUL ARTIGOS ODONTOLOGICOS LTDA 02.477.571/0001-47

Nº	ITEM	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	ABAIXADOR DE LINGUA C/100	PACOTE	R$ 1,92
2	ALGODAO HODROFILO 250 GR	PACOTE	R$ 3,58
3	ALGODAO HODROFILO 500 GR	PACOTE	R$ 6,40
4	AMALGAMA EM CAPSULAS 1 PORCAO	UNIDADES	R$ 0,89
5	AMALGAMA EM CAPSULAS 2 PORCAO	UNIDADES	R$ 1,20
6	AVENTAL DE CHUMBO PB ODONTOLOGICO C/ PROTETOR DE T	UNIDADES	R$ 200,00
7	AVENTAL DE CHUMBO PB ODONTOLOGICO C/ PROTETOR DE T	UNIDADES	R$ 200,00
8	BASTONETE DE ALGODAO (COTONETE)	CAIXA	R$ 1,00
9	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1011	UNIDADES	R$ 1,06
10	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1012	UNIDADES	R$ 1,06
11	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1013	UNIDADES	R$ 1,06
12	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1014	UNIDADES	R$ 1,06
13	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1016	UNIDADES	R$ 1,06
14	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1016 H	UNIDADES	R$ 1,06
15	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1032	UNIDADES	R$ 1,06
16	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1034	UNIDADES	R$ 1,06
17	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1036	UNIDADES	R$ 1,06
18	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1045	UNIDADES	R$ 1,06
19	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1090	UNIDADES	R$ 1,06
20	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 1094	UNIDADES	R$ 1,06
21	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 2094	UNIDADES	R$ 1,06
22	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 2134	UNIDADES	R$ 1,06
23	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 2200	UNIDADES	R$ 1,06
24	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 3083	UNIDADES	R$ 1,06
25	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 3118	UNIDADES	R$ 1,06
26	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 3118 F	UNIDADES	R$ 1,06
27	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO DIAMANTADA 3215	UNIDADES	R$ 1,06
28	BROCA ODONTOLOGICA CIRURGICA ALTA ROTACAO 701	UNIDADES	R$ 5,95

29	BROCA ODONTOLOGICA CIRURGICA ALTA ROTACAO 702	UNIDADES	R$ 5,95
30	CIMENTO DE IONOMERO DE VIDRO P REST. KIT PO E LIQUID	UNIDADES	R$ 15,00
31	CONTRA ANGULO INTRA	UNIDADES	R$ 400,00
32	CREME DENTAL 90 GR COM FLUOR	UNIDADES	R$ 0,86
33	CUNHAS DE MADEIRA ANATOMICA	PACOTE	R$ 4,80
34	ENVELOPE AUTO-SELANTE 90 X 260 MM	CAIXA	R$ 13,65
35	ESCOVA DE ROBINSON P/ CONTRA ANGULO	UNIDADES	R$ 0,72
36	ESPELHO ODONTOLOGICO N° 5	UNIDADES	R$ 1,60
37	ESPONJA HEMOSTATICA DE COLAGENO HIDROLISADO CX C/ 1	CAIXA	R$ 14,40
38	EVIDENCIADOR DE PLACA BACTERIANA	CAIXA	R$ 6,90
39	FIO NYLON AGULHADO 6-0	CAIXA	R$ 20,00
40	FITA CREPE ADESIVA 25 MM X 50 M	UNIDADES	R$ 2,88
41	FLUOR GELTIXOTROPICO CONTENDO 1,23% DE FLUORFOSFA	UNIDADES	R$ 2,20
42	GORRO DESC. C/ ELASTICO PCT C/100 UNIDADES	PACOTE	R$ 4,80
43	KIT DE BROCA SORTIDAS P/ ACABAMENTO	UNIDADES	R$ 25,00
44	KIT DE PONTAS DE SILICONE SORTIDAS	UNIDADES	R$ 18,50
45	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM EXTRA P CX C/100	CAIXA	R$ 11,80
46	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM G CX C/100	CAIXA	R$ 11,80
47	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM M CXC/ 100	CAIXA	R$ 11,80
48	LUVA DE PROCEDIMENTO TAM P CX C/100	CAIXA	R$ 11,80
49	MASCARA TRIPLA CAMADA C/ ELASTICO	CAIXA	R$ 4,55
50	MICRO APLICADOR ODONTOLIGICOTIPO MICROBRUSH TAM. R	UNIDADES	R$ 6,07
51	MICROMOTOR ODONTOLOGICO	UNIDADES	R$ 448,00
52	PINCA HEMOSTATICA MOSQUITO RETA 12 CM	UNIDADES	R$ 10,88
53	PORTA AMALGAMA PLASTICO	UNIDADES	R$ 7,00
54	POTE DAPPEN DE PLASTICO	UNIDADES	R$ 1,30
55	SUGADOR ODONTOLOGICO DESCARTAVEL	UNIDADES	R$ 2,10
56	TACAS DE BORRACHA PARA PROFILAXIA	UNIDADES	R$ 0,72
57	TERSOURA IRIS RETA 11,5 CM	UNIDADES	R$ 10,98
58	TURBINA DE ALTA ROTACAO	UNIDADES	R$ 330,00

DENTAL REZENDE LTDA 08.593.452/0001-36

Nº	ITEM	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	AGENTE DE UNIAO MULTIUSO COM FLUOR	UNIDADES	R$ 23,00
2	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL BASE DE CLORIDRATO DE LID	CAIXA	R$ 17,00
3	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL BASE DE CLORIDRATO DE PRI	CAIXA	R$ 19,3
4	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL BASE DE CLORIDRATO MEPIVA	CAIXA	R$ 18,9
5	BROCA ODONTOLOGICA BAIXA ROTACAO Vi	UNIDADES	R$ 1,38
6	BROCA ODONTOLOGICA BAIXA ROTACAO 1	UNIDADES	R$ 1,38
7	BROCA ODONTOLOGICA BAIXA ROTACAO 2	UNIDADES	R$ 1,38
8	BROCA ODONTOLOGICA BAIXA ROTACAO 3	UNIDADES	R$ 1,38
9	BROCA ODONTOLOGICA BAIXA ROTACAO 4	UNIDADES	R$ 1,38
10	BROCA ODONTOLOGICA BAIXA ROTACAO 5	UNIDADES	R$ 1,38
11	BROCA ODONTOLOGICA BAIXA ROTACAO 6	UNIDADES	R$ 1,38
12	DETERGENTE ENZIMATICO	UNIDADES	R$ 23,9
13	LUVA ESTERIL N 8,0	UNIDADES	R$ 0,92
14	LUVA ESTERIL N. 6,5	UNIDADES	R$ 0,92
15	LUVA ESTERIL N. 7,0	UNIDADES	R$ 0,92
16	LUVA ESTERIL N. 7.5	UNIDADES	R$ 0,92
17	POSICIONADOR RADIOGRAFICO ODONTOLOGICO P/ EXAMES	UNIDADES	R$ 35,00
18	TIRA DIAMANTADA DE ACO 3 MM	CAIXA	R$ 4,30

DENTARIA E DIST HOSPITALAR PORTO ALEGRENSE 91.083.212/0001-35

Nº	ITEM	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	ALGODAO EM ROLETE DENTAL N° 02	PACOTE	R$ 0,85
2	ANESTESICO INJETAVEL LOCAL BASE DE CLORIDRATO DE LID	CAIXA	R$ 15,18
3	ANESTESICO TOPICO CAM 20% DE BENZOCAINA SABOR TUTT	UNIDADES	R$ 4,08
4	BANDA MATRIZ DE ACO 0,05 X 5 X 500 MM	UNIDADES	R$ 0,92
5	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO CARBIDE Vi	UNIDADES	R$ 3,70
6	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO CARBIDE 1	UNIDADES	R$ 3,70
7	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO CARBIDE 2	UNIDADES	R$ 3,70
8	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO CARBIDE 245	UNIDADES	R$ 3,70
9	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO CARBIDE 3	UNIDADES	R$ 3,70
10	BROCA ODONTOLOGICA ALTA ROTACAO CARBIDE 4	UNIDADES	R$ 3,70
11	BROCA ODONTOLOGICA CARBIDE 330	UNIDADES	R$ 3,70
12	CABO DE BISTURI N° 3	UNIDADES	R$ 4,50
13	CUBA REDONDA 9 X 4,5 CM PARA ASSEPSIA 240 ML	UNIDADES	R$ 11,90
14	ENVELOPE AUTO-SELANTE 140 X 290 MM	CAIXA	R$ 20,00
15	FLUOR GELTIXOTROPICO CONTENDO 2% DE FLUORETO DE S	UNIDADES	R$ 2,00
16	LAMINA DE BISTURI N° 12	CAIXA	R$ 11,80
17	LAMINA DE BISTURI N° 15	CAIXA	R$ 11,80
18	PASTA PROFILATICA COM FLUOR	UNIDADES	R$ 3,40
19	PELICULA RADIOGRAFICA ODONTOLOGICA	CAIXA	R$ 79,00
20	PORTA AGULHA MAYO-HEGAR 14 CM	UNIDADES	R$ 17,00
21	PORTA MATRIZ TOFFLEMIRE ADULTO	UNIDADES	R$ 15,00
22	REVELADOR RADIOGRAFICO DENTAL	UNIDADES	R$ 3,50
23	TIRAS DE POLIESTER 100 X 10 X 0,05 MM	CAIXA	R$ 0,87

ESPECIALISTA – PRODUTOS PARA LABORATÓRIO LTDA 04.619.893/0001-09

Nº	ITEM	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A1 CO	UNIDADES	R$ 32,50
2	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A2 CO	UNIDADES	R$ 32,50
3	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A3,5	UNIDADES	R$ 32,50
4	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR B2 CO	UNIDADES	R$ 32,50
5	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR B3 CO	UNIDADES	R$ 32,50
6	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR P CO	UNIDADES	R$ 32,50
7	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR UD C	UNIDADES	R$ 32,50

STAR ODONTOMEDICA LTDA 05.567.724/0001-35

Nº	ITEM	UNIDADE	VALOR UNITÁRIO
1	ALAVANCA SELDIN N° 1L	UNIDADES	R$ 12,50
2	ALAVANCA SELDIN N° 1R	UNIDADES	R$ 12,50
3	ALAVANCA SELDIN N° 2	UNIDADES	R$ 12,50
4	ALAVANCA SELDIN N° 304	UNIDADES	R$ 12,50
5	APLICADOR HIDROXIDO CALCIO DUPLO	UNIDADES	R$ 2,85
6	BRUNIDOR SIMPLES N° 29	UNIDADES	R$ 2,88
7	CABO PARA ESPELHO	UNIDADES	R$ 1,70
8	CONDENSADOR WARD N° 1	UNIDADES	R$ 2,85
9	CONDENSADOR WARD N° 2	UNIDADES	R$ 2,85
10	CONDENSADOR WARD N° 4	UNIDADES	R$ 2,85
11	CONDENSADOR WARD N° 6	UNIDADES	R$ 2,85
12	CURETA GRACEY N° 11/12	UNIDADES	R$ 6,20
13	CURETA GRACEY N° 5/6	UNIDADES	R$ 6,20
14	CURETA GRACEY N° 7/8	UNIDADES	R$ 6,20
15	CURETA MCCALL INOX N° 13/14	UNIDADES	R$ 6,20
16	CURETA MCCALL INOX N° 17/18	UNIDADES	R$ 6,20
17	DESCOLADOR DE MOLT N° 9	UNIDADES	R$ 6,20
18	ENXAGUATORIO BUCAL 0,12%	UNIDADES	R$ 9,85
19	ESCULPIDOR HOLLEMBACK N° 3S	UNIDADES	R$ 2,87
20	ESCULPIDOR HOLLENBACK N° 3	UNIDADES	R$ 2,87
21	ESPATULA P/ INSERCAO DE RESINA N° 1	UNIDADES	R$ 4,90
22	ESPATULA SIMPLES N 24 F	UNIDADES	R$ 4,35

23	ESTOJO ACO INOX 18 X 8 X 5 CM NAO PERFURADO COM TAMP	UNIDADES	R$ 28,48
24	ESTOJO ACO INOX 26 X 12 X 6 CM NAO PERFURADO COM TAM	UNIDADES	R$ 54,00
25	FITA ADESIVA AUTOCLAVE 19 MM X 30 M	UNIDADES	R$ 3,50
26	FIXADOR RADIOGRAFICO DENTAL	UNIDADES	R$ 3,39
27	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL N° 1	UNIDADES	R$ 30,00
28	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL N° 2	UNIDADES	R$ 30,00
29	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL N° 3	UNIDADES	R$ 30,00
30	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL N° 4	UNIDADES	R$ 30,00
31	FORCEPS ODONTOLOGICO INFANTIL N° 5	UNIDADES	R$ 30,00
32	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 01	UNIDADES	R$ 30,00
33	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 150	UNIDADES	R$ 30,00
34	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 151	UNIDADES	R$ 30,00
35	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 16	UNIDADES	R$ 30,00
36	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 17	UNIDADES	R$ 30,00
37	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 18 R	UNIDADES	R$ 30,00
38	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 18L	UNIDADES	R$ 30,00
39	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 65	UNIDADES	R$ 30,00
40	FORCEPS ODONTOLOGICO N° 69	UNIDADES	R$ 30,00
41	MATERIAL DE RESTAURACAO INTERMEDIARIO (KITS)	UNIDADES	R$ 26,00
42	OCULOS DE PROTECA COM LENTE INCOLOR	UNIDADES	R$ 2,64
43	OLEO LUBRIFICANTE ODONTOLOGICO EM SPRAY	UNIDADES	R$ 10,90
44	PEDRA POMES	UNIDADES	R$ 2,62
45	PINCA UNIVERSAL	UNIDADES	R$ 5,98
46	PLACA DE VIDRO POLIDA 15CM X 8CM X 6MM	UNIDADES	R$ 3,28
47	PORTA AMALGAMA METAL	UNIDADES	R$ 23,00
48	RESINA COMPOSTA HIBRIDA FOTOPOLIMERIZAVEL COR A3 CO	UNIDADES	R$ 32,00
49	SERINGA ANESTESICA CARPULE C/ REFLUXO ARTICULADA	UNIDADES	R$ 14,53
50	SINDESMOTOMO DUPLO N° 1	UNIDADES	R$ 4,80
51	SONDA EXPLORADORA N° 5 DUPLA	UNIDADES	R$ 3,80

Sorriso – MT, 01 DE OUTUBRO DE 2010

SOLENIR CALEGARO GOBBI
PREGOEIRA/SORRISO – MT

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 093/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através da Pregoeira Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial n.º 093/2010, tendo como objeto o **"Aquisição de Equipamentos de Informática, Moveis e Outros Materiais, para implementação do complexo regulador e informatização das Unidades de Saúde do Município conforme recursos provenientes da Portaria nº. 1.560 de 17 de junho de 2010 do Gabinete do Ministro do Ministério da Saúde"**, conforme resultado abaixo:

EMPRESA: **FÁBIO MENEZES E SILVA - ME**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unit.	Valor Total
1	ACCESS POINT	Unid.	2	175,00	350,00
5	CADEIRA GIRATÓRIA SECRETÁRIA	Unid.	16	170,00	2.720,00
8	MESA ESCRITÓRIO 2 GAVETAS	Unid.	15	160,00	2.400,00
10	NETBOOK	Unid.	1	1.150,00	1.150,00
11	NO BREAK 700 VA	Unid.	17	380,00	6.460,00

EMPRESA: **JOSÉ ÉLCIO ANTONOW - ME**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unit.	Valor Total
2	AR CONDICIONADDO 36.000 BTUS	Unid.	2	4.050,00	8.100,00

EMPRESA: **CAPITAL COMÉRCIO E REPRESENTAÇÃO DE MÓVEIS E INFORMÁTICA LTDA - EPP**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unit.	Valor Total
3	ARMÁRIO 2 PORTAS 1,60 x 0,80 x 0,40 m.	Unid.	3	290,00	870,00
4	ARQUIVO DE AÇO C/ 04 GAVETAS	Unid.	16	320,00	5.120,00
7	MESA EM L 4 GAVETAS 1,90 X 1,74	Unid.	2	355,00	710,00
14	ROTEADOR WIRELESS BANDA LARGA 2.4 GHz.	Unid.	2	128,00	256,00
15	SWITCH 08 PORTAS 10/100 MBPS	Unid.	2	58,00	116,00

EMPRESA: **LORENA P. MACHADO SERVIÇOS - ME**

Item	Descrição	Unidade	Quant.	Preço Unit.	Valor Total
9	MICROCOMPUTADOR	Unid.	16	2.275,00	36.400,00
12	NOTEBOOK	Unid.	1	2.150,00	2.150,00

Sorriso – MT, 30 de Setembro de 2010

SOLENIR CALEGARO GOBBI
Pregoeira

RESULTADO DE LICITAÇÃO

O Município de Sorriso – MT, através da Comissão Permanente de Licitações, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado da Concorrência Pública **n.º** 001/2010, sendo o objeto referente à "Contratação de uma Agência de Propaganda para Desenvolver e Trabalhar na Divulgação dos Materiais de Interesse do Poder Público Municipal, bem como Elaboração do Planejamento de Comunicação, Briefing, Criação de Peças Publicitárias (jingle, spot, cartazes, folders, panfletos, faixas, outdoor, informes, full banners, etc); Acompanhamento e Monitoramento da Mídia Local, Regional e Estadual", sagrou-se vencedora a empresa: PRISMA COMUNICAÇÃO LTDA, CNPJ 10.483.044/0001-73, Proposta Técnica: 76 pontos, proposta de preços com valor global de R$ 335.540,00 (trezentos e trinta e cinco mil quinhentos e quarenta reais).

Sorriso – MT, 29 DE SETEMBRO DE 2010

SERGIO KOCOVÁ SILVA
PRESIDENTE DA C.P.L.

RESULTADO DE LICITAÇÃO

PREGÃO PRESENCIAL N.º 094/2010

O MUNICÍPIO DE SORRISO – MT, através do Pregoeiro Oficial, torna público para conhecimento dos interessados, o resultado do Pregão Presencial n.º 094/2010, tendo como objeto o "Registro de Preços para Futura e Eventual Aquisição de Marmitex servidas em bandejas de isopor com tampa e 03 (três) divisões", conforme resultado abaixo:

ITEM	Quant.	NADIR INES MACHADO – ME CNPJ Nº 00.202.548/0001-14 Valor Unitário R$
MARMITEX ALMOÇO (almoço) de segunda a sexta-feira, sábado, domingo e feriados. As Marmitex deverão ser servidas em bandejas de isopor com tampa e 03 (três) divisões. Cardápio **arroz, feijão** carioca ou preto, **carne** (frango ou suína ou bovina) **02 saladas** (uma crua e uma cozida) **01 guarnição** (lasanha, nhoque, massas, batata, mandioca, panqueca, torta salgada, banana frita, legumes refogados).	7.000	R$ 6,50
MARMITEX JANTA (janta) de segunda a sexta-feira, sábado, domingo e feriados. As Marmitex deverão ser servidas em bandejas de isopor com tampa e 03 (três) divisões. Cardápio arroz, feijão carioca ou preto, carne (frango ou suína ou bovina) 02 saladas (uma crua e uma cozida) 01 guarnição (lasanha, nhoque, massas, batata, mandioca, panqueca, torta salgada, banana frita, legumes refogados).	7.000	R$ 6,90

Sorriso – MT, 01 de Outubro de 2010

MIRALDO GOMES DE SOUZA
PREGOEIRO

PORTARIA GP N.º 509/2010
DATA: 30 DE SETEMBRO DE 2010.
SÚMULA: RETIFICA PORTARIA 454/2009, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O SR. CLOMIR BEDIN, PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, NO USO DE SUAS ATRIBUIÇÕES LEGAIS, QUE LHES SÃO CONFERIDAS POR LEI,

R E S O L V E:

ART. 1º – Retificar a Portaria GP nº 454/2009, emitida em 10/06/2009, conforme itens abaixo,

Onde se lê:

ART. 1º – Designar os servidores municipais Ednilson de Lima Oliveira, Ligia Souza Leite e Nestor Werner Júnior, para compor a Comissão do Teste Seletivo 004/2009, para preenchimento de cargos temporários da Secretaria de Saúde e Saneamento do Município de Sorriso, Estado de Mato Grosso.

Leia-se:

Nome	Função na Comissão	Cargo	Matrícula
Ednilson de Lima Oliveira	Presidente	Sec. de Saúde e Saneamento	2518
Ligia Souza Leite	Membro	Enfermeira	241
Nestor Werner Júnior	Membro	Odontólogo	279

ART. 2º – Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO MUNICIPAL DE SORRISO, ESTADO DE MATO GROSSO, EM 23 DE AGOSTO DE 2010.

CLOMIR BEDIN
Prefeito Municipal

REGISTRE-SE. PUBLIQUE-SE. CUMPRA-SE.

RONDINELLI ROBERTO DA COSTA URIAS
Secretário Municipal de Administração

Registrada nesta Secretaria e publicada por afixação no Mural da UG.
RONDINELLI R. C. URIAS
Secretário Municipal Administração
Decreto nº 030/2010

Prefeitura Municipal de Tabaporã

RESULTADO DO PREGÃO PRESENCIAL N° 05/2010

A Comissão Permanente de Licitação, da Prefeitura Municipal de Tabaporã - MT torna publico aos interessados que, o Pregão Presencial n° 05/2010, cujo Objeto é: Contratar empresa para fornecer material para mobiliar e equipar a escola infantil-Proinfancia, cuja abertura se deu as 08:00 hs do dia 01/10/2010 e sagrou-se vencedora do certame a empresa, Capital Com. e Rep. de Moveis e Informática Ltda , inscrita no CNPJ nº 08.839.181/0001-56, com sede na avenida, Fernando Correa da Costa nº 4664 ,Bairro- Jardim Petropolis- Cidade de Cuiaba-MT. Com a proposta no valor global de R$ 101.241,31

Tabapora - MT. 01 de Outubro de 2010.

Claudemiro Teodoro
Pregoeiro

Prefeitura Municipal de Tangará da Serra

Pesquisa Trimestral- PREGAO PRESENCIAL 003/2010- Registro de Preços, para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transporte Escolar, na Zona Rural, neste Município - O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 022/GP/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, faz saber que após pesquisa de mercado do item constante do edital, verificou-se que os preços praticados pelo Município estavam abaixo da média dos valores de mercado. Tangará da Serra, 04 de Outubro de 2010. Flávia Aparecida S. Lopes–Pregoeira.

Petrônio Portela Nunes (04 Ônibus)	2,49	Km/Dia	L.L.P. Silva & Cia

Pesquisa Trimestral- PREGAO PRESENCIAL 011/2010- Registro de Preços, para Eventual Contratação de Empresa Especializada em Serviços de Transporte Escolar, na Zona Rural, neste Município - O MUNICÍPIO DE TANGARÁ DA SERRA-MT, através da Pregoeira, nomeada pela Portaria nº 022/GP/2010 de 01 de Fevereiro de 2010, faz saber que após pesquisa de mercado do item constante do edital, verificou-se que os preços praticados pelo Município estavam abaixo da média dos valores de mercado. Tangará da Serra, 04 de Outubro de 2010. Flávia Aparecida S. Lopes–Pregoeira

Marechal Rondon (03 Ônibus)	2,55	Km/dia 471	Águia Norte Transportes Coletivos Ltda.
Ernesto Che Guevara (02 Ônibus)	2,25	Km/dia 424	Águia Norte Transportes Coletivos Ltda.
Juscileide Praxedes (03 Ônibus)	2,94	Km/dia 350	Águia Norte Transportes Coletivos Ltda.

Prefeitura Municipal de União do Sul

EDITAL DE CONVOCAÇÃO Nº 05/2010
Data: 01/10/2010

Dispõe sobre convocação de candidata aprovada no Concurso Público nº 001/2008 da Prefeitura Municipal de União do Sul – MT.

De ordem do senhor ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso; tendo em vista o Concurso Público de Provas, realizado em 15 de junho de 2008, homologado em 30 de junho de 2008, e prorrogado através do Decreto nº 619, de 29 de junho de 2010;

Considerando ainda o disposto no Edital de Concurso Público Nº 001/2008;

1. Pelo presente Edital, fica CONVOCADA a candidata classificada, para preenchimento de vaga existente no momento, conforme descrição abaixo:

CARGO: AGENTE DE COMBATE AS ENDEMIAS.
NOME Nº INSCRIÇÃO CLASSIFICAÇÃO
RUBIANE BERTOLINI 215 2ª Colocada

2. A candidata convocada por este Edital terá prazo de **30 (trinta) dias**, a contar da data de afixação/publicação deste Edital, para ser nomeada e tomar posse no respectivo cargo.

3. A candidata deverá apresentar-se no Departamento de Recursos Humanos da Prefeitura Municipal de União do Sul, dentro do prazo estipulado, munida dos seguintes documentos:

FOTOCÓPIAS Autenticadas:
·Carteira de Identidade;
·Cadastro de Pessoa Física – CPF, em validade;
·Título de Eleitor e prova de quitação com a justiça eleitoral;
·Comprovante de Escolaridade (Diploma, Certificado, Declaração, etc.);
·Certidão de Nascimento de filhos e de Casamento.

ORIGINAL:
·Inspeção médica de aptidão física e mental, expedida por médico designado pelo município;
·Certidão Negativa de Foro Criminal, do lugar que tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 90 (noventa) dias da data de expedição do presente Edital;
·Folha de Antecedentes, da Polícia do(s) Estado(s) onde tenha residido nos últimos 05 (cinco) anos, expedida no máximo há 90 (noventa) dias da data de expedição do presente Edital;
·Declaração de bens e valores patrimoniais (incluir do cônjuge, se casado);
·Declaração do Órgão Público ao qual esteja vinculado, de que tem situação jurídica compatível com nova investidura em cargo público, por não estar respondendo a processo administrativo disciplinar ou sindicância, e não ter sofrido, no exercício de função pública, as penalidades de demissão, nos termos do artigo 191 e parágrafo único da Lei Complementar Municipal nº 007/2008;
·Declaração negativa de acúmulo ilegal de cargo, emprego ou função pública;
·Declaração referente recebimento ou não de provento decorrente de aposentadoria ou pensão.

4. Somente será aceito protocolo de documento exigido neste edital, se o protocolo for expedido antes do término do prazo da presente convocação.

UNIÃO DO SUL – MT, 01 de outubro de 2010.

ERINEU DIESEL
Secretário Municipal de Administração

Visto:

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal.

PORTARIA Nº 120/2010.
Data: 01/10/2010.

Dispõe sobre exoneração de funcionária do cargo efetivo de Agente de Combate as Endemias e dá outras providências.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS, Prefeito Municipal de União do Sul, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais;

Considerando o teor do requerimento de exoneração subscrito pela funcionária abaixo identificada;

R E S O L V E:

Art. 1º - Exonerar nesta data, a pedido, EIDI DOS SANTOS AGUIAR, portadora do RG nº 19895828 SSP/MT e CPF nº 017.821.091-96, do cargo de provimento efetivo de *Agente de Combate as Endemias (AUX-04)*, vinculada à Secretaria Municipal de Saúde e Saneamento.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Art. 3º - Revoga-se a Portaria nº 113/2010, de 16 de setembro de 2010, e demais disposições em contrário.

GABINETE DO PREFEITO, União do Sul – MT, 01 de outubro de 2010.

ILDO RIBEIRO DE MEDEIROS
Prefeito Municipal

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DOS RESTOS A PAGAR POR PODER E ÓRGÃO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 28/09/10

RREO - ANEXO IX(LRF, Art. 53, inciso V)

PODER/ ÓRGÃO	RP PROCESSADOS					RP NÃO-PROCESSADOS			
	Inscritos		Cancelados	Pagos	A Pagar	Inscritos	Cancelados	Pagos	A Pagar
	Exercícios Anteriores	2009							
a)RESTO PAGAR(EXCETO INTRA-ORÇ.)(I)	38.892,27	29.401,09	0,00	66.593,36	1.700,00	648.447,69	34.715,67	557.696,98	56.035,04
EXECUTIVO	38.892,27	29.401,09	0,00	66.593,36	1.700,00	648.447,69	34.715,67	557.696,98	56.035,04
Administração Direta	38.892,27	29.401,09	0,00	66.593,36	1.700,00	648.447,69	34.715,67	557.696,98	56.035,04
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	15.406,91	0,00	15.406,91	0,00	261.378,98	0,00	261.378,98	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	11.694,18	0,00	9.994,18	1.700,00	325.553,06	34.715,67	283.034,87	7.802,52
Investimentos	38.892,27	2.300,00	0,00	41.192,27	0,00	61.515,65	0,00	13.283,13	48.232,52
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Administração Indireta	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Pessoal e Encargos Sociais	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Juros e Encargos da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Investimentos	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
EXECUTIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
LEGISLATIVO (Intra-Orçamentária)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Restos a Pagar Intra-Orçamentária	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
b)RESTO PAGAR(INTRA-ORÇ.)(II)	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
TOTAL (III) = (I + II)	38.892,27	29.401,09	0,00	66.593,36	1.700,00	648.447,69	34.715,67	557.696,98	56.035,04

FONTE:

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 28/09/10

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	8.229.550,00	1.353.201,77	5.202.148,74	5.763.289,44
Receita Tributária	302.280,00	31.731,39	154.581,21	199.909,53
IPTU	30.000,00	6.511,37	20.806,59	15.556,64
ISS	71.500,00	13.528,19	58.604,92	55.379,09
ITBI	20.000,00	2.732,22	15.586,89	20.458,44
IRRF	130.000,00	5.870,10	32.562,59	77.705,29
Taxas	50.780,00	3.089,51	27.020,22	30.810,07
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	130.000,00	20.638,99	81.715,39	74.661,45
Receita Previdenciária	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Contribuições	130.000,00	20.638,99	81.715,39	74.661,45
Receita Patrimonial Líquida	0,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	5.450,00	5.114,79	16.892,75	4.032,97
(-) Aplicações Financeiras	5.450,00	5.114,79	16.892,75	4.032,97
Transferências Correntes	7.767.590,00	1.293.427,94	4.950.356,34	5.478.407,10
FPM	2.843.017,60	462.236,00	1.929.007,38	1.844.317,31
ICMS	1.945.218,64	303.434,02	1.230.571,36	1.164.479,31
Outras Transferências Correntes	2.979.353,76	527.757,92	1.790.777,60	2.469.610,48
Demais Receitas Correntes	29.680,00	7.403,45	15.495,80	10.311,36
Dívida Ativa	8.200,00	6.457,27	14.104,95	8.589,96
Receitas Correntes Diversas	21.480,00	946,18	1.390,85	1.721,40
RECEITAS DE CAPITAL (II)	2.365.000,00	118.085,04	484.489,88	211.690,22
Operações de Crédito (III)	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	5.000,00	0,00	14.600,00	0,00
Transferências de Capital	2.360.000,00	118.085,04	469.889,88	211.690,22
Convênios	2.360.000,00	118.085,04	469.889,88	211.690,22
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	2.360.000,00	118.085,04	469.889,88	211.690,22
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	**10.589.550,00**	**1.471.286,81**	**5.672.038,62**	**5.974.979,66**

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	8.331.740,56	1.198.030,73	4.377.780,31	4.489.545,84
Pessoal e Encargos Sociais	3.813.020,00	653.002,09	2.467.832,40	2.206.011,21
Juros e Encargos da Dívida (IX)	5.000,00	0,00	0,00	0,00
Outras Despesas Correntes	4.513.720,56	545.028,64	1.909.947,91	2.283.534,63
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	8.326.740,56	1.198.030,73	4.377.780,31	4.489.545,84
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	2.267.259,44	316.919,51	1.169.783,09	457.835,97
Investimentos	2.171.759,44	307.296,51	1.132.098,82	420.704,59
Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	0,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	95.500,00	9.623,00	37.684,27	37.131,38
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	2.171.759,44	307.296,51	1.132.098,82	420.704,59
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	1.000,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	0,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	**10.499.500,00**	**1.505.327,24**	**5.509.879,13**	**4.910.250,43**
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	**90.050,00**	**-34.040,43**	**162.159,49**	**1.064.729,23**
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	**0,00**	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	0,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 28/09/10

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	6.201.880,00	6.201.880,00	1.005.313,58	4.168.386,25	67,21
Receitas de Impostos	131.880,00	131.880,00	29.274,51	109.537,89	83,06
Impostos	121.500,00	121.500,00	22.771,78	94.998,40	78,19
Dívida Ativa dos Impostos	7.600,00	7.600,00	5.656,21	13.303,89	175,05
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	2.780,00	2.780,00	846,52	1.235,60	44,45
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	6.070.000,00	6.070.000,00	976.039,07	4.058.848,36	66,87
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	2.843.017,60	2.843.017,60	462.236,00	1.929.007,38	67,85
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-3.992,88	-3.992,88	-635,30	-2.541,20	63,64
Cota-Parte ICMS	1.945.218,64	1.945.218,64	303.434,02	1.230.571,36	63,26
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Cota-Parte ITR	39.308,30	39.308,30	202,51	4.277,69	10,88
Cota-Parte IPVA	99.907,99	99.907,99	15.639,26	85.716,78	85,8
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	1.146.540,35	1.146.540,35	195.162,58	811.816,35	70,81
Cota-Parte IOF-OURO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	1.426.070,35	1.426.070,35	234.787,27	1.114.426,45	78,15
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	1.250.000,00	1.250.000,00	196.499,55	784.767,78	62,78
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	1.250.000,00	1.250.000,00	196.499,55	784.767,78	62,78
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	176.070,35	176.070,35	38.287,72	133.143,67	75,62
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	0,00	0,00	0,00	196.515,00	0
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	**6.481.410,00**	**6.481.410,00**	**1.044.938,27**	**4.470.996,35**	**68,98**

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	1.621.000,00	1.535.100,00	334.513,97	727.720,04	47,41
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	1.506.000,00	1.420.100,00	330.489,50	709.663,15	49,97
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	55.000,00	55.000,00	1.371,05	9.858,05	17,92
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	60.000,00	60.000,00	2.653,42	8.198,84	13,66
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	1.250.000,00	1.250.000,00	221.268,16	847.573,97	67,81
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	750.000,00	750.000,00	129.420,70	495.005,06	66
Outras Despesas no Ensino Básico	500.000,00	500.000,00	91.847,46	352.568,91	70,51
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	**2.871.000,00**	**2.785.100,00**	**555.782,13**	**1.575.294,01**	**56,56**

[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	27.048,57
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	-

DEDUÇÕES DA DESPESA

PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	-
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	**0,00**

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	4.659,00	-
RP de despesas com Ensino Básico	221,00	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	**1.575.294,01**

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25% > DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	37,79
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	63,08

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2009	Jan a Ago 2010
	0.00	13.988,24

MUNICÍPIO DE UNIÃO DO SUL
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.01 - 28/09/10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (f)	% (f/e)
ENSINO FUNDAMENTAL	2.425.500,00	2.369.700,00	506.374,09	1.378.986,55	58,19
ENSINO SUPERIOR	50.000,00	25.000,00	2.653,42	7.706,84	30,83
EDUCAÇÃO INFANTIL	335.500,00	321.900,00	40.376,61	161.349,14	50,12
EDUCAÇÃO DE JOVENS E ADULTOS	10.000,00	26.500,00	2.017,00	4.590,00	17,32
EDUCAÇÃO ESPECIAL	50.000,00	42.000,00	4.361,01	22.661,48	53,96
TOTAL DAS DESPESAS	**2.871.000,00**	**2.785.100,00**	**555.782,13**	**1.575.294,01**	**56,56**

FONTE:

Prefeitura Municipal de Várzea Grande

Portaria 119/2010/CPSPA/SAD

O Secretário Municipal de Administração, no uso das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Complementar nº. 1.164/91 e decreto nº. 32/2010 e;

Considerando as prorrogações contidas nas Portarias nº. 032, 060 e 084/2010/CPSPA/SAD;

RESOLVE:

Art. 1º - Prorrogar por mais 60 (sessenta) dias, contados a partir de 04 de outubro de 2010, o prazo para conclusão dos trabalhos da Comissão de Processos Administrativos Disciplinares designada pela Portaria Nº 214/2010, de 06 de maio de 2010, do Secretário Municipal de Administração, publicada no Jornal Oficial dos Municípios, página 87, de 18 de maio de 2010, objeto do Processo Administrativo Disciplinar nº. 001/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entra em vigor na data de sua assinatura.

Registre-se, publique-se, cumpra-se.

Várzea Grande, 04 de outubro de 2010.

Marcos José da Silva
Secretário Municipal de Administração

FUSVAG FUNDAÇÃO DE SAÚDE DE VARZEA GRANDE
AVISO DE LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 022/2010

A Fundação de Saúde de Várzea Grande, através da Comissão Permanente de Licitação/ Pregão, torna público, para conhecimento de interessados realizará em **19/10/2010 às 08:30** ***horas***, na sua sede Av: Alzira Santana S/N, Bairro Nova Várzea Grande, Licitação na modalidade: PREGÃO PRESENCIAL , "Menor Preço ", cujo objetivo é : **AQUISIÇÃO DE PEÇAS E COMPONENTES PARA MANUTENÇÃO EM APARELHOS DE CONDICIONADORES DE AR**, conforme edital e mediante as condições estabelecidas, Lei Federal 10.520/2002, Decreto Municipal 032/05 e pela Lei 8.666 de 21 de junho de 1.993 e suas alterações posteriores.

Para informações estamos a disposição na sede da FUSVAG, setor de licitação/pregão em horário comercial das 08:00 as 11:30 e 13:30 as 17:30, ou deve ser solicitado por e-mail: *licitacoes_fusvag@hotmail.com ou no site:* www.fusvag.com.br.

Pregoeira:Francisca Luzia de Pinho **De Acordo:**

Jorge de Araújo Lafetá Neto

Errata ao extrato de contrato publicado no dia 09/09/2010.

No Terceiro parágrafo onde se Lê:

Contratado: **Otomed Clinica Médica Ltda.**

Extrato do Quinto Termo Aditivo ao Contrato 078/2005.
Contratante: Fundação de Saúde de Várzea Grande
Contratado: Otomed Clinica Médica Ltda.
Objeto: Prestação de serviços de telefonia móvel pessoal no Pronto Socorro e Hospital Municipal de Várzea Grande com o fornecimento de 25 (Vinte e Cinco), aparelhos em regime de comodato.
Valor: R$ 18.375,50 (Dezoito Mil Trezentos e Setenta e Cinco Reais e Cinqüenta centavos)
Prazo: 12(Doze) meses
Modalidade de Licitação: Carta Convite 069/2005.
Dotação orçamentária: 2063 Manutenção e Encargos 3.3.90.39 – Outros Serviços de Terceiros Pessoa Jurídica.
Data do inicio do Contrato: 02/09/2010 a 02/09/2011
Várzea Grande, 02 de Setembro de 2010.
Jorge de Araújo Lafeta
Superintendente – Fusvag

Ler-se-á:

Contratado: **Americel S/A**

LEI Nº 3.500/2010

""Dispõe sobre autorização ao Poder Executivo para desafetar as áreas que menciona, para dar nova destinação e dá outras providências".

MURILO DOMINGOS, Prefeito Municipal de Várzea Grande, no uso de suas atribuições legais, faz saber que a Câmara Municipal aprovou e sanciona a seguinte Lei.

Artigo 1º - Fica autorizada a desafetação da área de 6.280,00m2, localizada no "Residencial Celestino Pereira", inicialmente destinada à constituir Equipamento Comunitário, registrada sob Matricula nº 70.801, no Cartório do 1º Serviço Notarial e de Registro da Comarca de Várzea Grande – Mt, para ser destinada à constituição de Área Verde.

Artigo 2º - Fica autorizada a desafetação da área de 8.178,62m2, localizada no "Residencial Celestino Pereira", inicialmente destinada à constituir Área Verde, registrada sob Matricula nº 70.808, no Cartório do 1º Serviço Notarial e de Registro da Comarca de Várzea Grande – Mt, para ser destinada à constituição de Equipamento Comunitário.

Artigo 3º - Fica o Cartório do 1º Serviço Notarial e de Registro da Comarca de Várzea Grande – Mt, autorizado a promover as devidas alterações com relação ao objeto deste Projeto de Lei, bem como a alteração quanto ao numero de seqüência do Equipamento Comunitário e da Área Verde, constante das respectivas matriculas.

Artigo 4º - Compete a Procuradoria Geral do Município de Várzea Grande-Mt, tomar as providencias necessárias à efetivação do objeto que trata Projeto de Lei.

Artigo 5º - Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação, revogando-se disposições em contrário.

Paço Municipal Couto Magalhães, Praça dos Três Poderes, em Várzea Grande-Mt, 17 agosto de 2010.

MURILO DOMINGOS
PREFEITO MUNICIPAL

AVISO DE REVOGAÇÃO
PREGÃO PRESENCIAL Nº. 069/2010 - REGISTRO DE PREÇOS

O Município de Várzea Grande, através de seu Secretário de Administração, no uso de suas atribuições, torna público para conhecimento dos interessados, que obedecendo aos princípios inerentes à Administração, nos termos do Art. 49 da Lei 8.666/93, decide REVOGAR a licitação supra cujo objeto é REGISTRO DE PREÇOS PARA FUTURAS E EVENTUAIS AQUISIÇÕES DE MATERIAL DE EXPEDIENTE PARA ATENDER A P.M.V.G. Várzea Grande – MT, 01 de Outubro de 2010. Otávio Guimarães Resende – pregoeiro - Marcos José da Silva - Secretário Municipal de Administração

FUSVAG FUNDAÇÃO DE SAUDE DE VARZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL Nº 020/2010
REFERENTE AQUISIÇÃO DE HORTIFRUTIGRANGEIROS

Fundação de Saúde de Várzea Grande através de sua Pregoeira torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial 020/2010: a firma: **GASOLINE COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA.**, CNPJ: 03.401.442/0001-38, ganhou os itens: 4,5,9,17,18,24,25,30,39,41,43,45, perfazendo o valor de: R$ 78.980,50 (Setenta e oito mil novecentos e oitenta reais e cinqüenta centavos), : a firma: **ROGES DANIEL RIBEIRO CORREA ME**, CNPJ: 06.050.498/0001-83, ganhou os itens: 1,3,6,7,8,10,15,16,19,20,21,22,23,26,27,28,29,31,32,34,35,37,38,42,46,48,49,50,51, perfazendo o valor de: R$ 112.006,20 (Cento e doze mil seis reais e vinte centavos), a firma: **R L DE CAMPOS P CORREA EPP**, CNPJ: 11.072.640/0001-23, ganhou os itens: 12,13,14,36,40,47, perfazendo o valor de: R$ 29.537,00 (Vinte e nove mil quinhentos e trinta e sete reais), a firma: **S M DE ALMEIDA E CIA LTDA**, CNPJ: 09.492.967/0001-02, ganhou os itens: 2,11,33,44, perfazendo o valor de: R$ 12.025,00 (Doze mil vinte e cinco reais), perfazendo o valor total de R$ 232.548,70 (Duzentos e trinta e dois mil quinhentos e quarenta e oito reais e setenta centavos), Várzea Grande, 01 de Outubro de 2010. Francisca Luzia de Pinho- Pregoeira Oficial.
De Acordo:

Drº Jorge Araújo Lafeta Neto
Superintendente

ESTADO DE MATO GROSSO
FUSVAG FUNDAÇÃO DE SAUDE DE VARZEA GRANDE
AVISO DE RESULTADO DE LICITAÇÃO/ PREGÃO PRESENCIAL REGISTRO DE PREÇO Nº 18/2010
PARA AQUISIÇÃO DE MATERIAL MÉDICO HOSPITALAR, LABORATORIAIS, FISIOTERAPIA, EQUIPAMENTOS DE PROTEÇÃO INDIVIDUAL E MATERIAIS DE RAIO X.

Fundação de Saúde de Várzea Grande através de sua Pregoeira torna público aos interessados o resultado do Pregão Presencial 18/2010, a firma: **BIOSYSTEMS COM. IMP. EXPORT. DE EQUIP. P/ LAB. LTDA. CNPJ: 82.296.062/0003-19**, ganhou os seguintes itens: 508,521,523,524,530,531,532,548,552, perfazendo o valor de R$ 1.337,32 (Um mil trezentos e trinta e sete reais e trinta e dois centavos); a firma: **BRASIL DISTRIBUIDORA DE PRODUTOS PARA SAÚDE LTDA. CNPJ 07.344.150/0001-61**, ganhou os seguintes itens: 352,468,471,472,473,475,476,478,479,480,487,489,497,499,507,517,522,527,528,529,540,541,577,581,584,585,586 ,587,589,590,593,594,595,598,600,604,605,606,609,610,612,633,653,667,668,680,689, perfazendo o valor de R$ 28.346,22 (Vinte e oito mil trezentos e quarenta e seis reais e vinte e dois centavos); a firma: **CENTROSUL COMERCIO IMP. E EXP. LTDA. CNPJ: 02.233.656/0001-80**, ganhou os seguintes itens: 1,2,3,4,5,6,7,8,23,24,25,27,28,29,42,43,44,59,60,61,63,70,93,136,137,139,141,142,143,144,146,147,157,204,205, 206,207,208,214,215,216,218,219,220,221,222,223,224,227,238,263,272,273,275,300,301,302,303,304,306,307,308 ,309,311,365,379,380,382, perfazendo o valor de R$ 268.210,20 (Duzentos e sessenta e oito mil duzentos e dez reais vinte centavos); a firma: **CREMER S.A CNPJ: 82.641.325/0001-18**, ganhou os seguintes itens: 33,41,67,161,239,240,264,265,266,267, perfazendo o valor de R$ 196.010,72 (Cento e noventa e seis mil dez reais e setenta e dois centavos); a firma: **CQC TECNOLOGIA EM SISTEMAS DIAGNOSTICOS LTDA. CNPJ: 46.962.122/0003-21**, ganhou os seguintes itens: 551,634,635,638,640,641,644,645,646,648, perfazendo o valor de R$ 36.086,40 (Trinta e seis mil oitenta e seis reais e quarenta centavos);
a firma: **DENTAL CENTRO OESTE LTDA. CNPJ: 36.900.926/0001-80**, ganhou os seguintes itens: 68,69,71,72,73,74,75,76,77,78,79,80,81,82,83,84,85,86,87,88,89,90,91,92,135,154,217,225,226,228,229,247,261, 262,282,283,290,349,350,351,358,390,392,395,396,397,398,399,405,406,421,428,429,447,448,449,458,484,490, ,491,503,516,535,549,562,567,568,583,591,592,596,599,601,602,603,613,617,621,622,624,625,626, perfazendo o valor de R$ 78.107,10 (Setenta e oito mil cento e sete reais e dez centavos); a firma: **DIMACI/PR MATERIAL CIRURGICO LTDA. CNPJ: 00.656.468/0001-39.** ganhou os seguintes itens: 65,99,100,101,102,103,104,105,106,107,108,109,110,111,119,120,121,177,178,179,180,181,182,183,184,185,186, 187,188,189,190,191,192,193,194,195,196,197,198,199,200,201,202,203,234,235,236,248,268,269,270,271,315,366 ,368,696,697,698 perfazendo o valor de R$ 174.033,38 (Cento e setenta e quatro mil trinta e três reais e trinta e oito centavos); a firma: **EMBRAMED INDUSTRIA E COMERCIO DE PROD. HOSP. LTDA. CNPJ: 60.383.338/0001-00**, ganhou os seguintes itens: 122,133,148,150,151,152,155,156,291,292,293,294,295,296,297,298,299,317,318,319,320,321,322,323,324,325,326 ,327,328,329,330,331,332,333,334,335,336,337,338,339,340,341,342,343,344,345,346,354,369,370, perfazendo o valor de R$ 205.401,80 (Duzentos e cinco mil quatrocentos e um reais e oitenta centavos); a firma: **FANEN LTDA. CNPJ: 61.100.244/0001-30**, ganhou os seguintes itens: 127,237,385,386,387,388,389, perfazendo o valor de R$ 23.379,00 (Vinte e três mil trezentos e setenta e nove reais);a firma: **HALEXISTAR INDUST. FARMACEUTICA LTDA. CNPJ: 01.571.702/0001-98**, ganhou os seguintes itens: 45,46,47,48,49,50,51,52,53,54,55,56,57,58,149,165,312,313,314,316, perfazendo o valor de R$ 20.973,90 (Vinte mil novecentos e setenta e três reais e noventa centavos); a firma: **HOSPIFAR IND. COM. DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ: 26.921.908/0001-21**, ganhou os seguintes itens: 64,252,253,254,274,353,364,371,372,373,374,377,381, perfazendo o valor de R$ 168.470,00 (Cento e sessenta e oito mil quatrocentos e setenta reais); a firma: **INDUSTRIA FARMACÊUTICA RIO QUIMICA LTDA. CNPJ: 55.643.555/0001-43**, ganhou os seguintes itens: 32,124,164,250,256,347,357,359, perfazendo o valor de R$ 84.030,20 (Oitenta e quatro mil trinta reais e vinte centavos);
a firma: **IBF INDUSTRIA BRASILEIRA DE FIMLMES S/A CNPJ: 33.255.787/0001-91**, ganhou os seguintes itens: 170,171,172,173,174,175,176,242,276, perfazendo o valor de R$ 113.792,50 (Cento e treze mil setecentos e noventa e dois reais e cinqüenta centavos), a firma: **LABORATORIO B. BRAUN S/A CNPJ: 31.673.254/0001-02**, ganhou os itens: 153,378, perfazendo o valor de R$ 87.445,00 (Oitenta e sete mil quatrocentos e quarenta e cinco reais); a firma: **LABRINBRAZ COMERCIO LTDA. CNPJ: 73.008.682/0001-52**, ganhou os seguintes itens: 500,534,537,538,550, perfazendo o valor de R$ 57.378,00 (Cinqüenta e sete mil trezentos e setenta e oito reais); a firma: **LP COMERCIO REPRES. E PREST. DE SERVIÇOS LTDA-ME. CNPJ: 10.832.896/0001-29** , ganhou os seguintes itens: 413,415,466,467,474, perfazendo o valor de R$ 7.304,00 (Sete mil trezentos e quatro reais); a firma: **M.S. DIAGNÓSTICA LTDA. CNPJ: 00.970.175/0001-21**, ganhou os seguintes itens: 277,278,279,280,281,485,486,488,494,495,496,498,502,519,520,526,533,536,539,545,546,547,553,554,555,556,557 ,558,559,560,561,566,569,570,571,572,573,574,575,580,582,588,607608,611,618,619,620,623,627,628,629,630,631 ,632,636,637,639,642,643,647,649,650,651,652,654,655,656,657,658,659,660,661,662,663,664,665,666,669,671, perfazendo o valor de R$ 181.282,86 (Cento e oitenta e um mil duzentos e oitenta e dois reais e oitenta e seis centavos);
a firma: **NEVE IND. E COMERCIO DE PRODUTOS CIRURGICOS LTDA. CNPJ: 54.858.014/0001-70**, ganhou os seguintes itens: 36,37,38,39,40, perfazendo o valor de R$ 112.118,00 (cento e doze mil cento e dezoito reais); a firma: **PMH PRODUTOS MEDICOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ: 00.740.696/0001-92**, ganhou os seguintes itens: 9,10,11,12,13,14,15,16,17,18,19,20,21,22,26,166,167,168,169,305,492,501,505,509,510,511,512,513,514,515,525, 542,543,563,564,565,578,579, perfazendo o valor de R$ 18.901,30 (Dezoito mil novecentos e um reais e trinta centavos). a firma: **SALDANHA RODRIGUES LTDA. CNPJ: 03.426.484/0001-23**, ganhou os seguintes itens: 285,286,287,288,289,355, perfazendo o valor de R$ 272.850,00 (duzentos e setenta e dois mil oitocentos e cinqüenta reais) a firma: **SANEATIVO LABORATÓRIO FARMACÊUTICO LTDA. CNPJ: 00.570.742/0001-52**, ganhou os seguintes itens: 249,255,257,356,360,493, perfazendo o valor de R$ 18.176,88 (Dezoito mil cento e setenta e seis reais e oitenta e oito centavos) a firma: **SULMED COMERCIO DE PRODUTOS HOSPITALARES LTDA. CNPJ: 92.536.010/0001-64**, ganhou os seguintes itens: 134,162,245,258,260,310, perfazendo o valor de R$ 19.686,40 (Dezenove mil seiscentos e oitenta e seis centavos);
a firma: **TECNO VIDA – CLÍNICA DIETÉTICA LTDA. CNPJ: 01.240.677/0001-60**, ganhou os seguintes itens: 158,159, perfazendo o valor de R$ 46.992,00 (Quarenta e seis mil novecentos e noventa e dois reais); a firma: **TIRADENTES MEDICOS HOSPITALAR LTDA. CNPJ: 01.536.135/0001-39**, ganhou os seguintes itens: 417,418,419,420,477, perfazendo o valor de R$ 2.206,00 (Dois mil duzentos e seis reais) Perfazendo o valor Total de R$ 2.222.519,18 (Dois milhões duzentos e vinte e dois mil quinhentos e dezenove reais e dezoito centavos). Várzea Grande, 01 de Outubro de 2010. Francisca Luzia de Pinho- Pregoeira Oficial.

Drº Jorge Araújo Lafeta Neto
Superintendente

MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DO RESULTADO PRIMÁRIO
ORÇAMENTOS FISCAL E DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.
LRF-Cidadão - 9.10 - 30/09/10

RREO - Anexo VII (LRF, Art. 53, inciso III)

RECEITAS PRIMÁRIAS	PREVISÃO ATUALIZADA	RECEITAS REALIZADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
RECEITAS PRIMÁRIAS CORRENTES (I)	288.297.497,53	43.132.268,13	157.445.025,59	155.755.795,60
Receita Tributária	37.539.127,32	5.500.330,05	23.889.555,38	20.432.552,11
IPTU	3.003.241,00	709.463,17	4.035.443,38	2.454.864,22
ISS	24.226.061,32	3.363.886,83	12.283.620,08	11.706.047,18
ITBI	2.068.633,00	462.324,16	1.769.696,55	1.083.523,96
IRRF	4.198.997,00	338.319,05	1.608.485,09	1.789.962,93
Taxas	4.042.195,00	626.336,84	4.192.310,28	3.398.153,82
Contribuição de Melhoria	0,00	0,00	0,00	0,00
Receitas de Contribuições	16.987.883,00	2.286.175,67	10.282.243,00	10.404.978,04
Receita Previdenciária	8.156.000,00	1.092.754,63	5.286.132,44	5.947.330,98
Outras Contribuições	8.831.883,00	1.193.421,04	4.996.110,56	4.457.647,06
Receita Patrimonial Líquida	18.000,00	0,00	0,00	0,00
Receita Patrimonial	5.566.517,00	1.695.368,18	4.349.362,09	3.083.639,44
(-) Aplicações Financeiras	5.548.517,00	1.695.368,18	4.349.362,09	3.083.639,44
Transferências Correntes	196.753.055,21	28.823.279,91	105.584.284,03	106.879.586,06
FPM	31.766.954,00	4.184.237,77	18.285.458,27	17.347.308,22
ICMS	45.113.018,00	7.497.567,62	28.617.673,25	25.657.189,91
Outras Transferências Correntes	119.873.083,21	17.141.474,52	58.681.152,51	63.875.087,93
Demais Receitas Correntes	36.999.432,00	6.522.482,50	17.688.943,18	18.038.679,39
Dívida Ativa	3.800.580,00	471.060,73	1.809.897,89	1.428.865,16
Receitas Correntes Diversas	33.198.852,00	6.051.421,77	15.879.045,29	16.609.814,23
RECEITAS DE CAPITAL (II)	52.937.837,82	743.726,23	10.220.527,17	20.417.496,99
Operações de Crédito (III)	10.331.600,00	743.726,23	1.474.276,32	4.199.251,52
Amortização de Empréstimos (IV)	0,00	0,00	0,00	0,00
Alienação de Bens (V)	200.000,00	0,00	0,00	0,00
Transferências de Capital	42.406.237,82	0,00	8.746.250,85	16.218.245,47
Convênios	42.406.237,82	0,00	8.746.250,85	16.218.245,47
Outras Transferências de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
Outras Receitas de Capital	0,00	0,00	0,00	0,00
RECEITAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (VI) = (II - III - IV - V)	42.406.237,82	0,00	8.746.250,85	16.218.245,47
RECEITA PRIMÁRIA TOTAL (VII) = (I + VI)	330.703.735,35	43.132.268,13	166.191.276,44	171.974.041,07

DESPESAS PRIMÁRIAS	DOTAÇÃO ATUALIZADA	DESPESAS LIQUIDADAS		
		No Bimestre	Jan a Ago 2010	Jan a Ago 2009
DESPESAS CORRENTES (VIII)	246.989.822,73	38.725.706,43	140.222.140,63	126.550.407,01
Pessoal e Encargos Sociais	138.488.552,46	21.959.435,13	81.944.860,43	77.055.763,25
Juros e Encargos da Dívida (IX)	6.815.000,00	785.737,47	3.178.099,35	2.878.253,36
Outras Despesas Correntes	101.686.270,27	15.980.533,83	55.099.180,85	46.616.390,40
DESPESAS PRIMÁRIAS CORRENTES (X) = (VIII - IX)	240.174.822,73	37.939.968,96	137.044.041,28	123.672.153,65
DESPESAS DE CAPITAL (XI)	99.677.158,08	3.305.239,12	14.918.071,25	34.059.679,46
Investimentos	85.720.127,13	1.930.738,97	9.494.796,85	27.637.703,98
Inversões Financeiras	240.000,00	0,00	0,00	0,00
Concessão de Empréstimos (XII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisição de Título de Capital Já Integralizado (XIII)	0,00	0,00	0,00	0,00
Demais Inversões Financeiras	240.000,00	0,00	0,00	0,00
Amortização da Dívida (XIV)	13.717.030,95	1.374.500,15	5.423.274,40	6.421.975,48
DESPESAS PRIMÁRIAS DE CAPITAL (XV) = (XI - XII - XIII -	85.960.127,13	1.930.738,97	9.494.796,85	27.637.703,98
RESERVA DE CONTINGÊNCIA (XVI)	970.593,00	0,00	0,00	0,00
RESERVA DO RPPS (XVII)	1.824.000,00	0,00	0,00	0,00
DESPESA PRIMÁRIA TOTAL (XVIII) = (X + XV + XVI + XVII)	328.929.542,86	39.870.707,93	146.538.838,13	151.309.857,63
RESULTADO PRIMÁRIO XIX = (VII - XVIII)	1.774.192,49	3.261.560,20	19.652.438,31	20.664.183,44
SALDO DE EXERCÍCIOS ANTERIORES	-	-	0,00	-

DISCRIMINAÇÃO DA META FISCAL	VALOR
META DE RESULTADO PRIMÁRIO FIXADA NO ANEXO DE METAS FISCAIS DA LDO PARA O EXERCÍCIO DE REFERÊNCIA	314.922,00

FONTE:

MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 30/09/10

RREO - Anexo X (Lei 9.394/96 Art. 72)

RECEITAS	PREVISÃO INICIAL	PREVISÃO ATUALIZADA (a)	RECEITAS REALIZADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (b)	% (b/a)
RECEITA RESULTANTE DE IMPOSTOS (I)	138.214.306,32	138.214.306,32	21.727.485,44	87.641.026,08	63,41
Receitas de Impostos	31.577.962,32	31.577.962,32	4.878.822,38	19.402.639,50	61,44
Impostos	29.297.935,32	29.297.935,32	4.535.674,16	18.088.760,01	61,74
Dívida Ativa dos Impostos	1.837.649,00	1.837.649,00	284.006,88	1.107.649,91	60,28
Multas, Juros de Mora e Outros Enc. de Imp. da Div. Ativa de	442.378,00	442.378,00	59.141,34	206.229,58	46,62
Receitas de Transferências Constitucionais e Legais	106.636.344,00	106.636.344,00	16.848.663,06	68.238.386,58	63,99
Cota Parte do Fundo de Participação dos Municípios	31.766.954,00	31.766.954,00	4.184.237,77	18.285.458,27	57,56
Transferência Financeira do ICMS Desoneração L.C N.º 87 96	-105.560,00	-105.560,00	-14.623,84	-58.495,36	55,41
Cota-Parte ICMS	45.113.018,00	45.113.018,00	7.497.567,62	28.617.673,25	63,44
Cota-Parte do IPI sobre Exportação	494.562,00	494.562,00	71.096,88	260.392,94	52,65
Cota-Parte ITR	10.465,00	10.465,00	634,43	1.978,03	18,9
Cota-Parte IPVA	7.921.636,00	7.921.636,00	1.734.933,12	7.448.531,82	94,03
Parcela das Transferências Destinadas à Formação do FUNDEB (II)	21.407.490,00	21.407.490,00	3.368.966,59	13.646.904,65	63,75
Cota-Parte IOF-OURO	27.779,00	27.779,00	5.850,49	35.942,98	129,39
RECEITAS VINCULADAS AO ENSINO (III)	51.802.565,25	51.781.054,00	8.545.324,68	31.498.797,49	60,83
Transferências Multigovernamentais do FUNDEB (IV)	43.100.289,00	43.100.289,00	6.936.988,48	27.730.566,78	64,34
Transferências de Recursos do FUNDEB (V)	43.100.289,00	43.100.289,00	6.936.988,48	27.730.566,78	64,34
Complementação da União ao FUNDEB	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Transferências de Recursos do Fundo Nacional do Desenvolvimento	4.380.765,00	4.380.765,00	1.608.336,20	3.768.230,71	86,02
Transf. de Convênios Destinadas a Programas de Educação	4.321.511,25	4.300.000,00	0,00	0,00	0
Receita de Operação de Crédito Destinada à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
Outras Receitas Vinculadas à Educação	0,00	0,00	0,00	0,00	0
TOTAL DAS RECEITAS (VI) = (I + III - II)	168.609.381,57	168.587.870,32	26.903.843,53	105.492.918,92	62,57

DESPESAS COM ENSINO POR VINCULAÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (c)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (d)	% (d/c)
VINCULADAS À RECEITAS RESULTANTE DE IMPOSTOS	12.070.709,00	12.150.709,00	879.530,92	7.363.446,33	60,6
Despesa com Ensino Fundamental (VII)	1.940.693,00	1.920.693,00	296.398,89	1.950.031,98	101,53
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas(VIII)	3.502.646,00	3.502.646,00	162.091,35	1.897.314,51	54,17
Despesas com Outros Níveis de Ensino (IX)	6.627.370,00	6.727.370,00	421.040,68	3.516.099,84	52,27
DESPESAS VINCULADAS AO FUNDEB - ENSINO BÁSICO(X)	43.100.289,00	45.850.289,00	8.778.441,44	26.630.479,60	58,08
Pagto dos Profissionais do Ensino Básico(XI)	34.500.000,00	36.250.000,00	6.752.214,25	21.624.826,89	59,65
Outras Despesas no Ensino Básico	8.600.289,00	9.600.289,00	2.026.227,19	5.005.652,71	52,14
VINCULADAS À CONTRIBUIÇÃO SOCIAL DO SALÁRIO EDUCAÇÃO	1.956.931,00	1.756.931,00	0,00	1.135.307,93	64,62
FINANCIADAS COM RECURSOS DE OPERAÇÕES DE CRÉDITO	0,00	0,00	0,00	0,00	0
FINANC. COM OUTROS RECURSOS VINCULADOS À EDUCAÇÃO	6.723.834,00	6.723.834,00	0,00	1.021.586,58	15,19
TOTAL DAS DESPESAS COM ENSINO (XII)	63.851.763,00	66.481.763,00	9.657.972,36	36.150.820,44	54,38

[se II > IV] = PERDA NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB (XIII)	-
[se II < IV] = GANHO NAS TRANSFERÊNCIAS DO FUNDEB	14.083.662,13

DEDUÇÕES DA DESPESA	
PARCELA DO GANHO/COMPLEMENTAÇÃO DO FUNDEB APLICADA NO EXERCÍCIO (XIV)	14.083.662,13
RESTOS A PAGAR INSCRITOS NO EXERCICIO, SEM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA VINCULADA DE RECURSOS PRÓPRIOS (XV)	0,00
Despesas com Ensino Fundamental (XVI)	0,00
Despesas com Educação Infantil em Creches e Pré-Escolas	0,00
DESPESAS VINCULADAS AO SUPERÁVIT FINANCEIRO DO GANHO/COMPLEM. DO FUNDEB DO EXERCÍCIO ANTERIOR (XVII)	0.00
TOTAL (XVIII)	14.083.662,13

CONTROLE DE RESTOS A PAGAR VINCULADO AO ENSINO INSCRITOS EM EXERCÍCIOS ANTERIORES	RESTOS A PAGAR INSCRITOS COM DISPONIBILIDADE FINANCEIRA DE RECURSOS PRÓPRIOS VINCULADOS	
	Inscritos em Exercícios Anteriores	Cancelados em
RP de despesas com manutenção e desenvolvimento do ensino	-	0,00
RP de despesas com Ensino Básico	-	-

TOTAL DAS DESPESAS CONSIDERADAS P/ FINS LIMITE CONSTITUCIONAL (XXI)	5.826.601,67

TABELA DE CUMPRIMENTO DOS LIMITES CONTITUCIONAIS	%
MÍNIMO DE <25%> DAS RECEITAS RESULTANTES DE IMPOSTOS NA MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO {[XXI / I] * 100} Caput do artigo 212 da CF/88	6,65
MÍNIMO 60% DO FUNDEB NA REMUNERAÇÃO DO MAGISTÉRIO ENSINO BÁSICO [(XI / IV) * 100] § 5º do artigo 60 do ADCT	77,98

SALDO FINANCEIRO DO FUNDEB	Em 31 de Dezembro de 2009	Jan a Ago 2010
	0.00	576.148,15

MUNICÍPIO DE VÁRZEA GRANDE
RELATÓRIO RESUMIDO DA EXECUÇÃO ORÇAMENTÁRIA
DEMONSTRATIVO DAS RECEITAS E DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO
ORÇAMENTO DA SEGURIDADE SOCIAL
JANEIRO A AGOSTO 2010/BIMESTRE JULHO-AGOSTO.

LRF-Cidadão - 9.10 - 30/09/10

DESPESAS COM MANUTENÇÃO E DESENVOLVIMENTO DO ENSINO POR SUBFUNÇÃO	DOTAÇÃO INICIAL	DOTAÇÃO ATUALIZADA (e)	DESPESAS LIQUIDADAS		
			No Bimestre	Jan a Ago 2010 (f)	% (f/e)
ADMINISTRAÇÃO GERAL	6.739.310,00	6.419.310,00	879.530,92	3.091.297,17	48,16
ENSINO FUNDAMENTAL	46.747.913,00	50.217.913,00	8.131.151,55	30.163.640,90	60,07
ENSINO PROFISSIONAL	4.000,00	24.000,00	1.949,22	1.949,22	8,12
ENSINO SUPERIOR	53.000,00	63.000,00	0,00	0,00	0
EDUCAÇÃO INFANTIL	9.986.480,00	9.496.480,00	630.531,47	2.465.754,63	25,96
EDUCAÇÃO ESPECIAL	311.060,00	261.060,00	14.809,20	76.643,62	29,36
TOTAL DAS DESPESAS	63.841.763,00	66.481.763,00	9.657.972,36	35.799.285,54	53,85

FONTE:

Prefeitura Municipal de Vera

AVISO DE RETIFICAÇÃO DE EDITAL
MODALIDADE PREGÃO PRESENCIAL Nº 023/2010
COM REGISTRO DE PREÇOS Nº 009/2010

O pregoeiro atendendo solicitação de empresa licitante, por orientação jurídica, torna público a retificação do edital do Pregão acima mencionado em que foi retirado o item 4.3.1.5, passando a vigorar sem o referido impedimento, mantendo-se a data de abertura do certame.

Antônio Rodrigues
Pregoeiro

Vera-MT, 30/09/2010.

PORTARIA N. 392/2010

MOACIR LUIZ GIACOMELLI, Prefeito Municipal do Município de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar sem justa causa, por iniciativa do empregado a servidora **Sra. Sandra Valquiria da Silva**, portadora do CPF nº. 121.179.668-02, do Cargo de Professora B 20hrs, junto a Secretaria de Educação, Cultura e Desportos, a partir de 30/09/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de setembro de 2010.

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.

AVISO DE LICITAÇÃO
MODALIDADE: TOMADA DE PREÇOS Nº 19/2010

OBJETO: LOCAÇÃO E MANUTENÇÃO DE SOFTWARES DE CONTABILIDADE, FINANCEIRO, PLANEJAMENTO, GESTÃO TRINUTÁRIA, PROTOCOLO/PROCESSOS, ALMOXARIFADO, PATRIMÔNIO,COMPRAS, FROTAS, LICITAÇÕES, RECURSOS HUMANOS, GESTÃO DE CONTROLE INTERNO, SAÚDE MUNICIPAL E ASSISTÊNCIA SOCIAL.

A Prefeitura Municipal de Vera MT torna público que **às 08:00 horas do dia 01/11/2010,** estará recebendo propostas para a contratação supra citada. O Edital completo poderá ser retirado com a Comissão Permanente de Licitação, pelo valor de R$ 100,00, junto ao Departamento de Compras e Licitações, sito à Av. Otawa nº 1.651, Prefeitura Municipal de Vera MT.

Vera-MT, 01 de Outubro de 2.010.

Nair Pretto -
Presidente da Comissão de Licitação.

PORTARIA N. 391/2010

MOACIR LUIZ GIACOMELLI, Prefeito Municipal do Município de Vera, Estado de Mato Grosso, no uso de suas atribuições legais,

RESOLVE:

Art. 1º - Exonerar sem justa causa, por iniciativa do empregado o servidor **Sr. Ederey Silva**, portador do CPF nº. 437.615.341-91, do Cargo de Auxiliar Administrativo 40hrs, junto a Secretaria de Administração e Finanças, a partir de 30/09/2010.

Art. 2º - Esta Portaria entrará em vigor na data de sua publicação, revogadas as disposições em contrario.

Gabinete do Senhor Prefeito Municipal de Vera, Estado de Mato Grosso, aos 30 dias do mês de setembro de 2010.

Moacir Luiz Giacomelli
Prefeito Municipal

Registre-se e Publique-se.